



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

DÉBORA ANTONIETA SILVA BARCELLOS TEODORO

**“NÃO SOMOS SOZINHAS NO MUNDO! TEMOS FILHOS, TEMOS FAMÍLIA!”:
maternidades e feitura de família entre trabalhadoras sexuais**

**Tese apresentada como requisito parcial para obtenção
do título de Doutora em Antropologia Social pelo
Programa de Pós-graduação em Antropologia Social
da Universidade de Brasília
Orientadora: Profa. Andréa de Souza Lobo**

**BRASÍLIA
2025**

DÉBORA ANTONIETA SILVA BARCELLOS TEODORO

**“NÃO SOMOS SOZINHAS NO MUNDO! TEMOS FILHOS, TEMOS FAMÍLIA!”:
maternidades e feitura de família entre trabalhadoras sexuais**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

Aprovada em: _____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Andréa de Souza Lobo – PPGAS/UnB
Presidenta

Prof. Dr. José Miguel Nieto Olivar – FSP/USP
Membro titular externo

Profa. Dra. Camila Fernandes – IMS/UERJ
Membro titular externo

Profa. Dra. Paula Balduino – PPGAS/UnB
Membro titular interno

Profa. Dra. Silvia Guimarães – PPGAS/UnB
Suplente

TEODORO, Débora Antonieta Silva Barcellos

“Não somos sozinhas no mundo! Temos filhos, temos família!” – maternidades e feitura de família entre trabalhadoras sexuais / Débora Antonieta Silva Barcellos Teodoro – 2025.
231 f.: il.

Orientadora: Prof. Dra. Andréa de Souza Lobo

Tese (doutorado) - Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais, Brasília, 2025.

1. Maternidades. 2. Feitura de família. 3. Trabalho sexual. 4. Cuidado. 5. Estigma.

I. Lobo, Andréa de Souza.

II. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

III. Título.

CDD: 301

Dedico a todas as mulheres de família que também são
trabalhadoras sexuais, especialmente àquelas que
experimentam as delícias e as dores da maternidade.

AGRADECIMENTOS

Eu sou uma pessoa emocionada. Muito. Esse momento de agradecimento se constrói por meio de uma revisita a memórias recentes e outras mais distantes no tempo – fazendo sorrir, chorar, deixar doer, sonhar, esperar, pausar, respirar fundo, querer continuar.

À minha mãe, Geracina, e ao meu pai, Joaquim. Eles são meu chão, meu ar, minhas raízes, meu colo mais quentinho, meu lar, minha bússola na loucura que é viver e experimentar o mundo. O pai me emprestou o carro inúmeras vezes para que eu pudesse ir à campo. O mesmo carro no qual ele e a mãe iam para a igreja, ele, para cumprir seu ofício de tocador de violão ou teclado nas missas da paróquia; a mãe, para desempenhar suas tarefas junto às pastorais, às vezes ficava parado na porta de zonas. Não bastasse que esse casal octogenário jamais tenha se importado com os possíveis falatórios ou conversas fiadas sobre a filha que ia para a zona, eles sempre anunciaram minha pesquisa, orgulhosamente, a uma grande leva de pessoas. Ao fim das contas, nada disso deveria ser surpreendente, pois foi com eles que aprendi a respeitar as pessoas, a comedir os ajuizamentos e, principalmente, a ver por detrás do que parece estar dado – uma premissa básica da Antropologia. E nem eu, menos ainda os dois, sabíamos disso.

À minha filha, Liz, e ao meu filho, Raul. Se eu adentrei a esse campo usufruindo e podendo desfrutar da posicionalidade de mãe, foi em função das minhas próprias crias. As dores e as delícias da maternidade que experimentei e sigo experimentando, e que me dotam do status de mãe-mulher-pesquisadora, apenas são possíveis por causa da existência dessas duas pessoas – gestadas e nutridas em meu ventre, alimentadas por meus seios, cuidadas por mim, emaranhadas em tudo o que sou. Liz e Raul são meu coração fora do peito. São a minha dose diária de coragem e vontade de seguir.

Ao meu grande parceiro, companheiro, amigo e amante, Pacelli. Ele é o meu primeiro incentivador. Eu jamais havia imaginado que minha vida pudesse, algum dia, tomar esse rumo – da academia, da pesquisa, de levar a termo a função social da produção do conhecimento. Isso não estava em meu radar de leitura de mundo até conhece-lo. Não bastasse todo estímulo, ao longo do processo doutoral ele lidou com minhas múltiplas ausências, assumindo certa paternidade solo, um cuidar da casa e do lar de forma solitária – eu estive longe, às vezes por longos dias e semanas. Além do mais, Pacelli conviveu com as nuances mais intensas de minhas angústias, inseguranças,

incertezas, frustrações, lágrimas e consequências emocionais de um momento de vida atravessado por um monte de desafios. É com ele que sigo desejando partilhar da forma mais visceral e literal o sabor, o deleite e o gozo desta conquista.

À professora Andréa Lobo, por tudo e por tanto. Esse trabalho é fruto de uma orientação primorosa – rigorosa e respeitosa, na mesma proporção. Andréa me acolheu de múltiplas maneiras. Num primeiro momento, à distância. Cheguei ao Departamento de Antropologia de UnB em plena pandemia de Covid-19, no contexto das aulas à distância, da frieza das relações possíveis por meio das telas, das dificuldades – inclusive institucionais – de organizar a vida naquelas circunstâncias extremas. Eu ainda não a conhecia. Na primeira aula de Organização Social e Parentesco, Andréa se colocou à disposição para conversar com quem desejasse. Era só enviar um e-mail e marcar. Eu não hesitei. Trazia comigo uma bagagem cheia de inquietações e desconfortos. Andréa foi abrigo e aconchego. Pouco depois, sem saber para qual rumo/tema seguiria na pesquisa de doutorado, propus a ela que me orientasse. Eu ainda não sabia, mas aquela era a escolha mais acertada de minha trajetória acadêmica. Eu sou muito privilegiada por esse encontro. Muito mesmo. E desejo, de verdade, que muitas Andréas existam por aí. Com ela eu aprendi que a academia pode ser – Sim! – um lugar mais amoroso e respeitoso. E que as relações de orientação podem transbordar, fazendo nascer afetos outros.

À Monique Prada, pela amizade, pelas provocações, pela parceria de vida, pelas partilhas, pela inspiração ao longo de quase uma década. Importantíssimo destacar seu legado Putafeminista – primordial e essencial para todas as pessoas que ousam transar com os puta saberes.

Às minhas amigas e interlocutoras, putafeministas e mulheres necessárias. Fal, pela doçura e cuidado comigo, por me receber em Salvador em grande estilo, por ter me aberto tantas portas por meio da ANPROSEX. Diana, minha mainha potiguar, dona do sorriso mais largo, do pulso mais firme na luta, e que me abriu a sua vida, dando acesso livre à sua família. Jade, por ser tão inspiradora, pelos ensinamentos a respeito da importância de adentrar aos espaços políticos e institucionais e por me incluir nas mais diversas frentes de atuação do Clã das Lobas. Vânia, por me receber honrosamente como aliada, por partilhar sua poesia, sua alegria e sua força de viver. Lanna, por acolher meus filhos como sobrinhos e me alçar ao status de tia de Moisés e Leonan, por confiar tanto em mim e por ser minha confidente, por me entregar tanto amor, carinho e respeito. China, por ser uma grande cidadã e ensinar a todas as mulheres a imporem

seus direitos trabalhistas. Livia, pela doçura, por me chamar de filha, por partilhar comigo detalhes tão sensíveis de sua trajetória. Paty Mentirozza, por me abrir as portas de sua própria casa em Lisboa, me acolhendo num momento difícil, por ter cuidado de mim com todo carinho do mundo, a despeito de sempre “ter um pé atrás com essas mulheres da academia que não são putas” – e com toda razão! Frida, por toda partilha, por tanto carinho, pelas longas conversas tão necessárias a nós, mulheres 40+. Rapha Marques, pela deferência – que é recíproca – e por me revelar mundos complexos e muitas vezes inacessíveis a quem vive a vida pelos interiores do Brasil; por querer “andar junto comigo no recreio da escola”. Lorena, por me guiar para além das noções putafemininas cisnormativas e por me abrir as portas da própria casa. Edileusa, sempre presente, companheira de luta cujos olhos sorriam. A todas as outras ativistas com quem tive oportunidade de aprender. Também àquelas trabalhadoras sexuais com quem estive em campo, estabelecendo laços e cultivando afetos, mas cujas identidades devem ser preservadas. A todas as associações e coletivos de trabalhadoras sexuais que tive o prazer de conhecer.

Às amigas de pesquisa e de luta, Mariana Prandini, Taynara Araújo, Natânia Lopes, Mafê Moreira, Marlene Rodrigues, Lis Pasini, Fernanda Priscila - pelas trocas acadêmicas e de luta, pelas provocações sempre pertinentes e desorganizadoras de certezas, por inspirarem na seara antropológica.

Às professoras Carla Costa Teixeira e Silvia Guimarães, pelos caros ensinamentos e inspirações em disciplinas do doutorado.

Aos alunos do curso de Ciência Política da UnB, que me ajudaram a compreender, ao longo das aulas de Introdução à Antropologia na Turma A – 2022-1, que eu dou conta de ser professora do ensino superior. À Saory Tcheska, indígena da etnia Fulni-ô e Cientista Social, que me concedeu o privilégio de tê-la como monitora nesse voo solo, cuja presença em sala de aula enriqueceu de forma significativa a experiência de todas as pessoas que ali estavam.

Às pessoas que a Antropologia me deu de presente. Sara Moraes, agora professora efetiva, por ter me recebido com tanto apreço, sem sequer me conhecer, além de ter me dado o caminho das flores e das pedras na pós-graduação; pelas partilhas sinceras e intensas, pelas lágrimas e sorrisos – a gente vai sorrir, sim! Aline Miranda, primeira colega que tive a oportunidade de abraçar longamente, ainda em tempos da pandemia, em função do encontro presencial viabilizado por acasos do destino, por ser a mulher incrível que é. Lara Noronha, minha chaveirinho, monitora voluntária e

necessária da minha disciplina de Introdução à Antropologia, que tanto cuidou de mim em Brasília e cuja trajetória acadêmica muito me orgulha. Vinícius Venâncio, pela amizade, por todo suporte às minhas inseguranças tão frequentes e por ser um antropólogo novelheiro, fazendo com que eu não me sinta sozinha nesse aspecto. Thaís Brayner, pela doçura, amizade, companheirismo e por ter sido a primeira pessoa com quem encontrei pessoalmente quando cheguei em Brasília. Luana Figueira, pelas partilhas de maternidade, amor, respeito, bares, gargalhadas e sonhos de um mundo com mais cultura. Nádia Xavier, pelas parcerias, pelas trocas, pelas longas conversas tão produtivas à vida pessoal e profissional. Yssysay, com quem eu gostaria de ter tido a oportunidade de mais encontros, mas a gente sempre consegue aproveitar ao máximo quando podermos estar juntas. Diego Flores, pela sinceridade à flor da pele, pelas trocas sempre instigantes e pelas conversas de bar. Ana Clara Damásio, pelo incentivo desde o início do doutorado e pelos almoços intermináveis no bar do Mendes. André Omisilê, pela forma sensível de escuta, pelas conversas sempre agradáveis e leves. Lídia Lacerda, por ter me aberto as portas de sua casa e de sua história, história que tanto me encanta e da qual sinto muito orgulho. Joelma Antunes, por me abraçar primeiro de longe, em minha rápida passagem pela UFBA, depois de perto quando, enfim, fui a Salvador; pelo afeto inestimável e pela nossa conexão inexplicável. Ismael Silva, por me ajudar a vislumbrar caminhos para além da Antropologia em sua forma escrita. Raquel Braga, pela doce forma de me incentivar e por fazer com que eu me sinta competente. Rute Anacé, por ser tão potente e inspiradora, mas, especialmente pela atitude de pegar o telefone e me fazer uma ligação – coisa considerada como fora de cogitação por tanta gente nesses tempos de impessoalidade. Eu estava pronta para desistir do doutorado. A sabedoria ancestral e a sensibilidade ímpar entranhada nessa mulher impediram que meu sonho e meu projeto de me tornar antropóloga fossem implodidos. Às pessoas integrantes do Mobile, pelas ricas experiências de troca e por todo incentivo.

Às minhas amigas e amigos de fora da academia, que tanto me ajudaram a lembrar que a vida pode sempre ser uma festa, onde podemos dançar, beber, sorrir e seguir. Por terem sido colo, abraço e lar na felicidade das horinhas de descuido e em momentos muito difíceis pelos quais passei durante essa trajetória. Gabi, pelo cuidado, pelas comidas quentinhas deixadas à porta do meu apartamento, por me forçar a fazer atividade física, por me deixar participar da rotina dela e das crias tão amadas da titia.

Lorena, por todo apoio, carinho e profundidade nas reflexões a respeito de decisões delicadas e difíceis. Anderlon, por sua forma peculiar de atenção, carinho e cuidado. Janine, por nunca ter largado minha mão, por ter aberto as portas da vida e da casa, por confiar em mim sua intimidade mais sensível e particular, por me deixar à vontade para também assim fazer; por desde o início dizer que iria dar tudo certo. Décio, pelas reflexões existenciais, por ajudar em dilemas de vida e de pesquisa. Laís, por levantar meu astral, por me fazer gargalhar nas horas mais improváveis, por ser a insensível mais sensível da paróquia. Gislene, por ser um exemplo de sabedoria, mulher extremamente inspiradora, pela disponibilidade de sempre. Joy, pelo sabor de infância da nossa amizade, por me acompanhar pelas zonas e por dançar o créu comigo até o chão. Brenda, amiga desde a tenra infância, por nunca soltar minha mão. Carluxo, por me fazer sorrir e me contar as melhores histórias – triste e alegres – sobre o Buraquim. Michele, por me inspirar em relação a como uma mulher-mãe pode se construir forte e amorosa, ainda que experimentando nuances duras da existência. Nadja, por me lembrar sempre que a âncora da arte é uma arma potente para fortalecer na caminhada.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (processo nº 88887.641439/2021-00 e nº 88881.982170/2024-01) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (processo nº 00193-00002486/2022-88), pelos investimentos financeiros que viabilizaram a realização do doutorado e a conclusão desta investigação.

A todas as pessoas não mencionadas, mas que se sabem importantes, e que hão de compreender meu cansaço e possível derradeiro esquecimento.

Maria, Maria (Milton Nascimento)

*Maria, Maria, é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta*

*Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta*

*Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria*

*Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca possui
A estranha mania de ter fé na vida*

RESUMO

Com olhar e escuta sensíveis, esta tese se debruça sobre maternidades e feiturias familiares entre trabalhadoras sexuais. Tais experiências integram um conjunto de dados densos, fruto um empenho etnográfico desenvolvido em perspectiva multissituada e na esteira dos estudos dedicados e comprometidos com os saberes localizados. A produção desses dados se deu a partir de cerca de quinze meses de trabalho de campo, sendo integrada por diário de campo, acompanhamento e participação em eventos, entrevistas, análise de perfis em redes sociais, longas conversas por aplicativos de mensagens, além de visitas a territórios de prostituição e partilhas de momentos da vida cotidiana. O universo de interlocução é diverso e amplo – composto por mulheres de diferentes raças, classes, geração, identidade de gênero e que atuam em múltiplas modalidades do trabalho sexual. As interlocutoras também se espraiam geograficamente por diferentes estados do Brasil, além de se subdividirem em dois grandes grupos – ativistas que lidam publicamente com o fato de serem trabalhadoras sexuais e mulheres que mantêm a atividade em segredo. Nesse mote, ao adentrar à temática do trabalho sexual não há como escapar das discussões acerca do estigma. Foi realizado um esforço para pensar em que medida ele assume certo caráter de agência, inclusive no que tange às feiturias familiares, uma vez que a partir das formas como opera são desenvolvidas estratégias para com ele lidar. Foram realizadas reflexões a respeito da ideia de que o acionamento da maternidade e outros papéis familiares é uma ferramenta mobilizada na busca de legitimação social. Por outro lado, essas relações de maternidade também podem ser acionadas por família e Estado com fins de questionar as trabalhadoras sexuais, relegando-as à perspectiva de um exercício inadequado da maternidade. Os principais argumentos desenvolvidos na tese dizem respeito à proposição de que o trabalho sexual deve ser pensado como um marcador social da dominação; que o sustento provido pelas interlocutoras da pesquisa é uma prática de cuidado efetiva e que confere sentidos e legitimidade a suas feiturias familiares, especialmente às maternidades; que as mobilidades intrínsecas aos fluxos do trabalho sexual também integram o provimento desse cuidado. Para além das questões analíticas viabilizadas pelos dados produzidos, há uma grande intenção que atravessou toda a produção do texto que aqui se apresenta: a possibilidade cara de amplificação das vozes das trabalhadoras sexuais com quem e entre quem pesquisei, com a esperança de que, num mundo ideal, sejam socialmente percebidas como “menos outras”. Elas – sejam mães, filhas, avós, irmãs, tias – e suas respectivas famílias.

Palavras-chave: Maternidades. Feiturias de família. Trabalho sexual. Cuidado. Estigma.

ABSTRACT

With a sensitive perspective and listening, this thesis focuses on motherhood and family formation among sex workers. These experiences comprise a dense data set, the result of an ethnographic endeavor developed from a multi-sited perspective and in the wake of dedicated and committed studies of localized knowledge. The production of this data stemmed from approximately fifteen months of fieldwork, including field diaries, monitoring and participation in events, interviews, analysis of social media profiles, long conversations via messaging apps, as well as visits to prostitution territories and sharing moments of daily life. The universe of dialogue is diverse and broad—composed of women of different races, classes, generations, and gender identities, and who work in multiple forms of sex work. The interlocutors are also spread geographically across different Brazilian states and are subdivided into two large groups—activists who publicly discuss their sex work and women who keep their activity secret. In this context, when addressing the topic of sex work, it is impossible to escape discussions about stigma. An effort was made to consider the extent to which it assumes a certain agency, including with regard to family structures, since strategies to address it are developed based on the ways in which it operates. Reflections were made on the idea that the activation of motherhood and other family roles is a tool mobilized in the search for social legitimacy. On the other hand, these motherhood relationships can also be triggered by families and the state to question sex workers, relegating them to the perspective of an inadequate exercise of motherhood. The main arguments developed in the thesis concern the proposition that sex work should be considered a social marker of domination; that the sustenance provided by the research interlocutors is an effective care practice that confers meaning and legitimacy on their family structures, especially motherhood; and that the mobilities intrinsic to the flows of sex work also integrate the provision of this care. Beyond the analytical questions raised by the data produced, there is a greater intention that permeated the entire production of the text presented here: the potential for amplifying the voices of the sex workers with whom and among whom I researched, with the hope that, in an ideal world, they will be socially perceived as "less other." They—whether mothers, daughters, grandmothers, sisters, aunts—and their respective families.

Keywords: *Maternities. Making family. Sex work. Care. Stigma.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS - *Acquired Immune Deficiency Syndrome*

AMMAR – *Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina*

ANPROSEX – Articulação Nacional de Profissionais do Sexo

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

APPS – Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo

APROCE – Associação de Prostitutas do Ceará

APROSBA – Associação de Profissionais do Sexo da Bahia

APROSPB – Associação de Profissionais do Sexo da Paraíba

ASPRORN – Associação de Prostitutas do Rio Grande do Norte

CAPS – Centro de Assistência Psicossocial

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPES PrInt – Programa Institucional de Internacionalização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CT – Conselho Tutelar

CUTS – Central Única de Profissionais do Sexo

FAPDF – Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes

HIV – *Human Immunodeficiency Virus*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada

LGBTQIAPN++ – Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não sexuais. O símbolo ++ informa sobre o fato de a sigla estar sempre em aberto a possíveis atualizações que se referem ao universo não heteronormativo

MG – Minas Gerais

Mobile – Laboratório de Etnografia das Circulações e Dinâmicas Migratórias

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – Rio de Janeiro

PiS – Parent in Science

PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

RBP – Rede Brasileira de Prostitutas

RJ – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

SAM - Serviço de Assistência ao Menor

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UnB – Universidade de Brasília

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS	14
Alguns caminhos e escolhas no processo de escrita	25
Mapa da tese	27
CAPÍTULO 1 – PÍLULAS DE HISTÓRIAS	29
Lívia	30
Jade	31
Paula.....	32
Lorena	33
Giovana.....	34
Beatrys	35
O que importa ser narrado e a quem importa o que se narra?.....	36
Histórias particulares gentilmente compartilhadas	45
“Onde come um, comem dez!”	45
“A casa dos meus pais foi construída em cima da minha ausência”	47
“Hoje eu não estaria onde eu estou se eu tivesse uma criança dependente de mim”	49
“As pessoas fazem perguntas, questionando minha capacidade de ser mãe. E o preconceito acontece na frente da gente”	52
“Sou uma mulher trans e uma mãe de família. Isso não significa que eu não me enquadro na definição de mãe”	56
INTERLÚDIO	59
CAPÍTULO 2: DANDO O CONTEXTO	86
A entrada no campo	94
Especificidades metodológicas na produção dos dados.....	98
Circulação nas zonas e flerte com o ativismo.....	103
Como a conjunção dos temas maternidade e trabalho sexual vem sendo abordada .	107
Trabalhadoras sexuais e seus múltiplos papéis nas escritas de si	108
Linguagens artísticas e a produção de imaginários sobre a trabalhadora sexual ..	111
Produções acadêmicas sobre maternidades, famílias e trabalho sexual.....	116
CAPÍTULO 3 – ACIONAMENTOS DA MATERNIDADE E DA FAMÍLIA – ESTRATÉGIAS NARRATIVAS E JOGOS DE PODER	120
Mas, afinal, o que é a maternidade? O que define uma mãe?.....	125
Quem pode e quem não pode ser mãe?	129

Emoções e negociações sobre si mesmas	134
Vozes dissidentes num dia das mães	143
“Não aguento mais essa vida. Tô aqui só por causa da minha filha!” - justificativas não solicitadas	149
Maternidade enquanto ferramenta política – instrumentalização de espaços e situações públicas para amplificar vozes e impor a vida real	151
CAPÍTULO 4 - NEM PERFEITAS, NEM TÃO DIFERENTES DAS OUTRAS: FAMÍLIAS QUE EXISTEM.....	
O sustento como prática de cuidado	172
Ostentação e consumo cotidiano	176
Quem vai comprar as fraldas?	178
“Tenho dois filhos. Mando dinheiro para eles todo mês!”	182
“Eu te amo desde quando você estava dentro da barriga de sua mãe”	184
O cuidado na autobiografia de Lourdes Barreto	188
Sustento como via de legitimação da feitura familiar – alguns sentidos e desafios	191
O trabalho sexual enquanto “argumento” para separação de mães e filhos	194
O caso de Maria Alice	199
O caso de Maria Flor	202
O caso de Santuzza e alguns ecos do ativismo	204
Caminhos reflexivos	206
CONSIDERAÇÕES PARA O MOMENTO	214
REFERÊNCIAS	218

NOTAS INTRODUTÓRIAS

“A puta tem família! Precisamos falar da importância das famílias em nossas vidas!” (Fátima Medeiros, aula da Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPROSEX¹), 2023, em livre transcrição).

Esta tese é fruto, dentre outras coisas, de um aceite à convocação de Fátima Medeiros, supracitada, a qual reverbera apelos explícitos e clamores silenciosos de muitas mulheres. Desde meu lugar de pesquisadora e aliada na luta por direitos de pessoas que exercem o trabalho sexual, por meio da investigação e escrita engajada que aqui apresento, me somo àquelas junto às quais estive em campo e com as quais sigo para além do contexto de pesquisa, especialmente na luta por formas mais justas, democráticas e diversas de estar e atuar no mundo.

Venho pesquisando a temática do trabalho sexual desde 2017, quando ingressei no mestrado, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Considero de extrema importância informar que me formei pesquisadora na referida Universidade: periférica, localizada no alto do Vale Jequitinhonha em Minas Gerais, que se consolidou a partir da política pública de expansão e interiorização do ensino superior público e que foi implantada pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva. Foi a trajetória na UFMG, composta por um Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, uma Licenciatura em Geografia e o Mestrado em Ciências Humanas que me qualificou para lograr uma vaga no tão disputado Doutorado em Antropologia, um dos programas de Pós-Graduação de excelência da Universidade de Brasília (UnB). Esta pesquisa também foi contemplada com uma bolsa de doutorado sanduíche, por meio do Programa Institucional de Internacionalização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES PrInt), ocasião na qual fui recebida pelo Instituto Universitário de Lisboa. Ao olhar para trás, me sinto honrada e privilegiada quando vejo de onde parti e por onde tenho conseguindo caminhar.

A escolha do tema para a investigação do doutorado se deu, num primeiro momento, por provocação de minha orientadora. Eu jamais havia cogitado desenvolver esta pesquisa quando consegui ser aprovada no doutorado. Me inscrevi no Programa de

¹ A ANPROSEX é uma das três redes nacionais de profissionais do sexo. As outras duas são a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS). Cada uma dessas redes agrega um conjunto de associações e coletivos estaduais e regionais. O objetivo é a manutenção de uma estrutura organizada do movimento brasileiro de trabalhadoras sexuais.

Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB com um projeto que nada tinha a ver com os estudos de gênero, menos ainda com maternidades, e ainda menos com a transa² com o trabalho sexual. A professora Andréa Lobo tem um papel fundamental no resultado que aqui apresento. A sensibilidade de capturar o brilho dos meus olhos nas vezes em que mencionei minha pesquisa de mestrado, na qual me debrucei sobre memórias de uma extinta região de meretrício em Diamantina-MG, foi um aspecto fundante e que viabilizou essa escrita. Na trama de uma orientação primorosa, Andréa “puxou a brasa para a sardinha dela”: me encorajando a falar das mães, das maternidades e da relações, dinâmicas e feitura familiares entre trabalhadoras sexuais.

Dentre questões de cunho mais particular e íntimo, acho válido mencionar que eu fui profundamente atravessada pela minha própria condição de mulher e mãe durante todo o trabalho de campo e escrita da tese. Iniciei o doutorado ainda na pandemia de Covid-19. Meu filho mais novo tinha apenas três anos de idade e a mais velha, que era uma pré-adolescente, decidiu ir morar com o pai, em uma cidade razoavelmente distante. Em resumo, passei por muitos dilemas, alguns bastante dolorosos, mas que colaboraram para forjar uma espécie de sensibilidade etnográfica para lidar com questões igualmente ou ainda mais sensíveis em experiências de maternidade e família das interlocutoras deste trabalho.

Outro desafio que integra e transversaliza toda essa escrita e minha trajetória doutoral, com a voracidade de uma faca de dois gumes, é um sentimento pessoal e particular, que para definir, tomarei emprestadas palavras do professor José Miguel Nieto Olivar (2023): “comecei a me tonar antropólogo tardiamente, no doutorado, sempre com a cabeça de quem chega tarde, de quem está sempre devendo [...]” (p. 167-168). Essa chegada tardia à Antropologia, à qual se soma uma trajetória particular na pós-graduação igualmente em atraso em relação à maioria de minhas colegas e em relação a quem opta logo cedo por uma trajetória na pesquisa é, por vezes, bastante desconfortável. O que não significa dizer que seja algo totalmente ruim. O mesmo desconforto que desestabiliza, obriga a buscar estratégias que deem conta de ordenar o presente corrido e organizar o porvir. E com certa maturidade. Ademais, gosto muito, muito... daquele verso cantado por Milton Nascimento, que diz que “os sonhos não

² A escolha desta palavra se dá em função de uma de suas definições formais, que diz respeito a lidar, negociar, fazer alguma transação. Mas, principalmente, porque mulheres ligadas ao ativismo, como Gabriela Leite e Lourdes Barreto, costumam fazer uso do termo. O duplo significado – das negociações e das relações sexuais – produz possibilidades disruptivas de sentido quando o que está em jogo são escritas que se aliam às demandas da categoria das trabalhadoras sexuais.

envelhecem”. De maneira que em minhas escolhas de como estar no mundo a essa altura do campeonato, especialmente no que tange a me engajar em lutas nas quais acredito, inclusive por meio da produção de conhecimento, me fazem crer que sonhar segue valendo a pena. Apesar de alguns percalços, a vida presta!

A frase que intitula esta tese – “Não somos sozinhas no mundo! Temos filhos, temos família!” – foi dita por Monique Prada³ em uma *live*⁴ transmitida a partir de seu perfil no *Instagram*, no ano de 2023, em ocasião do dia Internacional da Mulher – o celebrado 8 de março. Acompanhei previamente a decisão de algumas trabalhadoras sexuais⁵ ativistas em realizar aquela *live* e o argumento mobilizador era o fato de não serem incorporadas em outros eventos alusivos à data, geralmente organizados por frentes de filiação feminista. Decidiram fazer algo por si e para si mesmas, podendo, no limite, alcançar um público um pouco mais amplo. O plano dessas mulheres, de chamarem a atenção para suas existências e demandas, especialmente evocando o *status* de feministas – ou putafeministas – entretanto, não foi a questão mais interessante naquela ocasião. Pelo menos para mim, que já estava estimulada a refletir a respeito das trabalhadoras sexuais para além da condição de se tratarem de sujeitas políticas. Foram muitas as menções à família e, especialmente, ao fato de serem mães.

Ser mãe é algo socialmente esperado das mulheres ocidentais e ocidentalizadas, desde uma perspectiva histórica, ainda que na contemporaneidade a decisão pela maternidade tenha se tornado um terreno de muitas disputas. Trata-se de um papel familiar e social permeado por romantizações, questionamentos, moralidades, sacralidade, recusas, rupturas, permanências. Partindo do pressuposto de que somos sujeitas culturalmente informadas a respeito de como organizar nossas existências – estabelecendo objetivos, projetando desejos, traçando planos de vida e esboçando futuros possíveis – a maternidade pode ou não se tornar algo desejado. Caso se consolide enquanto um desejo, ou mesmo quando se impõe como experiência concreta em ausência do querer explícito, e sem que haja recusa ativa, permanece a indagação: qualquer mulher pode, de fato, ser mãe? Quem são aquelas de nós autorizadas socialmente a exercer a maternidade? Quais mulheres são legitimadas como tais no imaginário coletivo e nas estruturas institucionais que regulamentam os modos

³ Mãe, avó, trabalhadora sexual, escritora, autora do livro *Putafeminista* (2018), colunista do portal Fatal Model e da Mídia Ninja, coeditora do site mundoinvisivel.org.

⁴ Falarei com mais vagar a respeito desta *live* em outro momento, mais adiante.

⁵ Esclarecerei os sentidos e usos da categoria logo a seguir.

possíveis de ser mãe? Essas questões emergiram em minha pesquisa de mestrado⁶ e seguem reverberando em minhas reflexões e, neste momento específico, mobilizam esta investigação doutoral. Especialmente em função de entender que, na mesma medida em que a maternidade idealizada possa ser assumida como um imperativo cultural, ela é socialmente interdita a algumas categorias de mulheres, em especial às trabalhadoras sexuais. Há, portanto questões paradoxais, ambíguas e não resolvidas a serem exploradas.

Em campo me dediquei a olhar para feitura familiares entre minhas interlocutoras, com especial interesse nas maternidades, assumindo que amor, obrigações e estigma são elementos cruciais que operam na tessitura de tais relações. Penso aqui maternidades, no plural, em função de compreender que há diversas maneiras e possibilidades para tal exercício. Importante levar em conta que os múltiplos papéis familiares também estão em minha esfera de interesse. Considero, portanto, que há emaranhados de relações que fazem família e faço um esforço para colocar em relevo aquelas relações de maternidade.

O atravessamento do trabalho sexual é de fundamental importância, por numerosos motivos. Mas neste momento introdutório me limitarei a argumentar que o estigma que orbita tal atividade produz efeitos diversos nas maneiras das trabalhadoras se perceberem como pessoas, olharem para o mundo, organizarem suas emoções e sentimentos etc., mas, principalmente, na maneira como suas relações familiares são tecidas no cotidiano, na arteficialidade da vida ordinária, na feitura em si mesma – especialmente nas maneiras como lidam com os desafios da maternidade. O amor é outro elemento crucial nesses processos e na manutenção das dinâmicas familiares. Interesse-me, portanto, em compreender como operam as tensões do estigma e quais os desdobramentos na realidade concreta, em que medida amor e obrigações são molas propulsoras tanto na produção e manutenção das relações familiares, quanto na construção de estratégias para lidar com o estigma. Trata-se de apreender as interlocutoras da pesquisa dando ênfase a uma dimensão de suas vidas que lhes é sistematicamente negada no imaginário construído sobre elas – maternidade e família –

⁶ A partir do entrecruzamento de análise de textos de jornais das décadas de 1950-60 e História oral família e maternidade se revelaram importantes categorias de investigação. Na ocasião, as disputas de narrativas – dos textos jornalísticos e das narrativas orais revelaram muitas disputas acerca da conduta de trabalhadoras sexuais, especialmente no que dizia respeito às relações com filhas e filhos. Enquanto os jornais colocavam em xeque a conduta de prostitutas, em sentido amplo, mas imputando-as a ideia de inabilidade maternal intrínseca, as histórias que me contaram revelavam mulheres amorosas, cuidadosas e que se empenhavam para ficar com os filhos, a despeito de destituições de guarda compulsórias.

e que, segundo Georgina Orellano⁷ (2022), não entra no estereótipo que se constrói sobre as trabalhadoras sexuais.

Nesse sentido, acredito que o recorte proposto é um recurso produtivo para chamar a atenção para dimensões familiares das vidas de trabalhadoras sexuais, acolhendo os múltiplos papéis que estas exercem em suas vidas, com destaque àqueles da parentela. Destaco a importância de evidenciar semelhanças e distinções em relação a famílias outras, ancorada nas argumentações de Marshall Sahlins (2011a, 2011b) e Janet Carsten (2014) quanto aos múltiplos aspectos do parentesco. Ao se opor a imperativos biológicos e naturais no que tange a esse campo de investigação antropológica, Sahlins (2011a, 2011b) propõe a ideia de mutualidade do ser, a qual abarca um conjunto de possibilidades de produção de vínculos para além da consanguinidade, levando em conta que pessoas participam das vidas umas das outras e diferente formas, em diferentes contextos culturais e formas de organização social. O autor postula que o parentesco não é exclusivamente biológico, destacando sua dimensão flexível e inclusiva. Na esteira das contribuições de Sahlins, Carsten (2014) acrescenta as noções de espessamento e diluição do parentesco, cujas variações informam a complexidade que permeia sua produção. Em outras palavras, famílias e relações familiares, em sentido amplo, são atravessadas por aspectos positivos e negativos, aproximações e distanciamentos, obrigações e recusas, dentre outras contradições. Esse esforço reflexivo é fundamental para produzir estranhamentos em relação a concepções hegemônicas de relações e estruturas familiares ideais, as quais, de maneira ampla, não conformam experiências da vida real.

É pertinente destacar, também, que me ancoro na ideia de que “ênfatisar o que temos em comum e não o que nos separa pode ser uma boa maneira de aproximar de ‘outras mulheres’, é a estratégia que Gail Pheterson propõe para lidar com prostitutas” (Juliano, 2005, p. 105, tradução minha). Concordando com as autoras, trazer à baila o que há de comum entre as mulheres – trabalhadoras sexuais ou não – enquanto estratégia de aproximação e, no meu caso, pensando especialmente nas maternidades, é outro recurso potente para construir novos olhares e estimular a percepção a respeito dessas “outras” como menos “outras”, nos termos de Lila Abu-Lughod (2020).

⁷ Trabalhadora sexual e militante feminista, desde 2014 é secretária geral da *Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina* (AMMAR), dedicada à defesa dos direitos humanos e laborais das trabalhadoras sexuais da Argentina. Membro da Central de Trabajadores Argentinos.

Para além de questões estritamente ligadas à maternidade, é importante recuperar que nas concepções primeiras da ciência antropológica, a exotização do outro era uma premissa primordial às empreitadas de estudos e pesquisa. Como nos mostra a própria história da disciplina, a contemporaneidade e as demandas da modernidade reconfiguraram ideias e relações de outridade. O outro da sociedade distante e inacessível, ao longo do tempo, cada vez deu mais lugar a um outro próximo, participante dos mesmos ordenamentos de organização social e com muitos elementos culturais compartilhados. Argumento, portanto, que alguns grupos ou categorias de pessoas, dentre as quais as trabalhadoras sexuais, seguem experienciando processos de exotização. Justifico desde uma dimensão empírica, a partir da qual tenciono analisar dicotomias que colocam em relação sociedade e interlocutoras de minha pesquisa, a exemplo de abjeção e curiosidade – elementos muito presentes quando se faz alguma referência a trabalhadoras sexuais. Mas não só. Uma falsa ideia de “coesão e coerência” a respeito dessas mulheres também é empiricamente observável, especialmente quando da menção à minha pesquisa, ouço coisas do tipo: “elas sofrem muita violência”; “elas têm uma vida difícil e triste” etc. Importa, portanto, apresentar histórias, fragmentos de histórias, experiências, casos e situações particulares no sentido de colaborar para desobscurecer realidades que desvelam múltiplas perspectivas e maneiras de dar sentido às relações e ao mundo, as quais não necessariamente correspondem a estereótipos e imaginários.

A realização deste trabalho foi repleta de partilha de tempo, aprendizado, afetos, experiências, histórias, espaços, acesso a algumas famílias. Em um campo extremamente delicado, de difícil inserção, permeado de limites explicitamente impostos no que tange ao segredo e a uma espécie de interdição à família, consegui, ainda que timidamente, acessar algumas pessoas para além das interlocutoras principais. Minha própria família – ascendente e descendente: meus pais e meus filhos – esteve presente em alguns momentos ao longo desta investigação; assim como meus próprios papéis exercidos no âmbito familiar – de filha, mãe, esposa, irmã – estiveram implicados. Meu companheiro, algumas amigas e amigos externos ao contexto do trabalho sexual também integraram esse processo. Cabe destacar, especialmente, a importância da minha circunscrição em campo desde o lugar de “pesquisadora-mãe”, categoria discutida por Daniela Dell’Aglilio (2023) a partir de sua experiência de pesquisa por alguns meses em uma comuna rural, a qual se realizou com a presença permanente da filha pequena. A autora argumenta que sua posição de pesquisadora e

mãe, ambas atuando o tempo todo ao longo da realização do trabalho, borravam as fronteiras de “pesquisador *versus* pesquisado”.

Frente a esse cenário, assumo se tratar de um campo impossível de ser adentrado com a pretensão de se desvencilhar das emoções. Ademais, Maria Claudia Coelho inspira nesse sentido:

O que importa de fato é reconhecer a presença necessária da interlocução afetiva como parte intrínseca da motivação intelectual, realizando a missão mais nobre da ciência [...], inclusive, ou talvez principalmente, quando faz de si mesma objeto de seu método: ganhar clareza em relação a seus processos. Mas porque é importante reconhecer a presença crucial do afeto para a interlocução intelectual? A importância desse reconhecimento é a admissão de que ele é um aspecto intrínseco do processo de produção de conhecimento. E essa admissão importa porque, se negada, pode conduzir a uma paralisia intelectual, provocada pelo ideal errônico de um fazer científico definido por uma “asepsia emocional.” (Coelho, 2024, p. 23).

Neste mesmo mote, Jeanne Favret-Saada (2005) instiga a pensar num fazer antropológico no qual quem pesquisa se deixe afetar, reconhecendo-se enquanto um sujeito vulnerável e permitindo que essa vulnerabilidade atue como meio para compreender sentidos e pontos de vista nativos de maneira mais reflexiva. Noutras palavras, a autora sugere privilegiar, dentre outras coisas, o “livre jogo de afetos desprovidos de representação” (p. 161), desafiando *scripts* rígidos de pesquisa, a pretensa neutralidade e o distanciamento que ordenam o fazer científico tradicional.

Seguindo esses fluxos e assumindo os afetos, recorro a Donna Haraway para dimensionar o empreendimento para uma produção de conhecimento por meio da objetividade posicionada, na qual as interlocutoras de pesquisa são tomadas como agentes produtoras de saberes situados. Ademais, me valendo da metáfora da visão, utilizada pela autora para concluir que não há produção de conhecimento que não seja mediada, algumas de minhas escolhas estão implicadas nesta tese. Especialmente aquelas que se referem a levar a sério as perspectivas das interlocutoras, sempre de forma reflexiva e intersubjetiva, além de minha adesão a algumas demandas caras a elas – o que resultou, por exemplo, em importantes alianças para além da pesquisa. Cabe ressaltar, também, a existência da partilha de algumas leituras de mundo e de reflexões construídas coletivamente. O esforço que aqui apresento, portanto, conjuga um estar em campo permeado de afetos e engajamento, mas sem perder a dimensão daquilo que Mariza Peirano propõe acerca da etnografia, uma vez que “não é apenas um método,

mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação” (2008, p. 3).

Meu universo de interlocução é diverso e permite várias maneiras de categorizar as mulheres com quem pesquisei. Mães, filhas, avós, irmãs, netas, tias, primas, sobrinhas. Mulheres cisgêneras, transgêneras. Mulheres, pretas, pardas, brancas. Mulheres jovens, de meia idade, idosas. Mulheres de distintos estratos sociais e econômicos. Mulheres de várias cidades e estados do Brasil. Mulheres analfabetas, com formação técnica, graduadas, mestras, doutoras. Escritoras, empreendedoras, influenciadoras digitais, educadoras sociais, lideranças, colunistas de blogs e jornais, redutoras de danos, ativistas políticas, representantes em conselhos municipais, estaduais, nacionais. E algo compartilhado por todas elas – são trabalhadoras sexuais. Importante salientar que esta dimensão em comum será tomada como prevalente em relação a todos os outros atravessamentos – de raça, classe, geração, origem etc. Trata-se de uma escolha ancorada em diálogos com as interlocutoras da pesquisa, os quais informam a urgência de se dar relevo às suas respectivas feitura familiares e maternidades. Ademais, espero que esse esforço dedicado a dimensões particulares das experiências de trabalhadoras sexuais possa servir de estímulo a outras investigações que explorem com maior vagar aqueles outros aspectos interseccionais.

Da perspectiva de processos de subjetivação conectadas às diferentes formas de se posicionar em relação ao trabalho exercido, parte das interlocutoras é de mulheres que se colocam publicamente como trabalhadoras sexuais, as quais adotam autorreferenciamentos como prostituta, profissional do sexo, acompanhante, produtora de conteúdo etc. Algumas são ativistas vinculadas a coletivos, associações ou organizações locais e regionais de trabalhadoras sexuais. Outras lidam bem com a exposição pública, sem estarem, necessariamente, vinculadas a algum grupo. Muitas se apresentam como putafeministas – termo cunhado recentemente e que é utilizado por trabalhadoras sexuais que se entendem como feministas, mas que não se sentem acolhidas ou contempladas por uma ou mais vertentes do feminismo⁸. Por meio de suas redes sociais, compartilham cotidianos, rotinas de trabalho e de ativismo, eventos e encontros das associações, reflexões a respeito do estigma etc.

⁸ Claudia Fonseca (2016) delimita algumas disputas acerca do tema e destaca as ambiguidades presentes no campo dos estudos feministas quando se está em questão o trabalho sexual.

Outro grupo de interlocutoras trabalha em zonas, boates, cabarés⁹ pelos interiores do Brasil, sendo que a maioria entre elas exerce o trabalho sexual sem o conhecimento da família e das relações mais próximas. Os autorreferenciamentos transitam entre prostituta, acompanhante, garota de programa. Uma constatação que antecipo é que diante do silêncio ou da publicização da própria imagem e da própria vida, há diferentes maneiras de agenciamento frente à maternidade, família e estigma. Neste sentido, a pesquisa assume um caráter multissituado (Marcus, 1995), uma vez que desfocada de um campo fixo, acompanhou os fluxos de interlocução em diferentes espaços, físicos e virtuais.

Falando do trabalho sexual propriamente dito, tratam-se de trocas sexuais, presenciais ou virtuais, mediadas por trocas econômicas. Complementando a definição, é uma atividade laboral de prestação de serviço sexual realizada por pessoas com dezoito anos ou mais, capazes e com autonomia da vontade – e somente nessa condição. Na gama de serviços que são encampados pelo trabalho sexual, a prostituição é o mais antigo e o mais conhecido. Há, entretanto, um conjunto de outros trabalhos que emergiram mais contemporaneamente, especialmente a partir do advento das tecnologias da informação, que angariaram novas adeptas e adeptos e, também, absorveram um número significativo de trabalhadoras e trabalhadores da prostituição em função da pandemia de Covid-19. Dentre estes trabalhos destaco alguns, como a atividade de *camgirls*, produção de conteúdo, venda de *packs* de fotos e vídeos, indústria pornô.

Da perspectiva jurídica, é importante registrar que o trabalho sexual, ou prostituição, não é crime. Já o lenocínio, também categorizado como rufianismo ou cafetinagem, era enquadrado criminalmente (Brasil, 1940) na redação original do Código Penal, estando sua definição diretamente atrelada à manutenção de casa de prostituição e seu respectivo favorecimento. No ano de 2009, a Lei Federal 12.015 apresentou uma modificação nesta redação, substituindo o termo “prostituição” por “exploração sexual”, reconfigurando as possibilidades de entendimento legal e abrindo novos caminhos para a descriminalização das popularmente chamadas casas de prostituição.

A categoria de profissionais do sexo foi incorporada à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no ano de 2002,

⁹ Zona, boate e cabaré são nomenclaturas comuns acionadas por trabalhadoras sexuais para definir as casas de prostituição nas quais circulei durante a pesquisa.

sob o número 5.198-05, o que torna inequívoco seu caráter laboral, a despeito das disputas e da deslegitimação social acerca da atividade. A elaboração do texto de descrição contou com a participação de algumas trabalhadoras sexuais vinculadas ao movimento social¹⁰ das trabalhadoras sexuais do Brasil, como Gabriela Leite¹¹ (1951-2013), Lourdes Barreto¹² e Fátima Medeiros¹³. O documento versa o seguinte:

Descrição Sumária: Buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. as atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidades da profissão. Formação e Experiência: Para o exercício profissional requer-se que os trabalhadores participem de oficinas sobre sexo seguro, o acesso à profissão é restrito aos maiores de dezoito anos; a escolaridade média está na faixa de quarta a sétima série do ensino fundamental. Condições Gerais de Exercício: Trabalham por conta própria, em locais diversos e horários irregulares. no exercício de algumas das atividades podem estar expostos a intempéries e discriminação social. Há ainda riscos de contágios de dst, e maus-tratos, violência de rua e morte.

¹⁰ Ao me referir dessa maneira à organização política de trabalhadoras sexuais enquanto um movimento social, primo pela legitimidade deste processo a partir da teoria dos movimentos sociais, em especial diálogo com autores como Maria da Glória Gohn (2008, 2017) e Alain Touraine (1998). Para mais, ver Teodoro e Vale (2018), Barcellos (2025).

¹¹ “Gabriela Leite (1951-2013), nome de trabalho, foi fundadora da primeira organização de prostitutas no Brasil, no final da década de 1980. Gabriela Leite tornou-se a principal ativista dos direitos das prostitutas no Brasil. Filha da contracultura dos anos 70, trocou a faculdade de sociologia pela prostituição. Diante das frequentes violações dos direitos de suas colegas, iniciou trabalho nacional de organização da categoria, a partir da desconstrução de representações socialmente aceitas sobre a prostituição, dando-lhe novos sentidos e buscando o seu reconhecimento como profissão.” (Texto extraído de <http://www.umbeijoparagabriela.com/?page_id=293>. Acesso em 05 nov. 2022). Sua história marcada pela militância e autonomia, na qual ela se definiu como “mãe, avó e puta”, inspirou o deputado federal Jean Wyllys a propor o Projeto de Lei n. 4.211/12, batizado “Lei Gabriela Leite”, que propõe um determinado modelo de regulamentação da atividade dos profissionais do sexo (BRASIL, 2012). Gabriela Leite também é autora de dois livros – Eu, mulher da vida (1992) e Filha, mãe, avó e puta: uma mulher que decidiu ser prostituta (2009).

¹² “Lourdes Barreto é natural da Paraíba, mas mora em Belém do Pará há mais de 60 anos. Fundou com Gabriela Leite a Rede Brasileira de Prostitutas - RBP, primeiro movimento em rede das trabalhadoras sexuais da América Latina. É uma das fundadoras do Movimento de Promoção da Mulher - MOPROM e em 1990 criou o Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará – GEMPAC. Foi representante por notório saber em gênero e por sua atuação na promoção e defesa dos direitos das mulheres do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM no triênio 2018-2021. Integra a Plataforma Latino Americana de Pessoas que Exercem Trabalho Sexual - PLAPERTS e a Rede Mundial de Trabalhadores Sexuais - NSWP. Está entre as 100 pessoas que iniciaram o programa de Aids no Brasil e contribuíram para a construção do Sistema Único de Saúde – SUS. Com mais de 50 anos de prostituição e 35 anos na luta pelos direitos das mulheres, especialmente as que exercem o trabalho sexual, Lourdes completou 80 anos no dia 22 de janeiro de 2023, com samba enredo em sua homenagem da Escola de Samba Piratas da Batucada. Lançou em fevereiro desse mesmo ano a 1ª edição da sua Puta Autobiografia no Theatro da Paz.”. (Trechos extraídos de: <https://www.lojadaclara.com.br/produto/pre-venda-puta-autobiografia-lourdes-barreto.html>. Acesso em 12 mar. 2024).

¹³ Mãe, avó, trabalhadora sexual, presidenta da ANPROSEX, liderança da Associação de Prostitutas da Bahia (APROSBA), mãe atípica, autora do livro Puta História (2024, editora Ofícios Terrestres). Fátima Medeiros também participou, ao lado de outras trabalhadoras sexuais, da elaboração do texto descritivo da ocupação de Profissionais do Sexo, que integra a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério de Trabalho e Emprego desde 2002, sob o número 5189-95.

(Extraído de <https://cbo.mte.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaParticipantes.jsf> acesso em 31 out. 2024).

Cabe esclarecer que o trabalho sexual não deve ser confundido com tráfico de pessoas e nem com exploração sexual, posto que ambas as situações se dão alheias ao consentimento¹⁴; e, menos ainda com violência e/ou exploração sexual contra crianças e adolescentes (Brasil, 1940). Destaco que o termo prostituição infantil, além de equivocado é extremamente violento, uma vez que, por definição, crianças não possuem capacidade para consentir relações sexuais, nos termos da lei. Esclarecer essas diferenciações é de extrema importância. Tráfico de pessoas, exploração sexual, violência sexual contra crianças e adolescentes são crimes. A prática de crimes não deve servir de argumento aos esforços de desqualificação e tentativas de criminalização de um labor legítimo. Ademais, no texto da CBO versa que uma das características do trabalho é “combater a exploração sexual contra crianças e adolescentes”.

Destarte, desde uma perspectiva analítica, a categoria trabalho sexual é cara à minha pesquisa. Primeiramente, por se tratar de um termo com sentido político e que tem a função de impor que se trata de um trabalho legítimo. Mas não só. É importante fazer uso dessa categoria, uma vez que ela permite incorporar um conjunto de pessoas que exercem diferentes atividades e que, também, se autodeclaram de distintas maneiras. Não há consensos, por exemplo, quanto à maneira como deseja ser identificada uma mulher que precifica seus serviços sexuais prestados presencialmente. Há muitas possibilidades – prostituta, puta, acompanhante, perigete, garota de programa, entre outros. As variações não estão vinculadas a absolutamente nada, a não ser à maneira particular por meio da qual cada pessoa prefere ser categorizada. Algumas mulheres argumentam que a escolha pelo termo acompanhante é capaz de suprimir o estigma e preconceito. Outras fazem questão de dar relevo a nomenclaturas como prostituta ou puta, propondo, inclusive, que tais termos sejam devidamente apropriados pela categoria pela via da legitimidade do trabalho e, assim, ressignificados. Outras tantas rejeitam veementemente estes termos, por considera-los pejorativos. Em resumo,

¹⁴Laura Lowenkron (2015) faz uma análise relevante a respeito de consentimento e vulnerabilidade, os quais, segundo a autora, “são conceitos chaves e complementares para a compreensão dos regimes contemporâneos de regulação jurídica das sexualidades e das sensibilidades sociais e políticas em relação à violência. Ao analisar os pressupostos do conceito de consentimento e suas articulações com a ideia de autonomia individual, bem como as ambiguidades e a potência da noção de vulnerabilidade, enquanto categoria capaz desconstruir o valor central do consentimento na nova ordem sexual orientada por ideias e ideologias liberais, busco iluminar alguns dilemas éticos e políticos que estão em jogo na definição da violência e na construção/desconstrução da ideia de vitimização.” (p. 225).

não há uma forma de identificação coesa ou uma unidade de códigos e entendimentos quando se fala sobre a maneira como trabalhadoras sexuais se nomeiam para si mesmas, entre si e para o mundo. Entretanto, a sociedade da qual fazem parte costuma olhar e classificar a todas elas da mesma maneira, independentemente do tipo de serviço que prestam, quanto cobram ou a qual estrato social e econômico pertencem. Como disse uma trabalhadora sexual no lançamento de seu documentário “Filhos da Puta”, num evento sobre Direitos Humanos, promovido pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, em 2019: “[para a sociedade] é tudo puta!”. De minha parte, me esforcei para utilizar o termo trabalho sexual, mas em alguns momentos não será possível escapar de nomenclaturas como prostituta, puta ou alguma outra, tanto em função de autorreferenciamentos, quanto em função de diálogos teóricos com outras autoras que outrora elegeram suas próprias classificações.

Alguns caminhos e escolhas no processo de escrita

Ave Maria da rua (Raul Seixas)

*No lixo dos quintais / Na mesa do café
No amor dos carnavais / Na mão, no pé, oh
Tu estás, tu estás / No tapa e no perdão / No ódio e na oração*

*Teu nome é Yemanjá / E é Virgem Maria
É Glória e é Cecília / Na noite fria
Oh, minha mãe / Minha filha tu és qualquer mulher
Mulher em qualquer dia*

*Bastou o teu olhar / Pra me calar a voz
De onde está você / Rogai por nós
Oooh, Oooh! / Minha mãe, minha mãe
Me ensina a segurar / A barra de te amar*

*Não estou cantando só / Cantamos todos nós
Mas cada um nasceu / Com a sua voz
Oooh, Oooh! / Pra dizer, pra falar
De forma diferente / O que todo mundo sente*

*Segure a minha mão / Quando ela fraquejar
E não deixe a solidão / Me assustar / Oooh, Oooh!*

*Minha mãe, nossa mãe / e mata minha fome
Nas letras do teu nome / Oooh, Oooh!*

*Minha mãe, nossa mãe / E mata minha fome
Nas letras do teu nome / Ooooh, Ooooh!
Minha mãe, nossa mãe / E mata minha fome
Na glória do teu nome.*

A música “Ave Maria da rua”, escrita por Raul Seixas e Paulo Coelho, transborda e inunda de sentidos e sincretismo possíveis fronteiras da maternidade, especialmente aquela imaginada enquanto um sacerdócio. Por um lado, a liberdade interpretativa da arte permite compreender que esse canto desafia a ideia hegemônica e cristã da mãe pura e imaculada, quando evocados o ódio e o tapa; ou quando não apenas a Virgem Maria adentra à cena, mas, antes dela, a Yemanjá da ancestralidade afro-religiosa. Por outro lado, a figura da mãe também é delimitada pelo dimensionamento da esperança ou de alguma certeza de que sua mão estará estendida diante do fraquejo, ou que a mãe também está sempre a postos para cumprir a função de proteger e acalmar nos momentos de solidão.

Fato é que nem a arte transgressora de Raul Seixas e Paulo Coelho, e nem mesmo um fazer antropológico inconforme com as prescrições sociais hegemônicas acerca da maternidade e da família, escapam totalmente às acepções, ideias e noções compartilhadas culturalmente. Digo isso porque esta tese é sobre muitas mulheres, dentre as quais a maioria será chamada de Maria – inspirada na música Ave Maria da Rua e, também, na oposição judaico-cristã entre Maria mãe de Jesus e Maria Madalena, “a prostituta bíblica”. Algumas das mulheres entre as quais pesquisei são Marias mesmo, de batismo e certidão de nascimento. Essas tantas Marias também remetem àquelas cantadas por Milton Nascimento – misturando dor e alegria, carregando marcas no corpo, possuindo a estranha mania de ter fé na vida, sendo dignas e merecedoras de sonhar, viver e amar.

As experiências narradas nesta etnografia trarão de forma predominante nomes compostos – sendo o primeiro, Maria – livremente atribuídos às interlocutoras. Em alguns momentos, uma mesma Maria amalgamará características e vivências de duas ou três mulheres. Detalhes como idade, geração e gênero dessas mulheres, de filhas, filhos e outros parentes também não correspondem à realidade. O manejo desse jogo de identidades cumpre a função de resguardar o anonimato e dimensões do particular bastante sensíveis. Para tal exercício, me inspiro em Cláudia Fonseca (2007), que propõe que tal decisão “não implica necessariamente numa atitude politicamente omissa

do pesquisador” (p. 42). Em meu caso, trata-se de uma escolha respeitosa para com aquelas que se dispuseram a contribuir com a produção de conhecimento aqui proposta.

Algumas interlocutoras ativistas, especialmente aquelas vinculadas ao movimento das trabalhadoras sexuais, autorizaram o uso de seus nomes reais, assim como de seus familiares, uma vez que já lidam publicamente com a exposição de si e dos seus. Dentre estas, uma ou outra também é Maria, mas de registro e papel passado. Entretanto, mesmo no universo mais público ao qual essas mulheres se integram, houve momentos, lá e alhures, em que as questões íntimas partilhadas possuíam uma dimensão sensível tão profunda que o segredo foi solicitado. É nesse ir e vir do que pôde ser dito, porém confiando a mim a tarefa de manter o segredo da identidade por detrás da história, que as amálgamas foram fabricadas, revelando que a porosidade entre a realidade e a ficção etnográfica não anula a profundidade da experiência das pessoas reais, nos fluxos da vida ordinária. Isso, dentre outras coisas, é o que tentarei demonstrar.

Mapa da tese

No primeiro capítulo são apresentadas, em dois momentos diferentes, algumas experiências particulares vividas por seis trabalhadoras sexuais. Inspirada em Lila Abu-Lughod (2020), lanço mão de um jogo narrativo para instigar algumas reflexões incipientes a respeito das subjetividades e formas de identificação das mulheres a respeito das quais eu falo e com quem dialoguei. Na sequência, há um interlúdio. Trata-se de uma pequena homenagem a uma das interlocutoras desta pesquisa que, além da generosidade de partilhar muito de sua história, permitiu que eu tivesse largo acesso à sua família.

O capítulo dois versa sobre uma contextualização geral a respeito da temática abordada e do universo de interlocução junto ao qual eu pesquisei. Apresento alguns conceitos e categorias que aparecerão com frequência ao longo do texto, as escolhas metodológicas e narro os diferentes percursos para entrada em campo. Também exploro formas como a temática vem sendo abordada a partir das escritas de si, de linguagens artísticas e pela via da produção acadêmica.

Já no terceiro capítulo, a partir de um conjunto de dados etnográficos, nos quais se incluem entrevistas, acompanhamento de eventos, conteúdo de redes sociais e

anotações em caderno de campo, analiso diferentes formas por meio das quais as interlocutoras acionam a maternidade e seus papéis familiares. Recorro à antropologia das emoções para refletir sobre negociações particulares que antecedem e que se implicam nas diferentes maneiras de se evocar o pertencimento familiar. Exploro, também, os distintos lugares em que isso acontece. Outro aspecto que desenvolvo é a ideia de que o trabalho sexual é um marcador social relevante e prevalente nas maternidades e feitura de família das interlocutoras.

No quarto capítulo exploro diferentes experiências para desenvolver o argumento de que o sustento provido pelas trabalhadoras sexuais é uma prática de cuidado efetiva e que faz família. Dialogo com a produção recente acerca do cuidado, entendendo que a perspectiva que apresento se distancia de outras com maior projeção no campo acadêmico. Nas tramas do cuidado e do sustento, surgiram outros elementos e camadas de análise. A partir disso, colocando em perspectiva diferentes contextos de maternidades arbitradas socialmente como inconformes ou inadequadas, apresento um conjunto de situações em que o trabalho sexual foi mobilizado por agentes, como familiares e Estado, na tentativa, ou em vias de fato, para separação de mães e filhos.

CAPÍTULO 1 – PÍLULAS DE HISTÓRIAS

Falo como alguém que segue lutando para criar mundos melhores para receber as crias que o futuro nos trará. Se hoje a noite se mostra incerta e assustadora, sigamos acalentando mansamente a utopia de um amanhecer sereno. E feminista. (Monique Prada, 2018, p. 41.)

Lívia

Lívia é casada. Evangélica. Na década de 1990, teve um filho. Apressado que só, nasceu prematuro, com apenas 6 meses de gestação. Uma amiga, que também havia dado à luz uma menina, estava impossibilitada de amamentar. Lívia cedeu seu peito. Tornou-se mãe de leite da filha da amiga. A generosidade de Lívia é uma marca distintiva.

Mas a vida, às vezes, dá rasteiras. Das brabas. Passados quase vinte anos do nascimento desse filho, em um dia comum, Lívia estava trabalhando, quando sentiu uma angústia muito grande. Ficou inquieta. Pediu para ser liberada do serviço. Não foi. Teve que esperar o fim do expediente, experimentando uma sensação daquelas horríveis. Chegou à sua casa passando mal. A angústia não cessava. Levava a mão ao peito, sentia mal estar. O desconforto corporal era tão grande que Lívia começou a vomitar. Só pensava no filho. Queria notícias. Não sabia explicar o que estava acontecendo. Aquele momento parecia eterno. O telefone tocou.

O filho, que era evangélico, retornava de um culto, fazendo missões pelas ruas. Foi interpelado por outro jovem, que pediu que entregasse o celular. O filho de Lívia meteu a mão no bolso para pegar o que o assaltante havia pedido. Todos nervosos. Um tiro. Fatal. O jovem assaltante tirou a vida do jovem filho de Lívia.

Ela expressa em palavras que lutam para sair da boca, por meio da voz embargada, a dificuldade em dimensionar e definir a dor que sentiu e que ainda sente. Entre as crias de sangue e as adotadas, era o único do sexo masculino. Um menino tão bom, tão jovem, tão amável. Lívia saca o celular e mostra fotos do rapaz. A tragédia foi há quase uma década. Ela mantém uma foto dele fixada em seu perfil no *Facebook*, com os seguintes dizeres: “Luto. Amor eterno. [o nome do filho]”.

Jade

Certa feita vi uma foto no perfil do *Instagram* de Jade em que seu filho e sua nora anunciavam que estavam grávidos. Mais que depressa, mandei uma mensagem a ela, parabenizando “a vovó mais fresca do pedaço”. Jade não hesitou em me responder, bem à maneira dela: “Vou ganhar dois netos. É o primeiro neto do meu filho, mas eu tenho mais netos.”. Ela faz essa ponderação porque o seu entendimento de família e filiação é mais complexo do que a mera ideia de que o filho do filho não é o primeiro neto:

Quando eu falo assim, da minha percepção de ideia de família, é porque o Ruan é meu filho também. O Ruan, ele é meu sobrinho. Desde quando minha irmã tava grávida, eu cuido dele e dela. Ele é meu afilhado, então, eu sou a mãe dele. A segunda mãe. E a Bárbara, a mesma coisa. Então são os filhos da minha irmã que eu criei. Desde a barriga, de tudo. Então, eu conto com quatro filhos. E todo mundo “ah, é seu primeiro neto!”. Eu não posso desprezar o amor e o carinho que o Ruan, que a Raíla, que a Bárbara me deram... “ô tia, sua netinha tá aqui...” esse amor... Então, eu não posso chegar “ah, meu primeiro neto!” Isso para mim seria tipo desfazer do amor e do carinho. E eu tive essa conversa com o Ramon. E eu falei pra ele: “olha, Ramon, não é o meu primeiro neto. É o meu primeiro neto seu. Mas você sabe que na minha vida tem os primeiros netos. Teu filho vem tipo, assim, um amor que pode ser igual, pode ser maior. Mas na categoria de netos, é o quinto”. Ele riu. Ele entendeu. Que ele sabe como é que eu sou com a família. O Ramon é muito cabeça boa. Eu sou muito abençoada com o filho que eu tenho. E ele entende, entendeu? E eu fico muito feliz assim com esse entendimento da família, que os primos-irmãos, sobrinhos-filhos. Então, a gente tem essa garra e eu tô assim, sabe, extremamente feliz. Agora, eu tenho que dar um jeito, mulher, de ir no Ceará quando esse neto nascer. Porque ele já falou – te organiza, te vira. Vai nascer lá pra agosto. Mas primeiro eu tenho que ir a São Paulo passar um tempo com os netos que estão lá.

Paula

Paula é extremamente bem humorada e popular no *Instagram*. Suas publicações, abertas ao público geral, mostram sua rotina super agitada de estudante de psicologia, mãe de um adolescente e tutora de Amora – uma cadela de médio porte. Paula também é baladeira e adepta a festas eletrônicas. Já se arriscou como atriz em palcos de teatro, além de participar de apresentações intimistas de comédia *stand up*, ser colunista de um site de grande alcance e comandar alguns episódios de *podcasts*.

Um belo dia, Paula publicou nos *stories* de seu perfil no *Instagram* uma montagem de fotos. Duas imagens: ela bem jovem, grávida; ela com o filho recém nascido no colo. A legenda dizia o seguinte: “2008 - eu tinha 17 anos, esse garoto nasceu com pressa, com 7 meses. Essa é a primeira foto dele, coisa mais feia de sua mãe”. A frase era complementada por um *emoji* de coração. No *story* seguinte, havia algumas fotos dela com o filho ainda criança. A legenda dizia: “jamais poderá negar que é meu filho”. No próximo, fotos dela e do filho em posições parecidas, com o perfil do rosto bem focado e a seguinte legenda: “Não posso nem dizer que é adotado e achei no lixo”.

Além de irreverente e de possuir essa rotina agitada e ser uma mulher multifacetada, Paula adora viajar. Em um momento de vida em que o filho foi morar com o pai, ela saiu de mochilão pela Europa. Passou um perrengue danado, apesar de todo mundo achar que ela estava por lá levando uma boa vida. Na última viagem internacional, mais recente e em momento de vida mais favorável economicamente, levou o filho junto.

Em seu perfil sempre pulsante no *Instagram*, divertiu seus seguidores com algumas fotos da viagem anterior, nos tempos de perrengue, comparando-as com a viagem atual – toda trabalhada no glamour e no figurino luxuoso. Mas não só. Fez questão de mostrar como estava sendo bom poder proporcionar aquele momento de descanso para si mesma e, especialmente, para o filho. Toda mãezona. Logo a Paula, que também já expôs ao seu público a condição de ruptura da relação com a própria mãe. Para além de conflitos do tempo presente, Paula cresceu ouvindo a mãe dizer, por exemplo, que abriu mão da própria vida para cuidar dos filhos.

Lorena

Lorena é uma mulher sexagenária. Seus cabelos estão sempre bem cuidados, as unhas longuíssimas sempre feitas e a marquinha de biquíni em dia, graças ao bronzeamento artificial. O salto é um item indispensável. Assim como as roupas que mostram o corpo torneado – cintura muito fina, quadris largos, barriga para dentro, seios fartos. Ela investe muito na imagem.

Lorena é uma mulher trans. Se descobriu distante da identidade masculina ainda jovem, mas não sabia muito como lidar com aquilo. O assunto era pouco falado e, até mesmo, desconhecido, como ela mesma diz. Desde que começou a se perceber diferente, pôde contar com o acolhimento da mãe e do pai. Processualmente, Lorena foi assumindo a feminilidade. Moradora de uma cidade do interior, os problemas quanto à identidade de gênero, majoritariamente provocados em espaços de circulação social, se amenizavam em função do acolhimento familiar.

Um de seus irmãos ficou viúvo, ainda jovem, com três filhos pequenos. Lorena e os pais assumiram a função de criar as crianças. Essa experiência fez com que o desejo de ser mãe aflorasse, mas Lorena não sabia, ainda, o que fazer. Mais tarde, propôs adotar o sobrinho, no papel, para ter um herdeiro legal. Lorena, enfim, realizou o desejo de ser mãe.

Giovana¹⁵

Giovana é Cientista Social, mestra e doutora em Antropologia. Atualmente faz pós-doutorado em Letras. Recentemente, também se aventurando pela psicanálise. Além de artigos científicos e capítulos de livros em coletâneas, tem dois livros publicados. Já organizou dossiês em revistas de renome. É participante ativa em eventos, rodas de conversa, grupos de trabalho, simpósios etc. ligados a temáticas como estudos de gênero.

Giovana também é poeta. Seus escritos são viscerais, incomuns, generosamente perturbadores. A paixão por gatos é outra de suas marcas. Divide com alguns felinos a casinha com quintal e cara de casa do interior, que pertenceu à avó. É lá que ela também cria seu filho único. Porque nesse currículo interessante tem, antes de tudo, uma mãe. E uma mãe que sente a trajetória acadêmica desfavorecida em função do tempo em que precisou ficar parada para se dedicar exclusivamente ao filho nos meses após seu nascimento. Portanto – Giovana, o filho, os gatos, livros, poesia e ciência partilham o cotidiano, a vida vivida, o dia a dia.

¹⁵ Giovana é um pseudônimo adotado pela própria interlocutora.

Beatrys

Beatrys é ativista da causa das pessoas trans e, também, em um coletivo antiproibicionista, que defende a descriminalização do uso de substâncias e atua na perspectiva da redução de danos, nos termos das estratégias da saúde pública para lidar com a população usuária. Junto a outras mulheres, realiza um trabalho voluntário com pessoas em situação de rua, na capital do Brasil.

Bia, é uma mulher jovem, sorridente e bem articulada, que mantém um perfil público em uma rede social, por meio do qual gosta de dar dicas de moda e postar fotos super produzidas. Também compartilha sua rotina de viagens e participação em eventos correlatos ao trabalho no duplo ativismo.

Desde criança sonhava em ser mãe. Parte de sua infância foi vivida em situação de rua, bastante atravessada pela escassez material e de afetos, especialmente em função de sua sexualidade. E por esse motivo, dentre outros, sempre teve em mente que quando tivesse uma filha ou um filho, faria de tudo para proporcionar uma vida diferente.

O que importa ser narrado e a quem importa o que se narra?

A quem interessa a vida ordinária, a vida comum, as coisas do cotidiano? Qual o papel das experiências particulares para a análise social? Michel de Certeau (2013) instiga a explorar o cotidiano, levando a termo a ideia de que ele deixe de “aparecer como fundo noturno da atividade social” (p. 37). O autor também convoca a considerar que as práticas cotidianas de pessoas ordinárias são produtoras de diferenças e multiplicidades. Também a respeito do cotidiano, Lila Abu-Lughod diz que:

[...] ao quebrar a coerência e introduzir o tempo, mantém-nos atrelados ao fluxo e à contradição. E os particulares indicam que os outros vivem do mesmo modo como nos vemos vivendo, não como robôs programados por regras “culturais”, mas como pessoas seguindo a vida e amargando decisões, cometendo erros, tentando se manter apresentáveis, suportando tragédias e perdas pessoais, desfrutando da convivência umas das outras e encontrando momentos de felicidade. (Abu-Lughod, 2018, p. 214–215).

As pílulas de história apresentadas trazem vivências de mulheres a partir de pequenos recortes de seus cotidianos. Ainda que desconexas, cada uma dessas breves experiências pode soar como um convite a mergulhos mais profundos, por exemplo, no que tange a questões familiares.

Acredito que não seja difícil, por exemplo, se impressionar com as circunstâncias da perda do filho e com o luto de Lívia. Tal situação remete ao início do clássico artigo de Janet Carsten (2014), em que dialoga com Marshall Sahlins a respeito da mutualidade do ser percebida em relações de parentesco. Na ocasião, a autora descreve uma experiência vivida por sua mãe, que decide recuar de um roteiro de viagem, retornando para casa, movida por um sentimento inexplicável de que havia algo errado. Ao chegar, descobre que um irmão com quem nutria vínculos profundos havia sido diagnosticado com leucemia, vindo a falecer dias depois. Assim como a vida da mãe de Carsten, a vida de Lívia mudou “de maneira sem precedentes” a partir da perda. Mas não só. A morte do filho que estava longe foi sentida pela mãe por meio de uma reação corporal, um mal-estar que chegou a fazê-la vomitar, sem ainda saber o que de fato acontecia. O sentimento experimentado por Lívia, num momento que escapa às nossas capacidades analíticas, aponta para a ideia de que mãe e filho participavam intimamente, intrinsecamente da vida um do outro. Também é fácil se emocionar com a generosidade de Lívia ao ceder o próprio peito à filha da amiga. Logo mais adiante será

possível perceber como essa experiência corrobora com outra ideia de Carsten (2014). Dessa vez, em uma dinâmica em que substância e temporalidade e, o sentido mesmo de diluição e espessamento de relações, fazem o parentesco.

Suponho que a maneira sensível como Jade expande o que é família possa ser inspiradora, além de fazer sentido para muitas pessoas. Para compreender esse alargamento das noções de maternidade e filiação dentro dos vínculos biológicos, desde uma perspectiva analítica, penso ser produtiva a perspectiva de Alessandra Rinaldi, Fernanda Rifiotis e Diana Marre (2024) no que tange a se preocupar menos com os limites definidores e se debruçar sobre as práticas familiares dos sujeitos. Nesse sentido, sugiro que, resguardadas as devidas proporções contextuais, a experiência de Jade se aproxime da proposta de Andréa Lobo (2024) quanto aos “nexos de cultivo”, que se referem à maneira como mulheres organizam redes de cuidado e afeto entre si. Tais formas de produção dessas redes são centrais para “os de dentro” (Lobo, 2024, p. 2), aqueles da família, mas não necessariamente óbvias às pessoas de fora. A autora também propõe pensar os nexos de cultivo enquanto “ancorados em práticas de maternidades múltiplas” (p. 9) em que “ser mulher-mãe não se reduz a um ideal essencializado de um laço que conecta uma única mulher e sua prole.” (p. 9). No caso de Jade, essa ideia da multiplicidade é incorporada pelos descendentes, como no caso de Ramon, por exemplo, que aceita e lida bem com a noção de que seu filho, o biológico, não é o primeiro neto da mãe.

O humor e a irreverência de Paula também atraem olhares – e muitos seguidores – quase trinta mil no seu perfil do *Instagram*. Mas para além da mulher divertida e bem humorada, quero chamar a atenção para questões mais sensíveis e particulares. A ausência de uma relação com a própria mãe, por exemplo, não interfere na maneira como Paula se molda enquanto mãe. E cabe se ater a um detalhe – não se trata de uma relação ruim entre mãe e filha, mas da ausência, de uma lacuna, de uma não-relação. A ruptura com a mãe está bastante conectada a conflitos do tempo presente. Entretanto, Paula também rejeita a responsabilidade imputada pela mãe ao longo da vida, em função de suas frustrações particulares. O fato de a mãe culpar a filha ainda criança pode ser percebido como um desvio das normas dentro do que se espera da maternidade, caracterizando-a como uma má mãe, nos termos propostos por Rosamaria Carneiro (2024) em análise a respeito de manutenção, reprodução e ruptura de práticas entre mulheres-mães de diferentes gerações dentro de uma mesma família. Mas o que

importa, no caso de Paula, é a maneira como ela negociou sua própria realidade – não se deixando endurecer e não perpetuando a atitude da mulher que a gerou.

A experiência de transfeminilidade de Lorena pode ser considerada enquanto fora da curva, dado o acolhimento familiar. Isso não significa, entretanto, que do lado de fora, na sociedade, quando seu corpo e sua identidade sexual se lançam ao mundo, o mesmo tenha ocorrido. Trata-se de uma forma de existir e de um exercício da sexualidade e, também, de uma realização da maternidade, postos sob constante escrutínio social. Para além disso, mesmo que Lorena tenha encontrado apoio entre os seus, isso não significa ausência de dilemas – sejam particulares ou intrafamiliares. Sua história se assemelha, em alguma medida, à história de Geni (Alessandra Rinaldi et al., 2021), que junto do companheiro adotou crianças que de antemão “circulavam” em suas redes de convívio. As experiências de adoção de Geni não eram, necessariamente, pautadas “pelos limites traçados pelas leis e pelas práticas jurídicas.” (Rinaldi et al., 2021, p. 360). No caso de Lorena, ainda que a certa altura a adoção do sobrinho tenha sido legalizada, a relação maternal foi previamente construída, sendo a questão jurídica um complemento ao que já possuía sentido dentro de suas acepções de maternidade.

Ao se pensar na casa que Giovana herdou da avó, é possível imaginar que sua rotina tenha uma atmosfera pacata. Mas suas muitas atividades e frentes de atuação logo mostram como o dia a dia é agitado. Ademais, Giovana se insere em um universo no qual a maternidade tem protagonizado discussões recentes acerca de formas mais justas para se avaliar a produtividade das mães acadêmicas. No Brasil, o movimento *Parent in Science* (PiS) tem atuado com pesquisas, publicações, fóruns, eventos etc. a respeito da temática desde 2016 (Carpes et al., 2022). Uma conquista celebrada recentemente é a inserção do período de licença maternidade no currículo Lattes, desde o ano de 2019, como forma de justificar uma possível lacuna ou queda de produção das pesquisadoras. Quando se tratam de mães estudantes, somente no ano de 2017 a Lei Federal 13.536 oficializou o direito à licença maternidade para mães pesquisadoras bolsistas (Ribeiro, 2020). Nesse sentido, cabe observar que o currículo e o trânsito acadêmico de Giovana são robustos, a despeito de serem atravessados por uma gestação, um parto, um puerpério e a criação de um filho, destacando-se que à época do nascimento de sua criança, ela não pôde usufruir dos benefícios mencionados anteriormente, os quais ainda não haviam sido conquistados.

Quanto a Beatrys, que dedica parte de seu tempo e sua rotina a pessoas em situação de vulnerabilidade, será que foi possível realizar o sonho de ser mãe? Davi

Depret et al. (2024), em uma pesquisa de amostragem junto à população transfeminina, ponderaram que costuma haver uma estreita relação entre abusos emocionais sofridos na infância e desenvolvimento de comportamentos suicidas na vida adulta, além de transtornos psiquiátricos, dentre os quais, a inibição de sentimentos. Nesse sentido, Beatrys contraria alguns dados. A vida de precariedade e de exposição a um conjunto de violências na infância, especialmente em função de sua sexualidade e da trajetória nas ruas, não fizeram com que ela se tornasse uma pessoa endurecida ou amargurada. Ao contrário, o infortúnio pessoal parece ter sido uma mola propulsora de sonhos, especialmente no que tange ao desejo pela maternidade.

Essas poucas palavras a respeito de cada uma dessas mulheres se intersectam, *a priori*, por diferentes experiências familiares e de maternidades, as quais se dão em diferentes contextos – sociais, geográficos, temporais, econômicos, geracionais. Esse aspecto, por si só, já possibilitaria um conjunto de reflexões e análises, por exemplo, tomando como fio condutor as implicações de imperativos e prescrições acerca de ideais de família e maternidade; ou se dedicando ao fato de que trajetórias femininas são muito mais marcadas por processos moralizadores do que trajetórias de homens. Entretanto, Livia, Jade, Paula, Lorena, Giovana e Beatrys possuem mais alguma coisa em comum – e é o que interessa a essa pesquisa de maneira prevalente. Um elemento intencionalmente suprimido nas pílulas de histórias. Tratam-se de mulheres que têm suas vidas atravessadas pelo trabalho sexual¹⁶.

Convido a refletir se a maneira de imaginar as mulheres por detrás desses pequenos *spoilers* de suas histórias seria a mesma, caso o trabalho sexual estivesse, de antemão, explicitado. A qual público interessariam suas experiências? Qual a expectativa de quem lê quando se enunciam trechos de histórias particulares de mulheres vinculadas ao trabalho sexual? Indo um pouco além do campo possível de expectativas frente à leitura, qual o sentido de dar relevo à maternidade, família e trabalho sexual de forma imbricada?

Gabriela Leite escreveu um tempo atrás: “Por que a prostituta desperta interesse? Uma coisa que percebo é que as pessoas querem muito saber a respeito da vida sexual de prostituta para entender a sua própria sexualidade”. (1992, p. 172). Explorar os meandros das experiências sexuais não é, entretanto, minha perspectiva. Há, também, outra questão. Se por um lado a profissional do sexo pode despertar interesse naqueles

¹⁶ Dentre as muitas e diversas interlocutoras desta pesquisa, as que compõem esse capítulo são mulheres que lidam publicamente com a dimensão do trabalho sexual em suas vidas.

termos expostos por Gabriela Leite, incitados por uma espécie de fetiche e curiosidade em relação a um universo de tabu e interdição, por outro, ela pode ser socialmente implicada enquanto uma pessoa abjeta. De maneira que um questionamento bastante, sério, ecoa:

Mas o que torna a mulher que declaradamente cobra por sexo tão diferente ou, em certo sentido, pior do que a mulher que não cobra? Por que o fato de sabermos que uma mulher cobra por sexo a transforma, repentinamente, num ser execrável e digno de nosso ódio, de nossa pena ou de ambos? Como se dá essa construção? (Prada, 2018, p. 76).

Da perspectiva da análise social, sugiro que a teoria do desvio de Howard Becker (2008) possa responder o questionamento de Monique Prada:

[...] o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. (Becker, 2008, p. 22).

O autor postula que o desvio é coletivamente negociado e imputado a sujeitos específicos. A condição de desviante deriva, portanto, de formas hegemônicas de se conceber o que é ou não aceitável dentro de um grupo ou de uma sociedade. Entretanto, sugerir que a ideia Becker (2008) responda às perguntas de Monique não significa dizer que o dilema apontado por ela tenha uma solução fácil, dadas as diversas camadas de moralidades que também atuam no contexto em questão. Discorrerei a esse respeito mais adiante.

Para o momento considero plausível, também desde uma perspectiva de noções hegemônicas, imaginar as mulheres das pílulas de histórias enquanto integradas a “um grupo cultural”, nos termos da crítica que Lila Abu-Lughod (2018) faz em seu artigo “A escrita contra a cultura”, resguardadas as devidas distinções entre aquelas interlocutoras e as minhas. As proposições da autora inspiram, portanto, o exercício que tento aqui realizar, na medida em que minha ideia é desafiar certa hegemonia da produção social de uma outridade específica. Em meu caso de pesquisa, não se trata de um outro geopoliticamente identificado, como no caso das mulheres beduínas – principais interlocutoras de Abu-Lughod, mas de um outro situado em uma atmosfera de interdição, tabu e estigma.

No referido artigo, a autora argumenta que a “cultura”, no discurso antropológico – e sugiro que também fora dele – opera para reforçar fronteiras e

separações, reafirmar hierarquias, além de produzir uma espécie de homogeneização que produz o outro enquanto coeso¹⁷. E essa coesão se distancia do que o etnógrafo vê em campo. Abu-Lughod aponta, também, que teorias culturais tendem a superenfatizar a coerência. Grupos e comunidades passam a ser pensados como coesos, atemporais e sempre discerníveis pelo antropólogo – e esse conjunto de fatores, segundo Abu-Lughod, é o instrumental antropológico para feitura do outro. Ao que propõe que para desnudar as relações de poder presentes nesse processo, um dos caminhos seja escrever contra a cultura.

Uma escrita contra a cultura teria algumas premissas, como a observação dos discursos e das práticas, em outras palavras, das formas e conteúdos, das estruturas e dos sentimentos, uma vez que em uma realidade observada, não necessariamente o dito, o enunciado, são percebidos nas atitudes das pessoas. A etnografia do particular consiste em tentar fazer com que os outros se pareçam menos outros. A autora deixa claro que a defesa da particularidade não é um argumento a favor do micro e em detrimento do macro:

Tampouco a preocupação com particularidades das vidas individuais implica a desconsideração de forças e dinâmicas de base não local. Pelo contrário, os efeitos de processos extralocais e de longa duração manifestam-se apenas local e especificamente, produzidos nas ações de indivíduos vivendo suas vidas particulares, inscritos em seus corpos e palavras. O que defendo é uma escrita que melhor corresponda a isso. (Abu-Lughod, 2018, p. 207).

De maneira a reforçar sua defesa da particularidade, Abu-Lughod sugere duas questões problemáticas da generalização: o discurso da expertise e objetividade é uma linguagem de poder; há um hiato entre discurso profissional e autorizado e linguagens da vida cotidiana. Em outros termos, uma vez que generalização obscurece diferenças, etnografias do particular se propõem a mapeá-las. E, por meio do particular, é possível perceber que o cotidiano desestabiliza a coerência e a temporalidade pontua que há um fluxo das coisas e que as pessoas não programam suas atitudes a partir de regras culturais – ao que sugiro complementar, que as pessoas reais também não

¹⁷ Na mesma esteira argumentativa de Abu Lughod, Dolores Juliano (2003) compreende que a sociedade se autoconcebe a partir de distinções entre “nós” e “outros”, sendo os outros considerados inadequados ao convívio. A autora considera esse processo da perspectiva cultural e argumenta que a exclusão se legitima mediante discursos e que os discursos, por sua vez, são construções culturais. Juliano propõe que explorar situações culturais em que operam exclusões é uma “arma útil para desconstruir e relativizar os discursos essencialistas da discriminação” (p. 65, tradução minha).

correspondem, necessariamente, às definições por meio das quais os imaginários buscam conformá-las.

No mote da ideia de escrita contra a cultura, Abu-Lughod (2020) publica o livro “A escrita dos mundos de mulheres”, no qual produziu um texto comprometido com a tentativa de revelar aos ocidentais os apegos e vulnerabilidades individuais de mulheres beduínas, num contexto de antipatia ocidental disseminada contra pessoas do Oriente Médio. A intenção era implodir imaginários consolidados sobre vidas de mulheres no oriente médio.

Abu-Lughod assume que seu público é majoritariamente ocidental ou de educação ocidental. Desta maneira, classifica as histórias que conta como etnografia crítica, por se tratar de uma narrativa que fala por si mesma. A autora assume a posicionalidade de narradora das histórias das mulheres e destaca como elas desafiam três tipos de construções: generalizações antropológicas padrão sobre estrutura social e cultura; interpretações feministas comuns sobre relações de gênero em sociedades não ocidentais e percepções amplamente compartilhadas da sociedade árabe mulçumana.

No estilo de escrita empenhado pela autora, o leitor se relaciona com o texto. A riqueza das descrições, que por vezes estimulam a imaginar como são as pessoas e os lugares, bem como os diálogos e as relações cotidianas presentes na narrativa, permitem uma imersão em diversos momentos da vida da família de beduínos com quem Abu-Lughod pesquisou. E cabe ao leitor, num desafio constante a possíveis ideias pré-concebidas a respeito do oriente médio, perceber os sentidos que as coisas tomam, perceber a si mesmo a partir das contradições do humano, se ver num movimento constante de identificação e diferenciação.

Também ancorada nas reflexões de Abu-Lughod (2018, 2020), e assumindo que toda pessoa é um ser complexo, com uma história particular igualmente complexa, convido a pensar a identidade de trabalhadoras sexuais enquanto um feixe de múltiplos papéis. Apesar de críticas à identidade enquanto categoria analítica, uma vez que quando não bem definida e aplicada ao exercício teórico, pode significar “demasiadamente muito” ou “demasiadamente pouco” (Brubaker; Cooper, 2018), insisto, que para tratar com seriedade as experiências das interlocutoras deste estudo, tal categoria é bastante pertinente, especialmente quando levados em consideração seus processos dinâmicos e fluidez.

Na esteira dos estudos da identidade, é válido mencionar as premissas de Homi Bhabha (1998), que rejeita a ideia de fixidez da identidade ao explorar nuances do

sujeito pós-colonial, chamando a atenção, por exemplo, para novas formas de subjetivação a partir do contato entre diferentes culturas. Tal processo coloca a identidade em constante negociação, de maneira que Bhabha recorre ao conceito de hibridismo para definir a fluidez da identidade, em oposição à unidade e à totalidade.

Já Stuart Hall (2006) discorre a respeito de três concepções de identidade – o sujeito do iluminismo, concebido a partir de uma concepção individualista; o sujeito sociológico, que ao refletir o mundo moderno se constituía de forma relacional; e o sujeito pós-moderno, cuja identidade se torna o que o autor chama de “celebração móvel”, descolada de um “eu coerente”. O autor se atenta especialmente ao sujeito da era globalizada, cada vez mais descentrado e fragmentado, assumindo a globalização enquanto fenômeno prevalentemente econômico, de maneira a levar a termo suas incontestes desigualdades e contradições, as quais também refletem na identidade. A identidade estaria, portanto, constantemente aberta a novas possibilidades.

Brubaker e Cooper (2018) sugerem como alternativa ao dilema do uso da identidade a possibilidade de se pensar em processos de identificação. Concordo que seja uma boa saída, mas, não para o caso das trabalhadoras sexuais. Se por um lado a identificação enquanto trabalhadora sexual é importante para uma dimensão coletiva, pensando na articulação política e social quando levada em consideração a categoria laboral, por outro, especialmente no âmbito individual, a identificação não é, necessariamente, autorreferente, mas socialmente imposta. E seus efeitos incorrem, frequentemente, em estigma, nos termos de Goffman (1978), quando o autor aponta estereótipos de “pessoas consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social” (p. 121).

Retomando a ideia da identidade enquanto um feixe de múltiplos papéis, o que quero dizer, noutras palavras e fazendo uso de um linguajar popular, é que ninguém é uma coisa só. Chamo a atenção, portanto, para o fato de que da perspectiva de imaginários sociais acerca das prostitutas e outras profissionais do sexo, o atravessamento do trabalho sexual oblitera aspectos outros vinculados às experiências das mulheres com quem pesquisei, como se elas devessem ser percebidas e somente pudessem existir sob a perspectiva do ofício que exercem – imputando a elas uma identidade “inequívoca”, pautada por imaginários sociais hegemônicos que não comportam papéis como o de mãe (Orellano, 2023), e que as conformam de maneira arbitrária em noções orientadas pelo “o que é”, ou “como deve ser” uma trabalhadora sexual. Mesmo nas produções acadêmicas, há lacunas a respeito de dimensões mais

subjetivas de suas vidas e experiências, as quais, potencialmente, confrontam esses imaginários.

Nos anos de 1994 e 1995 Cláudia Fonseca (1996) pesquisou entre trabalhadoras sexuais de Porto Alegre e percorreu sobre o cotidiano de prostitutas que se dividiam entre profissão e família. Fonseca escapou daquilo que Gabriela Leite apontou ser o maior interesse a respeito de sua categoria – a sexualidade – e escapou, também, do lugar comum de classificar as distintas maneiras de se atuar na profissão e de etnografar territórios de prostituição. Naquela feita, indagou:

Será que quando abordamos um tema como prostituição não continuamos a privilegiar os lugares de refúgio (arquivos policiais, hospitais, abrigos) povoados por pessoas vencidas e arrependidas, que não têm outra alternativa senão enfatizar o fracasso, a miséria, a infelicidade? (Fonseca, 1996, p. 8).

Raramente são incluídas na análise considerações sobre suas vidas familiares, suas redes sociais de vizinhança etc. Aprendemos que algumas delas moram no lugar de trabalho, outras se dizem, pelo contrário, como qualquer outra mulher quando não estão trabalhando. No entanto, não ficamos sabendo o que significa este como qualquer outra mulher. Festas familiares, aniversários, namoros, filhos - elementos básicos da vivência cotidiana – estão ausentes, da mesma forma que não se fala de onde vêm essas mulheres, ou para onde vão. Sem passado ou futuro, lidamos com a eterna prostituta, apesar de uma aparente multiplicidade de formas, permanece uma variante do eterno feminino. Cadê as pessoas em carne e osso? (Fonseca, 1996, p. 13).

É bem verdade que desde então houve ampliação significativa quanto aos aspectos sobre os quais interessamo-nos, especialmente no que tange a olhar para as trabalhadoras sexuais enquanto sujeitas políticas. Entretanto, é notável que as maternidades e suas relações familiares continuam a não figurar como recorte de largo interesse. Esses aspectos seguem sendo pouco destacados em análises, reflexões e proposições acadêmicas, inclusive quando se tratam de espaços dedicados a refletir especificamente sobre dinâmicas familiares e maternidades¹⁸.

Encorajada pelas autoras que estimularam as reflexões acima, apresentarei mais alguns breves parágrafos narrando um pouco mais sobre Livia, Jade, Paula, Lorena,

¹⁸ Ao longo da pós-graduação, quando da participação em eventos, meus textos e comunicações nunca se aderiam de maneira óbvia às propostas de grupos de trabalho e de discussão. Em ocasião de eventos específicos sobre estudos sobre família e maternidade, minhas apresentações eram as únicas a respeito da temática do trabalho sexual. Já em discussões a respeito do trabalho sexual, eu costumava ser a única pesquisadora que abordava questões familiares e sobre maternidade. Na mesma medida em que isso deixa em aberto um campo de investigação fértil, revela o pouco interesse em relação ao assunto.

Beatrys e Giovana. Mas, desta vez, mulheres que, sabidamente, têm suas histórias e experiências atravessadas pelo trabalho sexual. Essas interlocutoras não são exclusivas de minha pesquisa, de maneira que outras pessoas já documentaram, aqui e acolá, algo sobre elas. Nesse sentido, anuncio que selecionei momentos, situações ou fragmentos de histórias que julgo capazes de demonstrar que o trabalho sexual integra suas vidas e identidades, mas sem dirimir na vida cotidiana, na vida como vivida, os seus múltiplos papéis familiares, especialmente o de mãe.

Penso que a provocação de Cláudia Fonseca (1996) segue bastante atual, de maneira que o compromisso com as pessoas de carne e osso é o norte, a principal inspiração e o motivo do desenvolvimento desta pesquisa. Bastante inspirada também pelo que Lila Abu-Lughod faz, ao desafiar quem lê a partir de sua inovadora estratégia narrativa, penso ser possível, por meio do acesso a dimensões do particular de Lívia, Jade, Paula, Lorena, Giovana e Beatrys (e de outras algumas mulheres, mais adiante), percebê-las como menos outras e desafiar imaginários moldados por ideias que as conformariam de maneiras rígidas, segundo prescrições sociais acerca de família e maternidade. Apresento, portanto, mais algumas pequenas doses de suas experiências.

Histórias particulares gentilmente compartilhadas

“Onde come um, comem dez!”

A mãe de Lívia era dona de uma boate. Uma irmã do pai de Lívia também era empresária do ramo do mercado sexual e mantinha boates e casas de forró no estado do Ceará. Lívia trabalhou muito tempo na boate da mãe, como prostituta.

Teve quatro filhos de sangue – três meninas e um menino. Adotou mais três meninas, que eram sobrinhas de uma antiga inquilina que partiu, deixando as crianças para trás. “Jogou as roupas pelo portão e foi embora”. Lívia as recebeu, prontamente, em sua casa, dizendo para as crias de sangue: “Onde come um, comem dez!”. Lívia não comprava um lápis, sequer, se não pudesse comprar igual para toda a prole. As crianças eram tratadas com igualdade. Se sente privilegiada por ter podido criar as crianças. Lamenta que apenas uma das filhas adotivas não a estima ou reconhece. Entretanto, outra das filhas adotivas batizou a primeira filha de Lívia, em homenagem à mãe que ganhou da vida.

Na década de 1990 teve contato com o ainda jovem movimento de prostitutas do Brasil e começou a se envolver no ativismo. Ficou durante cerca de quinze anos trabalhando como tesoureira da Associação das Prostitutas do Ceará (APROCE). Aprendeu muita coisa sobre a vida de militância com a saudosa Rosarina Sampaio, liderança das mais antigas do movimento de prostitutas, falecida no ano de 2013.

Também foi no período do trabalho na APROCE que o filho de Lívia nasceu. A menina a quem Lívia amamentou, era filha de uma amiga que também era trabalhadora sexual. Em meio a epidemia de HIV, a amiga de Lívia estava sob suspeita de ter sido infectada. À época as informações eram parcas, inexatas. Rosarina pediu que Lívia amamentasse a menina. Ela relutou, teve medo do filho ser infectado. Rosarina insistiu e Lívia cedeu. Todos os dias a mãe levava a filha para ser amamentada por Lívia. A relação com a filha de leite, entretanto, ganhou novos contornos, bem mais tarde.

“Eu casei com meu programa” – costuma dizer. Conheceu o atual marido em serviço. Durante algumas das longas conversas do casal, começou a contar sobre sua trajetória no trabalho de ativismo. Papo vai, papo vem, descobriu que as filhas adotivas do atual marido eram filhas biológicas daquela amiga das antigas, cuja uma das crianças Lívia havia amamentado. Lívia foi mãe de leite da filha adotiva do marido. Até saber de tais fatos a moça, filha biológica da amiga – filha adotiva do marido – filha de leite de Lívia, nutria certa revolta contra a mulher que havia roubado o marido da mãe adotiva. Recuperar esse momento da história de vida não conciliou as diferenças, mas oportunizou um diálogo entre mãe e filha de leite, além de ser um desfecho daqueles “de novela”.

No mote dessas muitas idas e vindas da vida Lívia, cabe retornar ao episódio da morte de seu filho. Ela ficou revoltada, obviamente. Inclusive, com a religião. Não se conformava com o fato de um Deus tão bom, a quem o filho servia, ter permitido que ele partisse tão cedo, daquela maneira injusta e cruel. Entretanto, atualmente, Lívia e o marido são evangélicos. Mesmo vinculada a uma religião compreendida como conservadora concilia sua vida religiosa e de fé com a militância. Se identifica como ex-prostituta, mas atua como liderança representante do estado do Ceará. Atualmente, está se organizando para fundar um novo coletivo local dedicado às demandas das trabalhadoras sexuais.

“A casa dos meus pais foi construída em cima da minha ausência”

“Oi, mãe! Bença! Cadê o pai? (...) Paizinho, bença! Ô, pai... feliz aniversário”. Estávamos em São Luís, no Maranhão, participando de um encontro de trabalhadoras sexuais ativistas. Lá do outro lado, numa chamada de vídeo feita pelo telefone celular, um senhor octogenário sorridente. Mas Jade já havia avisado que ele não estava muito bem de saúde. Tinha recebido o diagnóstico de doença de Alzheimer. Quando encerrou a chamada, Jade suspirou bem fundo. Um suspiro de saudade. Havia já alguns anos que não conseguia ir à casa dos pais que, como me disse certa vez, “foi construída em cima da minha ausência”. Os longos anos de atuação no trabalho sexual tinham algumas finalidades, dentre elas, o provimento do sustento e cuidado dos pais. A ausência se fez presença da maneira que foi possível.

As relações com as filhas e filhos – biológicos e afetivos – são alimentadas por ligações telefônicas, mensagens escritas e de áudio, chamadas de vídeo. Nessas relações, Jade é chamada de mãe ou de tia Fatinha. O cuidado, dessa vez, por meio da manutenção dos laços, segue operando.

Além de filha e mãe dedicada, que distribui afeto, cuidado e zelo, e que complexifica ideias do que é família, Jade é extremamente engajada em movimentos sociais. Já presidiu o Conselho Municipal da Mulher na cidade de Belo Horizonte-MG; construiu uma parceria vanguardista com a guarda civil municipal no que tange ao acompanhamento de mulheres vulneráveis em caos do acionamento da Lei Maria da Penha; é figura sempre presente na Defensoria Pública do estado de Minas Gerais. Jade é uma cidadã com um trânsito político voluntário e orientado à coletividade, mas especialmente naquilo que diz respeito aos direitos das mulheres.

Na vida cotidiana, distante da família geograficamente, Jade assume vários outros papéis, mas com uma característica sempre presente – é uma pessoa extremamente acolhedora. A conheci num evento organizado pelo coletivo de trabalhadoras sexuais Clã das Lobas, fundado e coordenado por ela. Ficamos uma tarde inteira reunidas com representantes da gestão municipal da cidade de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte. Logo após esse encontro, Jade me convidou para conhecer a Casa de Acolhimento Penhas e Izadoras, mantida e gerida pelo coletivo. Embarcamos juntas num carro de aplicativo. Ao chegarmos ao destino, ela disse: “vamos ali em minha casa primeiro!”.

Fomos caminhando. Havia um portão de entrada grande, que dava em um monte de pequenos apartamentos. Uma porta de grade dava acesso a duas moradias, sendo uma delas a de Jade. Havia outra grade toda telada e com um pequeno alpendre. Jade disse: “você vai conhecer meus treze gatos”. Logo que abriu a porta os gatinhos começaram a aparecer. Cada um tinha uma história e uma cor diferente. Ao contar da origem dos bichanos, Jade os pegava no colo, um a um, abraçava, beijava e dizia de onde tinha vindo. A casa era pequena. Gatinhos por todos os cantos. Cada hora eu visualizava um diferente. Partimos.

Fomos até a casa de acolhimento. Fica no terceiro andar de um prédio ao lado da casa de Jade. As escadas são bem íngremes e sem corrimão. Ao abrir a porta, uma sala ampla com sofá, estante, televisão, mesa com cadeiras. Tem um rebaixamento de gesso com as bordas pintadas de amarelo e dois lustre antigos e bonitos. Dois quartos – um com vários colchões empilhados e outro com duas camas postas. Havia apenas uma moradora na casa, mas Jade pede que a cama não usada fique sempre pronta para receber alguém que possa chegar. Uma cozinha bem arejada e clara, um fogão com uma cuscuzeira em cima, geladeira, uma estante de aço com alguns utensílios. Dentro da cozinha um banheiro e uma área de serviço. Essa área tem janela com vista para o extinto aeroporto Carlos Prates e para o bairro São José. Tem também um quarto menor, aos fundos da sala. Nele, um monte de materiais de pintura e bordado. Tudo dentro de uma cômoda de madeira e empilhados sobre algumas mesas de plástico e *palets*. Jade abriu todas as gavetas para me mostrar embalagens de tinta, fitas e uma pilha de certificados para os cursos que são oferecidos pela casa. Me explicou que quando acontecem os cursos, ela espalha as mesas e cadeiras e usa a sala como ponto de apoio. Tudo foi mostrado com muito orgulho. Jade me disse que as pessoas perguntam a ela o porquê de não morar na casa de acolhimento. Ela disse que gosta do cantinho dela.

Jade se sentou no sofá e me convidou a sentar também. Puxei uma cadeira. Ela me contou que naquele momento morava na casa uma moça trans, soropositiva, com quem havia se encontrado pela segunda vez. Na primeira ocasião, a moça solicitou que Jade guardasse o dinheiro dela, para que não gastasse. Ao juntar a quantia de sete mil reais, regressou para a casa da mãe, no nordeste. E, de repente, voltou com peitos. A moça passou a não ser recebida na casa da mãe, porque além do processo de transição de gênero, havia a questão de ser soropositiva. Voltou, portanto, para a casa de acolhimento.

Na casa também havia um gatinho. Jade explica que era importante que a moradora tivesse responsabilidade com alguma coisa, como cuidar de um gato, para que pudesse se sentir útil. Jade estava, novamente, guardando dinheiro pra ela. Me contou que já havia juntado quinhentos reais. Ela estava orientando a moça a usar aquele dinheiro para comprar uma cafeteira, uma panela elétrica e uma *airfryer*, porque com isso ela poderia cozinhar em qualquer lugar em que fosse morar. Além da funcionalidade do abrigo ser uma espécie de casa de passagem, Jade estava investindo na emancipação da mulher – como costuma fazer com aquelas que por lá se abrigam. E frisou suas atitudes algumas vezes – “entende a minha estratégia? Não é colocar as pessoas dependentes de mim, mas ajuda-las a cuidarem de si mesmas”. Falou também que as pessoas dizem que ela é boa, mas que ela recusa o rótulo. Porque quem é bom é feito de bobo. Ela se entende como uma pessoa prestativa.

Deixamos a casa de acolhimento e Jade me chamou para tomarmos uma cerveja no bar da esquina. Enquanto bebíamos e proseávamos, circulavam várias pessoas das redondezas. A maioria delas passava e cumprimentava Jade: “oi, Fatinha!” – seu apelido vinculado ao nome de batismo – Maria de Fátima Muniz do Nascimento. Jade ia fazendo comentários e contando casos: a filha da dona do bar que ela viu nascer e que ajuda a cuidar dos gatos; a menininha simpática de quem ela cuida de vez em quando a pedido da mãe; a briga que havia acontecido no bar no domingo, quando uma mulher aparentemente drogada começou a afrontar as pessoas do lugar e jogou no chão toda carne que um grupo de amigos havia comprado para assar. Coisas comuns a cotidianos de bairros de gente simples, que se ajuda, que vive tensões, que coexiste e segue.

“Hoje eu não estaria onde eu estou se eu tivesse uma criança dependente de mim”

Já chega de achar que “mãe é mãe”, e que “não existe nada maior que amor de mãe” na verdade tem mães que simplesmente não irão amar seus filhos por N motivos, e precisamos aceitar e parar de forçar sentimentos nas pessoas pelo simples fato de haver um laço biológico, porque às vezes o laço será só esse mesmo. Eu mesma custei a entender isso, por não ter uma relação com minha mãe há mais de 12 anos, tive que aprender a viver fora da norma social que nos obriga a

passarmos essa ideia cinematográfica de família feliz e unida nos feriados. (Paula Assunção¹⁹, 2023, coluna da Fatal Model)²⁰.

Como mencionado anteriormente, Paula não possui uma relação com sua mãe. Mas nada que tenha inculcado nela embargos ou aversão à possibilidade de ser mãe. Como também já exposto, tem um filho adolescente, que voltou a morar com ela recentemente. Anteriormente, o garoto estava com o pai, fora do Brasil.

A experiência com a maternidade foi precoce. O pai era um namoradinho da adolescência. Paula teve o filho enquanto morava com os pais. Todas as possibilidades quanto ao que fazer da vida passaram a ser antecedidas pela reflexão: “o que eu consigo fazer tendo o meu filho?”. A dificuldade em conseguir creche, conseguir um emprego razoável, a deixavam angustiada. Mas Paula fez o que lhe foi possível, ao longo de dez anos. Inclusive, adiou seus sonhos de estudar, se divertir, viajar, buscar estabilidade financeira.

Entretanto, após todo esse período criando a criança, deixar o filho ir com o pai para outro país foi um dilema. Afinal, como diz Paula, “A gente sabe que quer ter o filho perto, mas sabe também que tem que pensar o que é melhor. E o melhor, infelizmente, talvez não é estar do nosso lado. E tu admitir isso pra si mesma, ainda mais a mãe... aí, depois de muita insistência é que eu deixei ele ir”. Mas com o passar do tempo, a mãe admite: “hoje eu consigo admitir que também foi pensando em mim que eu deixei ele morar com o pai”.

Ao dizer que pensou em si mesma, traz à memória o fato da mãe se queixar que abdicou da própria vida, que não pôde trabalhar em função dos filhos. Paula nunca desejou repetir essa dinâmica, se negando, pois, a imputar ao filho qualquer culpa, ou mesmo a responsabilidade por “empatar a vida da mãe”. E seus trânsitos contextuais pela vida, o fato de atualmente ter estabilidade financeira e se perceber como uma mulher estável também emocionalmente a permitem elaborar, também sem culpa – mas não sem dilemas ou tensões particulares – a ideia de que não teria conseguido chegar onde chegou, caso tivesse uma criança/adolescente dependendo dela nos últimos anos. Ademais, o filho também tem um pai, que em dado momento tomou para si a tarefa da lida cotidiana com o garoto, ainda que em outro país.

¹⁹ Paula Assunção é acompanhante, uma das porta-vozes da empresa Fatal Model, mantém perfis abertos no *Instagram* nos quais fala sobre seu trabalho e sua vida pessoal de maneira provocadora e bem humorada. Paula é uma das interlocutoras de minha investigação e me concedeu gentilmente uma entrevista, além de ter se disponibilizado a dialogar sempre que demandada.

²⁰ Texto na íntegra disponível em: <https://fatalmodel.com/blog/colunistas/o-maior-amor-nem-sempre-e-o-de-mae/>. Acesso em 13 jun. 2025.

Passados alguns meses da entrevista, numa de minhas incursões em campo, tive a oportunidade de conhecer Paula pessoalmente. Chegando a um café charmoso onde havíamos combinado de nos encontrar, avistei aquela mulher que só conhecia pelas telas de celular e do computador. Deslumbrante! Do alto de seus 1,80, linda, toda tatuada, vestindo um tubinho preto, uma jaqueta rosa e botas de cano médio sem salto. Ela falava ao telefone.

Desci do carro de aplicativo e já a chamei. Nos cumprimentamos e fomos logo entrando. Um lugar lindo, intimista, decoração incrível, meio retrô, meio romântica. Cores aconchegantes, malas fixadas numa das paredes, luminárias e abajures clássicos, louças, fotografias antigas em molduras clássicas pelas paredes. Cada ambiente com uma decoração diferente, mas igualmente nos remetendo ao passado. Louças penduradas a partir do teto, cadeiras e sofás estofados em veludo. Aos fundos, um jardim com fontes, esculturas e mais algumas mesas e cadeiras em ferro. Mas o dia estava chuvoso e ficamos na parte interna. As mesas se distribuía pelo que pareciam ser cômodos de uma antiga casa, com algumas paredes abertas para integrar os ambientes. Paula logo contou que havia locado o lugar para um ensaio fotográfico e, de fato, me lembrei do cenário que compunha algumas de suas fotos publicadas no *Instagram*.

Papo vai, papo vem, perguntei como estava o filho, desde que ele havia chegado dos Estados Unidos. Ela atualizou um pouco as notícias, falando da rotina que havia mudado, do tanto que os adolescentes comem e que precisaria, inclusive, ir ao mercado após nosso encontro. Como ela iria viajar, faria compras para deixar bastante comida pronta para o filho. Contou que iria gravar um episódio do podcast “Acompanhadas”, estrelado por ela de vez em quando, e que entrevistaria o comediante Antonio Tabet, do grupo humorístico Porta dos Fundos. Falamos, de maneira geral sobre entrevistas e a Paula comentou o quanto é horrível ser entrevistada em certos contextos e por certas pesquisadoras que já chegam perguntando sobre violência, como se essa fosse a única maneira de se olhar para o trabalho sexual. Disse que costuma responder às perguntas com provocações, do tipo – “nunca sofri violência no trabalho, mas sofri quando era casada. As minhas amigas que sofrem violência de homem são todas casadas...”.

Seguimos falando de algumas questões sensíveis, e comentei sobre uma situação de campo em que me deparei com um adolescente em uma zona. Foi inusitado, inesperado e que me chocou um pouco. Uma trabalhadora da casa havia sido contratada para tirar a virgindade do rapaz. Comentei de meu mal estar ao lidar com a situação.

Paula, imediatamente, disse de sua revolta quando é procurada por homens para realizar esse tipo de trabalho. Sente nojo. Dispensa mesmo, de cara. E xinga. Ali, falava não somente a Paula profissional, atravessada por suas moralidades e valores particulares, mas, também a Paula mãe de um adolescente de dezesseis anos. Como atender a possíveis colegas de seu filho? Aquilo não dizia respeito a manter a profissão em segredo, posto que o filho, como ela havia me contado na ocasião em que a entrevistei, sabia do trabalho dela havia um tempo.

Ainda a respeito do filho, Paula contou que conversa muito com ele sobre como lidar com possíveis situações de *bullying* e preconceito, já que ela é uma pessoa pública. acha toda a situação bastante injusta – o fato de reflexos do estigma recaírem sobre o filho, uma vez as escolhas são dela. Mas o orienta a não sentir vergonha da mãe e nem do trabalho por ela exercido, uma vez que é esse trabalho que o veste, alimenta e o permite estudar na mesma escola de filhos de médicos, engenheiros, empresários e outras pessoas bem estabelecidas economicamente.

“As pessoas fazem perguntas, questionando minha capacidade de ser mãe. E o preconceito acontece na frente da gente”

O subtítulo acima foi uma fala de Lorena em maio de 2025, em uma reunião com assessorias de parlamentares mulheres de Belo Horizonte e Minas Gerais, quando discutíamos sobre ações e estratégias para enfrentamento ao Projeto de Lei 778/2025.²¹ Lorena compartilhava com o grupo a respeito de algumas especificidades de sua experiência de mãe, trabalhadora sexual e mulher trans, a exemplo de situações em amigos do filho questionavam, sem a menor sensibilidade, o fato de ela ser mãe.

Lorena é Conselheira Municipal dos Direitos das Mulheres de Belo Horizonte/MG, coordenadora na Ong Clã das Lobas da população trans e travesti, integrante da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Possui uma longa trajetória de ativismo e militância no movimento de travestis e transexuais do Brasil e, também, junto ao movimento das trabalhadoras sexuais. Sua trajetória

²¹ Projeto de Lei apresentado pelo senhor Kim Kataguiri, deputado federal do partido União Brasil eleito pelo estado de São Paulo, que propõe alterar o “Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), para prever a contravenção penal de prostituição em via pública”. Inteiro teor disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2863647&filename=PL%20778/2025. Acesso em 31 jul. 2025.

enquanto pessoa consciente da importância de lutar pelos próprios direitos, entretanto, antecede a politização do tempo presente:

Ah, chega de viver escondida pra fazer os outros felizes. Eu sofri muito na minha vida, porque eu me revelei muito cedo. Sempre fui uma pessoa muito rebelde. Rebelde, não. Sempre lutei muito pelos meus direitos, desde muito nova. Tipo assim, eu acho que eu já era ativista sem saber o quê que era ativismo. Porque com 10 anos de idade, eu falei pra minha mãe “mãe, eu não quero mais festa de menino. A partir desse ano eu quero festa de menina”. Ah, então cê vai pagar sua festa de aniversário. Eu trabalhei, juntei dinheiro e fiz minha festa de menina, com 10 anos de idade! (Transcrição livre de áudio enviado pelo *WhatsApp*, 2024).

A menina sonhadora hoje é uma figura política importante. Conjugam-se, portanto, a mulher de família, a profissional do sexo e a figura pública. Na sala da casa de Lorena há vários porta-retratos com fotos de pessoas de sua família. Vestida com roupas de ficar em casa e calçando chinelos confortáveis, ela mostra os registros com orgulho, fala com carinho sobre cada membro de sua família e conta algumas histórias. Além do afeto, ajuda materialmente algumas pessoas da família, a exemplo das sobrinhas, e se orgulha de poder fazer isso, por meio do trabalho.

O telefone toca. Um cliente solicitava atendimento para dali a alguns minutos. Lorena pede licença, pois precisa se trocar. Volta. De salto, *lingerie* preta e vermelha bastante sexy e um roupão de tecido transparente, deixando muito à mostra seu belo corpo, que também carrega marcas de diversas intervenções cirúrgicas, em função da busca pela legitimação social de sua identidade de mulher. Noutra oportunidade, Lorena havia me contado que quando começou a recorrer a procedimentos corporais de feminização, além de contar com poucos recursos, havia pouca informação. Isso lhe rendeu alguns efeitos colaterais crônicos – como dores, inchaços e enrijecimento de alguns tecidos. Mas nada que tire seus encantos.

Quando o interfone tocou, me dirigi para um dos quartos de sua casa, que pertencia a outra trabalhadora sexual com quem Lorena dividia a moradia. Enquanto aguardava o atendimento acabar, fiquei conversando com essa mulher, que estava se arrumando para sair. Entre o barulho do secador de cabelos, uma pincelada de maquiagem e outra, ela me contava sobre a dificuldade de encontrar calcinhas próprias para mulheres trans, as quais dão mais conforto, uma vez que permitem aquendar²²

²² Expressão do universo transfeminino, ou língua pajubá, usada para se referir à prática de esconder o pênis e os testículos entre as nádegas para dar uma aparência menos volumosa à região da virilha.

melhor. Passamos alguns minutos falando sobre amenidades femininas. Assim que o cliente foi embora, Lorena bateu à porta e me convidou para voltar à sala.

Ela estava com uma caixa na mão. Disse que queria me mostrar mais sobre sua história. Dentro da caixa havia um conjunto de objetos que atestavam a trajetória de ativismo e ajudavam a construir os caminhos percorridos por Lorena: vários recortes de jornal, mais fotografias, certificados de cursos e de participação em eventos. Dentre tantas coisas, ali estavam registradas entrevistas para diferentes jornais. Uma delas me chamou a atenção. Lorena estava ao lado de Anyky Lima. Carinhosamente chamada de vovó Anyky, ela foi uma figura importantíssima do movimento transexual brasileiro, especialmente na cena de Minas Gerais. Faleceu em abril de 2021, em decorrência de um câncer. Acolheu muita gente em sua própria casa. Lorena esteve com ela até o fim, inclusive participando dos cuidados no final de sua vida. Para além da família biológica, Anyky também foi família para Lorena.

Esse não é, entretanto, o único de lugar comum da Lorena e Anyky: “Fui presa várias vezes na rua, por vadiagem. Teve uma vez que a gente ficou presa quatro meses. Umás oito ou nove travestis presas. Ficamos quatro meses presas”. A história de Lorena se emaranha na história do movimento das travestis e transexuais brasileiras, no movimento das trabalhadoras sexuais. Também se emaranha na própria história do país, uma vez que as populações trans e travesti foram alvo das investidas, perseguições e violência durante a ditadura civil-miliar (1964-1985).

“Esse negócio de maternidade [...] é a coisa mais difícil que eu já fiz.”

A relação de pesquisa com Giovana é um pouco diferente das outras. Antes de conhecê-la, eu já havia lido alguns de seus textos. Bem antes de se tornar uma interlocutora de pesquisa, ela já era uma referência teórica importante. Nossas trocas, portanto, transitam entre os nortes de minha investigação e os diálogos possíveis com a trajetória acadêmica de Giovana e, também, pelas alegrias e dores que habitam a pesquisa e a maternidade.

A pesquisa de campo que resultou na tese de doutorado de Giovana foi realizada em estabelecimentos de prostituição de luxo. Ela não era uma mera observadora. Se inseriu no mercado do sexo para realizar sua pesquisa. Giovana borrou, de maneira ousada, algumas fronteiras do fazer antropológico. A conciliação dos papéis sociais, entretanto, não é uma seara simples. A ousadia de se impor como prostituta de luxo e

pesquisadora custou alguns planos, como quando viu se esvair a possibilidade de uma experiência em uma universidade estrangeira durante o período doutoral. Tal oportunidade foi obstada por um coorientador que reprovava sua dupla posicionalidade em campo – de antropóloga e prostituta. Alguns desdobramentos, como certo desconforto para falar em público passaram a acompanhar Giovana desde então.

Além da trajetória acadêmica produtiva e relevante, ela também é engajada em um coletivo dedicado à causa do trabalho sexual. O ativismo se torna, portanto, mais uma marca de sua identidade. Mas mesmo nesse espaço de ação e atuação, Giovana é atravessada pelas tensões quando precisa ser o centro das atenções. Certa vez, convocada a participar de uma reunião do grupo que integra, decidiu levar o filho para que pudesse justificar tanto seu atraso quanto sua dispersão, em função de ter que tomar conta da criança. Foi tudo calculado. Ela joga a bola para mim: “eu quero que você dê conta do meu dilema, com minha perspectiva de pensar que o discurso sobre a maternidade, ou a presença dos filhos nos espaços é um uso utilitário”.

Típico de Giovana. Desorganizar o que nos parece resolvido, solucionado, bem encaixado. No momento da interpelação, me limitei a dizer que se ela decidiu, naquele momento, levar o filho a um espaço de militância para fugir do lugar em que a colocaram, mas no qual não se sentiria confortável, era legítimo. Se por um lado tal atitude trouxesse um benefício particular e momentâneo, poderia também, trazer um ganho de outra ordem, na medida em que a pergunta feita suscitava pensar de maneira mais sistemática sobre os diversos acionamentos da maternidade por parte das trabalhadoras sexuais. Giovana concordou.

No mote da conversa sobre ativismo e maternidade, partilhei com ela sobre dados de meu campo, no qual emergiam ameaça de perda de guarda ou retirada de guarda dos filhos que outras interlocutoras. Num primeiro momento, ela se assustou. Não se tratava de uma realidade próxima de Giovana. Mas, talvez, também não se tratasse de algo tão distante assim. E ela revelou:

Enquanto você me contava essas histórias, eu fico pensando como eu nunca senti o risco de perder a guarda do meu filho em momento nenhum. Eu tenho uma condição privilegiada, tenho rede de apoio, tenho capital cultural. Mas eu escrevi um texto e quando eu comecei a escrever meu filho era pequenininho. Um dos primeiros contos que eu escrevi. E é um conto em que uma prostituta tinha um filho com um cliente. E ele [o cliente] chegava para tirar o menino dela. E escrevi em primeira pessoa. Foi um espírito que me atravessou, a assombração dessa ideia. Apesar de eu nunca ter sentido isso na pele, em alguma medida

eu senti. Estava no meu radar. Uma dor talvez possível para mim. Embora nunca tenha acontecido. Eu senti um pouco dessa ameaça.

Giovana disse que lia um conto para mim. Ela o havia escrito num episódio de febre do filho. Visceral, profundo, dolorido. Não era apenas sobre o episódio de febre. Era sobre uma mãe que queria arrancar a dor do filho para si, num ato de profundo amor e inequívoco cuidado. Era uma história real.

Leitura finda, lágrimas. Nos olhos dela e nos meus. “É muita pilha esse negócio de maternidade. É a coisa mais difícil que eu já fiz. Mais difícil que ser puta. Mais difícil que carreira acadêmica. Mais difícil do que tudo” – diz Giovana, secando os olhos e fungando o nariz.

“Sou uma mulher trans e uma mãe de família. Isso não significa que eu não me enquadro na definição de mãe”

O subtítulo acima foi publicado em um *story* no perfil de Beatrys Madelaine no *Instagram*, no dia das mães do ano de 2023. Após parabeniza-la pelo dia, recebi a seguinte resposta: “você foi a única pessoa que me deu os parabéns.”. Bia, como também gosta de ser chamada, é uma mulher trans que, entre várias atividades do ativismo, de lida com o cotidiano e com a maternidade, exerce o trabalho sexual. Ela gosta de ser entrevistada, de “causar” e faz questão de que seu nome real seja utilizado para falar dela. Bia sente orgulho da própria história. Sente orgulho, principalmente, de ter realizado seu sonho de infância: “eu sou uma mãe que eu adotei uma pessoa, mas não gerei dentro de mim entende, mas como é como se fosse gerada entende?”.

Quando criança, posta para fora de casa, Bia viveu em situação de rua. Entre os muitos momentos recorreu ao lixo para procurar brinquedos, objetos que pudesse aproveitar e, até mesmo, algo para comer, encontrou um ursinho de pelúcia. No universo infantil por ela habitado, criou uma relação de afeto com o brinquedo e ali pensou, pela primeira vez, que queria ser mãe, talvez num prenúncio de uma dentre muitas das nuances da identidade feminina que experimentaria mais tarde.

Sem precisar em que época da vida, mas já em fase de transição de gênero, conta que foi para as esquinas para trabalhar. Nas dinâmicas e fluxos do mercado sexual que observava, via cafetinas chamando outras trabalhadoras de filha. Bia entende que a conotação da palavra era negativa, vinculada a interesses e à exploração. Se perguntava:

“Filha? Porque filha? Só por causa de dinheiro? Isso é horrível. Isso não é ser mãe. No dia que eu realmente tiver minha filha ou filho, darei amor e carinho. Guardei isso para mim. O tempo foi se passando mas nunca imaginaria que iria adotar uma pessoa”.

Bia se casou com um rapaz, com quem viveu cerca de seis anos. Eles tinham planos de adotar uma criança, mas não tinham uma vida estável financeiramente que pudesse viabilizar a realização do sonho. Após se separarem, retornou para o trabalho sexual.

Nos trânsitos da vida, uma prima passa a visita-la, junto ao filho pequeno. Bia estabelece, quase que de imediato, um vínculo carinhoso com a criança. Apesar do afeto, havia algo que incomodava Bia, mas ela não conseguia identificar do que se tratava. De maneira quase que intuitiva, se perguntava silenciosamente “será que essa criança passa pelo o mesmo que passei?”.

Depois de um tempo de afastamento, a prima reaparece e conta a Bia que o menino tinha ido morar com o pai e os irmãos mais velhos, e vinha sofrendo violência moral e física. Com a anuência da mãe biológica, Bia acolheu a criança em sua casa. E fez uma promessa à prima: “falei para ela que iria cuidar como se fosse meu”.

Daí para frente tratei como meu mesmo e entreguei tudo que eu não tive como criança. A primeira coisa que eu fiz foi ir atrás de uma escola, que foi uma coisa que não foi fácil, porque precisava dos pais legítimos para matricular. Mas corri atrás do Conselho Tutelar e conseguir pegar uma liberação para estar colocando na escola.

Apesar do logro em conseguir a escola, a criança começou a sofrer bullying e a lidar cotidianamente com piadinhas e apelidos como “viado”. A intuição de Bia quanto aos sentimentos da criança não era esvaziada de sentido. Na medida em que o tempo passava, ela tentava dialogar, mas dando espaço para que se sentisse à vontade e pudesse contar com ela. “Foi aí que se abriu e me falou que queria ser mulher. E eu fiquei em choque”. Bia não queria que fizessem com a filha o que haviam feito com ela ao longo da vida – subjugar, impor violência, maltratar.

O resultado desse encontro foi a experiência de um processo de transição repleto de acolhimento, ensinamentos preciosos sobre o universo transfeminino, cuidado, amparo emocional e material. Bia prometeu à filha que a ajudaria a ser uma travesti belíssima, e que continuaria proporcionando a educação que não teve. A única exigência foi que a filha não deixasse de estudar, para ser uma mulher ainda mais empoderada.

Hoje minha filha é uma moça de 21 anos. Veio morar comigo aos 10 anos de idade. Adotei pelo destino e é como se tivesse

saído de mim. Uma mulher trans estudiosa, esforçada, carismática e me reconhece como mãe. Nos damos muito bem. Ela sabe de tudo que passei, tem um grande orgulho de mim e se considera a verdadeira filha da puta. Porque foi o meu trabalho sexual que manteve nós duas de pé, e mantém até hoje. Vivemos juntas e passamos por muitas coisas, mas sempre erguidas. Temos um grande respeito de uma pela outra, como mãe e filhas. Mãe não é só a que dá à luz, e sim a que dá afeto.

*

O esforço de deixar que as narrativas se sustentam por si mesmas faz surgir um dilema em relação à necessidade de um desfecho — algo tão característico dos textos em geral. Entretanto, abrirei mão dessa dimensão mais protocolar e não tecerei considerações parciais. Seguindo o mote de histórias que falam por si e inspirada em Andréa Lobo (2024), farei diferente. Em seu texto sobre os nexos de cultivo e redes femininas de afeto entre mulheres caboverdianas, além de contribuir ricamente para reflexões acerca da maternidade e formas solidárias de organização do cuidado, a autora presta uma homenagem à tia Vivina, a respeito de quem escreveu o seguinte: “A mim, ela abriu seu abraço, seu conhecimento, sua casa, sua família e suas redes” (p. 10). Lobo também deixa registrados, de maneira sensível, aspectos da intimidade com tia Vivina, sua “mãe” caboverdiana, desnudando a porosidade do que costumamos classificar apenas como relações de interlocução, uma vez que revela também participar das redes que descreve. Destarte, essa porosidade se manifesta na transcendência dos afetos, naquilo que nos permitimos para além das intenções de pesquisa, no fato de lidarmos com as pessoas de carne e osso e, também, de assumirmos que somos de verdade, de carne, osso e sentimentos. Nas páginas que se seguem, compartilho um perspectiva da trajetória de Diana Soares, fruto da generosidade em me confiar sua história, mediada pela minha admiração, respeito e gratidão. Portanto, um interlúdio, em forma de homenagem.

INTERLÚDIO*Na pele (Elza Soares e Pitty)*

*Olhe dentro dos meus olhos
Olhe bem pra minha cara
Você vê que eu vivi muito
Você pensa que eu nem vi nada*

*Olhe bem pra essa curva
Do meu riso raso e roto
Veja essa boca muda
Disfarçando o desgosto*

*A vida tem sido água
Fazendo caminhos esguios
Se abrindo em veios e vales
Na pele, leito de rio*

*A vida tem sido água
Fazendo caminhos esguios
Se abrindo em veios e vales
Na pele, leito de rio*

*Contemple o desenho fundo
Dessas minhas jovens rugas
Conquistadas a duras penas
Entre aventuras e fugas*

*Observe a face turva
O olhar tentado e atento
Se essas são marcas externas
Imagine as de dentro*

*A vida tem sido água
Fazendo caminhos esguios
Se abrindo em veios e vales
Na pele, leito de rio*

Maria da Paz, Lia, Diana

Djaliana, filha de Diana, em publicação no Facebook em 11 de agosto de 2019, Dia dos pais. Uma fotografia da mãe com as filhas e filhos, 5 no total. A legenda: “Minha mãe sempre fez papel de pai e mãe para nós, eu e meus irmãos sempre tivemos em nossa mãe não só a figura de uma mãe, mas de um pai, uma amiga e sabemos que por mais que possamos ser diferentes e ter opiniões que não agradam a ela mas ela jamais nos abandona e hoje quero agradecer por tudo minha vóia que já fez por nós e por nunca desistir de nós! Te amarei sempre Meu Tudo!”

Dentre muitas Marias, está a da Paz. Também conhecida por pessoas mais próximas como Lia. Para o mundo, para a batalha e para o ativismo, é Diana.

A simplicidade, a trajetória, as contradições e as emoções que eclodem de Diana me fazem me sentir aconchegada, acolhida, próxima. Se o que a antropologia espera de mim é a mera alteridade, o que tenho a oferecer é algo que só pode brotar em uma relação de proximidade e, no meu caso, em uma relação produzida a partir de um tipo de intimidade particular: a deferência. Deferência – estritamente no que tange ao respeito, consideração e interesse pelos assuntos alheios – a mulheres que me tiram do prumo, me desorganizam como mãe, como mulher, como antropóloga, como pesquisadora. Aqui não cabem outros aspectos como condescendência ou complacência, também atribuídos à deferência. A alteridade que me interessa brota de relações dialógicas, nem sempre recíprocas, nem sempre cuidadosas, nem sempre positivas, mas sempre com sentido àquelas que me permitem, inspiram e encorajam a adentrar à seara de escrever cientificamente a respeito de feitura familiares e trabalho sexual – a exemplo de Diana. Certo dia, partilhei com a ela sobre a dificuldade inicial na escrita da tese. À minha mensagem, respondeu: “Deixa de ser frouxa!”. Quem sou eu para não obedecer?

*

A cena: a trabalhadora sexual, a antropóloga e a neta da trabalhadora sexual.
Troca de mensagens pelo *WhatsApp*:

[Diana Soares] Débora, tô precisando de você! Sei que tu tá sempre muito ocupada, mas pode ajudar Vyda a escrever um trabalho de escola? Se puder, eu te passo o telefone e você fala com ela!

[Débora] Claro! Claro que posso! Me passe o número dela!

[Diana] Eu não tô com cabeça pra ajudar. Tô cansada. Mas lembrei de ti.

Salvo o número, mando mensagem pra Vyda e combino um horário para uma chamada de vídeo:

[Vyda] Oi, tia! Saudades da senhora!

[Débora] Ei, minha flor! Saudades de você também! Como vão as coisas? A mãe tá bem?

[Vyda] Tudo bem, tia! Tia, espere aí só um pouco que vou pra outro lugar, senão Paulinho não vai me deixar falar com a senhora. Dá oi pra tia, Paulinho!

[Paulinho] Titia “Eba”! (Paulinho faz um coração com as mãozinhas pequenas e manda beijinhos).

[Vyda] Agora vai lá (Paulinho) que eu preciso conversar com ela.

Com a implementação do chamado novo ensino médio, as escolas públicas e privadas do Brasil passaram a incorporar em sua grade curricular um componente nomeado “Projeto de Vida²³”. Vyda precisava entregar seu trabalho final e não sabia por onde começar a escrever. A tarefa era redigir um texto de cerca de vinte e cinco linhas. Desenrolei um bate papo com ela, pedi que me contasse sobre sonhos, desejos, habilidades. Pedi, também, para listar os lugares em que já havia trabalhado, as funções que já havia exercido – sempre como menor aprendiz. Nesse bate papo eu soube que ela perdeu dois anos de estudo, em função das dificuldades inerentes à pandemia de Covid-19, quando estudantes e escolas em todo país, especialmente as públicas, enfrentaram muitos desafios para manter e dar continuidade aos processos de ensino e aprendizagem.

Na medida em que Vyda falava, eu elencava tópicos para junto com ela, posteriormente, elaborar e conectar frases, na intenção e com o objetivo de produzir um texto linear. Foi a maneira mais didática e com a mínima intervenção possível que encontrei para auxiliá-la. Mas ao final, provoquei: “e por que não falar das mulheres da sua família? Como você se sente na relação com elas? Elas te inspiram?”. E o texto do projeto de vida de Vyda se encerrou assim:

²³ A unidade curricular Projeto de Vida passa a ser parte do Novo Ensino Médio, do Novo Ensino Médio em Tempo Integral e do Novo Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, conforme os normativos que determinam a implementação da nova estrutura do Ensino Médio, como a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 e a Base Nacional Comum Curricular, homologada em 14 de dezembro de 2018. Nesse sentido, o Projeto de Vida é definido como uma área do saber que agrega pesquisas na área do desenvolvimento humano, a partir de uma abordagem específica e voltada para a educação. Compreende-se o Projeto de Vida, no âmbito escolar e didático-pedagógico, como um conjunto de ações, sentidos, possibilidades e, principalmente, como o propósito à vida, tal como definem estudiosos como Araújo, Arantes e Pinheiro (2020), Dellazzana-Zanon e Freitas (2015) e Damon, Menon e Bronk (2003).
Extraído de: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/Caderno_orientador_Projeto_de_Vida_NOVO_ENSINO_MEDIO_1.pdf.
Acesso em 7 out. 2024.

“Fora da formação escolar, acho importante dizer que sou de uma família de mulheres fortes, empoderadas e engajadas no movimento social de trabalhadoras sexuais do estado de Natal, e que também integram uma rede nacional de associações e coletivos de trabalhadoras sexuais. Eu tenho muito orgulho dessa parte da minha história de vida e acho engraçado que em pleno século XXI algumas pessoas tenham problemas para falar sobre isso. Diante de minhas habilidades, qualidades e formação, me sinto preparada e pronta para colaborar com esta empresa e com a construção de um mundo melhor e mais justo para todas as pessoas.”

Vyda é a neta mais velha de Diana. Penso ser significativo iniciar essas linhas a partir da descendência. Isso me permite impor a quem lê, em alguma medida, uma verdade que muitas vezes é varrida para debaixo do tapete, silenciada, ignorada, obliterada por imagens de controle e um imaginário que reluta em assumir que “puta tem família”²⁴.

A cena descrita se passou em junho de 2024, quando eu havia participado semanas antes do I Encontro Nacional da ANPROSEX, ocorrido na segunda quinzena de maio, em Natal, Rio Grande do Norte. A anfitriã do encontro foi Diana Soares – mulher cisgênera, mãe, avó, trabalhadora sexual, idosa, bissexual, alfabetizadora social, uma das lideranças da ANPROSEX e coordenadora da Associação das Prostitutas do Rio Grande do Norte (ASPRORN). É importante voltar à postura eloquente de Vyda, quando diz de seu orgulho de pertencer a uma família de mulheres fortes. E a avó, Diana, é a pessoa central dessa família.

A figura afetiva

Eu sempre tive essa coisa, não sei se é por essa falta, né, que eu tenho de não ter a minha família biológica. E agora, depois de velha, eu dei pra procurar, até nos grupos. Boto nos grupos aí e vou procurando. Outras pessoas que começam a falar, aí eu fico com pena, e começo a buscar também. Aí, é isso! Acho que é mais ou menos isso. Eu sei que eu sempre tenho vocês todas como minha família. Eu tô sempre adotando a mãe de alguém, a irmã de alguém, o filho de alguém.

²⁴ A expressão “puta tem família”, além de verdadeira, é alusiva ao título do livro de Thaís Helena Leite (2024) – Puta tem família. Thaís é irmã de Gabriela Leite. Gabriela, por sua vez, foi uma das fundadoras do movimento social brasileiro de trabalhadoras sexuais, ao final da década de 1970. Autora dos livros *Eu, mulher da vida* (1992) e *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta* (2009).

Se eu fosse descrever Diana considerando a atual relação que mantenho com ela, começaria dizendo se tratar de uma figura receptiva e afetiva. Entretanto, ao lembrar de minha primeira tentativa de contato, me pego rindo dessa ideia da receptividade, mas sigo com a perspectiva de suas nuances afetivas. Por volta de 2018 eu comecei a acompanhar Diana pelo *Facebook*, cujo perfil é aberto ao público. As publicações são bastante variadas e traduzem a rotina de militância, o valor que é dado à família, o bom humor sempre presente. A sensação que fui criando era de que já possuía alguma intimidade com ela. Inclusive, já havia me apresentado, dizendo que era pesquisadora, morava em Minas e gostava muito de acompanhá-la. Quando eu comecei a estruturar minhas intenções de incursão a campo, pedi a ela o contato telefônico, que me foi prontamente passado.

Ao me aventurar na primeira mensagem via *WhatsApp* expliquei a respeito de minhas intenções de pesquisa e perguntei sobre a possibilidade de conhecer a ASPRORN. Eu sabia que, à época, Diana estava trabalhando como recenseadora junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), porque ela havia publicado no *Facebook* que estava bastante cansada pelas jornadas de trabalho que se distribuíam entre o recenseamento, o ativismo e as obrigações familiares. Denunciava nessa mesma publicação que o governo do estado do Rio Grande do Norte não estava fazendo os pagamentos nas datas corretas. Como resposta à minha primeira mensagem, recebi um áudio no qual Diana dizia que estava roubando um pouco de seu próprio tempo parando para me ouvir, me ler, e que todo ano, naquele mesmo período, começavam as abordagens da academia, o que havia se tornado normal. Engoli seco e duro, como se naquele momento estivessem sendo tapadas todas as frestas das portas que eu vislumbrava para acessar o campo. Foi bastante indigesto. Entretanto, aquilo que ouvi não era, necessariamente, sobre mim, mas sobre a categoria a partir da qual eu havia me identificado – pesquisadora²⁵; e dizia respeito, também, ao conjunto de situações que estavam estressando Diana naquele momento de vida. Não estava em meus planos desistir da aproximação. Desta forma, permaneci acompanhando Diana pelas redes sociais e, em determinado momento, também pelo *Instagram*.

No dia 8 de março de 2023, acompanhei a *live* na data, intitulada “O feminismo é para todas? As tensões sobre ser feminista e trabalhadora sexual no século XXI”, com

²⁵ Assim como nessa abordagem a Diana, já ouvi queixas de outras trabalhadoras sexuais vinculadas ao ativismo no que tange às pessoas que pesquisam. As reclamações vão desde abordagens consideradas inapropriadas até usurpação, instrumentalização e comercialização de seus saberes.

participação de algumas trabalhadoras sexuais, incluindo a liderança jovem, Lua. Acompanhei em tempo real e, na ocasião, compreendi que Lua era filha de Diana. Até então, eu não havia me tocado daquela informação. Passei a acompanhar o Coletivo Filhas da Luta do Rio Grande do Norte, integrado por Lua e, também, seu perfil no *Instagram*. A *live* ficou gravada e disponível publicamente para quem quisesse assistir. Decidi transcrevê-la²⁶ porque, apesar do objetivo da ocasião ter sido questionar movimentos feministas e impor a perspectiva do putafeminismo²⁷, em muitos momentos os papéis familiares foram acionados. Após realizar a transcrição, compartilhei o documento com as participantes. Foi uma oportunidade para iniciar uma aproximação com Lua.

No dia das mães de 2023 eu estava na casa de minha mãe, com minha filha e meu filho, para comemorarmos a data. Pensei, entretanto, que pudesse ser um exercício interessante ver como estava a movimentação das redes sociais das trabalhadoras sexuais ativistas e do *streaming* naquele dia. E, de fato, valeu a pena. Por acaso, aquele segundo domingo de maio, além de dia das mães, era aniversário de Diana. Ela estava comemorando 64 anos de idade e publicou várias fotos em seu perfil no *Instagram*, com netas e netos, filhas e filhos. Em uma das fotos havia uma mesa com um bolo e um arco de balões vermelhos e amarelos atrás. Diana escreveu a seguinte legenda para a publicação: “Quero agradecer a todas e todos filhas/os, netas/os e amigas/os por ter deixado o meu dia mais gostoso. Feliz dia das Mães para todas nós, mulheres em todas as diversidades, cores e sabores!”. E Lua também prestou uma homenagem, no perfil do coletivo Filhas da Luta, publicando uma foto da mãe com as netas e netos a rodeando, com a seguinte legenda: “Feliz aniversário e dia das mães para @dianasoares2022 a mãe que transformou a todas nós umas verdadeiras ‘Filhas da Luta’. Através dela saudamos todas as mães e pães²⁸!”. Lua fazia uma alusão direta ao coletivo Filhas da Luta do Rio Grande do Norte.

Fiquei ainda mais estimulada em acompanhar as redes sociais de Diana, Lua e dos coletivos às quais ambas estavam vinculadas. Também interagiu toda vez que me sentia mobilizada a fazer isso, muito interessada nos cotidianos da mãe e da filha. Pelos fins de maio, Lua me mandou uma mensagem meio aleatória, com uma publicação com

²⁶ Em outro momento falarei mais a respeito de lives, eventos, entrevistas e outros recursos etnográficos.

²⁷ Putafeminismo é um termo utilizado por trabalhadoras sexuais ativistas que se percebem como feministas, mas não se sentem acolhidas por outras vertentes do movimento feminista.

²⁸ Categoria recente, utilizada comumente utilizada para se referir a mães que criam sozinhas suas crianças.

dicas para prevenção de gripes e resfriados. Aproveitei o ensejo para dizer que estaria em Recife dia 2 de junho de 2023, onde aconteceria o Festival Prazeres²⁹, para comemorar o dia internacional das prostitutas. A divulgação já havia anunciado a presença de Lua. Aproveitei para perguntar se a mãe dela também estaria lá, ao que não soube me responder com certeza. Compartilhei minha ansiedade em relação a ir ao evento sozinha, praticamente desconhecida das participantes e sem ser convidada, apesar de se tratar de um evento aberto ao público geral. Lua disse que também estava ansiosa, principalmente por ser nova no movimento, cujas mais velhas eram muito admiradas por ela, especialmente, a mãe. Ademais, se revelou assustada com o peso da responsabilidade de representar as mulheres do Rio Grande do Norte no evento.

Às vésperas do Festival, reservei minha hospedagem no mesmo lugar em que Lua e as outras trabalhadoras sexuais participantes ficariam. Assim que chegou ao hotel, ainda pela manhã, entrou em contato comigo e fui até o quarto dela. Nos abraçamos de uma maneira bastante afetuosa. Até então, Lua não tinha muitas certezas sobre mim e perguntou se eu também era puta. Eu disse que dependia do ponto de vista, mas que estava entre as não cobravam por sexo. Almoçamos juntas e à tarde nos dirigimos ao evento. Lua recitou uma poesia escrita por Vânia Resende³⁰. Eu registrei aquele momento em um vídeo, pela câmera do meu celular e enviei imediatamente para Diana.

Após o festival, Lua me arrastou para um pagode de rua, no centro histórico do Recife, onde havia música, muita gente e cerveja barata. Tomamos algumas, dançamos bastante e conversamos muito e sobre várias coisas, como nossas relações com nossas mães e nossos filhos. Tiramos muitas fotos juntas em meio à bagunça. Fomos embora para o hotel também juntas. Já era início da madrugada e o meu voo sairia às sete da manhã. Lua ficaria em Recife por mais algumas horas. Mas antes de nos despedirmos, Lua me presenteou com uma camisa do Coletivo Filhas da Luta do RN, o que me fez me sentir feliz e honrada. Durante minha volta para casa, encaminhei as fotos que havíamos tirado para Diana.

Alguns dias depois, Diana me respondeu, dizendo que Lua só ficava tímida longe de casa e agradeceu por eu ter tomado conta da filha caçula. Falou, também, que

²⁹ O Festival Prazeres foi um evento organizado por produtores culturais para celebrar o Puta Dei, ou dia Internacional da Prostituta. A data rememora o dia 2 de junho de 1975, quando prostitutas e pessoas da comunidade ocuparam a igreja de Saint Nizier, em Lyon, na França, em protesto à violência policial contra prostitutas e seus filhos. O dia se tornou um marco mundial na luta pela dignidade das trabalhadoras sexuais. O festival em Recife contou com a presença de algumas principais lideranças do movimentos organizados de trabalhadoras sexuais do país.

³⁰ Trabalhadora sexual, mãe, idosa, poetisa, pessoa com deficiência, liderança da Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo (APPS).

estava aguardando a aprovação de financiamento para um projeto de evento, e que caso tudo desse certo, iria me convidar a participar. Esse retorno de Diana me impeliu a compreender a importância de nutrir essas relações de afeto, para além dos meus anseios e interesses específicos. E não se trata de algo difícil ou distante da minha forma de ser. O meu corpo em campo se coloca inteiro, com meus valores, receios, conhecimento teórico, qualidades, aplicação de métodos e técnicas de pesquisa, defeitos, deslizos, acertos, recuos, investidas, estratégias antropológicas e, também, afetos. É assim que eu sei estar no mundo e não consigo ser diferente no exercício de meu papel de antropóloga e pesquisadora. Se o afeto tem se mostrado importante para minhas interlocutoras desde o início, para mim, não é diferente. A oportunidade que tive de estar pessoalmente com Lua e a maneira como eu e ela nos entrosamos abriram caminhos que antes não existiam.

Em junho de 2023 houve um evento organizado pelo Laboratório de Etnografia das Circulações e Dinâmicas Migratórias (Mobile), do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Eu apresentei oralmente um pouco da minha trajetória de pesquisa sobre a temática do trabalho sexual e falei das experiências mais recentes que havia tido. Na ocasião, eu vesti a camisa que Lua havia me dado de presente. Os registros foram publicados em minha conta privada do *Instagram*. Tempos depois, Diana fez o seguinte comentário nessa fotografia: “Orgulho de te ver com nossa logo. Amei! Somos todas filhas da luta!”.

Desta maneira, num processo paulatino de produção de uma relação de confiança, comecei a notar que eu era cada vez mais percebida nos espaços virtuais de encontros com trabalhadoras sexuais, os quais se tornaram comuns e corriqueiros desde a pandemia da Covid-19. Do segundo semestre de 2023 até início de 2024 aconteceu um curso³¹, promovido pela ANPROSEX, com aulas online a cada um ou dois meses. Eu já havia participado de alguns desses encontros, mas era apenas mais uma pessoa ali. No mês de agosto de 2023, Diana foi uma das professoras. Em sua apresentação, disse com orgulho que tinha 64 anos, 5 filhos, sendo 2 trabalhadoras sexuais, uma filha lésbica e enfermeira e 1 filho evangélico. E que puta que não tem um filho evangélico não é puta. Ela também disse que é bissexual e vive com uma companheira. Sempre

³¹ A ANPROSEX, em parceria com o Fundo Labora, realizou um circuito de aulas online e gratuitas, com participação aberta a quem se interessasse, nas quais as professoras eram trabalhadoras sexuais. O fio condutor do projeto era o compartilhamento de saberes e conhecimentos pelas próprias integrantes do movimento das profissionais do sexo, mobilizadas pela porta por direitos e vida mais digna para a categoria. O objetivo das aulas era promover o fortalecimento do movimento, a amplificação de vozes e busca por transformação social.

teve amor pelos clientes e que os filhos todos são filhos de clientes. Contou, também, que a mãe havia morrido, mas que tinha ganhado uma nova mãe, que é a mãe de Fátima Medeiros. Nessa aula, especificamente, eu tentei interagir um pouco e falei da minha pesquisa. Em algum momento Diana pediu à Lucimara, ativista no estado de Minas Gerais, que me apoiasse na pesquisa, que entrasse em contato comigo. Dias depois dessa aula, Diana me mandou uma mensagem perguntando se Lucimara estava me ajudando no trabalho e me mandou uma foto dela com o neto Paulinho, filho de Lua.

Ela se mostrar interessada sobre o acolhimento da colega de ativismo em relação a mim, o envio de uma foto dela com o neto, tudo isso me informava que a relação de confiança seguia sendo fortalecida. Mas, um dia, Diana me colocou à prova, definitivamente. Mandou uma mensagem perguntando se eu sabia escrever projeto, ao que respondi afirmativamente que sim, mas projetos acadêmicos. Ela foi logo me passando o contato de Vânia, dizendo: “ela precisa de um projeto para segunda-feira!”. Um pequeno detalhe – era uma tarde de sábado. Eu achava que já estava aprovada em meu “ritual de passagem”, em função de não ter desistido do diálogo com Diana. Mas ainda não era o caso. Aliás, ao longo de meu trabalho de campo, a cada nova possibilidade de interlocução, sempre mais e mais desses rituais.

Apesar de ter estado no festival em Recife, eu e Vânia não tivemos tempo de conversar. Minha ida até lá foi um tiro no escuro, um voo solo. Eu não sabia o que encontraria, não era uma pessoa conhecida pelas pessoas que estariam presentes. E fiquei lá por cerca de pouco mais de vinte e quatro horas. Mas, enfim, eu logo entrei em contato com Vânia e ouvi suas demandas. Trabalhei intensamente no domingo e na segunda pela manhã para tentar escrever o projeto, apesar de compreender que pouco provavelmente conseguiria realizar a inscrição, em função do prazo. Porém, às vezes, importa contar com um pouco de sorte. Algumas horas antes do esgotamento do prazo foi publicada a prorrogação das inscrições por mais uma semana. Ao fim, o projeto foi submetido.

A minha disponibilidade foi um passaporte muito importante para começar a circular entre as ativistas vinculadas às redes nacionais de trabalhadoras sexuais e Diana havia deixado isso claro para mim: “Se você conseguir escrever esse projeto, pronto! Aí você, minha fia, conquistou de vez. Entrou de vez no movimento. Aí não tem como correr não. Cê entrou de vez. Nós já te adotamos, aí já viu...kkkkkk”.

É bastante clichê citar Mauss nesse momento, mas a dádiva, enfim, se pôs em circulação. Já pensando em Geertz, receber a bola do projeto e matar no peito, foi a

minha corrida da polícia na clássica briga de galos em Bali. Na aula da ANPROSEX que foi ministrada após meu atendimento à demanda de Diana, aconteceu o que era inesperado para mim. Meu apoio à Vânia fez com que eu fosse cumprimentada e chamada de amiga por várias lideranças ao adentrar ao encontro. Aos poucos, aquele meio foi se tornando um lugar confortável para estar, circular, intervir, comentar, enfim, participar do grupo de alguma maneira. Mais importante que isso foram as muitas portas que se abriram, me permitindo acessar individualmente algumas pessoas e adentrar um pouco em seus universos particulares e familiares.

“Então, assim, né? Minha vida, minha infância, assim, ela teve dois mundos, onde num eu era muito feliz, sabe? Mas faltavam essas coisas materiais, né?” – pequenas doses da infância de Diana

Diana se dispôs, espontaneamente, a me narrar sobre sua vida, especialmente sobre sua infância. O acionamento de memórias se desenrolou de maneira processual, não linear. E a interlocução com Diana se deu, na maior parte do tempo, em trocas de mensagens de texto e de áudio pelo *WhatsApp*, além de algumas chamadas de vídeo. Quando ela partilhava suas lembranças em áudios, ora estava empolgada, ora reticente, ora as palavras saíam ligeiras, ora lentas e com pausas, pequenas ou longas, traduzindo um pouco como a memória se revela, também, para além do que é narrado. As emoções mobilizadas pela memória se manifestam não apenas nas palavras, mas também na impostação da fala, no tom da voz, nas pausas. A versão textualizada da escuta das experiências de Diana é, certamente, bem menos interessante do que ouvi-la. O uso de longos trechos é uma estratégia para tentar mitigar um pouco as perdas contidas no exercício antropológico de amplificar vozes que se dispõem à interlocução. Portanto, há aqui um esforço para organizar temporalmente as partilhas e falas feitas ao longo de nossa relação dialógica.

Então assim, durante o dia era maravilhoso porque tinha o trem. Eu não sei se eu cheguei a falar com você que meu brinquedo preferido era um escorregar. Um escorrego que eu improvisei, que era assim, da linha do trem. Ele ficava no alto e a casa que eu morava, as casas tudinho, ficava assim embaixo, sabe? E o trem passava assim em cima. Aí eu pegava, quando o trem tava bem pertinho de vir, aí eu fechava os olhos e me sentava no trilho do trem. Aí, quando ele estava bem próximo, aqueles apitos do maquinista, sabe? O pessoal tudo gritando para mim descer, para mim sair, porque estava bem pertinho mesmo. Aí eu

dava o impulso no corpo e descia, sabe, de ladeira abaixo. Ia parar lá embaixo. Menina, era gostoso demais, visse! E toda a vida, quando o trenzinho vinha e quando o pessoal conseguia me segurar, sabe, às vezes minha avó chegava a me segurar e me dava umas palmadinhas. Mas era gostoso demais. Eu já ia e me escondia. Eu já tinha o horário que o trem passava na cabeça, entendeu? Olhava assim, para o tempo, já imaginava aí pronto, já me escondia, que era para subir quando ele tivesse bem pertinho. [Diana, 2024].

Associar a mulher que eu conheço a esse relato de prazer infantil em situações de muita adrenalina arrancou de mim a frase: “isso era coisa de criança que sabia que ia ter que peitar o mundo!”. Quando eu olho para as netas e netos que carregam feições e características físicas de Diana e quando penso, simultaneamente, em sua imagem de uma senhora de 65 anos, corpo franzino, cabelos encaracolados, olhar de luta e sorriso no rosto, tento imaginar a Diana criança correndo e descendo no escorrego produzido por sua imaginação. Aliás, sua primeira infância, apesar de periférica e às margens, foi um terreno fértil para a fantasia:

Te contei mesmo? Que eu acreditava que eu e minha avó éramos muito importantes, porque minha avó, ao chegar na feira, todo mundo dava de tudo a ela, ou seja, a nós? É que eu acho que eu contei a parte onde eu já tinha consciência de que minha avó era mendiga. E não aquela pessoa que aos meus 5 anos eu acreditava. [...] Só sei que antes de ir viver com a família que me criou, eu era muito feliz. Só nas noites é que minha felicidade acabava. [Diana Soares, 2024]

A distância da realidade que cabia no pensar infantil, criando a ideia de que a avó em situação de mendicância era uma pessoa importante, me remeteu imediatamente ao filme “A vida é bela³²”, uma ficção sensível, no contexto do Holocausto (1933-1945). Um pai judeu vai com o filho para um campo de concentração e cria histórias fantasiosas sobre a situação para poupar o menino do sofrimento. O pai se articula solitariamente, num contexto de inóspito e de profundo sofrimento, para tentar preservar a magia da infância para o filho. As palavras de Diana me fizeram refletir sobre o quanto as crianças são capazes de ser felizes por não darem conta, necessariamente, de realidades duras. Mas a mediação adulta no acesso à fantasia que se faz presente no filme fica lá, na ficção mesmo. A maneira de Diana lidar com a realidade não contava com a intervenção de ninguém. Sozinha, ela fantasiou a própria infância e foi feliz ao

³² A vida é bela. Direção: Roberto Benigni. Itália. 1997. 115 minutos. Colorido. DVD.

lado da avó, apesar da escassez material, como ela mesma afirma em diversos momentos.

Além da situação de mendicância, a avó bebia muito. Com o cair da noite, o medo e o sofrimento ganhavam vez. Na casa de taipa, a menina dormia em uma rede muito alta, sob a luz de uma lamparina. As fantasias que amenizavam a realidade do dia também operavam à noite, mas no espectro do assombro. Sozinha em meio ao breu, enquanto a avó dormia embriagada, Diana via monstros no lume da lamparina. Ao serem evocadas, as lembranças de Diana transitam entre a felicidade do dia e os temores da noite:

O dia era maravilhoso! De dia eu saía com ela. E tinha o dia da feira. Nossa! Acho que tem as duas feiras. Eu só sei que essa feira era maravilhosa porque era a feira que tinha mais coisas gostosas. Frutas gostosas. Aí a gente ia pra feira. Eu ia pra feira mais ela. Eu lembro que ela levava um carro. Tem carro de mão, só que esse era um carro de madeira. É uma coisa assim que fica bem longe, mas eu ainda consigo lembrar daquela coisa feita de madeira, entendeu? Aí ela levava, quando chegava lá, era só as pessoas pegando e dando as coisas a ela. Era maçã, era só um monte de fruta. Uva! As frutas que tava vendendo. Aí, ela ia passando e o pessoal ia só dando. Então, eu acreditava que ela era uma pessoa muito importante, sabe? Eu me sentia muito orgulhosa com as pessoas, sabe, dando as coisas para a gente, para ela. Menina, eu achava legal! Dava dinheiro! Tinha umas pessoas que dava dinheiro. Aí, isso era muito legal. Aí quando era noite, era quando ela já embriagada, aí era onde meu sofrimento começava, porque começava com ela querendo beber, sem ter mais dinheiro para beber, e queria que os homens dessem as bebidas. Os homens não queriam dar, ela tomava bebida dos homens, aí os homens empurravam ela e ela caía. Quando caía, caía já dormindo, entendeu? Aí tinha uma pessoa que a botava em cima das coisas que tinha no carro de mão e me botava sentada perto dela e vinha me trazer até em casa. Entendeu? Aí pronto! A noite pra mim nunca prestava. Eu vim saborear a noite depois de adulta, aí eu vim gostar das noites. Mas eu odiava as noites.

Ao que parece, a figura de mulher importante que Diana atribuía à avó se dissipava na medida em que o álcool entrava na cena, a noite se aproximava e a realidade batia à porta. Num contexto em que não se tinha uma aldeia para ajudar a criar uma criança, o desamparo de ambas podia contar, pelo menos, com algum tipo de solidariedade, como a de alguém que as colocava sobre o carro de madeira e levava até a casa. A festa do dia dava lugar à solidão da noite, com a avó embriagada, adormecida,

inerte. Apesar disso, já adulta, Diana aprendeu a saborear as noites, que é um dos territórios favoráveis ao trabalho sexual.

A rotina de mendicância, entretanto, foi interrompida quando a avó adoeceu e uma família compreendeu que deveria “criar” Diana.

Porque ela [mulher que a criou] me criou porque meu pai [de criação] insistiu muito para ela me criar, entendeu? Mostrou pra ela que eu vivia com uma velha, uma pessoa alcólatra. Porque minha avó não era velha, sabe? Eu acredito que minha vó tinha assim, digamos, uns trinta e poucos anos, 40 anos, por aí, entendeu? A lembrança nítida que eu tenho. Então minha realidade era viver com aquela alcoólatra, com aquela bêbada, com aquela mulher que vivia embriagada. “Vive embriagada direto, a menina sozinha aí. A mãe no meio do mundo que ninguém sabe onde é que a mãe dessa menina anda”. Aí [o pai] ficava fazendo a cabeça dela [mulher que a criou]. Até que ela foi lá e viu a situação e minha avó tava doente, né? Aí ela pegou, falou “olha, vou levar você para o hospital e vou levar ela lá para casa. Quando você tiver melhor, aí eu trago ela de volta”. Só que ela não trouxe mais. Passou direto para a mão da juíza.

Antes de adentrar ao ponto que compreendo como mais relevante no trecho acima, é importante chamar a atenção, desde já, para a maneira como Diana fala a respeito da mãe e do pai de criação. Diana nutria um afeto muito grande pelo pai, que antes de leva-la para morar com ele e sua família, auxiliava financeiramente a ela e à avó. “Aí meu pai de criação era quem mais ia lá, pra deixar as coisas para a sogra dele, que era essa minha avó, né? Aí ele levava as coisas para mim, ele sempre levava as coisas para mim, sempre. Então, era a figura, assim, que eu tinha muito carinho”. Foi ele quem convenceu a esposa quanto a acolherem Diana. Em outros momentos, ficará evidente alguns porquês dessa relação distinta.

Criar e criação são categorias acionadas, enfatizadas e explicadas por Diana. Ela diz firmemente que não a adotaram, mas a criaram. E elucida sobre a distinção:

A família adotiva é aquela que resolve adotar uma criança. Às vezes ela começa a criar amor por um sobrinho, ou por o filho de uma vizinha, ou por um filho que nem nasceu ainda, que tá na barriga. Então, ela começa a trabalhar ali, para aquela adoção, para fazer aquela adoção. Ou ela mesmo se inscreve, onde tem adoção. Às vezes a criança já tenha nascido e às vezes a criança ainda tá lá na barriga. Mas ela resolve, porque é uma coisa dela, é um amor que ela tem, a vontade de ser mãe, entendeu? É um monte de sentimentos bons ali. A adoção sempre vem com sentimentos bons e de querer aquela criança pra si. Já a criação, não. Ela quer criar, muitas vezes, se criou

pra fazer companhia aos filhos, para depois ajudar na criação dos filhos futuros ou que já tinha, para servir àquela família, entendeu? A maioria são assim. A maioria que cria, é assim. Porque quem adota, quer adotar em tudo. E quem cria, não. Quem cria quer criar porque tem algum objetivo, entendeu? Que não é lá muito dos melhores. É que eu não sei explicar. Mas é desse jeito. Que foi o que aconteceu comigo e que aconteceu com muita gente que eu conheço que são de criação. Ah, eu adotei! Não. Pra você adotar, você registrou. Até quando já é registrado, a pessoa faz tudo pra passar aquela criança para o nome, pra ter os mesmos direitos, ser igual. Entendeu agora?

A maneira que Diana encontra para classificar, nomear e estabelecer uma definição da sua relação com a família com a qual ficou depois de ter sido tirada da avó é uma elaboração bastante particular, totalmente mediada pela própria experiência e entendimento de mundo. Ela não aciona elementos, formulações ou argumentos externos. Ao contrário, se esforça para explicar o seu pensar, que é fruto do seu sentir. E não apenas do seu sentir à época da infância. Um dos filhos de Diana foi adotado. Ela, que se diz filha de criação daquela família, se refere ao próprio filho como filho adotivo. Ao expor sua definição de família adotiva, Diana apresenta as características que considera necessárias e, implicitamente, faz erigir quais são os contornos da relação construída por ela com o próprio filho – amor, sentimento bons, querer a criança, acesso a direitos assim como os filhos biológicos – coisas que ela não teve junto à família de criação. Apesar de colocar toda a família como de criação, é importante, mais uma vez, deixar em suspensão a relação de Diana com o pai.

Para além de ter sido retirada do convívio com a avó, houve outra circunstância bastante delicada, quando a situação foi levada a juízo:

É aí depois foi o sofrimento né? Porque quando eu tive que perder minha vó, eu tive que escolher. Porque a minha mãe adotiva, minha mãe adotiva não! Minha mãe de criação. Ela, junto com meu pai, fizeram toda aquela coisa na minha cabeça. E disseram que a juíza ia perguntar a mim com quem era que eu queria ficar, e que eu dissesse que era com ele e com ela. Com eles né? Porque se eu dissesse que era com a minha avó, e no caso eu chamava ela de mãe, aí ela [a juíza] ia me levar porque ela [a avó] bebia muito. Aí começou a explicar um monte de coisa para mim, aí pronto. Na hora lá eu tive medo. Só que quando eu a minha vó, na hora que eu disse que queria ficar, minha filha! Minha mãe [a avó] saiu tipo doida. Aí levaram ela. Pegaram, botaram uma camisa de força nela e levaram ela para, eu acho foi pro hospício, não sei. Aí é que aquela cena sabe, dela naquele corredor e ela gritando, gritando, gritando. Lembra

que eu tapei assim os ouvidos e sabe? Eu comecei a chorar, chorar, chorar. Meu Deus!

As palavras de Diana informam que ela se sentiu coagida e diante de uma escolha, aos 5, 6 anos de idade. Ela afirma com veemência: “eu tive que escolher”. Em que pese a ideia de que as memórias se constroem do presente para o passado, sendo permeadas e atravessadas por todo trânsito contextual do sujeito, não dá para amenizar o fato de que é cruel que uma criança sinta sobre si tamanha responsabilidade. E não apenas pela escolha, mas responsabilidade, também, pela internação da avó, por exemplo, que era a única família que Diana conhecia até ali, apesar de não nomear tal relação como família.

E como, apesar de tudo, criança é criança, o novo lugar de morar mexeu com o mundo de Diana:

Quando eu cheguei, eu deslumbrei tanto com essa casa que me levaram, quando minha avó adoeceu. Eu fiquei tão deslumbrada que tudo que dissesse para mim ali, eu tava ali. Era um palácio. Era um palácio. Aquela casa que eu fui, eu pegava assim, sabe, as panelas. Eu pegava as panelas, ficava me olhando, sabe? Eu me via nas panelas. E o chão era coisa mais linda do mundo. As camas eram tão macias, tão cheirosas, menina. Lâmpada! Ai, meu Deus! Um banheiro, chuveiro, menina! Era tudo muito lindo, muito maravilhoso, mulher! Aquilo ali não existia não. Foi fantástico, visse.

Da casa de taipa para um palácio. Da luz da lamparina que virava fantasma para as lâmpadas. Da rede para a cama. Um cenário fantástico, mas que não foi suficiente para fixar memórias felizes sobre tal época: “assim, sabe, e eu depois, eu percebi que ali [com a avó biológica] que eu era feliz, sabe? Naquela vida que minha avó me dava, porque ela fazia de tudo para mim não sofrer, mas só que ela era alcoólatra, né?”. Em outras palavras, apesar de tudo, a felicidade estava na vida ao lado da avó.

Uma das questões da interlocução é nos implicarmos no campo, nas relações, nos diálogos. E um dia eu disse a Diana que não sabia como ela conseguia acessar essas memórias e narrar a própria história sem chorar. Ela me respondeu o seguinte:

Eu não consigo mais [chorar], sabe, Débora? Eu não consigo mais me entristecer com essas coisas, sabe? Eu consigo mais me entristecer quando eu vejo assim, outra criança passando por coisas parecidas. Mas eu não consigo entristecer. Que eu falo como se eu tivesse falando, assim, de outra pessoa, sabe? Personagem, algum personagem, sabe? É como se não tivesse sido eu que tivesse vivido isso aí, sabe? Aí eu vejo assim, eu vejo minhas netas hoje. Elas estão no trabalho, elas sofrem, elas

passam por isso, passam por aquilo e, sabe, se rebelam. [...] Eu fico pensando né? Meu Deus do céu, essas meninas não vivem a metade do que eu vivi.

A esquiva de si mesma como personagem da própria vida aponta para uma ou múltiplas situações traumáticas. Pode ser uma estratégia para mitigar a própria dor, mas que não se encerra nisso, posto que Diana transfere sua condescendência a outras crianças nas quais se vê, dando contornos outros à própria dor.

São muitas as camadas de complexidade presentes nessa experiência da primeira infância de Diana. Os “dois mundos” pelos quais transitou podem ser pensados a partir de extremos – onde havia escassez material, havia amor, mas onde o material era suprido, o amor não era suficiente. Isso não significa que Diana não tenha sentimentos e afetos positivos pela família de criação. Ela fala dos irmãos e, como já pontuado, tinha no pai uma figura distinta, de quem costuma falar com especial saudade. Dias antes do encontro da ANPROSEX, a respeito do qual falei no início desse texto, eu disse a Diana que não poderia estender minha estadia em Natal, porque seria aniversário de meu pai e eu queria estar presente. E ela me respondeu:

Ai, mulher, como é bom a gente ter um pai. Um pai, ah gente! Ai, quem dera eu tivesse meu pai ainda! Meu deus! Mas não tem nem condições de ter. E se tivesse ele, já tava com mais de 100 anos, se tivesse vivo. Nem tenho pai, nem tenho mãe, que no caso, já não eram legítimos, né, eram de criação, mas meu pai era tudo na minha vida. O pouco tempo que passei com ele, na verdade eu passei 12 anos só com ele. Cheguei pra ser criada por essa família aos 5 anos e quando ele faleceu eu tava com 17. Então, uma faixa de 11 pra 12 anos. Ai, que saudade!

É uma pena que os recursos que temos para fazer uma textualização de áudio não torne possível imprimir nas frases a emoção contida em uma fala. Com seu sotaque do nordeste, nessa mensagem de voz Diana quase entoou um canto, daqueles bonitos de ouvir. Mas não sem tristeza. E, tanto a saudade do pai, quanto certa mágoa da mãe de criação, tinham suas justificativas:

Agora, meu pai, ele quis me adotar. Só que minha mãe falou pra ele que eu já era registrada. Ele quis me registrar, entendeu? Só que eu fui registrada no mesmo ano que eu vim morar com eles, entendeu? Eu descobri isso um pouco mais tarde. Então eu não era registrada. Não era, porque minha avó só vivia mesmo pra beber, então eu passava pouco tempo dentro de casa e depois saía comigo pra beber. E minha mãe, não sei. O registro foi feito em Natal. No mesmo cartório em que ele foi feito, foi o mesmo que todos os meus irmãos de criação foram registrados. Mas, foi no mesmo ano, no mesmo mês. E lá no meu registro tem

dizendo quem foi que me registrou. A pessoa que me registrou foi dona Francisca Rodrigues da Rocha, ou seja, minha mãe de criação. Então não tem pra onde correr.

Diana tomou consciência de que a mãe de criação mentiu, em algum momento, dizendo que ela já era registrada quando foi morar no “palácio”. Entretanto, Diana foi ao cartório e buscou se informar a respeito das coisas, via documentos. E descobriu que o que realmente havia acontecido.

Outro aspecto que Diana apresenta e que justifica sua relação com o pai é o fato de que ele a incentivou a estudar:

O meu pai ele tinha muito gosto que eu estudasse. [...] Ele dava casa, comida e roupa lavada até que casasse. E comigo ele exigiu muito que eu estudasse. Exigiu muito. Era focado nisso. Não sei por quê. Ele era analfabeto, mas focou nisso em mim. O sonho dele era me ver formada, não chegou a alcançar esse sonho, porque faleceu antes, e eu também, como não tinha mais ninguém para mim pegar e ser alguém, fazer os gostos, e também a situação que a gente ficou e que eu fiquei, tive que trabalhar e deixar os estudos para depois. Mas era papai que pegava e queria que eu estudasse. Porque mãe mesmo, mãe não tava nem aí. Tudo dela era dos filhos dela. Dos filhos biológicos dela. Comigo, nada, nada.

Junto ao lamento pelo pai não a ter visto formada, ao narrar o que aconteceu posteriormente à morte dele, Diana revela a clareza de sempre ter sido tratada pela mãe de criação de maneira diferente dos irmãos. E junto a isso e a um conjunto de sentimentos em função de não ter sido adotada nos termos da lei, ela compreende, também, que sua presença naquela casa tinha objetivos específicos:

Minha família que me pegou para criar, me adotou entre aspas, elas me criaram. Elas me criaram. E no fim, quando eu já tava com meus 10 anos de idade, eu servi pra quê? Pra tomar conta dos meus sobrinhos. Minha irmã foi parindo e trazia pra casa, mãe simplesmente, minha mãe adotiva, né, minha mãe de criação. Não sei por que eu uso a palavra adotiva. Ela simplesmente, depois que eu dava banho, dava tudo direitinho, aí entregava nas mãos dela. Aí, entregava nas mãos dela, pra ela ficar ali ninando, todo cheirosinho, e eu ia fazer o mingau. Com 10 anos era isso. Eu já era babá. Porque quem cria, cria é pensando nisso. Pensando em ser babá dos próprios, dos filhos que poderão vir, ou então dos netos. A verdade é essa.

[...]

Então, nem filha bastarda eu era. Não era filha adotiva, nem era filha bastarda. Era filha de criação. Criação essa que é igual aos bichos que a gente cria – galinha, carneiro, essas coisas que é

tudo de criação. A gente cria pra reproduzir e etc. etc. pra ganhar em cima, pra lucrar em cima. Sou meio louca, visse?

A herança colonial da criadagem, na qual mulheres, adolescentes e meninas negras escravizadas eram postas na casa grande para cumprir as funções domésticas se atualiza e faz bastante sentido, especialmente quando se pensa na capacidade de Diana perceber a si mesma dentro deste contexto. Retirada de sua avó, uma mulher em situação de mendicância que vivia embriagada, entra no palácio. Por parte do pai, seria como filha. Por parte da mãe de criação, como uma pessoa que estaria sendo criada para se tornar uma criada, a serviço de todos os demais, desde a mais tenra idade.

E fazendo um jogo de palavras, Diana aciona, agora em novo contexto, o termo “criação”, comumente utilizado nos interiores do Brasil para se referir a animais de pequeno porte mantidos para subsistência. A alegoria serve não necessariamente para se comparar aos animais, mas para dizer que compreende que a família de criação tirou proveito dela o quanto pode.

O sentido pedagógico e alguns efeitos colaterais de quando uma história de vida se torna pública

No tópico anterior há uma organização linear da narrativa de Diana que foi compartilhada comigo em âmbito particular, e mobilizada quase que exclusivamente pelo meu interesse na história de vida, na história familiar. Entretanto, Diana não se furta das oportunidades de partilhar das suas memórias também em situações públicas. E nessas ocasiões, geralmente, há um acionamento constante do trabalho sexual. Desta maneira, o relato que se segue contém elementos que estão para além da minha relação de interlocução privada de Diana, que reforçam algumas coisas, mas, também, apresentam novos elementos de sua trajetória, especialmente no que tange à sua experiência com o trabalho sexual e os respectivos atravessamentos nas relações com a família de criação e a família descendente.

Em setembro de 2023 recebi um convite inusitado. Uma representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção Rio de Janeiro, entrou em contato comigo convidando para participar de um seminário sobre violência de gênero, que aconteceria no início de outubro. Fiquei bastante desconsertada e instigada, especialmente por não fazer ideia, num primeiro momento, do porquê da abordagem. A temática proposta se referia a como a violência de gênero contra

trabalhadoras sexuais pode impactar nas vidas das crianças. Escrevi para Monique Prada, perguntando se ela havia sugerido meu nome. Bingo! Obviamente que aceitei o convite. A participação seria online. A pessoa que me contactou perguntou se havia alguém para indicar. Indiquei Diana, que me comunicou o aceite assim que também recebeu o convite. Estávamos empolgadas pela oportunidade de dividir aquele espaço – eu, ela e Monique.

Diana é uma das mulheres mais velhas e uma das ativistas mais antigas do que classifico como movimento social de trabalhadoras sexuais do Brasil (Barcellos, 2025). O papel desempenhado por trabalhadoras sexuais dentro do ativismo implica, dentre outras coisas, que suas vidas e histórias se tornem públicas, mais cedo ou mais tarde. Enquanto algumas se esforçam para manter a família no anonimato, outras encontram na exposição dos seus um meio de se imporem, também, como mulheres de família. Diana se enquadra nesse segundo grupo.

Dias antes do evento Diana me mandou mensagem pelo *WhatsApp* dizendo que estava muito nervosa, insegura e perguntou se eu poderia enviar algumas perguntas a ela, para que pudesse tentar se orientar. Eu disse que não se preocupasse, pois, se alguém tinha propriedade para falar sobre o assunto, eram ela e Monique, no que tange às experiências individuais e coletivas. Mas, claro, mandei uma pergunta que achava pertinente, questionando se ela já tinha passado por alguma situação de tentativa ou retirada de guarda de algum dos filhos ou se conhecia alguma companheira que já havia passado por esse tipo de situação.

Bem à véspera de nossa participação, Diana, mais uma vez tomada por suas inseguranças, pediu que fizéssemos uma reunião virtual – ela, eu e Monique. E foi um momento ótimo, nosso, em que pudemos cada uma falar sobre os receios particulares quanto aquele momento. Mas foi, também, uma oportunidade de nos fortalecermos. Fizemos uma espécie de resumo do que falaríamos, num formato de bate-papo, e fui anotando algumas frases ditas por Diana para enviar tópicos para ajudá-la a se orientar no dia do evento.

Decidimos definir entre nós quemalaria primeiro. Nem Monique, nem Diana queriam começar, mas eu insisti que era importante que uma delas abrisse a mesa. Monique se habilitou. Diana disse que ficaria mais confortável falando por último. No dia 9 de outubro de 2023 aconteceu o evento³³. Diana abriu sua fala dizendo de como as

³³ Vídeo do evento na íntegra disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7dF3CMkGeo0&t=9394s>. Acesso em 11 out. 2024.

coisas mudaram de 1980 para os anos 2000, no que tange à coragem das mulheres assumirem o trabalho sexual. Sua colocação, na verdade, dizia respeito à sua experiência particular, de quem logo cedo começou no trabalho sexual e passou a sustentar a si mesma e aos filhos, enquanto escondia da família aquilo que fazia:

E pra isso a gente precisa também esconder, porque o primeiro *ataque* vem da nossa própria família. Tem muitas famílias como a minha, que era uma família muito religiosa, completamente abolicionista. Então, foi muito difícil pra mim chegar e falar a verdade. E com o tempo, as coisas começam a vir, começam a juntar, vai ligando uma coisa à outra e terminam descobrindo. E foi assim que aconteceu. Várias vezes minha mãe ficava procurando saber – ‘ah, você chega com dinheiro, você sustenta os filhos da sua irmã, sustenta seus filhos. De onde vem esse dinheiro?’ Porque eu dizia que era enfermeira, dizia que era garçonete, e era puta. Então, assim, ‘de onde é que vem? Você fica tão bem maquiada, você se maquia tanto, você se veste tão bem, pra ir para um hospital trabalhar, pra ir atender?’. Claro! Aí eu explicava, até que um dia eu não aguentei mais, minha irmã chegou acusando. Minha irmã que era uma pessoa de vida livre chegou me acusando de ser puta, de ser prostituta. Porque pra ela, como ela transava com qualquer homem por gostar, não cobrava, então ela estava lá nas maravilhas. E eu não, porque eu cobrava. O problema era a cobrança. Eu tinha que ter sexo gratuitamente.

Cabe enfatizar a categoria “ataque”, acionada por Diana. Por definição, atacar é executar alguma ação ofensiva contra alguém – simbólica ou materialmente – criticar, incriminar. Em outras palavras, ataque é violência. É válido considerar que houve certa experimentação dessa violência no seio da família de criação, num momento um tanto anterior, quando ao olhar para a infância de Diana, nos deparamos com o fato dela ter sido retirada da avó alcoólatra, que foi considerada louca e não ter sido entregue à mãe, que era prostituta. Entretanto, o segredo era caro a Diana, pois conhecia a família que tinha, considerada conservadora, mas que também havia se tornado um lugar seguro e de afeto muito importante. As estratégias para manter a verdade às sombras envolviam fazer uso da formação de enfermeira que possuía e dizer que era aquele o seu trabalho, apesar do uso constante de maquiagem e do volume de dinheiro que chamava a atenção da mãe de criação. Ainda que não descrito dessa forma, o primeiro enfrentamento de Diana aos ataques da família foi fruto, dentre outras coisas, da provocação da irmã, imbuída de uma suposta aceitação de trocas sexuais de mulheres pretensamente livres, desde que não fossem mediadas por trocas econômicas. Outro termo utilizado por Diana que remete ao seu envolvimento com o ativismo é classificar a família como

abolicionista, palavra usada para se referir a pessoas ou grupos que desejam a extinção do trabalho sexual.

Algo comum no universo do trabalho sexual é a convicção de que o sexo com uma pessoa qualquer não tem que ser gratuito. Não que o sexo não mediado economicamente ou relações advindas desse tipo de experiência não possam vir a ser. Entretanto, demandam outro tipo de negociação, geralmente no campo do afeto ou do desejo genuíno da mulher fazer sexo em circunstâncias que não se vinculam, necessariamente, ao contexto do trabalho. Trata-se do direito de escolher. E essa distinção é basilar, especialmente quando uma pessoa que exerce o trabalho sexual possui relações de namoro ou casamento.

Aliás, foi pela via do casamento que a família de Diana vislumbrou um caminho para intervir, tentando colocar em prática uma máxima do imaginário e do controle social sobre o fenômeno da prostituição – “salvar” as mulheres – que se faz muito presente nas linguagens da arte, a exemplo da música “Eu vou tirar você desse lugar” (1972), de Odair José.

Então, aí começou a minha família a reclamar, que não era aquilo que queria pra mim. Que quando me obrigava a casar era justamente para não me ver ser uma rapariga. Porque chamavam mais de rapariga do que de prostituta. Não era para ser uma rapariga.

Enquanto para a família o casamento se constituía num meio de remissão e de perpetuação de um modelo familiar ideal, para Diana se tratava de mais um ataque. Não era uma escolha. Ela não cedeu à imposição da família, não se casou e, em algum momento, decidiu abrir o jogo:

E eu escondi durante um bom tempo, depois eu abri a boca e falei, e bati um papo bem legal com minha mãe [de criação], expliquei a ela. Expliquei várias coisas. [...] “Você vá viver sua vida” [disse a mãe de criação]. E não me quis mais dentro de casa. Não quis mais me apoiar. E tudo bem. Eu já tinha condições de pegar e me virar sozinha. Já tinha como bancar uma babá para meu filho, bancar aluguel, bancar tudo. Então, tava muito bem, obrigada.

A autonomia econômica e a capacidade de sustentar a si mesma e ao filho permitiram que Diana se afastasse, em alguma medida, do lugar que a deixava um tanto vulnerável aos ataques. Entretanto, eles continuavam a vir, também, de outras maneiras.

Nesse tempo eu só tinha um filho. “Ainda bem que seu filho é macho, cê tem um filho macho, você não tem nenhuma filha fêmea, porque senão ia ser péssimo para sua filha e a gente ia ter

que acionar a justiça”. Quer dizer, que meu filho homem não precisava acionar a justiça, mas se eu tivesse uma filha mulher, ia acionar a justiça. É tanto que quando eu tive minha primeira filha eu fiquei morrendo de medo que minha família soubesse, principalmente minha mãe. Porque eu imaginava assim... ela vai querer tomar, vai querer acionar a justiça e minha filha vai terminar tendo a mesma vida que eu tive, porque eu sou filha adotiva dessa família, sou filha da puta, de uma puta, e foi muito difícil. Já me tiraram da minha avó, já me tiraram porque eu era filha da puta e minha avó era alcólatra, então, eu tinha que ir para um lar. E foi quando me tiraram da minha família pra ir viver nesse lar. Pra me criar, não me adotaram. Me criaram. Então, assim, eu tinha muito medo que a minha filha sofresse também.

Falando, mais uma vez, da categoria ataque, é possível perceber outras camadas de complexidade quando são envolvidas as vidas dos filhos, ainda que de maneira implícita, as quais: atravessam a autonomia de Diana quando utilizam de seu trabalho para intimidá-la; reproduzem violência de gênero ao dizerem “ainda bem que seu filho é macho”; questionam sua capacidade de ser boa mãe e a fazem se sentir ameaçada no exercício desse papel ao dizer que se tivesse uma filha, acionariam a justiça. Outro ponto de atenção é quando Diana diz, publicamente, que a família não a adotou, mas a criou – cuja distinção foi apresentada anteriormente.

Após abrir o jogo com a família, veio o momento de se assumir trabalhadora sexual em outras dimensões que romperiam ainda mais com o sigilo e o segredo. E isso se deu em ocasião de alerta sanitário global:

Depois que chegou o ano 2000 e veio aí a epidemia de Aids, veio uma série de acontecimentos, então eu me vi obrigada a falar minha identidade. Resolvi assumir e seja lá o que Deus quiser. Meus filhos já estavam assim, todos maiores. Meu maior medo era deles, era o que eles iam sofrer, porque minhas colegas diziam “olha, quando os camaradas sabem que a gente tem filhas, eles começam a dar em cima das filhas. Então, a gente tem que ter o máximo de cuidado”. E as colegas começavam a falar e eu tinha o máximo de cuidado mesmo. Não queria que minhas filhas fossem nem onde eu estava. Eu às vezes trabalhava numa lanchonete e naquela lanchonete é que eu arranjava meus programas. Então, eu não queria nem que minhas filhas fossem na lanchonete.

Se assumir para além da família foi uma espécie de pontapé inicial para o ativismo. Consequentemente, os desafios se amplificavam. E não apenas pelo fato de abrir mão da própria privacidade, mas de se dispor ao enfrentamento em um momento de potencialização do estigma, em função do HIV, uma epidemia de infecção

sexualmente transmissível, classificada à época como doença sexualmente transmissível e que era associada a “grupos de risco”, dentre os quais figuravam prostitutas e comunidade homoafetiva.

Para além da epidemia instalada, Diana experimentou aquilo que Monique Prada (2018) chama de estigma de contato, que é quanto o estigma perpetrado contra trabalhadoras sexuais atinge, de maneira colateral, a seus filhos e filhas.

Mas a gente sofre muito preconceito. Sofre muito também, já aconteceu assim... porque o tipo de coisa que acontece conosco, puta, e acontece também com quem não é puta, pelo simples fato de ser mulher, de ter filha... já aconteceu de estar num espaço e minha filha pegar e dizer assim “olha, aquilo ali é filha de Diana. Menina, já tá dando pro abate”. Então, já começam a querer usufruir da minha filha, menor ainda. Então, a gente escutar isso, a gente não se sente bem. Porque é aquele tipo de coisa. Em qualquer profissão a gente não quer... a criança ou o adolescente não é para estar trabalhando. E o trabalho da gente é um trabalho muito difícil. A gente sabe pelo que a gente passa. Então, eu pelo menos, eu tenho duas filhas que são trabalhadoras sexuais. Mas eu lutei para que elas fossem para outra profissão, fossem pra outro trabalho, porque eu sei o que eu sofri. E eu não queria isso pra elas. Tem mais a questão da violência, elas vão querer viajar, e eu tenho muito medo do que pode ocorrer lá fora, sabe? Então, assim, é muito difícil pra gente, querer que nossos filhos sejam trabalhadores sexuais. Minha filha, ela foi casada e ela encontrou no trabalho sexual espaço melhor para ela do que no próprio casamento. Ela se viu com mais liberdade, com tudo mais, porque ela sofria muito com o marido, então, no trabalho sexual foi que ela se encontrou, foi que ela pôde dar o grito de liberdade dela. E hoje ela continua a viver, com filhos e tudo, mas tem esse medo da sociedade, por conta dela ter uma filha.

Diana coloca na mesa várias questões complexas. Menciona o preconceito em relação ao ser puta, mas estende a compreensão de que basta ser mulher para passar por situações como ouvir que a filha, menor de idade, está pronta para o abate. Menciona que isso impacta nos sentimentos dela como mãe e argumenta que adolescentes e crianças não deveriam trabalhar, em qualquer profissão que seja. Diz também que o trabalho sexual é um labor difícil. Apesar de ser uma ativista e defensora dos direitos das pessoas que exercem o trabalho sexual, Diana não o romantiza. E reforça esse entendimento ao dizer que desejou que as filhas tivessem outros tipos de trabalho, mas que duas delas o escolheram, uma delas após passar por um casamento no qual sofreu.

É caro considerar, também, que o estigma tem diferentes espectros em se tratando do universo feminino e masculino:

Então, outra coisa que acontece muito é com os nossos filhos. Eles sofrem preconceito quando sabem que nós, quando a sociedade sabe que ele é filho de uma prostituta. Então, a polícia já passa a perseguir, porque acha que como é filho da puta é mal encaminhado, não tem uma educação. Então, eles não podem estar numa esquina, estar numa praça, que a polícia chega e já dá baculejo, porque acha que eles estão ali fazendo tráfico, algo parecido. Então, eles já sofrem esse tipo de preconceito. A questão de filho da puta a gente já até nem liga mais. Meu filho mesmo diz “eu adoro ser chamado de filho da puta, porque eu vejo aí o próprio presidente da república é chamado de filho da puta. Por que eu, um filho de uma puta, vou reclamar? Não vou de jeito nenhum, eu acho é bom”. Então, a gente sofre muito esse tipo de preconceito.

Se as filhas de trabalhadoras sexuais são alvo dos olhares, desejos e fetiches dos homens, os filhos são alvo da polícia, em função do imaginário de que filho de puta é mau elemento. Trata-se de outro lugar de vulnerabilidade, mas igualmente associado ao trabalho da mãe, como no caso das filhas mulheres. O filho de Diana, entretanto, em algum momento deixa de se importar com a identificação de “filho de uma puta”, não apenas por admitir, mas também por respeitar a escolha da mãe.

Diana inseriu diversos elementos outros em suas falas. Expressou seu compromisso com a coletividade, falou tangencialmente sobre experiências de colegas que passaram por episódios de destituição de guarda, defendeu companheiras de categoria que optam por não assumir o trabalho sexual e respectivas estratégias para manterem o sustento e o cuidado com os filhos.

Até hoje, também, a gente ainda vê. Se escondem, justamente devido à sociedade, às leis, que tem muitas leis aí que a gente não consegue compreender, então colocam na cabeça da gente muita coisa, muito mito, então, a gente acaba escondendo pelo fato de que é muito difícil uma mãe querer perder seu filho. Não é pelo fato de ser puta que a gente quer deixar os filhos com outras pessoas. A gente deixa porque a gente precisa trabalhar, porque às vezes trabalha à noite, às vezes dia e noite, e a gente se vê obrigada a deixar os nossos filhos aos cuidados de alguém.

A fala de Diana encerrou nossa participação e o espaço foi aberto para perguntas. Algumas pessoas se inscreveram, dentre as quais, uma mulher que se identificava como pertencente ao autointitulado feminismo abolicionista/radical, cujas filiações são popularmente conhecidas como “radfem”. A referida mulher – jovem, com tom de voz ameno e arrastado proferiu várias críticas às falas. Afirmou que o movimento ao qual ela pertencia não acreditava que “aquelas mulheres” fossem putas

ou vagabundas, mas prostituídas, logo, vítimas. Mencionou a fala de Diana e disse que ela havia dito com outras palavras o mesmo que Simone de Beauvoir – que a diferença entre a prostituta e a esposa, era o lar. E que ambas eram exploradas pelos homens. Afirmou que não tacaria pedras em Monique ou em mim. Disse que queria acreditar que todas ali queriam a mesma coisa – o bem das mulheres – e que aquilo ali era um debate. Reivindicou que feministas radicais também fossem convidadas a participar daquele tipo de mesa. Exaltou Cleone³⁴, que falecera havia pouco tempo. Afirmou que se tratava de um tema muito triste. Se referiu às trabalhadoras sexuais como “mulheres em situação de prostituição”, expressão considerada pejorativa pelo movimento das trabalhadoras sexuais. Performou um suspiro emocionado dizendo que “essas mulheres” tinham que exercer o direito de serem mães. A fala tomou o rumo da autodefesa, com evocação da própria trajetória, dizendo que não era rica, não era patricinha, não tinha um carro importado estacionado à porta da OAB. Falou de suas dificuldades, que foi mãe solo, mãe adolescente, sem rede de apoio, morou em quartinho, foi garçõete. E teve oportunidade de se prostituir, porque toda mulher tem. Entretanto, não o fez. Disse que não era por moralismo, mas porque ficava se imaginando tendo que dormir com vários homens, todas as noites. Insistiu não se tratar de moralismo, mas apenas de um ponto de vista. Se desculpou porque o tema da mesa não era o conteúdo da fala dela.

Enquanto aquela mulher falava, eu observava pelo vídeo a fisionomia e os sinais corporais de Diana e Monique. Ambas estavam inquietas, irritadas, desconfortáveis. O tempo era pouco e não haveria tempo para responder a todas as pessoas. Não demos mais atenção a ela do que breves respostas, uma vez que compreendemos que ela estava ali com objetivo de nos desqualificar. Entretanto, assim que nossa participação se encerrou, Diana fez uma chamada de vídeo pelo *WhatsApp* – ela, Monique e eu. Como eu já havia notado, elas estavam extremamente angustiadas e uma das coisas que disseram foi que tinham medo de estarem presencialmente em lugares com feministas radicais, pois temiam ser agredidas. E isso não era, necessariamente, sobre a experiência que havíamos acabado de ter, mas sobre experiências anteriores, nas quais se perceberam iminentemente em risco. Diana se sentiu atacada e desqualificada. Depois

³⁴ “Cleone foi uma mulher, negra, mãe, avó, militante de diversas ‘causas’ e movimentos sociais, que faleceu em 2023, aos 65 anos, vítima de um câncer, e que se definia como ex-prostituta, feminista negra e, por vezes, como vítima da prostituição” (Azevedo, 2024, p. 19). Cleone participou da fundação do grupo Mulheres da Luz, organização abolicionista que trabalha junto mulheres que atuam na prostituição na Praça da Luz, em São Paulo, e que são classificadas pela organização como “mulheres em situação de prostituição” – forma de referência que o movimento das trabalhadoras sexuais considera pejorativa e tutelar.

de partilhar detalhes de sua vida, de se expor, de dizer do quanto o trabalho sexual foi importante na vida dela, na criação dos filhos etc., ser classificada como vítima a fez se sentir deslegitimada.

É preciso deixar registrada a dimensão de violência simbólica erigida pela presença, performance e palavras da feminista abolicionista que estava ali, munida de uma intervenção premeditada, como costuma ser o *modus operandi* dessa vertente do feminismo. Houve um desinteresse explícito, manifesto pelo fato da referida mulher não ter levado em conta o que estava sendo dito pelas trabalhadoras sexuais, além de um esforço claro para distorcer aquilo que foi comunicado por Diana, que após os fatos e em uma manifestação privada ficou triste, abalada, chorosa. Os reflexos desse tipo de situação se manifestam nas emoções e impactam no corpo, desorganizam as ideias, desestabilizam e, no limite, adoecem ou exarcebam problemas de saúde já existentes. Diana é uma mulher idosa. A feminista abolicionista não levou a sério as palavras de Diana, cuja senilidade sequer foi considerada, menos ainda, respeitada. Lidar com as consequências desse tipo de atitude perpetrada contra trabalhadoras sexuais implica em um cálculo imponderável de danos às pessoas que se dispõem a estar na linha de frente de lutas de minorias e desse tipo de enfrentamento público.

Mas nem tudo são tensões e a participação de Diana naquela manhã rendeu um convite para outra participação em um evento online: “Assim que saí daquele seminário fui convidada para uma palestra com futuros médicos. O tema era sobre nossa saúde mental pós-pandemia. Foi muito produtiva. Amei. E ganhei 200 contos”.

Importante elencar algumas questões. A OAB não é um espaço neutro ou livre de ideologias. Muito pelo contrário, se trata de um espaço de disputas acirradas de poder. À época de nossa participação, havia uma presidência progressista, com comissões temáticas de mesmo perfil, sendo este, inclusive, o principal motivo para a realização do evento e inclusão da categoria das trabalhadoras sexuais no seminário do qual participamos. A coragem da ativista e militante se expor pode mobilizar empatia, produzir solidariedade, angariar pessoas que simpatizem e defendam a ideia de que trabalhadoras sexuais, além de existirem, têm famílias. Pode alcançar, sim, uma função pedagógica positiva. Oras! Naquele mesmo dia, Diana foi convidada para outro espaço onde, além de bem recebida, foi remunerada. Entretanto, a exposição também possibilita outras nuances. Entregar sua história a um público diverso, elitizado e desconhecido, é oferecer não apenas o enredo de uma vida ao escrutínio público. É, também, colocar o corpo e a própria família nesse jogo. A coragem pode fazer parecer

que nem é possível existir a mulher insegura que pediu ajuda para estruturar sua fala e se tremeu toda depois do ataque sofrido. Mas se trata de uma mesma mulher – cujas fronteiras entre força e fragilidade são totalmente borradas quando esta decide tornar seu corpo, vida e história num banquete para o outro. E essa é uma metáfora (ou não), que confere muito sentido às existências de Marias da Paz, Lias, Dianas e muitas Marias espalhadas mundo afora.

Cabe retomar ao episódio do trabalho de “Projeto de vida” de Vyda. Ouvir de uma adolescente “eu tenho muito orgulho dessa parte de minha história de vida”, minimamente, desafia certos imperativos sociais e morais. Apesar de ser parte de uma família de mulheres que se inserem num movimento social bastante marginal, o sentimento de orgulho não é algo óbvio. Ele é forjado, às vezes a duras penas. A menina que se arriscava na linha do trem, que diante da solidariedade das pessoas achava que a avó era uma pessoa importante, que tinha medo das noites solitárias, que teve que escolher entre a casa de taipa da avó e o palácio da família de criação, que encontrou afeto num pai com quem pode conviver pouco tempo, que assumiu sua função de prostituição para peitar a família e cuidar dos filhos, se tornou a mulher que é o pilar de sustento material e emocional e, também, o pilar da produção desse orgulho experienciado pela família que construiu.

CAPÍTULO 2: DANDO O CONTEXTO

Acompanhando o fluxo de movimentos contemporâneos das parentalidades em todas as possibilidades e diversidade de experiências, as maternidades vêm figurando cada vez mais enquanto campo de interesse na produção científica, especialmente na Antropologia e nas Ciências Sociais. O Brasil sedia pelo menos duas redes internacionais de pesquisadoras reunidas em torno dessa temática, a Rede Anthera³⁵, e a Rema³⁶. A relevância da maternidade enquanto campo de estudos também pode ser atestada pelo fato desta tese integrar um projeto de pesquisa mais amplo, intitulado “Mães, mããs e mamans: gênero, raça, mobilidades e dinâmicas familiares nas experiências de maternidades no Sul Global”, coordenado pela professora Andréa Lobo e laureado em primeiro lugar no edital de Demanda Espontânea³⁷ no ano de 2022, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF)³⁸.

Discorrerei com maior vagar a respeito de diversas questões inerentes às maternidades nos próximos capítulos – tanto por meio de uma seara exploratória dos dados etnográficos, quanto em diálogo com um conjunto de autoras dedicadas à temática, especialmente algumas que tratam com primazia maternidades destituídas, maternidades marginalizadas, maternidades inconformes, maternidades inadequadas, não-maternidades. Antes, portanto, importa traçar um panorama acerca do contexto que faz um pano de fundo no qual se situa esta etnografia – o trabalho sexual e alguns pontos a ele relacionados. Argumento pela pertinência da escolha, uma vez que trata-se de um elemento a partir do qual deriva um conjunto de especificidades às experiências de maternidade e família das interlocutoras desta investigação.

³⁵ Trata-se de “uma rede internacional de pesquisas antropológicas sobre família e parentesco. A rede foi oficialmente constituída em 2022, a partir da aprovação de dois editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Chamada n.26/2021 Apoio à Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação: Bolsas no Exterior; Chamada n.40/2022 – Linha 3B – Projetos em Rede – Políticas públicas para o desenvolvimento humano e social)”. Extraído de: <https://www.redeanthera.com/sobre>. Acesso em 25 ago. 2025.

³⁶ “A Rede Transnacional de pesquisas sobre Maternidades destituídas, violadas e violentadas é uma rede nacional e internacional de pesquisa, acolhimento e transmissão de saberes frente às violências e violações praticadas contra mulheres em suas diversas experiências de maternidades.

Somos contempladas pelo Edital Pró-humanidades Linha 3 B / CNPq Projetos em Rede – Políticas públicas para o desenvolvimento humano e social. A problemática central do projeto refere-se aos direitos sexuais e reprodutivos, atentando para as desigualdades de classe, raça, cultura e religião, enfocando situações empíricas que refletem sobre violências praticadas contra mulheres em suas diversas experiências de maternidades (social e/ou biológica)”. Extraído de: <https://rema.uff.br/apresentacao/>. Acesso em 25 ago. 2025.

³⁷ Conforme edital da FAPDF 09/2022.

³⁸ Aproveito o ensejo para agradecer à FAPDF pelo apoio financeiro e, novamente à professora Andréa Lobo pela sensibilidade em incluir minha pesquisa nesse projeto.

De saída, cabe informar que a despeito das diversas disputas – narrativas, analíticas, políticas, sociais etc. – acerca do trabalho sexual, escolhi me orientar, primeiro, a partir das perspectivas e formas de identificação das mulheres junto às quais pesquisei. Segundo, a partir do ordenamento jurídico brasileiro que, pelo menos nos termos das leis, imputa caráter laboral inequívoco ao trabalho sexual. Ademais, dialogo com um conjunto de autorias que, assim como eu, escrevem a partir de uma postura de adesão a perspectivas progressistas e não abolicionistas acerca desta temática.

“A profissão mais antiga do mundo”. Assim o senso comum costuma se referir à prostituição, a forma mais conhecida e mais antiga do trabalho sexual, como já mencionado, o qual se atualiza e se reconfigura na contemporaneidade. O chavão abriga um paradoxo social – ao mesmo passo em que se nega o status laboral à prostituição, evocam-na deliberadamente como profissão/trabalho. Não obstante, esse senso comum, apesar de fazer sentido, como se verá logo adiante, desmobiliza reflexões a respeito do trabalho sexual enquanto um fenômeno social complexo, que envolve diversos agentes. Essa desmobilização acaba por reforçar o estigma e o preconceito perpetrados contra as pessoas que o exercem. É importante salientar que o estigma, nesse caso, deve ser pensado nos termos de Goffman (1978), quando o autor afirma que “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (p. 7). Segundo o autor, para classificar pessoas estigmatizadas a sociedade estabelece critérios de normalidade *versus* anormalidade, sendo a anormalidade passível de ser identificada por marcas físicas, condutas ou comportamento desviante ou pertencimento a grupos étnicos ou estrangeiros. Nessa mesma esteira de reflexões, Dolores Juliano (2003) propõe que alguns sujeitos ou grupos estigmatizados são socialmente essencializados, para fomentar a ideia da impossibilidade de convivência com eles. Ao me aproximar da noção de estigma proposta por Goffman, e reverberando Dolores Juliano, meu argumento é o de que o qualificador “trabalho sexual” (e referenciamentos correlatos), a partir do qual a conduta sexual é posta sob escrutínio, obscurece outras características ou papéis das mulheres, reduzindo-as ao ofício que exercem e imputando socialmente a elas, dentre outras coisas, incapacidade ou inabilidade maternal (Prada, 2018; Teodoro, 2019).

Em diálogo com autores da sociologia do trabalho, Lorena Caminhas (2025) pondera que pessoas estigmatizadas em função de exercerem os chamados “*dirty*

works”³⁹ (trabalhos sujos, em tradução livre, ou trabalhos maculados, na perspectiva da autora), dentre os quais trabalho sexual é considerado como caso extremo, “se deparam com obstáculos às interações e à estima social, sendo apartados das relações de valorização moral constituídas socialmente” (p. 7). A autora explora estratégias de mulheres que trabalham com *camming*⁴⁰ na busca pela estima social, especialmente no âmbito individual, ao que nomeia de “gestão do estigma”. Inspirada pelas reflexões de Caminhas e partindo da ideia de que o estigma é fruto de relações de poder, quero sugerir que ele também agencia, por meio de formas de resistência cotidianas, sejam elas individuais ou coletivas. Sherry Ortner (2016) argumenta que a agência não é um objeto em si, mas um processo que configura e reconfigura formações sociais mais amplas. A autora também indica que as pessoas marginalizadas nunca são completamente desprovidas de agência e que a resistência às estruturas de dominação é sempre um caminho possível. Pondero, entretanto, que propor o estigma enquanto possibilidade de agência não implica em romantizar situações de resistência, especialmente no caso das trabalhadoras sexuais, levando em consideração se tratar de um trabalho limítrofe, corroborando a perspectiva de Caminhas (2025). Trata-se, pois, de não destituir o sujeito de sua condição básica de autonomia e subjetividade.

Retomando a perspectiva da “profissão mais antiga do mundo”, Nickie Roberts (1998) informa que a atividade foi registrada na escrita pela primeira vez aproximadamente em 2000 a.C. A respeito da Antiguidade Clássica, a autora aponta algumas das diferentes nuances que já se faziam presentes na atividade: permissividade, sacralidade, institucionalização estatal, poder econômico, arte, escravidão sexual. Ou seja, desde os tempos mais antigos a prostituição se impõe como fenômeno que se concretiza de maneira diversa.

Federici (2017) torna o debate acerca da prostituição ao longo da história ainda mais sofisticado, pensando-a a partir de uma leitura feminista da teoria marxista. Olhando para o período medieval, por exemplo, a autora correlaciona as figuras da prostituta e da bruxa no contexto do que chama de “reorganização capitalista do

³⁹ O termo *dirty works* deriva da ideia de uma hierarquia de prestígio na divisão social do trabalho. Os trabalhos feminizados e racializados como o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado, por exemplo, também têm sido pensados a partir desse pressuposto. O trabalho sexual, por sua vez, é compreendido como um caso extremo de *dirty work*. Para mais, ver Caminhas (2025).

⁴⁰ “é um trabalho sexual que despontou no país a partir de 2002 (Caminhas, 2020) e consiste na performance de práticas erótico-sexuais via webcam, transmitidas aos consumidores via streaming de vídeo (Bleakley, 2014). Esse serviço é predominantemente ofertado em plataformas digitais que fornecem espaços para construção de perfis de trabalhadoras sexuais que pretendem produzir shows de webcam para uma ampla audiência.” (Caminhas, 2025, p. 5).

trabalho sexual”, de maneira que a visão que se estabelecia sobre essas mulheres consistia na bruxa que vendia sua alma ao diabo como imagem ampliada da prostituta que vendia seu corpo aos homens. Ambas, porém, símbolo da esterilidade e da sexualidade não procriativa, ambas inadequadas à maternidade. Ambas subvertedoras da ordem do modelo familiar adequado ao processo de acumulação primitiva, fundamental ao estabelecimento do sistema capitalista, para o qual a reprodução de pessoas para mão de obra era imprescindível. Apesar dessa associação entre prostitutas e bruxas, e reforçando a ideia de ser a prostituição um fenômeno multifacetado, a autora também apresenta dados que informam, por exemplo, que na França do século XV, a prostituição chegou a ser considerada serviço público.

Outro ponto importante é que ao longo da história ocidental, particularmente, a relação das sociedades com a prostituição tem sido marcada pela ambiguidade. Desde a antiguidade clássica (Roberts, 1998), atravessando o período medieval (Roberts, 1998; Federici, 2017), e chegando à contemporaneidade (Roberts, 1998; Rago, 2014; Leite, 1992, 2009; Prada, 2018; Teodoro, 2021), tensões entre prostituição, modelos familiares, Igreja, Estado, sociedades etc. indicam que a prostituição pendula entre mal necessário e chaga social ser extinta. Nickie Roberts (1998) e Monique Prada (2018) classificam essa ambiguidade como dupla moral, a qual se explica pelo fato de que ao mesmo tempo em que a prostituição é vista da perspectiva do pecado, da promiscuidade, da subversão; ela é tolerada. Isso se dá, em larga medida, em função das necessidades sexuais dos homens que não satisfazem seus desejos mais íntimos com suas esposas. A prostituta se torna, pois, fundamental à manutenção da instituição familiar (Roberts, 1998; Federici, 2017; Prada, 2018; Orellano, 2022). Considerando que certo modelo familiar ideal⁴¹ também abarca a esposa dedicada ao lar e à reprodução familiar, a prostituta se torna inadequada, também, à maternidade, reforçando e reproduzindo, em larga medida, o argumento de Federici (2017) quanto à marginalização da sexualidade exercida fora dos vínculos do casamento e da procriação.

Na intenção de demonstrar que as fronteiras entre prostituição e família são borradas, Federici (2019) alega que o controle sexual sobre as mulheres faz com que

⁴¹ Para além de uma perspectiva estritamente histórica quanto a um modelo ideal, Sarti (2008) contribui para pensar sobre outras questões importantes. A autora argumenta que apesar da flexibilidade das fronteiras no que se refere à família, bem como apesar das mais diversas técnicas reprodutivas e contraceptivas modernas pressuporem autonomia e controle sobre a procriação, imperativos e valores morais, dispositivos jurídicos, médicos, religiosos, pedagógicos etc. cristalizados ao longo do tempo, tratam de manter um imaginário no qual não se dissocia totalmente a noção de família da natureza biológica. Também nesse contexto, há uma perduração da cobrança sobre as mulheres em relação a terem filhos, bem como da estrutura de família nuclear centrada na autoridade masculina.

toda troca sexual seja sempre sublinhada pela prostituição. O argumento da autora se dá pelo entendimento de que, para as mulheres, sexo é trabalho, uma vez que “proporcionar prazer para os homens é uma parte essencial do que se espera de todas as mulheres” (p. 58). Federici pauta o sexo, portanto, como trabalho, seja dentro dos vínculos do casamento enquanto trabalho não pago, seja nas relações casuais sem troca econômica, seja nas relações assumidamente mediadas por trocas econômicas (trabalho sexual, de maneira geral).

Em perspectiva que dialoga com Federici (20019), Dolores Juliano (2005) argumenta que a prostituição, enquanto fenômeno social, não pode ser pensada separadamente das condições econômicas da sociedade que a reproduz e que o estigma em relação à prostituição possui, também, uma função pedagógica, uma vez que:

A estigmatização social reservada às mulheres que se desviam da norma de ceder gratuitamente o seu tempo e trabalho aos homens concretiza-se numa forte rejeição às prostitutas. Esta rejeição tem a função de dissuadir outras mulheres de abandonarem os seus “deveres” naturalizados como parte das suas características de gênero, ameaçando-as com desprezo social caso atuem de uma forma que possa levá-las a serem confundidas com profissionais do sexo. (Juliano, 2005, p. 85, tradução minha).

Há uma perduração temporal das cruzadas morais e da pedagogia social-religiosa (Juliano, 2005; Teodoro, 2019) em relação à prostituição. Não obstante, no tempo presente, especialmente no campo político (Lobo; Cardoso, 2021), essas cruzadas morais seguem empurrando vários grupos familiares, dentre os quais as trabalhadoras sexuais, às margens da sociedade. Mas isso não se restringe ao campo ideológico conservador. Quando se olha para o feminismo enquanto um movimento social amplo, se faz necessário pontuar que há vertentes distintas que lidam diferentemente com a questão do trabalho sexual (Juliano, 2005; Piscitelli, 2012).

É imprescindível destacar que há grupos feministas que, além de não acolherem as pautas das trabalhadoras sexuais, a exemplo das autodenominadas feministas radicais, popularmente conhecidas como “radfem”⁴², as quais aderem a uma perspectiva abolicionista⁴³ do trabalho sexual, que de acordo com Adriana Piscitelli, considera as

⁴² Trata-se de uma vertente feminista que concebe trabalhadoras sexuais como vítimas e pessoas incapazes de refletir e decidir sobre a própria vida. É imprescindível destacar que o movimento também rejeita e discursa contra identidades transfemininas, classificando tais pessoas como “mulheres de pênis”, por exemplo, assumindo uma perspectiva estritamente biológica e conservadora de gênero, sexualidade e identidade.

⁴³ Para mais informações a respeito de ambiguidades acerca do abolicionismo, ver Azevedo (2024).

trabalhadoras sexuais vítimas, uma vez que se sustenta a “[...] idéia de que o consentimento delas é irrelevante, desconhecendo o princípio de autonomia da vontade” (2012, p. 21). O feminismo abolicionista, ou radical, sustenta uma retórica de desqualificação e criminalização das mulheres que exercem o trabalho sexual (Juliano, 2005; Prada, 2018). Acusam-nas de venderem seus corpos, de servirem ao patriarcado, de promoverem a objetificação dos corpos femininos, além de chamarem a prostituição de “estupro pago”. Tal esforço para a desqualificação do trabalho sexual me soa bastante grave, primeiro, por negar autonomia de maneira generalizada às mulheres que o exercem; segundo, por banalizar o crime de estupro. A negação da autonomia remete às discussões antropológicas a respeito da dominação masculina, presente em trabalhos como o de Lila Abu-Lughod (2012), que questiona certo feminismo ocidental, que a reboque da “Guerra ao Terrorismo” e seus decorrentes pânicos morais, além de inconformado com o uso do véu, forja uma narrativa que coloca como urgente salvar mulheres mulçumanas. Remete, também, em alguma medida, ao trabalho de Marylin Strathern (2006), que questiona a transposição de noções feministas ocidentais para as mulheres na sociedade Melanésia. Adriana Piscitelli (2008) destaca que autoras como Strathern:

[...] contestaram a universalidade da hierarquia e da subordinação feminina com base em leituras de sistemas nativos de moralidade e de concepções nativas de poder político. De acordo com elas, a dominância masculina, nos contextos nos quais ela se apresenta, não poderia ser universalmente pensada em termos da lógica ocidental, ancorada em pressupostos de propriedade, à maneira como se possui uma mercadoria. (p. 265).

Ainda que feministas abolicionistas e trabalhadoras sexuais partilhem a mesma sociedade, as primeiras se esforçam para enquadrar as segundas em suas ideias particulares acerca do que deve ser o feminismo. Neste sentido, importa destacar que movimentos abolicionistas em relação ao trabalho sexual, geralmente, também discursam pela necessidade de uma espécie de tutela, como se as trabalhadoras sexuais não tivessem voz própria ou como se estivessem completamente equivocadas sobre suas próprias existências. Nas palavras de Georgina Orellano:

Os discursos dominantes sobre a prostituição que levaram ao apagamento das nossas decisões e vontades são aqueles que sempre nos consideram na posição de vítimas, daquelas que não conseguem pensar por si próprias, daquelas que precisam de ajuda, daquelas que procuram sair de um inferno. Como se nós, putas, não pensássemos. [...] renuncio aos rótulos impostos ao

nosso corpo há séculos. Não suporto a ideia de que somos vistas apenas como vítimas. Eu luto contra nosso isolamento. Eu levanto minha voz para que possamos ser ouvidas (Orellano, 2022, p. 16, tradução minha).

E nas palavras de Monique Prada:

[...] temos o que no Brasil se costuma chamar de feminismo radical, mas eu que prefiro chamar de feminismo conservador – ou, mais especificamente, o que hoje é denominado radfem. Um feminismo que nos vitimiza e que pretende nos resgatar, negando nossa autonomia e nossa capacidade de escolha, e rechaçando violentamente a possibilidade de diálogo com aquelas de nós que não desejam a salvação oferecida e que discordam claramente da ideia, tão propagada, de que esse feminismo seria “contra a prostituição, mas a favor das prostitutas” (Prada, 2018, p. 33).

Ao acolher os posicionamentos de Georgina e Monique, me opondo à maneira abolicionista e tutelar de olhar para o trabalho sexual, não ocorre romantizá-lo, mas pensa-lo como um trabalho precário, dentre tantos outros que também integram o sistema capitalista (Federici, 2019) e que precisa ser amplamente debatido para fins de pensar e viabilizar acesso a formas mais dignas de exercê-lo. Me valho, também, do imprescindibilidade de debater a respeito, formar entendimentos e, principalmente, dizer o que deve ser feito por/a um grupo sem que esse grupo seja sistematicamente ouvido e levado a sério.

Não obstante, alas progressistas do campo político também costumam reverberar a exclusão das prostitutas (Juliano, 2005), posto que quando confrontados com pautas de diversidade e direitos sexuais, ou não conseguem se desvencilhar facilmente da moralidade judaico-cristã-ocidental, ou optam pela neutralidade para evitar tensões com o eleitorado. Quando pensamos o debate público, seja ele na esfera política ou não, a exemplo das mulheres mulçumanas e o uso do véu (Abu-Lughod, 2012), a instauração de pânico morais, que sempre caminham lado a lado com o conservadorismo (Orellano, 2022), serve à recusa a reflexões mais aprofundadas. A respeito das relações entre pânico morais e a prostituição, especificamente, Corrêa e Olivar (2021) destacam, por exemplo, aquele produzido quando está em debate a exploração sexual de crianças e adolescentes. Ante o exposto, é mister reverberar o que as próprias trabalhadoras sexuais têm a dizer sobre si mesmas:

De um lado, temos um grande setor de mulheres trabalhadoras, a imensa maioria de origem humilde, com pouca escolaridade e quase sempre sem formação profissional, que se auto-organizam

para lutar por visibilidade e direitos contra o estigma que afeta a todas nós e nossas famílias. Mulheres trabalhadoras que se organizam também para garantir o acesso à saúde integral e à informação sobre prevenção de Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis. É importante lembrar que, no Brasil, embora o movimento organizado de prostitutas tenha começado a se formar antes dos movimentos de luta contra a primeira epidemia de Aids, elas sempre participaram ativamente da construção de políticas de prevenção junto a Ministério da Saúde. E podemos dizer que, embora apenas há pouco tempo tenhamos começado a nos identificar mais abertamente como feministas, a nos apropriar do termo feminismo e a falar do que chamamos putafeminismo, o movimento de prostitutas sempre foi feminista. Sempre lutou pelos direitos das mulheres. Ele surge, inclusive, com o apoio de grupos feministas formados por mulheres que não eram trabalhadoras sexuais, nos idos dos anos 1970. (Prada, 2018, p. 32-33)

Cabe esclarecer que esse movimento de identificação de trabalhadoras sexuais brasileiras com o feminismo é recente, além de um processo lento, realizado por meio de um trabalho de compartilhamento de experiências e multiplicação de saberes, conforme narra Monique Prada. Ademais, algumas vertentes feministas, assumidamente inclinadas ao conservadorismo ou não, se sentem afrontadas diante do fato de que algumas trabalhadoras sexuais se declaram feministas. Dentro e fora do feminismo, muitas mulheres se recusam a qualquer tipo de identificação e/ou diálogo com trabalhadoras sexuais.

Nesse bojo de questões que pairam sobre as vidas das trabalhadoras sexuais, um dos consensos acerca do estigma sobre elas é de que o mesmo se estabelece, dentre outros motivos, em função da dinâmica da troca sexual assumidamente mediada por troca econômica e por um exercício da sexualidade que escapa de valores e moralidades enraizadas na sociedade. Entretanto, pensando o estigma a partir da mediação econômica nas trocas sexuais, cabe refletir que isso se dá a despeito da materialidade analisada em teorias como a de Viviana Zelizer (2009), que questiona a ideia de que dinheiro corrompe a intimidade e argumenta que “uma ampla variedade de relações interpessoais combina a atividade econômica com a atividade sexual” (p. 144). Amparada em dados a respeito de relações conjugais, a autora demonstra que os sujeitos das relações lidam e elaboram diferentemente as trocas econômicas e sexuais, a exemplo de esposas que se sentem obrigadas a ofertar sexo aos maridos que as sustentam, enquanto maridos afirmam haver chantagem na barganha sexual com suas esposas. Zelizer (2009) percebe essa complexidade relacional a partir do que chama de

triangulação entre dinheiro, poder e sexo. Para além das trocas sexuais, propriamente ditas, a autora argumenta que intimidade e atividade econômica se intersectam o tempo todo, sem que necessariamente as relações sejam corrompidas, como no caso de pais que pagam os estudos dos filhos e amigos que emprestam dinheiro entre si.

De volta às relações interpessoais que combinam trocas sexuais e econômicas, Zelizer (2009) propõe que elas sejam pensadas da perspectiva de amplitude (que envolve uma extensa gama de práticas compartilhadas, inclusive econômicas) e longa duração, como no caso dos casamentos; ou da perspectiva da limitação (enquanto oposto de amplitude) e fugacidade, como no caso do trabalho sexual. Segundo a autora, é possível que haja várias combinações relacionais.

Partindo dos argumentos de Zelizer quanto à intersecção entre trocas econômicas e sexuais, tanto no casamento quanto na prostituição e, não menos, assumindo que mesmo em relações conjugais o sexo também pode funcionar como moeda de troca, retomo a ideia da triangulação sexo, poder e dinheiro para refletir sobre o estigma. O estigma se sustenta a partir do que a autora coloca como fio condutor de suas reflexões – o imaginário de que dinheiro corrompe a intimidade. Mas penso, também, que cogitando a possibilidade de algum exercício de poder, o ganho da trabalhadora sexual livre do compromisso de uma relação duradoura a coloca em posição de autonomia. Isso subverte, em alguma medida, a lógica patriarcal, no que tange ao domínio masculino; e capitalista, quando se pensa na dissidência social da prostituta em relação à família nuclear. Mas não se pode perder de vista que a variável moral, referente à sexualidade inconforme com padrões e valores hegemônicos, é o ponto fulcral que alimenta o estigma.

A entrada no campo

Como mencionado de antemão, a transa de pesquisar com trabalhadoras sexuais se entranhou em mim em 2017. Em minha dissertação de mestrado estava interessada em falar a respeito do extinto meretrício em um lugar histórico de Diamantina, Minas Gerais – o Beco do Mota⁴⁴, que do final do século XIX até fins da década de 1960, foi

⁴⁴ Este espaço urbano compõe o conjunto arquitetônico do centro da cidade, tombado como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1938, e reconhecido como patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1999. Na atualidade, o complexo de becos abriga estabelecimentos comerciais variados,

um espaço urbano de intensa ocorrência de casas de alcouce, lançando mão aqui de uma das expressões da época para se referir a zonas de prostituição. Minha investigação intentava dialogar com mulheres que haviam trabalhado no local, mas a distância temporal – cerca de 50 anos – e o fato de se tratar de uma cidade pequena, na qual todo mundo sabe da vida de todo mundo, foram embargos significativos ao acesso a essas mulheres. Por motivos diversos. A grande maioria já estava bastante idosa. Em uma tentativa de contato com uma potencial interlocutora já idosa, a mesma veio a falecer, por exemplo. Noutras situações, a vida que se seguiu pós-meretrício, com marido, filhos e família criada, era uma condição bastante presente e que obstava acionar o passado, sob o risco de recuperar memórias que não convinham. Uma possível interlocutora chegou a me convidar para me retirar da casa dela quando mencionei o Beco do Mota. E aqui é válido pautar que o estigma pode afetar intensamente as pessoas que exercem o trabalho sexual, de múltiplas maneiras, em distintas temporalidades e em diferentes momentos das trajetórias de vida.

Um pouco antes da época do mestrado comecei a acompanhar algumas trabalhadoras sexuais em redes sociais. A primeira delas foi Monique Prada. Ela fez uma participação no programa *Amor e Sexo*⁴⁵, da rede Globo, que era comandado pela atriz Fernanda Lima. Em sua curta participação, Monique se apresentou como trabalhadora sexual e, ao ser perguntada sobre a questão da violência no exercício de sua atividade, provocou o público a pensar a respeito das violências sofridas por mulheres em suas relações estáveis de casamento. Quase que imediatamente a procurei no *Facebook*, enviei um convite de amizade que foi aceito e, desde então, começamos a nos falar com bastante frequência.

Por meio de Monique comecei a conhecer, pela via das redes sociais, outras trabalhadoras sexuais vinculadas ao ativismo e, aos poucos, fui compreendendo que desde o final da década de 1970 havia um movimento social organizado pela categoria. Tratava-se de um universo novo para mim, a respeito do qual eu quase nada ou pouco sabia. E ainda que minha pesquisa à época se tratasse de um trabalho de memória, com revisita ao passado, foi de extrema importância compreender como se posicionavam no mundo aquelas trabalhadoras sexuais contemporâneas que levavam a público suas

como lojas, restaurantes, lanchonetes e bares, além de repartições públicas e algumas moradias. O local permanece conhecido por seu passado de meretrício, tratado de maneira romantizada, com exaltação à boemia e aos boêmios (Teodoro, 2021).

⁴⁵ O programa estreou em 2009 e teve 90 episódios. É um programa de auditório dedicado a tratar a sexualidade de maneira direta, sem tabus e com bom humor. O programa também aderiu a pautas progressistas, como a diversidade e o respeito às múltiplas formas das pessoas se relacionarem.

existências. Experimentei um processo que me permitiu aguçar o olhar para tais mulheres de maneira sensível, empática e atenta, apesar de naquele momento estar mais dedicada a apenas acompanhar os perfis nas redes sociais do que a me aventurar em interações, propriamente ditas. O aprendizado permaneceu. E considero que um caminho de curiosidade, que se iniciou por desconfortos desde minha adolescência, relacionados a classificação de mulheres como “para casar” ou “vagabundas”, permeado de pausas e lacunas, e que foi traçado sem saber ao certo de onde se partia e para onde se iria, foi fundamental para o que me aguardava na pesquisa doutoral.

A entrada formal no campo se deu, também, pela intervenção preciosa de Monique Prada. Quando aceitei a provocação de minha orientadora Andréa Lobo, fiz um resumo do que pretendia pesquisar e escrevi para Monique, perguntando se aquilo fazia sentido para ela. A resposta positiva foi o combustível que faltava para que eu decidisse me debruçar sobre feitura familiares entre trabalhadoras sexuais, com um olhar especial para as relações de maternidade. O auxílio de Monique também veio de outras formas. Ela me apresentou formalmente a lideranças de diversas associações e coletivos. Por mais que eu já tivesse tentado me aproximar de algumas delas e já acompanhasse suas redes sociais, eu não era necessariamente conhecida. Esse grupo de cidadãs é fortemente assediado pela academia, muitas vezes sem que haja retorno, às vezes com usurpação de saberes, noutras, distorção de perspectivas. De maneira que ter alguém para me apresentar às pessoas, abrir as portas e estimular que eu fosse bem recebida foi imperioso. Isso não implica em dizer que eu não tenha sido desafiada, provocada e testada em diversos momentos desse processo de entrada em campo. O que foi, também, fundamental para a produção de relações recíprocas de confiança e afeto, como será demonstrado ao longo dos capítulos que se seguem.

Num primeiro momento da concepção da pesquisa, a ideia era me ater a essas mulheres vinculadas ao ativismo e à luta por direitos, passar algum tempo em algumas associações e, assim, produzir os dados de campo. Entretanto, por circunstâncias da vida diretamente vinculadas ao meu próprio papel de mãe, precisei me mudar de cidade. A partir disso, adotei outras estratégias, antes mesmo de imergir na pesquisa. A primeira foi aceitar que teria que abandonar a ideia de passar alguns meses junto a duas ou três associações ou coletivos e absorver que deveria realizar essa parte importante da pesquisa me valendo da etnografia *on-line*. A outra foi fazer campo em zonas, bares, cabarés da cidade para onde eu estava me mudando.

O acesso às mulheres ativistas e o acesso às mulheres das zonas foram processos simultâneos, porém, distintos, não vinculados e ambos permeados por desafios diversos. Tratam-se de dois meios que exigiram de mim diferentes modos de aproximação, abordagem, comunicação. Se na etnografia que se iniciou *on-line* eu tive alguém “de dentro” para me ajudar a abrir portas, nas zonas eu precisei buscar caminhos por mim mesma. Já ciente de algumas questões inerentes ao meio do trabalho sexual, como sigilo, vigilância e desconfiança, intuí que deveria procurar as pessoas que eram proprietárias das zonas. Como já elucidado, o trabalho sexual não é crime. Como também já mencionado, até uma alteração no Código Penal no ano de 2009, o favorecimento à prostituição era considerado crime, de forma que qualquer atividade do entorno que pudesse ser percebida como viabilizadora da prostituição, seria criminalizada. Ainda despeito da alteração da lei, não se trata de uma informação amplamente divulgada, de maneira que permanece a crença de que o favorecimento da atividade pode ser enquadrado criminalmente. Há, portanto, duas dimensões a serem consideradas. A primeira é sempre houve ambiguidades e contradições na relação do Estado com a atividade. Usando de um termo popular, no Brasil as autoridades sempre fizeram “vistas grossas”, de maneira que em todo território nacional há incontáveis estabelecimentos dedicados à atividade e que vêm funcionando desde sempre. A outra dimensão a ser considerada diz respeito à desconfiança quanto a pessoas de fora que surgem interessadas ou curiosas. E cabe esclarecer.

O ambiente das zonas de onde fiz o campo é permeado de interdições, geralmente justificadas por se tratar de estarem situadas numa cidade pequena, em que todo mundo conhece alguém que, por sua vez conhece um monte de gente e, ao final, em alguma medida, todo mundo se conhece. Mais que isso, tratam-se de locais frequentados quase que exclusivamente pelos homens. O risco de se encontrarem homens conhecidos cujas famílias, namoradas, esposas, mães, filhas etc. também sejam conhecidas, é sempre iminente. Além do mais, uma mulher que ousa estar nas zonas se expõe à possibilidade de ser lida como uma trabalhadora sexual, prostituta, garota de programa, vagabunda. Em outras palavras, não é um lugar para mulheres que não sejam trabalhadoras sexuais ou proprietárias dos lugares.

Ademais, como argumenta Alba Zaluar (1994), se nada nos garante o direito de perturbar-lhes a vida no espaço que eles concebem como o de sua liberdade (a casa, o bairro), só nos resta concluir que contamos também com a paciência e a generosidade no nosso “objeto” (p. 15). No meu caso, as zonas não se tratavam, necessariamente, da

casa ou do bairro, mas do local de trabalho que, além de atravessado pelo sigilo era, também, em alguns casos, lugar temporário de moradia. Entretanto, o flerte com o ativismo, desde 2017, me preparou e me ajudou, em larga medida, para esse momento de chegar às zonas.

Especificidades metodológicas na produção dos dados

A pesquisa foi realizada em diferentes territórios e espaços geográficos, presencialmente e também com mediação de tecnologias. Levando a termo a ideia de George Marcus (1995) a respeito da pesquisa multissituada, frequentei zonas, como já mencionado; fui a residências particulares; participei de festas; assisti a aulas ministradas por trabalhadoras sexuais; acompanhei encontros de ativistas; fui convidada para participar de eventos junto a algumas interlocutoras; assisti e participei de *lives* no *Instagram*; realizei entrevistas; conheci sedes de coletivos e associações; analisei publicações em redes sociais; me dediquei por longas e longas horas a conversas em aplicativos digitais – via mensagens escritas, áudios e chamadas de vídeo. Em meio a esses fluxos, diferentes métodos e técnicas de pesquisa viabilizaram a produção etnográfica dos dados da tese.

Sem perder a dimensão das inestimáveis contribuições inaugurais de Malinowski (1976) quanto ao trabalho de campo clássico, é fundamental destacar a importância da adequação às tecnologias e inovações do tempo presente. Para além do universo digital ter se tornado lugar contemporâneo de produção de relações sociais, a pandemia de Covid-19 exigiu que as sociedades se adaptassem à reclusão e ao distanciamento, favorecendo a intensificação de fluxos relacionais e comunicacionais via redes sociais e aplicativos de mensagem. Como consequência, incorporamos alguns recursos a nossos cotidianos, como a realização de reuniões *on-line* e transmissão de *lives*. Nesse sentido, o uso de plataformas digitais como *lôcus* de análise, além de pertinente, também dialoga com perspectivas nativas a respeito da importância dos espaços digitais enquanto imprescindíveis para desinvisibilização do trabalho sexual. Monique Prada argumenta em seu livro:

E ainda que muitas pessoas associem o uso da internet na prostituição ao que chamam de prostituição de luxo e considerem esse fenômeno como algo recente, é preciso lembrar que o primeiro fórum de avaliação de atendimento de clientes de prostitutas já completou 18 anos – e que os sites de anúncios de

serviços sexuais já existiam quando ele nasceu. E antes dos sites, já havia os chats. A presença das trabalhadoras sexuais na internet não é, portanto, fenômeno recente. Usamos sim as redes sociais, e é assim que vamos nos construindo, putas feministas e ativistas, lendo umas às outras, trocando ideias sobre o que é ser puta aqui, o que é ser puta ali, e o que é ser puta do outro lado do mundo (Prada, 2018, p. 36-37).

Para além de a internet ser um território que pode viabilizar o trabalho sexual, seja por meio da venda e veiculação de conteúdo para adultos ou anúncios de prestação de serviços *on-line* e presenciais em plataformas e sites, o meio digital se torna, também, terreno de atuação das trabalhadoras sexuais ativistas. Argumento, portanto, pela importância da etnografia digital nesta pesquisa. O primeiro ponto a salientar é que plataformas digitais atualizam premissas epistemológicas clássicas, incorrendo em possibilidades contemporâneas de se fazer Antropologia:

[...] ao considerar a Internet como portal de dados, podemos convergir sobre o caminho da proposta etnográfica tradicional de Mauss (1993, p. 5-7), que se denota na ação do etnógrafo em “observar e classificar os fenômenos sociais”, pois as “diversas formas de olhar”, agora em rede digital, de antemão proporcionam “o contato com um universo de possibilidades de estudos” em constante movimento (Ferraz, 2019, p. 48).

Nesse sentido, o uso de redes sociais como *Facebook* e *Instagram*, de aplicativos de conversa como o *WhatsApp* e de plataformas de transmissão como o *YouTube* passam a integrar os territórios em que atuamos e nos quais nos colocamos entre as interlocutoras de pesquisa. No caso de minha investigação isso se deu por meio de diferentes situações e modos de estar presente, apenas observando ou com participação ativa, o que é corroborado pela ideia de que a etnografia nas redes não corrompe a Antropologia (Ferraz, 2019) e de que:

As novas demandas digitais de interação social repercutem a necessidade de um trabalho qualitativo aos dados, que requer outras técnicas e protocolos culturais para as análises. A Antropologia atuante em plataformas digitais conta com diversos dispositivos para análises múltiplo-situadas pela disponibilidade de recursos de câmeras de vídeo e voz, por exemplo; e nos diversos modos de publicações em distintas mídias sociais (Ferraz, 2019, p. 49).

No caso de minha pesquisa, as plataformas digitais possibilitaram diferentes maneiras de produzir dados. Uma delas diz respeito à viabilização de caminhos para aproximação das pessoas e manutenção de vínculos em função de distâncias geográficas. Outra diz respeito à observação de acionamentos individuais e coletivos a

respeito de maternidade e família, no caso das trabalhadoras sexuais que se expõem como tais nas redes. Outra ainda se vincula a eventos, *lives* e transmissões *on-line* coordenadas ou com participação de trabalhadoras sexuais e, em alguns momentos, com minha participação inclusa.

O uso das redes, entretanto, não exclui e nem substitui outros métodos e técnicas anteriores, as quais podem, inclusive, acontecer também mediadas pelas tecnologias. História oral, histórias de vida e método biográfico, por exemplo, foram ferramentas importantes, tanto por estarem diretamente associadas entre si, quanto pelo fato de permitirem acessar as subjetividades, que segundo Ortner (2007) são “modos de percepção, afeto, pensamento, desejo, medo e assim por diante, que animam os sujeitos atuantes” (p. 376) e que também implicam na forte presença das vozes dos sujeitos na construção da pesquisa. Ademais, tais técnicas robustecem a intenção da tese, uma vez “[...] os entrevistados são tomados como unidades qualitativas, e não como unidades estatísticas.” (Alberti, 2015, p. 172).

O caráter qualitativo proposto se justifica por dois tipos de lacunas. Uma diz respeito à escassa bibliografia dedicada a olhar para trabalhadoras sexuais a partir de suas relações de maternidade e feitura familiares. Outra diz respeito à existência de poucas fontes de informações e dados oficiais a respeito do trabalho sexual como um todo e à inexistência de abordagens específicas sobre as referidas famílias. No limite, o que se encontra em bases de dados do Estado diz respeito a questões da saúde e segurança pública, o que não é, necessariamente, o foco de interesse de minha investigação.

Como já mencionado, meu universo de interlocução é composto por uma categoria de mulheres postas às margens da sociedade. Ainda que em seu conjunto haja uma pequena parcela pertencente a estratos sociais economicamente mais favorecidos, a marginalização se vincula diretamente à atividade laboral exercida, a qual se desdobra em camadas de complexidade de operação do estigma. E, novamente, argumento pela importância da história oral, uma vez que a mesma:

[...] tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos. Essas vozes ocultas são acima de tudo de mulheres – e é por isso que a história oral tem sido tão fundamental para a criação da história das mulheres [...] (Thompson, 2002, p. 16-17).

Da perspectiva do propósito de um trabalho engajado, é importante salientar que autores como Thompson (2002) e Alberti (2015) compreendem a história oral como um método potencialmente transformador e uma forma fundamental de interação humana. Nesse sentido, penso ser importante sinalizar que diante da impossibilidade de se realizar um trabalho valendo-se da história oral sem que haja uma escuta, a ideia de dar voz a quem quer que seja, nos termos de Portelli (2016), não faz sentido. A principal ferramenta, neste momento, são os ouvidos, os quais devem estar atentos e sensíveis ao que a interlocutora tem a relatar, por meio de sua própria voz. A parte que cabe a quem pesquisa é a escolha sobre como tratar aquilo que se ouve e, também, novamente nos termos de Portelli (2016), a amplificação, a exposição e o acesso a uma arena de discurso mais ampla às vozes daquelas que se dispõem a participar e colaborar com nossas investigações.

Também foram realizadas entrevistas livres, sendo que ocorreram tanto de forma presencial quanto por meios digitais, a depender da disponibilidade e localização geográfica das interlocutoras. Em menor número também foram realizadas entrevistas com familiares de trabalhadoras sexuais. É importante dar relevo ao fato de como a etnografia digital agregou possibilidades à investigação, sem comprometer a qualidade da produção da confiança para construção das relações de interlocução. Outro aspecto é que o território digital possibilitou a transposição de distâncias geográficas e barreiras econômicas. Mesmo com bolsa de pesquisa e fomentos casuais de auxílio a campo, pouco provavelmente eu conseguiria abordar ou alcançar presencialmente a quantidade de interlocutoras que foi possível via plataformas digitais.

Dentre diversas circunstâncias interessantes do campo, quero destacar um fato inesperado. Abordei uma interlocutora potencial por rede social. Ela não é ativista, mas atua no mercado adulto de comercialização de conteúdo e produção audiovisual, inclusive junto ao esposo, de maneira que seu trabalho não se realiza às escondidas, além de ser conhecido por uma quantidade significativa de pessoas. Ao apresentar minha proposta de entrevista, recebi como resposta um convite – fazer uma transmissão pública de nossa conversa em uma *live* no *Instagram*. Ela tinha uma programação semanal em que entrevistava pessoas convidadas. Mas o que estava a me propor era uma inversão de papéis, posto que eu a entrevistaria ao vivo. Da perspectiva metodológica no âmbito da Antropologia, foi uma experiência diferente e creio que inovadora, que demandou deslocamentos éticos e pessoais de minha parte. Ao contrário de minha interlocutora, meu perfil no *Instagram* não é público. Falo do trabalho sexual

em minhas redes sociais e me alio ao ativismo, mas não me sinto confortável quanto a pessoas desconhecidas terem acesso à minha vida, de maneira geral.

As plataformas digitais são um universo complexo, extenso, com possibilidade de longuíssimo alcance e, ao mesmo passo, podem implicar na ideia de terra sem lei. Não à toa, há cada vez mais esforços de legisladores em todo o mundo para emplacar regulações nos usos nas redes. Entro nessa seara para dizer que ao mesmo tempo em que distâncias são encurtadas e possibilidades de relações são ampliadas; circulam dados, ideias, mensagens, afetos e, também, ódio. Acompanhando redes sociais de trabalhadoras sexuais e coletivos desde 2017, atesto que é muito comum que elas sejam atacadas via comentários preconceituosos, violentos, pejorativos. Torna-se um ambiente por vezes muito pesado e que demanda ou frieza ou sabedoria para lidar com o que pessoas desconhecidas, e às vezes conhecidas, têm a oferecer. É uma exposição que pode se tornar muito cruel. E essa crueldade não se dirige estritamente às trabalhadoras, mas se espalha sobre quaisquer pessoas que as defendem ou que a elas se vinculam. Eu não me sentia preparada para me expor em uma transmissão ao vivo para o público geral, me colocando sob o risco de receber ataques. Entretanto, enfrentei o desconforto. O resultado foi uma entrevista emocionante, delicada e de cumplicidade entre duas mães – eu e minha interlocutora – que dialogaram por cerca de uma hora e meia.

Da perspectiva da etnografia tradicional, “em terra firme” (Ferraz, 2019), destaco o que chamo de circulação nas zonas, cujo processo descreverei em breve; e, também, o acompanhamento presencial de encontros promovidos e com participação de trabalhadoras sexuais e associações de ativistas. Os eventos que pude acompanhar permitiram analisar narrativas e discursos individuais e coletivos na arena pública, com acionamento de papéis familiares, especialmente a maternidade. Mas não só. Estar nestes eventos abriu a possibilidade de produzir novos vínculos individuais, os quais permitiram acesso a muitas histórias particulares.

Inspirada em Carla Costa Teixeira (2020), argumento pela importância da escolha de se fazer pesquisa antropológica “entre”⁴⁶ as pessoas, compartilhando “hipóteses e interpretações” com as interlocutoras; seja particularmente ou dividindo espaços físicos e virtuais. Trata-se de partilha de visões de mundo, estratégias de lutas

⁴⁶ Carla Costa Teixeira (2020) informa o pesquisar entre a partir de seu lugar de antropóloga incumbida de etnografar pesquisadores do IPEA. O entre diz respeito à paridade entre o “eu” e os “outros”. Em meu caso, o entre é informado pela posicionalidade de mulher e mãe, além de muitas partilhas no que tange à generalização conotativa de “puta” para mulheres que diante de qualquer inconformidade com prescrições sociais podem ser assim classificadas e enquadradas, seja de forma corriqueira ou duradoura.

individuais e coletivas, que permeiam não apenas o universo do trabalho sexual, mas, também, da maternidade e do fato de ser mulher, posto que minha posicionalidade nesse sentido, assumo, se fez presente em todo o tempo. Ademais, importa firmar o compromisso de estar sempre atenta ao que chama a atenção Georgina:

Depois de tantos artigos nos quais nos li em segundo plano, hoje vim me vingar. Se vão ler, deverão ler as putas; se vão estudar, será com a puta na frente do gravador e com os pés enlameados no território. Se vão transcrever, serão nossos saberes. Se vão escrever artigos, que incluam nosso conhecimento e nossa experiência (Orellano, 2022, p. 16-17, tradução minha).

Por fim, para somar as relações familiares e as maternidades entre trabalhadoras sexuais aos arranjos e feitura familiares não hegemônicas, me anoro nas ideias de Abu-Lughod (2018, 2020), de uma escrita contra a cultura, a partir do entendimento de que por meio de existências concretas estruturas são tensionadas, desafiadas, negociadas. A autora propõe um mergulho em histórias particulares para compreender como estruturas macro operam em realidades micro; como se dão as negociações dos sujeitos e como os tensionamentos inspiram práticas e ações; e como essas histórias particulares possibilitam que os de fora possam perceber o “outro” como “menos outro”. Inspirada nessas ideias, penso ser oportuno e possível produzir um texto que seja capaz de se contrapor a imaginários consolidados a respeito das trabalhadoras sexuais, especialmente no que tange à maternidade, colaborando, assim, para que o estigma seja desafiado, também, para além do campo do ativismo. A seguir, apresento um panorama de como se deram alguns processos de produção de dados.

Circulação nas zonas e flerte com o ativismo

Um registro para honrar a memória de Tania e Babalu

O assunto de minha pesquisa sempre vem à tona em mesas de bar, rodas de amigos, encontros de família, almoços de domingo. Quase sempre rolam piadinhas, comentários e por aí vai. Nunca faltam homens dispostos e me “ajudarem” no trabalho de campo. Lido com isso desde a época do mestrado, quando colegas não perdiam a oportunidade de se voluntariarem. Em meio a essa dinâmica de minha pesquisa ser sempre o assunto, um amigo contou que um tio dele havia sido dono de uma antiga zona da cidade, já extinta – Dama’s Bar. Narrou que quando adolescente frequentava o local e, inclusive, costumava levar algumas meninas para programas fora da casa. Era muito comum que rapazes de minha geração, com

menos de dezoito anos, fossem às zonas para se divertir ou para iniciarem suas vidas sexuais. Meu amigo, além de frequentar a zona, conduzia o carro do tio. Ele me perguntou se eu recordava do caso do “maníaco da rodovia”. Como não me lembrar?...

Em 2001 foram encontrados nos arredores da cidade dois corpos de mulheres, identificadas como prostitutas, brutalmente assassinadas. Após investigações, o autor foi capturado e confessou um dos assassinatos. Além do horror dos casos, seria impossível me esquecer desse ocorrido. Meu pai compôs o júri popular daquele caso. Eu assisti à sessão. Fui acompanhando o pai, obviamente, movida pela curiosidade. Acredito que aquele fórum nunca havia ficado tão cheio. Muitos estudantes e profissionais do Direito, muita gente curiosa. Eu me lembro do promotor público, responsável pela acusação, exibindo um porrete de madeira que havia sido introduzido no ânus de uma das mulheres assassinadas. Prova material que era, estava dentro de um saco plástico, com marcas de sangue. O réu foi condenado pelo assassinato confesso e, posteriormente também foi julgado e condenado pela morte da segunda mulher.

À época em que esses crimes vieram à tona houve um pânico geral na cidade. Toda mulher se sentia vulnerável e ameaçada. Entretanto, quando começou a circular a notícia que se tratavam de mulheres de zona, o pânico se arrefeceu, uma vez que ficou subentendido que as vítimas daquele homem eram de uma categoria específica de mulheres. Além de Tania e Babalu, outras quatro mulheres foram vítimas fatais do maníaco.

De volta à mesa do bar, chamou minha atenção uma fala do meu amigo, que sabia os nomes de trabalho das moças assassinadas e fez questão de deixar registrado, pois tinha carinho por elas – Tania e Babalu: “quem iria sentir falta daquelas mulheres? Elas eram invisíveis [para a sociedade]”.

Apesar das zonas serem um território de antemão conhecido e acessado por mim, começar a circular naqueles espaços como pesquisadora não foi uma tarefa fácil. Como já exposto, o entendimento legal acerca da atividade desses estabelecimentos foi recentemente alterado, tendo sido modificada no âmbito legal a ideia de que o favorecimento da prostituição é crime. Entretanto, tal alteração não é amplamente conhecida dos agentes envolvidos no mercado sexual que operam por meio de estabelecimentos, mantendo-se uma compreensão defasada acerca de possíveis riscos de repressão. Em outras palavras, nas dinâmicas de funcionamento de estabelecimentos onde ocorre o trabalho sexual, permanece uma atmosfera de temor quanto a possíveis repressões por parte do Estado.

A relação desses territórios de trabalho sexual com o Estado está implicada em uma dinâmica histórica que sempre lidou com a prostituição a partir da lógica da dupla moral, posto que ao mesmo tempo em que a atividade é indesejada, também é tolerada. Como já mencionado, Roberts (1998) informa em seu trabalho de pesquisa, a partir da Antiguidade Clássica até as vésperas do ano 2000, que ao longo da história o Estado lidou de diferentes maneiras com a prostituição, mas nunca a extirpando. Ao contrário, em algumas vezes, estimulou sua manutenção, fosse por interesses políticos maiores, fosse para exercer certo tipo de controle sobre a sexualidade dos homens – argumento comum presente também em outras investigações (Roberts, 1998; Federici, 2017; Prada, 2018; Teodoro, 2019; Orellano, 2022), dentre outros motivos.

Sendo as zonas, de modo geral, lugares restritos e de pouco acesso para mulheres que não sejam trabalhadoras sexuais, me vali da estratégia de procurar proprietários das casas para informar de meus interesses, perguntar se minha presença era viável em seus estabelecimentos e, principalmente, se poderiam me indicar algumas trabalhadoras para dialogar. A dinâmica das zonas que estavam em meu radar era bastante peculiar. As trabalhadoras poderiam ou não ser residentes. Disponibilizam-se quartos que são os locais de atendimento e também onde elas organizam as coisas que carregam consigo de maneira que, em alguns casos, havia coexistência do habitar e do trabalhar. Havia também, uma circulação intensa de mulheres. Algumas permanecem por temporadas de semanas, outras ficam apenas alguns dias. Outras, ainda, possuíam locais de moradia fora das boates e só compareciam no horário de funcionamento. Eu vislumbrava acessar as zonas e, a partir do estabelecimento de relações de interlocução participar da rotina fora do horário de expediente, realizar entrevistas individuais, organizar rodas de conversas. Entretanto, na medida em que fui reconhecendo o território de campo, não tive escolha a não ser me reorganizar e pensar em novas estratégias, como narro a seguir.

É válido reforçar os motivos pelos quais decidi abordar primeiro cafetinas e cafetões, o que não garantiria, de maneira nenhuma, que as trabalhadoras de seus estabelecimentos falariam comigo. Eu entendo que se tratam de negócios, de comércio, de maneira que quem manda é a dona ou o dono. Eu não poderia simplesmente chegar e me instalar como pesquisadora sem o aval dessas pessoas. Na mesma medida em que a mediação de proprietárias e proprietários de zonas mediava e viabilizava o exercício do trabalho sexual, ela mediaria e viabilizaria, também, a minha presença enquanto pesquisadora.

A circulação nas zonas me permitiu capturar dimensões das rotinas das interlocutoras que não seriam possíveis, caso eu tivesse me furtado de frequentar tais ambientes no momento da pesquisa. Ademais, importa dimensionar a importância de uma fala de Fátima Medeiros que convoca quem pesquisa a se fazer presente de maneira bastante específica, quando diz que “se quer pesquisar a gente, tem que pisar no cabaré!⁴⁷”. Apesar de não ser de meu interesse falar a respeito das nuances e detalhes do exercício do trabalho, foi a partir dos lugares onde ele acontece que consegui me aproximar das pessoas. Minha presença nas zonas ajudou a estabelecer relações de confiança, reciprocidade, amizade, companheirismo, comensalidade. Foi um estar em campo muito peculiar, experimentando de maneira intensa a oportunidade de colaborar com aquilo que Donna Haraway (1995) chama de “conhecimento situado e corporificado”. E entrava com meu próprio corpo em parte da dinâmica do ambiente – dançava com as interlocutoras, ria, conversava, bebia, apresentava amigas e amigos que por vezes me acompanhavam. Em algumas ocasiões interlocutoras chegaram a intervir quando clientes da casa se aproximavam de mim. Iam logo dizendo em tom sério: “não mexe com a Débora porque ela não trabalha na casa!”. Colocavam seus corpos à frente do meu, como se quisessem proteger a mim ou o próprio trabalho, já que a diversidade de perfis, corpos, idades, origens etc. favoreciam que eu me camuflasse no ambiente, podendo a qualquer momento ser lida como puta. Do lado de fora da zona, à luz do dia, pelas ruas, bares ou festas da cidade, nos encontramos, nos abraçamos, conversamos. Frequentei casas de interlocutoras. Fomos juntas a restaurantes. Apresentei meus pais e meus filhos a algumas delas. A transa com as zonas possibilitou o acesso às histórias, aos cotidianos, ao particular. Mas me colocou, também, na posição de alguém que poderia, de alguma maneira, prestar ajudas e auxílios. Me pediram dinheiro emprestado, desabafaram sobre situações pessoais delicadas, demandaram chamadas de vídeo em momentos de angústia, solicitaram indicações de prestadores de serviços do campo do Direito, questionaram se eu poderia intervir na solução de questões que envolviam alguma esfera do poder público etc.

No que se refere ao ativismo, minha aproximação se iniciou a partir de Monique Prada. Ela me apresentou a muitas pessoas, do ativismo e de fora dele, e essas pessoas foram me apresentando a outras, alargando quantitativa e qualitativamente o meu

⁴⁷ Trabalhadoras sexuais ligadas ao ativismo falam com frequências frases que contêm essa mensagem. Esse recado de Fátima Medeiros foi dado em uma mesa de bar, repleta de pesquisadoras da temática do trabalho sexual, quando se queixava de algumas pessoas que a procuram com intenções de pesquisa, mas sem disponibilidade ou interesse em se inserir em territórios de prostituição, propriamente ditos.

universo de interlocução. Entretanto, foi um processo desafiador. Ao longo do campo pude estar presente em encontros promovidos por coletivos e associações de trabalhadoras sexuais. Também acompanhei eventos, alguns como ouvinte e outros, como participante.

Estar nesses lugares, fisicamente ou via meios digitais, como ouvinte ou participante, foi de extrema importância para produzir vínculos, reforçar alguns já existentes e me alçou a uma condição que me fez acreditar estar no caminho certo, naquilo que tange a darmos retorno às pessoas que se dispõem a participar de nossas pesquisas – parte significativa das ativistas que eu conheço me consideram aliada do movimento das trabalhadoras sexuais no Brasil. Trata-se de uma posição social entre o grupo que considero bastante significativa, especialmente em função de tensões entre o referido movimento e a academia. E o mais relevante para a produção da minha pesquisa foi, por meio do trânsito junto ao ativismo, construir afetos, fazer amigas e encontrar interlocutoras dispostas a falar de suas vidas e de suas relações familiares, por meio de entrevistas que permitiram acessar histórias e trajetórias.

Como a conjunção dos temas maternidade e trabalho sexual vem sendo abordada

Maternidade e trabalho sexual são fenômenos multifacetados, quando apreendidos separadamente. A intersecção dos dois amplia, potencialmente, níveis e camadas complexidades. Discorrerei a respeito de um e de outro e, em alguns momentos, de ambos de maneira imbricada. Trarei o estado da arte a partir da junção dos dois fenômenos, reconhecendo diferentes modos de feitura e artesanias a eles vinculadas como partes que se somam à produção acadêmica gerando conhecimento, a exemplo de linguagens artísticas e escritas biográficas e autobiográficas individuais ou coletivas. Argumento pela importância dessa escolha em função de que, desde uma perspectiva de imaginários sociais e imagens de controle, nos termos de Patrícia Hill Collins (2005), entrelaçar os papéis de mãe e trabalhadora sexual é algo que desafia a ordem – e é nesse sentido que acredito poder contribuir para a compreensão de que “ordem” é essa, como se dá a produção do estigma frente à ameaça a essa ordem e quais as consequências simbólicas e materiais na vida de trabalhadoras sexuais e suas famílias.

Trabalhadoras sexuais e seus múltiplos papéis nas escritas de si

As escritas de si por parte de trabalhadoras sexuais brasileiras, que vêm acontecendo desde a década de 1990, são fundamentais para dar corpo e sentido às reflexões que nos propomos fazer sobre elas. Ainda que algumas dessas escritas não apresentem, explicitamente, as categorias família e maternidade, argumento pela subjetividade das autorias que são inequivocamente atravessadas pelos papéis familiares. Isto posto, esclareço que há diferentes linhas de produção dessas escritas, que podem interessar a grupos distintos de pessoas consumidoras da produção de saberes e/ou da leitura a respeito do assunto, abarcando uma variedade que se estende por autobiografias, reflexões com carga intelectual relevante a respeito da realidade do trabalho sexual realizadas por mulheres que não pertencem ao meio acadêmico, contos e histórias reais sobre experiências sexuais, dissertações e teses acadêmicas, ficções etc. Essas autorias, em seu conjunto, são tomadas aqui “um núcleo de produção de conhecimento informado a partir da percepção das próprias trabalhadoras sexuais que são, portanto, agentes produtoras de saber” (Clarindo, Zamboni, Martins, 2022).

Um das autoras mais conhecidas e mais lidas é Gabriela Leite, que em 1992 publicou seu primeiro livro – “Eu, mulher da vida”; e no ano de 2009 publicou “Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta”. Gabriela nasceu em 22 de abril de 1951 e faleceu em 10 de outubro de 2013, acometida por um câncer de pulmão. Sua história foi marcada pela militância e pela luta por direitos das prostitutas e inspirou o ex-deputado federal Jean Wyllys a propor o Projeto de Lei n. 4.211/12, intitulado “Lei Gabriela Leite”, que versa sobre um determinado modelo de regulamentação da atividade de profissionais do sexo⁴⁸ (Brasil, 2012).

O segundo livro de Gabriela traz vários elementos de suas experiências, mas o que mais interessa aqui se imprime, explicitamente, no título, quando a autora se apresenta sob três posições nas relações de parentesco – filha, mãe e avó –, sendo as três atravessadas pelo trabalho que ela escolheu exercer: o de prostituta. O que Gabriela faz ao longo de sua narrativa é compartilhar com as leitoras sua multiplicidade de papéis enquanto mulher, inclusive, o de prostituta – que é o que mais se destaca, mas de uma perspectiva construída para se opor ao estigma. Quanto a seus papéis nas relações de parentesco, fala abertamente sobre como amor e estigma dão o mote à produção dos

⁴⁸ Não há consenso entre as trabalhadoras sexuais acerca da pertinência do PL Gabriela Leite. Mas elas não negam a importância da dimensão política de sua existência.

afetos, e também, a contradições, angústias, dilemas, tensões, êxitos, lacunas, conquistas, renúncias, escolhas etc. nessas relações.

Monique Prada publicou no ano de 2018 o livro *Putafeminista*. Passou a ser uma leitura obrigatória para as pessoas que pesquisam, se interessam ou apenas tenham curiosidade sobre o tema. Diferente das biografias e dos relatos de experiência, Monique reflete a respeito do estigma sobre a atividade, dos impactos deste na vida das trabalhadoras sexuais e de suas famílias, de dimensões históricas do trabalho sexual, das correlações com conjunturas políticas, além de fazer elaborações teóricas relevantes em diálogo com outras autoras. O ponto mais alto é a defesa do termo que dá título ao livro e que se assenta sobre o fato de trabalhadoras sexuais não se sentirem acolhidas ou aceitas por algumas vertentes feministas ou progressistas da sociedade brasileira. O que levou a se forjar o termo *Putafeminista*, o qual dá sentido ao fato de trabalhadoras sexuais se perceberem e se imporem como feministas, de maneira autônoma e sem depender da chancela de outras mulheres.

Contemporânea de Gabriela e também uma das fundadoras do movimento das trabalhadoras sexuais brasileiras, Lourdes Barreto lançou em 2023 seu livro *Putabiografia*. Com curadoria de sua filha Leila Barreto e de Elaine Bortolanza, Lourdes narra sua trajetória, entrega ao público sua intimidade e, também, parcelas de intimidade de sua família. Para além disso, o texto e a vida de Lourdes se inserem em contextos históricos de relevo, permitindo que se acessem perspectivas não hegemônicas a respeito, por exemplo, da ocupação do Garimpo de Serra Pelada e da atuação de agentes da Ditadura Civil Militar em Belém do Pará. Esses aspectos revelam, também, a inclinação de Lourdes quanto ao exercício de um papel com sentido político quando da decisão de abraçar a militância, assim como no caso de Gabriela Leite.

Em 2024 Fátima Medeiros publicou seu livro *Putá História*. Tratam-se de capítulos curtos com relatos de experiência da autora em diversos momentos e circunstâncias de sua vida – casos de família, relações com companheiras de luta, situações engraçadas, momentos de angústia, namoros e rolos com clientes etc. Com sensibilidade e coragem Fátima permite que as pessoas mergulhem um pouco em seu cotidiano e suas lutas.

Natânia Lopes (2016) em sua tese de doutorado colocou seu corpo e identidade para jogo reivindicando o lugar da trabalhadora sexual também como produtora de saber desde a perspectiva do conhecimento científico. Recorreu à criação de uma personagem para dar conta de mediar seu duplo posicionamento em campo – de pesquisadora e

prostituta. Pouco mais tarde, num momento de trajetória acadêmica mais experimentada e consolidada, Natânia (2023) questionou quem está autorizado a autorizar o fazer antropológico. A provocação da autora é pertinente na medida em que na Antropologia contemporânea, os dantes nativos absolutos, como indígenas e quilombolas, chegam às universidades e realizam pesquisas dentro de seus próprios territórios. Entretanto, quando uma trabalhadora sexual produz ciência sobre seu próprio *locus* laboral, a variável moral opera colocando a legitimidade do saber em xeque e podendo, inclusive, impedir uma experiência em universidade internacional, como aconteceu com ela (Lopes, 2023). Sendo a pós-graduação das universidades públicas lugar de excelência, Natânia rompe paradigmas e, para além de subverter a lógica da puta que só sabe transar, insere a experiência enquanto trabalhadora sexual em sua produção intelectual, denunciando preconceitos, estigma e óbices acadêmicos “justificados” pela sua profissão. Atravessa, portanto, fronteiras simbólicas historicamente fixadas, não apenas no que diz respeito a lugares onde uma prostituta não poderia estar, mas, também, desafiando formas canônicas rígidas de produção do saber científico.

Autoras como Amara Moira e Raquel Pacheco, popularmente conhecida como Bruna Surfistinha, contribuem com relatos de experiências nuas e cruas no exercício do trabalho sexual. Atos sexuais descritos detalhadamente sem economia nas palavras podem, mais que meramente aguçar a curiosidade, excitar, instigar, fazer ebulir os hormônios, alimentar desejos, fazer vir a ser o que se guarda nas profundezas da intimidade. Talvez esse tipo de escrita seja um dos mais consumidos, em função do despudor e da transparência dessas mulheres que têm a coragem de produzi-las.

Também há biografias de trabalhadoras sexuais escritas em parceria ou por outras pessoas, a exemplo de Célia Gomes, que tem sua história narrada no livro *Prostituta é comunidade* (2023), editado no formato de “livro-reportagem” por Vitória Sousa Pilar. Noutra perspectiva e distanciando-se um pouco do estilo biográfico, a professora Thaís Helena Leite (2023) apresenta ao público sua versão particular de histórias de sua irmã, Gabriela Leite, no livro *Putas tem família*. Para quem conhece o livro de Gabriela, o texto de Thaís em alguns momentos traz outro olhar sobre situações vividas em família. As motivações para a publicação de *Putas tem família*, que serão apresentadas posteriormente, e o vínculo de Thaís com Gabriela me fazem entender como pertinente inseri-lo no que chamo de escritas de si.

Há diversos outros títulos e autorias, do Brasil e do mundo, que fortalecem e robustecem as produções textuais individuais de trabalhadoras – e trabalhadores

sexuais, como Georgina Orellano (2022), Virginia Despentes (2016), a própria Nickie Roberts (1998), Leo Tenório⁴⁹ (2024) etc. que são citadas ao longo deste trabalho. Esforços coletivos também figuram nas publicações disponíveis, a exemplo do Puta Livro (Donini et al, 2022), de domínio público e escrito por muitas, muitas mãos, de trabalhadoras sexuais e pesquisadoras, vinculado a um projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro. A coletânea traz relatos de experiência individuais e coletivas, poesias, provocações, textos analíticos, contos, críticas. Outra coletânea pública é Guaicurus: a voz das putas (Macedo; Vieira; Kalil, 2018), cuja publicação foi viabilizada por recursos do Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais e que traz breves narrativas de quatorze trabalhadoras sexuais. Importante reter que todas essas escritas de si, bem como a implementação de projetos coletivos via recursos públicos, sejam de fundos de pesquisa ou cultura, fortalecem o movimento das trabalhadoras sexuais tanto no sentido político quanto no que tange à visibilidade e respectivas possibilidades de se desafiar o estigma.

Linguagens artísticas e a produção de imaginários sobre a trabalhadora sexual

“Sendo uma criatura exilada, expulsa da sociedade, como você e eu, porque somos artistas, a prostituta é certamente nossa amiga e nossa irmã”, Van Gogh.

Se o poeta a tem em seus sonhos, de Oswald de Andrade a Aldir Blanc, não é por acaso que a prostituta merece destaque na nossa canção. E para não dar espaço à monocromia, embora timidamente, Zé Ramalho dá luz aos homens que desempenham igual profissão. Ao longo das décadas essa atividade foi descrita, cantada, e logo, vivenciada, por Noel Rosa, Nelson Gonçalves, Gal Costa, Trio Parada Dura, Odair José, e outros, com diferenças de abordagem e um enorme poder de identificação junto ao público. O que não nos deixa mentir, embora a hipocrisia prevaleça, e o preconceito muitas vezes as relegue a um ambiente violento e hostil, a prostituição é um patrimônio

⁴⁹ Léo Tenório é um homem trans, trabalhador sexual e pai de Yumi, concebida por ele em uma relação matrimonial entre Léo e seu ex-companheiro, um homem cisgênero. A experiência de Léo desafia a própria ideia de maternidade, posto que um homem com útero pode experimentar a concepção, a gestação, o parir, o amamentar – inclusive tendo sua identidade de gênero respeitada, noutras palavras, se identificando e sendo identificado como pai. Conheci Léo pelas redes sociais quando já havia findado meu campo. Entretanto, não seria ético e nem justo não dedicar a ele minimamente uma nota de rodapé. A existência e a experiência de Léo chegaram a desorganizar, por um momento, minhas intenções com essa tese. Se não eu, espero que alguém tenha, o quanto antes, fôlego e disponibilidade para explorar analiticamente essa história desafiadora não apenas para a sociedade, mas, também, para a produção de conhecimento de maneira geral.

histórico da humanidade. Que deveria ser tratado como na arte. Com respeito e admiração. Levar a “vida fácil” requer coragem. Cazuza já cantava essa regra com deboche. (Raphael Vidigal, em sua página Esquina Musical, em texto intitulado “12 músicas brasileiras sobre prostituição”. Disponível em: <https://esquinamusical.com.br/12-musicas-brasileiras-sobre-prostituicao/>. Acesso em 7 dez. 2024).

Linguagens artísticas diversas produzem variadas representações da figura da mulher trabalhadora sexual. Tais representações não possuem, necessariamente, compromisso com a realidade – o que é característico da arte em si. Sendo a prostituição e o meretrício terrenos proibidos e interditos, os artefatos artísticos produzem e mantêm imaginários sociais a respeito das mulheres. Na epígrafe acima, além de apresentar as doze músicas em sua página, Raphael Vidigal também faz breves análises sobre cada uma delas. Vale a pena a visita ao site, a leitura e, principalmente, ouvir as músicas.

Desse conjunto de exemplos de representações putas na fonografia nacional, destaco duas composições de Chico Buarque, ambas integrantes da peça musical *Ópera do Malandro*, de 1979. Eternizada na voz da saudosa Gal Costa, a música *Folhetim* soa assim aos nossos ouvidos:

Se acaso me quiseres / Sou dessas mulheres que só dizem sim /
 Por uma coisa à toa, uma noitada boa / Um cinema, um
 botequim / E se tiveres renda / Aceito uma prenda, qualquer
 coisa assim / Como uma pedra falsa, um sonho de valsa / Um
 corte de cetim / E eu te farei as vontades / Direi meias verdades
 sempre à meia luz / E te farei vaidoso, supor / Que és o maior e
 que me possuis / Mas na manhã seguinte / Não conta até vinte,
 te afasta de mim / Pois já não vales nada, és página virada /
 Descartada do meu folhetim (Holanda, 1979a).

Folhetim, cantada na primeira pessoa do singular, nos apresenta uma mulher falando de si mesma, em uma espécie de autoimagem, no que tange ao domínio de técnicas e estratégias do exercício de seu trabalho – a performance do flerte e do agir para agradar, a enunciação de possíveis moedas de troca, a renunciada efemeridade de uma possível relação. Mas trata-se de uma puta restrita ao contexto do labor, sem nada mais que remeta à sua vida fora dele. Noutra música, dessa vez, *Geni e o Zepelin*, de novo ele, Chico, nos traz a dimensão de certo olhar da sociedade sobre a puta. Olhar bastante comum, sugiro. E a letra conta que essa mulher é bem assim:

De tudo que é nego torto / Do mangue, do cais, do porto / Ela já
 foi namorada / O seu corpo é dos errantes / Dos pobres dos

retirantes / É de quem não tem mais nada / Dá-se assim desde
 menina / Na garagem, na cantina / Atrás do campo, no mato / É
 a rainha dos detentos / Das loucas, dos lazarentos / Dos moleque
 do internato / E também vai amiúde / Com os velinhos sem
 saúde / E as viúvas sem porvir [...] (Holanda, 1979b).

O elemento do olhar de fora, do olhar da sociedade, escapa totalmente da dimensão quase que romantizada de Folhetim. Geni é concebida como uma mulher tão terrível que ser apedrejada e esbofeteada era seu destino, além de seu corpo ser concebido como escarradeira – “Joga pedra na Geni / Joga pedra na Geni / Ela é feita pra apanhar / Ela é boa de cuspir / Ela dá pra qualquer um / Maldita Geni”. Mas a engenhosidade libertária e progressista do autor que retrata a puta idealizada, também trata de denunciar a tal sociedade, quando um forasteiro ameaça destruir toda uma cidade caso Geni não se deite com ele. Autoridades e pessoas comuns se ajoelham aos pés da messalina, implorando que ceda aos caprichos do algoz. Ao que Geni, comovida e sensibilizada, domina o asco e vai salvar a cidade, permitindo que o forasteiro se labuzasse todo em seu corpo e desfrutasse de sua engenhosidade em se dar. Que cidadezinha com memória ruim, para não dizer ingrata, posto que passado um tempo, volta a apedrejar sua salvadora! Mas não só. Agora, também lhe jogam bosta.

Na diversidade das abordagens musicais que ajudam a construir imaginários sobre putas não poderia faltar a ideia de que há sempre um homem disposto a resgatar ou salvar essas mulheres. É o que está eternizado na composição clássica de Odair José (1972) – Eu vou tirar você desse lugar. O homem não é apenas um salvador, ele é um homem capaz de amar uma prostituta e que promete enfrentar o mundo, quando afirma “e não me interessa o que os outros vão pensar”.

A dramaturgia também é um terreno fértil para a criação da puta imaginada. Um dos exemplos mais populares, talvez, seja a personagem da atriz Julia Roberts no filme “Uma linda mulher”. No contexto estadunidense da década de 1990, uma bela mulher pobre cambia sexo por dinheiro e é contratada por um empresário rico. Ambos se apaixonam, mas se veem apartados em função da diferença de classe e status social. Ao fim, se rendem ao sentimento pungente e a bela moça é “salva” da vida torta, retratada na película a partir da vulgaridade e sob o espectro de criminalização institucionalizada da prostituição, o que ocorre em grande parte dos Estados Unidos.

Na teledramaturgia brasileira há inúmeras personagens, dentre as quais destaco Bebel, interpretada por Camila Pitanga na novela Paraíso Tropical, de Gilberto Braga, que foi exibida pela primeira vez em 2007. Bebel é uma garota de programa do interior

que migra para a capital do Rio de Janeiro e se envolve com um político corrupto. A representação imagética predominante é da mulher que faz ponto em Copacabana, com roupas minúsculas, super coloridas, brilhantes e coladas ao corpo. No campo das atitudes, apesar de sua ingenuidade, é destacada a esperteza de tirar vantagem das pessoas em suas múltiplas relações – familiares, de amizade, de coleguismo, de clientela. Novamente, a paixão é o remédio para o mal da voluptuosidade e, ao fim, Bebel se casa com seu cliente mais amado.

Capitu, personagem de Giovana Antonelli na novela *Laços de Família*, de Manuel Carlos, transmitida no ano 2000, é representada de maneira bem diferente de Bebel. Com nome alusivo à personagem do clássico *Dom Casmurro*⁵⁰, de Machado de Assis, Capitu é uma moça da classe média do Rio de Janeiro que faz programas sem que a família saiba, supostamente. Mora junto aos pais, é “mãe solteira” de um filho pequeno, ajuda financeiramente em casa e vive se esforçando para dar conta de sustentar a vida dupla que leva – prostituta e mãe-moça de família. É apaixonada por um vizinho que sabe de seu trabalho, mas temendo o preconceito, evita a relação para preservar o rapaz. Em certo momento da vida se depara com um cliente que se torna obcecado por ela e passa a chantageá-la, caso não ceda a todas as exigências feitas.

Da literatura trago duas descrições autossuficientes de mulheres da vida, uma do livro *Tudo é rio*, de Carla Madeira (2014); outro do clássico *Hilda Furacão*, de Roberto Drummond (1991):

Puta. Não tem outro no me para Lucy. De profissão ela era puta mesmo. Trabalhava num puteiro, vivia num puteiro. Mas não era puta só por isso. Se só por isso fosse, podia outros nomes mais respeitosos, como meretriz ou prostituta. Era puta e pronto, que essa palavra, a seco, carrega um xingamento, que quem conhecia Lucy queria logo desabafar. Tinha um jeito baixo e arrogante de provocar todo mundo esfregando o sexo sem censuras, descobrindo os seios e atirando palavras cruas encharcadas de lama. Uma beleza disputada a tapas pelos frequentadores dava a ela o poder de não bastar aos olhos: quem via Lucy, queria degustar. Dizem que sabia fazer o diabo com um homem na cama. Não tinha um que não quisesse mais. Lucy tinha vontade. Não aceitava dó de ninguém, repelia com sadismo as senhoras cristãs que lhe ofereciam um pouco de bondade. Eu pratico o gozo e não o sofrimento, humilhava. Vivia dizendo que daquele puteiro, e talvez de todos os outros

⁵⁰ A Capitu de *Dom Casmurro* (Assis, 1994) é uma mulher que tem sua conduta sexual e a paternidade de seu filho colocadas sob suspeição em função da disputa de dois homens por seu amor. A dúvida não é sanada pelo autor, cabendo ao leitor fazer juízo do que pensar a respeito da moça.

puteiros do mundo, ela era a única puta que podia ser chamada de mulher de vida fácil. Quer vida mais fácil do que a minha, uma puta que gosta de dar? (Madeira, 2014, p. 11-12).

Depois de fechada a porta do quarto 304, vinha o momento em que dava o célebre beijo naqueles homens aflitos e os deixava atacados para todo o sempre pelo Mal de Hilda; por fim, o ritual para ficar nua – despia-se lentamente, cada peça de uma vez, até ficar apenas com a calcinha preta, que mereceu um poema do poeta Édison Moreira; a cronometragem só começava quando a lâmpada vermelha acendia na porta do quarto 304 – chegava então a hora mais aguardada: a hora de fazer amor com Hilda Furacão e subir pelas paredes (Drummond, 1991, p. 76).

Dentre esses exemplos de representações elaboradas em diferentes temporalidades, uma convergência que caracteriza a puta – a mulher disponível a se dar. Disponível; voluptuosa; quando não é exagerada em sua imagem que apela aos clientes, é exagerada na capacidade de enlouquecer os homens – sejam os que querem se casar, sejam os que chantageiam, sejam os que não conseguem esquecê-las. E ainda que a Capitu de Manoel Carlos tenha filho, mãe, pai e more num apartamento no Leblon, o foco da narrativa é na mulher destruidora do lar alheio, na ninfeta que capitaliza sua juventude e sua beleza. Em síntese, o que define a puta nesse imaginário produzido socialmente e representado nas artes é o corpo supostamente sempre disponível aos desejos dos homens. E o potencial que se acredita que essas mulheres têm de corromper homens, lares e famílias, é um dos elementos que faz com que mecanismos de controle de seus corpos e existências sejam estabelecidos simbólica e materialmente.

Recentemente, assistindo a um programa de televisão sobre casos criminais, o advogado de defesa de um acusado falou ao repórter que a prova testemunhal é a “prostituta das provas”. Obviamente fiquei incomodada e curiosa, ao que fiz uma pesquisa rápida no domínio Google.com. Me deparei com a seguinte explicação genérica, que posteriormente encontrei, também, em textos jurídicos: “a prova testemunhal é aquela que está na cabeça de quem presenciou, e é reproduzida verbalmente. Em razão disso, é conhecida por ser ‘a prostituta das provas’, pois é a mais fácil de sofrer algum descaminho, em razão de devaneios de quem conta, ou mesmo de ser a mais corruptível”. É fato que em nossa linguagem coloquial há intensa presença de forças de expressão ou xingamentos como “puta que pariu”, “filho da puta”, “puta merda”, que podem tomar diferentes sentidos a depender do contexto, mas, em algum momento, fazem referência explícita a trabalhadoras sexuais. Entretanto, o termo “prostituta das provas” estar inserido de maneira “justificada” dentro da gramática

jurídica, imprimindo sobre a figura da prostituta um tom pejorativo explícito e colossal, é revelador de como, de fato, falamos aqui de uma categoria de mulheres que é tratada com descomunal abjeção, inclusive no âmbito institucional.

Produções acadêmicas sobre maternidades, famílias e trabalho sexual

Da perspectiva acadêmica é possível apresentar um panorama de como essa discussão vem se desenvolvendo há algumas décadas. As escritas dedicadas à conjunção de maternidade e trabalho sexual como foco são poucas. Não que o assunto não apareça, mas costuma ser algo tangencial.

Para contextualizar a realidade brasileira, importa, primeiramente, assumir a prostituição como um fenômeno social sempre presente na cena nacional. Importa, também, recuperar alguns trabalhos⁵¹ que contribuem para uma compreensão temporal acerca de moralidades, ideais de feminilidade e de comportamento socialmente esperados e aceitos das mulheres e, principalmente, de como tais imperativos produziram oposições entre prostitutas e outras mulheres.

Magali Engel (2004), em trabalho a respeito do discurso médico sobre meretrizes no final do século XIX, demonstrou como o advento do saber médico atualizou noções do ideário cristão a respeito da prostituição, de maneira que a ciência não negava a fé, mas a complementava na medida em que “Para conhecer a prostituição foi preciso deixar de vê-la apenas como pecado, para convertê-la, antes de tudo, em doença: ‘ao invés da questão da morte e do castigo eterno, o problema da vida e da doença. A carne é transferida para o organismo’” (Engel, 2004, p. 66). E claro, a figura da prostituta que era mãe suscitava inúmeras elaborações que invalidavam a maternidade, a capacidade para o cuidado e, até mesmo, a viabilidade do aleitamento.

Margareth Rago (2014), ao analisar o movimento anarquista insurgente na classe operária no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX demonstra que o movimento anarquista, apesar de defender a liberdade no amor, o divórcio, o direito das

⁵¹ Para além do recorte temático que proponho, cabe pontuar que o campo da prostituição desperta grande interesse de pesquisadoras e pesquisadores, de diversas áreas, desde as Ciências da Saúde (Costa, 2018), perpassando o Direito (Lobo, 2017), as Letras (Ferraça), a Ciência Política (Moraes, 2021) até a Arquitetura (Ramos, 2015). É fato, também, que estudos antropológicos incorporam significativamente tais produções (para citar algumas: Gaspar, 1985; Pasini, 2000, 2005; Simões, 2010; Sganzella, 2011; França, 2017; Oliviar, 2010, 2012, 2013). Em boa parte desses estudos, o foco nas prostitutas enquanto sujeitas políticas é uma perspectiva bastante evidente, principalmente em função da urgência da luta por direitos e, também, em função da categoria ter uma trajetória de organização enquanto movimento social desde o final da década de 1970.

mulheres não se casarem virgens, reproduzia noções burguesas acerca da moral sexual. O ideário da família nuclear, chefiada pelo marido e com a mulher dedicada ao lar e cuidando da prole era reproduzido nos núcleos de organização anarquista, reforçando valores conservadores em alguns setores dentro do anarquismo, denunciando não se tratar, necessariamente, de uma organização coesa e tão progressista quanto se imaginava. Nesse mote, a figura da prostituta se opõe à mulher do lar, mas é lida, também, a partir da condição de explorada pelo sistema capitalista e que precisa da tutela da sociedade e do Estado.

Para inserir um recorte racial nesse contexto, Beatriz Prechet (2019) explora a presença das mulheres negras e pardas na história do meretrício brasileiro pós-“abolição” da escravização de pessoas. A abordagem da autora, além de enriquecer e enegrecer a produção historiográfica sobre o tema, nos convoca a recuperar a maneira atroz como crianças, mulheres e homens escravizados foram abandonados à própria sorte após a assinatura da Lei Áurea e, principalmente, nos convoca a estarmos atentas à dimensão étnica não apenas na produção social do Brasil, mas, também, de como ela segue operando nos dias de hoje.

Dando um salto para a contemporaneidade, no início da década de 1980 Jeferson Bacelar (1982) etnografou famílias de trabalhadoras sexuais da Bahia, e se valeu de uma perspectiva marxista para argumentar que “o mais alto grau de exploração da mulher afirma-se na família da prostituta” (p. 109), uma vez que a prostituta genérica de seu contexto de pesquisa chefiava e sustentava sozinha a família por meio do fruto de seu trabalho no mercado do sexo. Além do trabalho não pago de produção e reprodução de pessoas e do trabalho não pago na lida doméstica, a mulher também era responsável pelas demandas econômicas da casa. Para além disso, o autor demonstra que diante da desaprovação social de suas vidas, essas mulheres se retraíam em pequenos grupos sociais dentro de territórios específicos e mobilizavam redes de solidariedade entre colegas e vizinhas no que tange aos cuidados com as crianças, revelando maneiras específicas de lidar com o preconceito e a precarização da vida dele decorrente.

José Miguel Nieto Olivares (2011, 2013) em pesquisa com quatro prostitutas militantes em Porto Alegre, explorou um pouco de suas relações de conjugalidade, apontando distinções entre a comercialização do sexo enquanto meramente um trabalho isento de envolvimento emocional e, simultaneamente, a entrega gratuita do sexo aos companheiros como forma de demonstração de amor e sentimentos inexistentes nos atos laborais. Adentrar esse universo permite dimensionar e distinguir como emoções são

mobilizadas por trabalhadoras sexuais na produção de suas relações íntimas. A intimidade, nesse caso, não se refere ao acesso ao corpo, ao desfrute, à relação sexual, mas o acesso à exclusividade do afeto e do sentimento dentro de uma relação entre homem e mulher.

Carolina Bonomi Guerra (2019) se dedicou a investigar a história do movimento das trabalhadoras sexuais do Brasil. Para além da importância de documentar os trânsitos políticos, as formas de engajamento e a trajetória do movimento em si, evidenciar a ação das mulheres engajadas nesses modos de organização impõe um modo de atuação cidadã que se distancia dos imaginários hegemônicos criados a respeito da categoria.

Fernanda Silva (2022) explorou dinâmicas de socialização, formação e cuidado de filhas e filhos de trabalhadoras sexuais, desde uma perspectiva dos estudos da Educação. Importante mencionar o trabalho de Fernanda, primeiro, por sermos colegas na vida e na condição de aliadas do ativismo das trabalhadoras sexuais do Brasil. Segundo, pelo fato dela se interessar pelo mesmo recorte que eu – famílias de trabalhadoras sexuais – mas com abordagem distinta, posto que Fernanda Priscila (assim a chamamos) atua na área da Educação. Temos algumas interlocutoras em comum e nos interessamos por categorias também comuns, mas as abordamos diferentemente. Acredito que nossas perspectivas analíticas não concorrem, ao contrário, se complementam e enriquecem esse nicho de estudos que nos é tão caro e com o qual acredito que essa tese vá contribuir.

Adriely Clarindo Cattani (2025), em pesquisa realizada em cabarés de do Brasil e de Portugal, discorre sobre experiências de construção de vínculos, relações de afinidades e laços de solidariedade, os quais se produzem apesar da consciência a respeito das diferenças entre as pessoas. Tal perspectiva desmantela a ideia de que o mercado sexual é hostil e pautado exclusivamente pela competitividade e pela disputa. Não que tais elementos não sejam parte desse universo. Entretanto, não anulam as possibilidades de solidariedade, cooperação e amizade, segundo o que demonstra a antropóloga.

Por ora, cabe retomar Cláudia Fonseca (1996) que, décadas atrás, questionou os caminhos das pesquisas junto a trabalhadoras sexuais, apontando lacunas sobre suas experiências para além do trabalho. Aciono, novamente, a pergunta da autora: “Cadê as pessoas em carne e osso?”. Penso que, em alguma medida, tal indagação segue bastante atual, especialmente quando pensamos nas dinâmicas e feitura familiares. Nesse

sentido, o empenho aqui realizado propõe se somar àqueles que seguem a linha da provocação de Fonseca.

CAPÍTULO 3 – ACIONAMENTOS DA MATERNIDADE E DA FAMÍLIA – ESTRATÉGIAS NARRATIVAS E JOGOS DE PODER

Thais lecionou História por mais de 30 anos em escolas públicas, privadas e cursinhos de pré-vestibular. É bacharela em Cinema e Audiovisual, documentarista, roteirista e diretora de peças audiovisuais, autora de livros didáticos, agente cultural. É uma pessoa bastante conhecida no estado em que mora. Engajada em causas de minorias locais, desenvolveu, por exemplo, um trabalho lindo com mulheres de uma comunidade pesqueira. Outro trabalho relevante tem no foco pessoas com doenças raras.

Essa mulher, entretanto, guardou uma pedra preciosa para um momento específico de sua trajetória. Após um longo trânsito por empregos formais e depois de, em função da pandemia de Covid-19, encerrar as atividades de uma pousada que havia aberto junto ao marido, se sentiu, enfim, livre para publicar seu livro mais recente. Com tom autobiográfico, o livro a coloca na cena de uma história que não era tão desconhecida assim. O público apenas não sabia que Thais também fazia parte daquele enredo.

*

Quando abri a câmera, levei um susto! E não consegui disfarçar. Era um rosto muito familiar. Uma mulher de meia idade, cabelos encaracolados e curtos, óculos e um sorriso constante. Thaís era a cara da irmã, cuja imagem eu bem conhecia, apesar de eu não ter tido o privilégio de encontrá-la em vida. Parecia que eu estava vendo Gabriela Leite do outro lado da tela. Thaís estava em um cômodo de sua casa com paredes brancas ao fundo. Ao longo da entrevista ela bebericou uma taça de vinho, parecendo estar bastante à vontade.

“Putá tem família” é o título do livro de Thais Helena Leite, irmã de Gabriela Leite, publicado no ano de 2024. A autora o classifica como uma autoficção, na qual conta a história de três irmãs. Trata-se de sua narrativa particular a respeito de fatos comuns aos livros de Gabriela – “Eu, mulher da vida” e “Filha, mãe, avó e puta”.

Ao propor um diálogo com Thais, a ideia era adentrar um pouco mais em nuances de sua relação com Gabriela, para além daquilo que era possível perceber nos livros de ambas. Seguem, portanto, algumas falas espontâneas e algumas respostas diretas a perguntas extraídas da entrevista e transcritas livremente:

Thaís: A gente [ela e o marido] tem uma casa que foi construída para ser uma pousada. Abrimos a pousada para ser a nossa vida. Mas precisamos fechar na pandemia. Aí, fui para a cultura. Foi na pandemia que eu comecei a entrar no mundo dos editais.

Thaís: A coisa do livro, na verdade, você deve ter visto. Na verdade eram coisas que eu gostaria de estar falando, por causa de uma frase de Gabi, que era uma coisa assim “A gente tem que normalizar a palavra puta. Porque se as pessoas entenderem que a puta existe no cotidiano, vai ficar mais fácil a gente enfrentar o estigma”. Então, é essa coisa de usar o nome [puta]. Então, eu precisava colocar aquilo. É um livro de desabafo assim, mesmo, né? Da nossa história de mulher.

Thaís: Rapaz, você acredita que teve um membro da academia espírito-santense de Letras que foi no lançamento do livro. Porque o lançamento do livro foi assim, um negócio maravilhoso. Foi na rua. Bom, fazer na rua foi tudo! E ter as putas, e ter os meninos que tocam na noite. Ter tudo isso ali foi interessantíssimo. E esse Jonas, que é da academia espírito-santense de Letras, a esposa dele é evangélica. E aí, chamei a ele e a esposa para tirarmos uma foto. E a esposa disse: “não, eu não! Porque ele está aqui hoje profissionalmente”. E eu os tinha conhecido na pousada, como hóspedes meus e eu fazendo aquele papel... porque quando tinha a pousada, eu era muito serviçal. Não interessa que eu tenha um título universitário e eu sou a dona da pousada. Sou eu que vou te servir. Vou colocar o café na mesa, vou falar sobre o Espírito Santo. Porque eu fazia muito isso, da parte cultural. Eu falava do estado, falava da história. Eu usava o salão do café da manhã como uma sala de aula. Só botava música capixaba, entendeu? Fazia a pessoa ter uma experiência capixaba. E ele me conheceu daqui. Aí, pronto. Ele não quis tirar foto. Na hora eu nem liguei. Eu estava tão emocionada, com aquele evento todo, tão legal! Depois que caiu a ficha! Eu e meu companheiro, a gente conversando, caiu a ficha. Qual não é o meu espanto quando o Jonas compra a minha briga. Compra a minha briga e leva para a academia espírito-santense o livro e faz uma referência numa sessão solene. Sem eu, sem nada. E aí, o presidente lá, que foi patrono, que teve muitas obras publicadas e é uma pessoa muito interessante. E o Jonas fez uma entrega pública a ele, ao patrono. E disse: “olha, eu vou te dar o meu exemplar, para você ler. E depois eu te dou um novo, porque eu vou comprar. Mas hoje você leva o meu exemplar”. Rapaz, o homem apaixonou com o livro, o homem começou a defender que o livro é uma coisa necessária, sabe? Então, começou um movimento. É aquilo que você falou. Infelizmente, a gente está nesse entorno, a gente não é a puta, mas a gente tem essa voz que faz alguma coisa também acontecer.

Thaís: Eu retomei minhas relações com Gabi, como você viu no livro, desde os anos 90. Então, eu acompanhava as coisas. A gente, depois que começou a passar todos os natais juntos, a se ver com mais frequência, então a gente via muito esse tipo de

conversa dela com o Flávio, e virava a nossa conversa de família. A dificuldade, a questão de se falar sobre a nomenclatura, que nome usar? Profissionais do sexo... puta não! Prostituta, sabe? Tudo isso carrega uma história que transcende as próprias mulheres. Então, não é agora. É sempre, o tempo todo. Gabi sempre batia o pé. Sempre Batia o pé. Não! A gente é puta mesmo! A gente é prostituta. Mas muitas vezes, muitas vezes, ela era uma voz isolada. Não era o movimento. Ela ficava bem puta, de não conseguir. Mas, também, é entender, que é cada um com o seu momento. Então, quando foram feitas as associações, que nomes colocar? Tudo isso, são esses momentos em que Gabi estava viva. O que mudou bastante depois da morte de Gabi acho que foi a participação de mulheres transexuais, né?

Perguntada se Gabriela era fonte de alguma inspiração, em função do flerte com a cultura.

Thaís: Claro! Claro! Porque a Gabi era a referência. Porque era assim – eu, Gina e Gabi. E Gabi lia muito. Então, eu ler o “Le Pasquim”, foi por causa dela. Meu primeiro livro de literatura, foi por causa dela. Quando ela foi embora, que ela deixou a caixa de livros, eu devorei os livros dela. Porque a Gina era a minha irmãzinha que cuidava de mim, que brincava comigo. Gabi, não! Gabi era aquela referência intelectual.

Perguntada se tinha tido a oportunidade de dizer para Gabi que ela era uma irmã inspiradora, quando se reencontraram na década de 1990.

Thaís: Nossa! Muito! Muito! Eu e ela somos muito choronas. A gente sempre bebeu muito. A gente enchia a cara! Maravilhoso! Muita festa! A gente fez muita festa junto. Meu marido também gostava muito de Gabi, Gabi gostava muito dele. Então, a gente se via muito, depois do reencontro. Ela que me apresentou Buena Vista Social Club, Gabriel Garcia Marquez! Vê se não é para influenciar uma pessoa! Ela que me apresentou Machado de Assis, quando eu era criança. Aí, fui ler tudo de Machado. Então, é muito forte... Essas questões culturais...

Perguntada a respeito da decisão de “assumir a puta” – trecho do livro. Apesar de Gabriela já ter inaugurado a questão pública, de si mesma, em relação à palavra puta, para a família isso poderia significar mexer com outras coisas, inclusive segredos de família.

Thaís: Quando você escreve um livro “Putas tem família”, e bota seu nome na capa, você já revelou alguma coisa. Isso é fato. Não serei falsa com você. Enquanto eu era uma professora de escola pública, eu não faria o livro. Eu não faria esse livro. Agora que eu sou uma mulher aposentada, eu não tenho mais pousada, eu parei de dar satisfação para as pessoas, ficou mais fácil. Para alguns alunos, eu sempre falava de Gabi. Para

algumas pessoas mais esclarecidas. Porque eu dei aula trinta anos. Em pré-vestibular, muito tempo. E no pré-vestibular, você lida o tempo todo com pessoas adultas. Você não está lidando com criança. O jovem que tá ali, fazendo o pré-vestibular, ele já passou um degrauzinho. Ele já entrou no mundo do adulto e quer ser tratado como tal. E eu fui uma professora aqui nesse estado, muito conhecida, cara! Muito, muito! Eu lotava auditório para dar palestra sobre o estado do Espírito Santo. Vendi nove mil exemplares do livro do Espírito Santo. Meu nome é bem conhecido. Então, poder falar sobre Gabi é uma liberdade que eu estou tendo agora.

No ano de 2022, quando eu ainda estava elaborando possíveis caminhos investigativos para esta tese, muito inspirada pela disciplina de Organização Social e Parentesco, ministrada pela professora Andréa Lobo, transformei o trabalho final do curso em um trabalho completo, que foi publicado nos anais da 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (Teodoro, 2022). O exercício que realizei foi explorar os dois livros de Gabriela Leite a partir da perspectiva do parentesco, dando relevo e chamando a atenção para as formas com que ela narrava suas relações familiares. À época, procurei Tatiany Leite, neta de Gabriela, pelas redes sociais. Enviei uma mensagem, sob o risco de não ser respondida. Mas Tatiany retornou prontamente, foi bastante simpática e generosa nas informações, e me atualizou um pouco a respeito de como estava a família após a partida da avó, no ano de 2013, especialmente a partir de suas próprias relações. A tia avó, Thaís, não havia sido mencionada.

Tempos depois começou a circular em alguns grupos de *WhatsApp* de ativistas dos quais participo informações sobre a venda do livro “Putá tem família”. Entrei em contato diretamente com Thaís para comprar meu exemplar. Logo que o recebi, o devorei. Sem a menor parcimônia. Fiquei eufórica com o texto, cujo prefácio é de autoria da sobrinha-neta, Tatiany. Thaís traz sua perspectiva particular a respeito da mesma história familiar narrada por Gabriela. A experiência a partir da leitura foi de ampliar um pouco minha compreensão a respeito de uma história já conhecida por mim. Mas eu queria ainda mais e propus a Thaís uma entrevista, o que foi aceito prontamente. Após um diálogo leve e divertido com a irmã de Gabriela, o que mais me fascinou e instigou, de fato, foi uma mulher da monta de Thaís se sentir intimidada por muito tempo quanto a tornar pública sua relação com a irmã.

Desta feita, a intenção ao trazer um pouco da história da relação das irmãs Gabriela Leite e Thaís Helena Leite, além de introduzir o presente capítulo, também é

chamar a atenção para o fato de que o estigma inerente ao trabalho sexual produz efeitos em cadeia, ao que Goffman (1978) chamou de estigma de cortesia e Monique Prada (2018) classifica como estigma de contato. Ele recai diretamente sobre as pessoas que atuam no mercado do sexo, mas não apenas, de maneira que diversas relações familiares também podem ser por ele atravessadas. A escolha de Thais no que tange ao “segredo” guardado sobre a irmã ao longo de tantos anos, mesmo após sua morte, é revelador de como o estigma não apenas opera, mas, também, agencia e define escolhas – das trabalhadoras sexuais e, também, de pessoas a elas conectadas.

*

Falo também, e talvez principalmente em muitos momentos, a partir do lugar de mãe. Uma mãe que lutou para livrar suas crias da mochila pesada do estigma, não apenas de serem filhos de uma prostituta, mas também de ter uma mãe solo, separada, “mãe solteira”, “mãe de filhos de pais diferentes”. Estigmas que nos atingiam exatamente do mesmo modo violento que o de puta, como pude experimentar nos momentos em que exerci a prostituição. (Prada, 2018, p. 41).

É bastante comum que trabalhadoras sexuais chamem a atenção para o fato de serem mães, de terem família, especialmente na arena pública. A recorrência desse tipo de situação despertou minha atenção quando ainda estava fazendo algumas incursões em *surveys*. Acompanhando ativistas em seus respectivos perfis em redes sociais, por exemplo, não era incomum ver fotos em família; declaração de amor a filhas, filhos e outras pessoas da família em dias de aniversário; desabafos correlacionados a situações de preconceito e com respectivo acionamento de algum papel familiar. Houve o caso de uma avó que escreveu um texto dizendo que desejava que os netos pudessem ter orgulho dela, assim como netos de outras ativistas, e que se encerrava com a seguinte frase: “...é possível construir essa outra visão em que minha existência não seja motivo de vergonha. Como dizia Gabriela [Leite]: um dia, ‘filho da puta’ vai ser um elogio.” (Maria, 2022, em seu perfil privado em uma rede social). Noutras situações, em visitas a algumas zonas para delimitação de um território para a pesquisa, algumas mulheres se apresentavam e, sem que fossem perguntadas, diziam que eram mães.

A essas percepções preliminares aglutinou-se um conjunto rico e revelador de dados produzidos a partir das relações de interlocução, por meio dos quais tracei alguns caminhos de análise, dentre tanto outros que poderiam ser possíveis. Destarte, neste capítulo apresentarei situações em que ocorre o acionamento da maternidade, e buscarei explorar alguns de seus sentidos. Evidenciaram-se pelo menos duas dimensões, as quais

podem aparecer separadamente, mas são observadas quase sempre se complementando. A saber: aciona-se a maternidade para justificar entrada e permanência no trabalho sexual e, também, como possível ferramenta de mobilização de emoções e respectiva produção de empatia, que potencialmente operam na mitigação do estigma. Em ambas as perspectivas, revela-se, ainda, um fio condutor: a demanda recorrente pelo direito de ser mãe, o qual é deslegitimado pela sociedade de maneira ampla.

A partir da compreensão de que as emoções estão implicadas na produção social do estigma, explorarei experiências para demonstrar como isso se dá especificamente no contexto do trabalho sexual. Antecipo que é possível observar um movimento duplo que diz respeito à maneira como ele opera e nas formas de reagir a ele. Dando relevo, entretanto, às demandas das interlocutoras da pesquisa, analisarei como o estigma interfere nas vidas dessas mulheres no que tange aos sentimentos, autopercepções, noções de si mesmas e, respectivamente, em atitudes e produção de relações.

Quanto à possibilidade de engendramento da empatia das pessoas, me ancoro na compreensão de Ceres VÍctora e Maria Cláudia Coelho (2019) a respeito do contextualismo das emoções⁵², na qual reverberam uma proposta de Catherine Lutz e Lila Abu-Lughod, em diálogo com Michel Foucault. As autoras argumentam que “as emoções teriam uma capacidade ‘micropolítica’, ou seja, uma capacidade de dramatizar, reforçar ou alterar as relações de poder, hierarquia ou status dos sujeitos que as sentem e/ou expressam.” (VÍctora; Coelho, 2019, p. 11). Neste sentido, proponho que emoções suscitadas em terceiros a partir de falas e posicionamentos de trabalhadoras sexuais, seja no âmbito público ou no privado, possuem igual potencial, especialmente quanto à produção do “outro” enquanto “menos outro” (Abu-Lughod, 2018; 2020). Mas não sem tensões.

Tentarei, a seguir, dar corpo aos argumentos.

Mas, afinal, o que é a maternidade? O que define uma mãe?

Desde uma perspectiva biológica e naturalista, para uma pessoa gerar outra é necessário que um óvulo seja fecundado, que um ventre nutra e carregue um novo ser

⁵² A esse respeito, Maria Cláudia Coelho (2020) elucida que: “para o estudo das emoções com base na noção de ‘discurso’ de Michel Foucault. Seu ponto é que, além de não serem dotadas de qualquer ‘essência universal’, as emoções precisariam ser entendidas sob um perspectiva micropolítica, ou seja, como algo que diz respeito essencialmente ao contexto de interlocução, dramatizando, reforçando ou alterando as relações entre os interlocutores, perpassadas pela hierarquia e pelo poder” (p. 16).

por cerca de nove meses e, por fim, o dê à luz. Quando quem vive essa experiência é uma mulher, classificam-na, via de regra, como “mãe”.⁵³ Para além da materialidade biológica do processo de gestar e parir, a maternidade pode ser assumida como uma instituição social (Bezerra, 2025) que prescreve comportamentos, define papéis e controla mulheres ao longo do tempo. Já a palavra mãe, propriamente dita, costuma estar imbuída de significados atrelados ao que se espera de uma figura materna.

Pensando na contemporaneidade, Vera Iaconelli argumenta que o termo mãe, apesar de carregar uma multiplicidade de sentidos, em determinadas sociedades ainda “se liga ao mito de que a genitora é o tipo preferencial de mãe, aquela que teria dotes naturais para a função” (2023, p. 21). O termo também possui um trânsito histórico que perpassa, por exemplo, o questionamento da maternidade enquanto ferramenta de dominação patriarcal, nos termos de Simone de Beauvoir (1970); a denúncia do sexismo nas relações conjugais (hooks, 2024); a reconfiguração das maternidades pelas tecnologias reprodutivas (Weston, 1997; Fonseca, 2008) e consequente ampliação do debate a partir do termo “parentalidades” etc. Ainda assim, em alguma medida, há perduração de modelos que hegemonizam noções de maternidade, feminilidade e família (Roberts, 1998; Engel, 2004; Rago, 2014; Prada, 2018; Teodoro, 2019). Essas noções se vinculam diretamente ao casamento heteroafetivo, que implica em uma família formada por pai, mãe e prole. É válido mencionar, também, que bel hooks (2024) denuncia que “o casamento [nesses termos] jamais saiu de moda” (p. 124), ainda que na atualidade seja frequentemente dissolvido em função do empoderamento feminino.

Simultaneamente, entretanto, a romantização da maternidade, que decorre de um olhar para tal tarefa enquanto um sacerdócio, vem sendo questionada por diversas autoras feministas há algumas décadas. Simone de Beauvoir (1970), como já mencionado, pautou a maternidade enquanto ferramenta de dominação masculina, que sob a prerrogativa biológica designava socialmente a mulher ao papel de mãe. Silvia

⁵³ Importante pontuar que no universo reprodutivo humano identidades transmasculinas e não binárias, desde que sejam pessoas com útero, também estão aptas à concepção, gravidez e parto. A maneira como se autorreferenciam ou são acolhidas pelo sistema de saúde, público ou particular, tem sido discutida e colocada como pauta por movimentos e coletivos transexuais no Brasil e no mundo. A mídia também vem dando alguma visibilidade ao tema. É fato que as noções de parto e parentalidades heteronormativas vêm sendo questionadas já há algum tempo. No campo desta pesquisa me deparei com um trabalhador sexual transmasculino que gerou uma filha. Trata-se de uma situação que desorganizou por algum momento as noções de maternidade e parentalidade que eu vinha mobilizando e que me fez questionar, também, as bases de minha investigação. Optei, entretanto, por manter o foco nas identidades femininas e transfemininas e, portanto, seguir abordando as maternidades e o espectro feminino nestas relações.

Federici (2019), em republicação de um texto de 1975, situou o padrão de feminilidade, o qual inclui a maternidade enquanto uma violência sutil do capitalismo, uma vez que se trata de um trabalho não pago, dedicado à reprodução e cuidado de pessoas e respectiva produção de mão de obra para tal sistema econômico. Badinter (1985), por sua vez, argumentou que o amor materno incondicional é um mito. Opondo-se a ideia de uma natureza feminina, na qual “uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe” (p. 15), a autora chama a atenção para “uma multiplicidade de experiências femininas, todas diferentes, embora mais ou menos submetidas aos valores sociais” (Badinter, 1985, p. 16). Sheila Kitzinger (1987) também questionou a ideia da maternidade como algo inato à natureza feminina. A autora pontua que até mesmo o contato inicial entre mãe e bebê, que poderia ser considerado “ao nível do puramente natural e instintivo” (p. 21), se torna algo socialmente controlado, de maneira que um processo natural como o ato de parir é mediado e, por vezes, modificado por imperativos culturais. Importa salientar, também, que na experiência ocidental, a qual está imbricada a valores judaico-cristãos, a figura da mãe é fortemente associada à da virgem Maria, produzindo, portanto, a um ideal de mulher-mãe pura e santa, desvinculada da sexualidade e abstraída do desejo, do gozo e do prazer.

Os estudos dedicados à maternagem também questionam a intrinsecabilidade do papel da mãe e postulam que as práticas que seriam inerentes às mães podem ser exercidas por quaisquer outras pessoas. Entretanto, desde já, pontuo que não me valerei de tal categoria, uma vez que as experiências das interlocutoras de minha investigação conduziram a reflexões outras, sobretudo, quando me debruço sobre redes complexas de cuidado, mobilidade e circulação de pessoas e remessas – o que desenvolverei em outro capítulo. Ademais, o radical “mater”, do latim, se refere à mãe, ou àquela que desempenha a função de mãe, o que me faz pensar que ainda que a maternagem possa, em tese, ser exercida por qualquer pessoa, sendo ou não do gênero feminino, a atrelamento a algo que remete à mãe permanece, mantendo certo essencialismo da vinculação do cuidado não apenas à figura materna, mas, também, à esfera feminina. Também, bell hooks (2024) já havia promovido esse deslocamento etimológico ao se valer do termo paternagem para falar de conquistas contemporâneas do feminismo, no que tange ao cuidado compartilhado dos filhos em situações de conjugalidade heteronormativa.

A despeito de incontáveis conquistas das mulheres na história mais recente, destacadamente pela via dos movimentos feministas; da importância dos estudos de

gênero e respectiva inserção das pautas da diversidade no debate público; cabe levar em consideração que ondas ideológicas e políticas de viés conservador atualizam os mitos da mulher e da mãe ideal. Classificações como mulher “bela, recatada e do lar”⁵⁴ e “esposa troféu”⁵⁵, por exemplo, são alegorias sutis, que circularam amplamente em mídias e redes sociais na história brasileira recente.

Para além dos dilemas da maternidade em si, o que importa para meu campo de investigação é delimitar quais contornos o debate ganha quando do atravessamento do trabalho sexual. Estudos a respeito da prostituição apontam um sistema classificatório histórico dicotômico, situando mulheres em polos opostos, a saber: boas ou más, puras ou impuras, honestas ou desonestas, de casa ou da rua, adequadas ou inadequadas, etc. (Roberts, 1998; Federici, 2017; Rago, 2014; Engel, 2004; Teodoro, 2024). Esse sistema impõe não apenas ideias de hegemonia quanto ao papel feminino, mas, também, acerca da maternidade e, nas duas situações, a prostituta está no polo negativo. Há, portanto, uma suposta inadequação da trabalhadora sexual a esse papel. Noutros termos, no caso dessas mulheres, a legitimidade do papel de mãe, ou mesmo a exigência de se tornar mãe em função de ser mulher, podem ser solapadas pela deslegitimação moral que se circunscreve a partir da interdição ao desejo, ao gozo e ao prazer – elementos que povoam o universo e os imaginários construídos em torno do trabalho sexual.

Para fazer tal afirmação, me ancoro no confronto da hegemonia de modelos de maternidade e família com realidades observadas em experiências das interlocutoras com quem pesquisei. Há um conjunto de questões que informam sobre essa deslegitimação, demandando delas estratégias e esforços para se conciliarem consigo mesmas e com a própria maternidade e, a partir disso, afirmarem e reafirmarem para a sociedade, exaustivamente, seus papéis de mães e a respectiva capacidade de cuidar de filhos e fazerem família. E a deslegitimação não se restringe ao campo simbólico, que produz sofrimento emocional e psicológico ao estimular que essas mulheres, muitas

⁵⁴ No ano de 2016, às vésperas do golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Vana Rousseff, legitimamente eleita, a revista *Veja* publicou uma matéria que colocou os holofotes da mídia em Marcela Temer, à época com 32 anos de idade, casada com o então vice presidente Michel Temer, que estava com 75 anos de idade. O texto exalta não apenas o amor que não havia arrefecido após 13 anos de casados, mas, também, a juventude e a discrição de Marcela ao se portar e se vestir, além de sua dedicação ao marido e ao filho de 2 anos de idade, classificando-a como “bela, recatada e do lar”. Reportagem disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>. Acesso em 9 abr. de 2025.

⁵⁵ O termo é recente e vem sendo utilizado por mulheres que exaltam a vida dedicada ao lar, ao marido e aos filhos, deixam seus empregos e abandonam projetos pessoais e passam a ser sustentadas pelos cônjuges. Defendem, inclusive, que se trata de um direito da mulher fazer essa escolha. Ver: <https://veja.abril.com.br/comportamento/esposa-trofeu-como-a-onda-do-retrocesso-se-espalha-pelas-redes/> ; <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cg6dywxwzz7o> . Acesso em 9 abr. de 2025.

vezes, questionem a si mesmas quanto ao papel de mãe. Ela pode implicar em desdobramentos que afetam as pessoas e as relações, gerando conflitos, prejuízos sociais e familiares, fazendo com que algumas mães se sintam sob constante ameaça quanto à guarda dos filhos e, no limite, separando famílias.

Quem pode e quem não pode ser mãe?

Estudos a respeito da governança reprodutiva no Brasil têm se dedicado a explorar uma diversidade de experiências que se conectam entre:

dinâmicas íntimas, políticas nacionais e lógicas econômicas globais, colocando em perspectiva e, quem sabe, ajudando a redesenhar os regimes morais que conectam corpos, biologies e subjetividades para que andem de forma consequente em direção à justiça reprodutiva. (Fonseca; Marre; Rifiotis, 2021, p. 38).

A justiça reprodutiva mencionada pelas autoras, por sua vez, não se realiza sem que mulheres tenham acesso e possam exercer seus os direitos reprodutivos, cuja gramática “é centrada na autonomia da vontade da mulher, isto é, no seu direito de decidir ser ou não ser mãe”. (Solaterrar, Lowenkron, 2025, p. 4-5). Entretanto, quais mulheres podem usufruir, sem tensões, de tal direito?

Inspiradas na ideia de hierarquias sexuais⁵⁶ de Gayle Rubin (1999), Laura Mattar e Carmen Diniz (2012), propõe pensar que há, também, hierarquias reprodutivas. E argumentam que:

A partir desta hierarquia sexual, é possível indicar um paralelo para a reprodução, exercício da maternidade e/ou cuidado com os filhos, aqui chamado de “hierarquias reprodutivas”: há um modelo ideal de exercício da maternidade e/ou da reprodução e cuidado com os filhos. Ele é pautado por um imaginário social sexista, generificado, classista e homofóbico; portanto, trata-se de um modelo excludente e discriminatório. Desta forma, tanto as relações sexuais não reprodutivas quanto a reprodução resultante de parcerias sexuais com menor aceitação social estão sujeitas à discriminação. (p. 114).

Mattar e Diniz destacam raça, classe, geração e parceria sexual enquanto fatores transversais primordiais na distribuição da hierarquia. O paralelo feito pelas autoras às

⁵⁶ Rubin (1999) situa prostitutas e modelos pornôis entre as castas sexuais mais execradas. Tais nomenclaturas se adequam à época da publicação do texto, mas proponho sejam pensadas enquanto categorias que abarcam trabalhadoras sexuais em sentido amplo.

hierarquias sexuais de Rubin (1999) propõe algumas categorias de mulheres na composição da base da pirâmide da hierarquia reprodutiva, quais sejam⁵⁷: mulheres não saudáveis (soropositivas ou que possam transmitir alguma doença aos bebês), mulheres com deficiência física ou intelectual, mulheres consideradas promíscuas, mulheres em situação de rua, mulheres que fazem uso de substâncias, trabalhadoras sexuais, mulheres infratoras/encarceradas. A estas, me sinto à vontade para somar as mulheres travestis e, também, pessoas trans e demais sexualidades dissidentes.

Ancorada na proposta das autoras, portanto, é factível que a deslegitimação de maternidades entre trabalhadoras sexuais integra um conjunto de maternidades outras, também deslegitimadas, seja socialmente ou judicialmente. Assumi-las como maternidades questionáveis implica em refletir acerca de aspectos vinculados a suas identidades e existências que não atendem às prescrições da maternidade ideal ou socialmente desejada. Mas argumento, também, que sempre, em alguma medida, o controle das sexualidades destas mulheres está imiscuído em moralidades hegemônicas, ainda que isso não apareça de maneira tão explícita quanto no caso das trabalhadoras sexuais. É importante mencionar, novamente, a ideia das imagens de controle (Hill Collins, 2005) que operam intensamente sobre essas categorias de mulheres, conformando seus corpos e sexualidades, não somente no que tange a questões relacionadas ao direito ou capacidade de serem mães.

Convém, pois, recorrer a outras experiências, ilustrando algumas dentre aquelas elencadas por Mattar e Diniz (2013), para além das maternidades entre trabalhadoras sexuais. Discorrerei, portanto, sobre circunstâncias em que tal direito ou papel é questionado, afinal, quem pode e quem não pode ser mãe?

Em pesquisa com mulheres lidas socialmente como loucas, Ueslei Solaterrar e Laura Lowenkron (2015) ponderam que:

há uma série de expectativas e performances morais voltadas para as mulheres, as quais estas precisam cumprir para acessar o direito/desejo à maternidade. Expectativas e performances que corpos e história de vida como as de Maria e Conceição dificilmente cumprirão. Para as duas a sentença já estava precocemente decretada a partir do argumento da falha moral da loucura, do uso de drogas, da pobreza e da questão racial. (Solaterrar; Lowenkron, 2025, p. 18).

⁵⁷ Dando fé de se tratar de um texto datado e em consonância com autorreferenciamentos e formas hodiernas mais adequadas para classificar algumas categorias, me senti à vontade para atualizar algumas nomenclaturas constantes no texto de Mattar e Diniz (2012)

Para além de questões específicas de suas interlocutoras – loucura, uso de drogas, pobreza e questão racial – os autores também destacam expectativas e performances morais que se tornam premissas para que uma mulher possa assumir o desejo ou desfrutar do direito à maternidade, as quais obstaculizam tal exercício para as mulheres com quem pesquisaram.

A respeito de mulheres com trajetória de rua, Caroline Sarmento (2020) destaca que delas:

são cobrados comportamentos morais esperados de uma mulher e mãe: recentemente Adriana comentou “deus o livre eu arranjar namorado, se o Conselho Tutelar vê que botei homem pra dentro de casa, eu perco as minhas filhas” (Diário de campo, 22/11/2019). Não apenas as marcas de ter vivido nas ruas e feito uso de crack, também o fato de não receber alta do tratamento no CAPS, a ameaça constante que provoca medo em Adriana passa por ideais de maternidade e de gênero que esperam de mulheres como ela determinados tipos de comportamento. (Sarmento, 2020, p. 120-121).

Novamente, está evidenciado o elemento moral – sempre presente em imperativos acerca de um conjunto de expectativas no que tange ao gênero e à maternidade. O controle sexual percebido por Adriana conforma seu receio em namorar, por entender que o Conselho Tutelar atuaria em seu desfavor caso colocasse um homem dentro de casa. A trajetória de rua, o uso de substâncias, o foco na mãe como única responsável pelo cuidado colocam mulheres como Adriana num limbo, “cuja maternidade está sempre sob ameaça de interdição”. (Sarmento, 2020, p. 123).

A respeito de mulheres com deficiência, Júlia Clímaco afirma que:

Muitas vezes, para que possam ser reconhecidas nesse papel de mães, é cobrado que elas próprias se encarreguem exclusivamente dos cuidados de suas crianças: se precisam recorrer a outras pessoas para o cuidado básico de suas crianças e de suas casas, são vistas como menos mães ou como irresponsáveis, pois, se necessitam de cuidado, não podem ser cuidadoras. (Clímaco, 2020, p. 9).

Um corpo que carrega uma deficiência mobiliza socialmente a noção de que a tutela se faz necessária, em alguma medida. Para além do elemento evidenciado pela autora, de que quem necessita de cuidado não pode cuidar, também se faz presente a ideia de que é sobre a mãe que recai de maneira primordial, e às vezes exclusivamente, toda a responsabilidade pelo cuidado. O relevo à exigência de que uma mãe com deficiência dê conta sozinha do cuidado de crianças faz parecer que o acionamento de

redes de apoio é exclusivo ou inerente ao grupo social ao qual pertencem, como se a mobilização das redes de apoio não fosse fundamental a muitas outras maternidades contemporâneas.

Em análise sobre maternidades periféricas em dois morros do Rio de Janeiro, Camila Fernandes (2017) persegue três formas discursivas que se fazem presentes no território pesquisado, e que dizem respeito a algumas mulheres – a saber, as “novinhas”, a mãe “nervosa” ou a mulher que “dá os filhos”. A autora chama a atenção ao fato de que as três figuras “aglutinam expectativas sobre a postura das mulheres na interação social, sobre a legitimidade de seus comportamentos e atitudes, bem como organizam campos de desejo e atribuição de responsabilidades”. (Fernandes, 2017, p. 211). A autora pontua, também, que a essas mães é vinculada a ideia de uma “sexualidade feminina ‘errada’”, que se apresenta não apenas nas fofocas ou conversas da vizinhança, mas, também, em discursos e práticas do Estado. Novamente, imperativos sobre maternidade e sexualidade operam intensamente na maneira de classificar e categorizar mulheres, relegando-as de maneira arbitrária a condições diversas de inadequação.

Em todos os exemplos elencados elementos morais e prescrições acerca da maternidade se fazem presentes. As formas como essas maternidades são colocadas em xeque, cada uma de maneira particular, corroboram com as categorias da base da pirâmide dentro da proposta de hierarquias reprodutivas de Mattar e Diniz (2012). Entretanto, excetuando-se as trabalhadoras sexuais, destaco que essas maternidades são quase sempre postas em contato com alguma instância do Estado. Seja por meio do sistema de saúde, da assistência social, de políticas públicas etc., de maneira que, ainda que por meio de economias morais e com tensões diversas, há certa apuração da qualidade dos vínculos e da relação entre mães e filhos. A mensuração da qualidade dessas relações confere ou não a essas mães a condição de aptidão ao seu papel. Não que isso não possa ocorrer, também, entre as trabalhadoras sexuais. Mas é essencial considerar que o trabalho sexual – a prostituição, mais comumente – muitas vezes, é acionado como categoria de acusação. O que distingue, portanto, as trabalhadoras sexuais de outras categorias de mulheres que têm suas maternidades questionadas é o atravessamento da moral sexual enquanto elemento que sobrepuja suas identidades e suas condutas, imprimindo a elas quando não a inabilidade, um espectro de degradação no exercício do papel de mãe.

Ao buscar responder se a má mãe existe, Rosa Carneiro afirma que:

a mãe desviante só pode ser dada e criada socialmente a partir de um referente. Ela não existe como indivíduo isolado, patológico, abjeto e perigoso. Ela só existe a partir de padrões modelados por interesses políticos, econômicos e sociais, que estão a todo tempo em constante transformação. (Carneiro, 2024, p. 37-38).

Nos termos da autora, a construção social da má mãe é relacional, contextual, mediada por padrões morais, socialmente definidos. Nesse sentido, a autora nos convida a estranhar esses padrões, os quais, por sua vez, “conformam vidas”. Inspirada nessa proposição, argumento que ao colocar em relevo a variável do trabalho sexual, a existência de “padrões em transformação” é algo que dificilmente opera na realidade de minhas interlocutoras. Isso ocorre em função de uma cristalização moral que perdura quando se tratam dessa categoria de mulheres. Ainda que ao longo da história possam ser percebidos momentos de maior ou menor tolerância social à figura da prostituta, como demonstrado por Nickie Roberts (1992), não há implicações quanto a alguma transformação significativa que as retire da condição de marginalidade e inadequação social incontestes, o que pode acontecer, também, com outros grupos de mulheres.

Destarte, chamo atenção a algumas peculiaridades em relação às trabalhadoras sexuais. Não interessa à sociedade como tais maternidades se desenrolam, posto que são consideradas, *a priori*, como inerentemente ruins. Em nome da moral e dos bons costumes, o direito de serem mães é negado, logo de saída. Noutras palavras, não tem a ver com a experiência da maternidade em si. A maternidade no caso delas, é substancialmente interpretada como inadequada, desajustada, indesejada, independente de como se comportam enquanto mães. Essa recusa coletiva de se levar em consideração suas experiências maternas alça a deslegitimação de suas maternidades contundentemente a um campo simbólico, sempre presente nos imaginários sociais acerca da figura da prostituta, da puta, da meretriz, da mulher do *job*⁵⁸. Tal fato exige delas esforços muito específicos para serem, no mínimo, reconhecidas quanto ao direito de serem mães e mulheres que têm família.

⁵⁸ O termo “do *job*” tem sido usado como autorreferenciamento e referenciamento social para mulheres inseridas no trabalho sexual, em diversas de suas possibilidades. Assim como termos como acompanhante ou modelo, busca higienizar ou sanitizar simbolicamente a poluição contida noutros, como puta e prostituta. Ao fim e ao cabo, aos olhos da sociedade, “é tudo puta”, como costumam fazer ecoar algumas ativistas.

Emoções e negociações sobre si mesmas

Mas apesar de toda a disposição para trabalhar na prostituição, eu ainda enfrentava muitas contradições internas. Estava muito difícil encarar o significado da minha opção radical de vida. Ainda me sentia perdida, sem saber se continuava ou não. Me deparei com meus próprios preconceitos e estigmas. Apesar de estar ganhando dinheiro, me sentia suja e envergonhada pelo que estava fazendo (Gabriela Leite, 2009, p. 55).

Gabriela Leite nunca economizou as palavras em sua vida pública enquanto puta e ativista. Nem sobre os outros, nem sobre si mesma. Na declaração acima ela diz de seus próprios preconceitos e reprodução de estigmas sobre a prostituição, além de revelar sua vergonha e o fato de se sentir suja em função do trabalho que realizava – uma opção radical, segundo ela mesma. Pretendo refletir sobre consequências e negociações a respeito de emoções e sentimentos ligados à vergonha e à sujeira sinalizadas por Gabriela, mas antes, cabe uma breve divagação temporal.

Na mesma medida da perduração de ideias hegemônicas que atravessam o tempo a respeito da maternidade e da figura das mães, há uma empreitada social, coletiva e contínua, que fomenta a clássica oposição entre as mulheres, como já mencionado. Essa manutenção de opostos que se complementam se realiza a partir de imaginários sociais e imagens de controle sobre trabalhadoras sexuais. A puta é a mulher abjeta, inadequada, indigna, que incorpora tudo aquilo que uma mulher “de verdade” não deve ser. Elas se complementam tanto sob a perspectiva individual, na qual a representação da trabalhadora sexual significa para qualquer outra mulher uma forma de ser perigosa e que deve ser evitada; quanto de uma perspectiva mais estrutural, quando se pensa na família e na prostituição, dentro de um processo histórico, enquanto instituições complementares e que se mantêm mutuamente, articuladas pela dupla moral sexual (Roberts, 1998; Prada, 2018; Teodoro, 2024). Nesta mesma dinâmica, recorrendo ao estruturalismo em Mary Douglas (1991), William Ian Miller pontua que “o inferior, por ser inferior, sempre implica um risco de ameaça e mau comportamento, de dano ou contaminação ao superior, que, por sua vez, sabe que é superior porque o inferior está lá para proporcionar o contraste necessário.” (Miler, 2024, p. 75).

Retomando a perspectiva de Howard Becker (2008), “grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio” (p. 21, 22). Ancorada no autor, proponho pensar que a trabalhadora sexual pode ser pensada como concebida

socialmente enquanto *outsider*, ou desviante, em uma dimensão bastante ampla, quase inequívoca, na medida em que se considere a sociedade como um grande grupo. Penso que faz sentido refletir a respeito da ideia de desviante inequívoca, em função da maneira como a história – passada e recente – designa essas mulheres à condição de socialmente inadequadas. E, nesse momento, falo dessas mulheres não necessariamente pensando nos múltiplos papéis que podem constituir suas identidades, mas, estritamente, sob o prisma do exercício do trabalho sexual.

Novamente, é importante trazer à baila a ideia de que aspectos culturais e sociais acerca da moral sexual prescrevem modelos de conduta e comportamentos, controlam papéis de gênero, disciplinam corpos e identidades. A despeito de bordas e limites que podem se alargar ou se encurtar ao longo do tempo, não há variações tão significativas ou progressistas quando se tratam das mulheres que exercem a “profissão mais antiga do mundo”, como diz o linguajar popular. O que importa nesse momento é pensar que a dupla moral opera produzindo o desvio, nos termos de Becker (2008), posto que classifica trabalhadoras sexuais como *outsiders*; e fazendo circular o estigma, nos termos de Goffman (1978), uma vez que o exercício do trabalho sexual se torna uma marca distintiva que se impõe acima de quaisquer atributos da pessoa.

Ian Miller (2024), ao analisar sentimentos como nojo e desprezo e, por extensão, sentimentos correlatos, como a abjeção, argumenta de maneira bem geral que estes são “mobilizados na intenção de confirmar que outras pessoas pertencem a um status inferior e nos definir de forma obrigatória como superiores.” (p. 15); e diz, também, que o nojo envolve julgamentos sociais e morais. Miller não desenvolve nenhuma reflexão diretamente atrelada ao trabalho sexual ou às prostitutas, mas é possível pensar nessa categoria de sujeitos a reboque de suas elaborações. O que quero salientar aqui é que há uma tríade que envolve o desvio, o estigma e o nojo (e sentimentos correlatos), a qual opera tanto na maneira como a sociedade lida com essas mulheres, quanto na produção da identidade da trabalhadora sexual e, conseqüentemente, na tessitura de suas relações, especialmente aquelas familiares e de maternidade.

Tomando a trabalhadora sexual como socialmente desviante e lançando mão da obviedade do estigma, cabe explorar um pouco mais a questão do nojo. Dentre várias situações de trabalho narradas por Georgina Orellano (2022) em seu livro *Putas Feministas*, quero destacar uma relativa à maternidade. Durante um atendimento a um cliente recorrente, a propósito, casado, Orellano se mostrou curiosa quanto ao porquê de ele a contratar exclusivamente para sexo oral, três vezes por semana. A resposta foi de

que a esposa não poderia fazer aquilo por ele, uma vez que ela era uma mãe e com a boca beijava os filhos. Orellano, indignada, pontuou que ela também era mãe, e também beijava o filho. O cliente riu. Para além do fato da situação corroborar com noções hegemônicas que sacralizam a figura da mãe, pretendendo-a imaculada, o nojo se faz presente nas entrelinhas, na medida em que para o cliente de Georgina, o sexo oral com a esposa, cuja boca beijava o filho de ambos, era interdito. Entretanto, era viabilizado por mulheres socialmente reduzidas à mercantilização de serviços sexuais.

Na apresentação de um dossiê dedicado a investigar emoções hostis e hierarquias sociais, os autores propõem que:

[...] nojo, desprezo e humilhação são categorias úteis para a análise de marcadores sociais da diferença, mas sobretudo da desigualdade, porque existe um lugar social em que gênero, sexualidade, raça e classe são construídos e reconhecidos a partir de atos vexatórios e de rebaixamento. Acreditamos ser possível interpretar como esses marcadores sociais são construídos por meio das práticas da humilhação e, paralelamente, através das emoções suscitadas pelo ato de humilhar/desprezar e de sentir-se humilhado, desprezado ou mesmo com nojo de pessoas, coletividades e corpos. Assim, humilhação, nojo e desprezo são pensados como caminhos para a interpretação das gramáticas do racismo, da homofobia, da transfobia, bem como das situações em que são ativadas e atualizadas as hierarquias de gênero e de classe. (Díaz-Benítez; Gadelha; Rangel, 2021).

Sugiro, pois, que as trabalhadoras sexuais, enquanto grupo social, estão na base das hierarquias de gênero. E concordo com os autores no sentido da possibilidade de interpretar maneiras pelas quais emoções como o nojo produzem marcadores sociais. Entretanto, lanço mão do que propõe Vinícius Venâncio (2024), que adere à ideia de marcadores sociais da “dominação”, oriunda da tradição francófona, em lugar de marcadores sociais da “diferença”, por entender que a palavra dominação enfatiza e escancara a violência contida em determinados processos sociais, ao passo que a palavra diferença tende a suavizar essa mesma violência. Apesar de Venâncio (2024) se justificar levando em conta as especificidades de seu contexto de pesquisa, a saber, “realidades sociais que ocorrem em um ex território colonial português” (p. 18), penso que a opção por marcadores sociais da dominação também faça sentido às reflexões desta tese, uma vez que o trabalho sexual é um elemento estruturante de hierarquizações sociais e violências diversas. Neste sentido, proponho que o trabalho sexual seja assumido enquanto integrado ao conjunto de outros marcadores sociais da dominação, a

saber: raça, gênero, orientação sexual, classe social, geração, deficiência, religião etc. Vale reforçar que ainda que as interlocutoras dessa pesquisa tenham suas trajetórias atravessadas por outros destes marcadores, especialmente de gênero, geração e raça, compreendo e que o trabalho sexual, além de conectá-las todas, é o marcador social da dominação prevalente.

Já a respeito de como operam aquelas emoções conectadas diretamente a moralidades, Maria Elvira Díaz-Benítez (2019), em análise sobre correlações entre práticas de humilhação e gênero, argumenta que “o excesso de experiências sexuais pode vir a marcar, mais provavelmente, emoções de nojo moral ou físico para as mulheres.” (Díaz-Benítez, 2019, p. 61). Esse nojo moral ou físico, preponderantemente vem de um outro, o que não significa que não possa ser incorporado de alguma maneira pelas pessoas a quem é dirigido, pela via de outros sentimentos. A própria autora associa que a culpa pode ser um dos desdobramentos desse excesso. Mas ao considerar o trabalho sexual especificamente, penso que não apenas o excesso, mas também, o estigma que paira sobre as trocas econômicas envolvidas nas relações sexuais, também opera na produção dessa culpa. Recorro a Viviana Zelizer (2009), novamente, em sua contestação quanto à seletividade nas formas de se pensar que o dinheiro corrompe a intimidade. O caso das trocas sexuais mediadas por trocas econômicas, o dinheiro ganho também costuma ser lido socialmente (e mesmo por quem exerce o trabalho sexual) como sujo, poluído.

Também na tônica das emoções, Carlos Guilherme Valle (2017), em longa investigação sobre o HIV⁵⁹ junto à comunidade LGBTQIAPN++⁶⁰, argumenta que no caso de seus interlocutores de pesquisa, o nojo, a repulsa e a raiva que vem do outro, geralmente em tom acusatório, se associa a emoções que envolvem medo, vergonha e culpa para as pessoas acusadas, o que corrobora com aquilo que propõe Díaz-Benítez (2019). O autor também afirma que “a AIDS foi constituída como um fenômeno cultural de forte conotação moral, expressando significados negativos sobre sexualidade e estilos de vida específicos, visto sua longa associação com a ideia de promiscuidade” (p. 83). Assim como o público estudado pelo pesquisador, as trabalhadoras sexuais também se inserem nas tensões sociais que orbitam a Aids, desde a epidemia mundial na década de 1990 (Moraes, 2024). Portanto, a produção do nojo social em relação ao

⁵⁹ Sigla em inglês para *Acquired Immune Deficiency Syndrome*, ou síndrome da imunodeficiência adquirida, em português.

⁶⁰ Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, asessuais, pansexuais, não sexuais ++ é a sigla sempre em atualização que se refere ao universo não heteronormativo

trabalho sexual perpassa, também, a ideia de que o mercado sexual é *locus* de doenças e infecções sexualmente transmissíveis.

Retomando, pois, a sensação de vergonha e sujeira narrada por Gabriela Leite (2009), volto a situa-la no campo das emoções, especialmente daquelas que podem ser pensadas como decorrentes de outras como nojo, desprezo e abjeção. Considerando que as moralidades são, também, imperativos culturais, a adesão das trabalhadoras sexuais não deve se constituir em nenhuma surpresa, uma vez que, ainda que indesejadas, estão integradas às sociedades das quais participam. Há, portanto, dilemas e disputas acerca dessas emoções, os quais são negociados individualmente. Romper com os preconceitos incorporados não é uma tarefa fácil, principalmente quando a pessoa em questão está constantemente exposta ao estigma, como no caso de Gabriela. O que não é algo isolado:

Tu sabe que uma das maiores dores assim, que eu sinto da minha comunidade é que muitas vezes a gente tem muito orgulho de poder mudar o padrão de vida da nossa família, mas muita vergonha de como faz isso. E isso é um limbo emocional que tu não tem noção do que isso causa de depressão, do que isso causa de um autojulgamento assim e eu achava que era uma coisa minha. [...] Porque esse é um trabalho que já custou minha sanidade psicológica. Eu me acompanhei muito tempo com terapia até eu me compreender e eu me aceitar do tamanho que eu sou, sem permitir que ninguém mais me diminua em nenhum ambiente, nem familiar, nem profissional, nem de forma alguma. (Amanda Smell⁶¹, em entrevista transmitida ao vivo em agosto de 2023, em transcrição livre).

Proponho pensar o processo de autoaceitação de uma pessoa que trabalha com sexo como um primeiro enfrentamento individual ao estigma. Trata-se de um passo fundamental para que a pessoa consiga, por exemplo, falar sobre si na arena pública. Nessa mesma dinâmica, podem ir acontecendo outras negociações envolvendo as relações com outras pessoas e os papéis familiares.

Já fiz muita terapia, para conseguir conceber a boa esposa, a mãe e a cortesã na mesma mulher. Então, esse autojulgamento ele foi sempre muito forte. Eu sempre me questioneei – será que eu sou das mulheres boas ou será que eu sou das mulheres ruins, já que a gente aprendeu a dividi-las. E com o tempo eu aprendi a me respeitar e a me aceitar e a me posicionar, entendeu? Então, quem me segue aqui vai ter que ver o meu glúteo e vai ter que ver os meus filhos [risos] na mesma, às vezes na mesma

⁶¹ Amanda Smell e a peculiaridade da relação de interlocução construída com ela serão apresentadas de forma mais detalhada logo adiante.

sequência. É o que eu sou. Eu não posso mais me despedaçar. (Amanda Smell, em entrevista transmitida ao vivo em agosto de 2023, em transcrição livre).

Resguardada a especificidade de Amanda poder contar com amparo psicoterapêutico⁶², o que importa aqui é que no relato ela assume o autoquestionamento e, também, o dilema de conciliar os papéis de profissional, mãe e esposa. Antes de atuar no mercado sexual, era professora de dança. Ainda que na experiência anterior a ausência no lar também ocorresse em função dos horários inflexíveis, ela não se martirizava. Desta forma, é importante colocar em evidência que o questionamento e o autojulgamento se dão em função de o trabalho exercido ser o trabalho sexual, corroborando com Díaz-Benítez (2019) na proposição quanto ao excesso de sexo se desdobrar em culpa.

Amanda também afirma que aprendeu a se respeitar. Assim como ela, outras mulheres, especialmente as que atuam no ativismo, parecem, num primeiro momento, estarem plenamente conciliadas com o atravessamento do trabalho sexual no exercício da maternidade. Mas não é algo que acontece, necessariamente, a exemplo de Fátima Medeiros:

Às vezes eu sinto desgosto por não ter sido uma boa mãe. Amo minhas filhas, mas faltou e falta dar o amor que elas merecem. Me culpo todos os dias por ter sido ausente, não ter lutado mais pela guarda, pela educação... poderia ter brincado mais, ter ido à praia, ao parque. Acho que falhei muito no quesito mãe. Arcar com as despesas da minha filha mais velha sozinha foi uma barra. Pagar aluguel, babá... Não tem um dia que eu não me culpe. Se o tempo voltasse, faria diferente. Mas já que não volta, tento me tornar uma mãe melhor. (Medeiros, 2024, p. 28).

Fátima menciona a própria ausência, o fato de não ter brigado pela guarda da filha⁶³ e se lamenta por não ter estado mais disponível. Ela não menciona necessariamente o trabalho sexual, mas trata-se de um trecho de seu livro em que conta a sua “Putá história”, ou seja, toda sua narrativa é norteadada pela sua vida de puta. O prefácio do livro, intitulado “Deixa a filha da puta falar”, foi escrito por Carol, sua filha mais nova. Mais que um mero prefácio, é um texto repleto de emoções, do qual destaco o seguinte trecho:

⁶² A atenção à saúde mental de forma acolhedora no âmbito da saúde pública é uma demanda não atendida que é muito pautada pelo movimento das trabalhadoras sexuais. O acesso de Amanda à psicoterapia é viabilizado por seu pertencimento à classe média brasileira.

⁶³ Esse assunto será tratado mais detalhadamente noutro momento.

Eu sinto muito orgulho da minha mãe. Com uma profissão marginalizada, sendo ofendida e criticada, ela sustentou a família, construiu casa para ela e outra para minha avó. Ajudou diversas profissionais do sexo a entender de finanças, política, segurança no trabalho e diversos outros assuntos. São tantas realizações que sequer cabem nesse livro. E agora ela ainda escreve! Ela é uma Puta Mulher e eu tenho um Puta orgulho da mãe que tenho. (Carolina Medeiros, prefácio de Medeiros 2023, não paginado).

Carol exalta o sustento proporcionado pela mãe, provido a despeito do trabalho estigmatizado, e destaca o seu orgulho. O sentimento e as emoções que deixam a filha orgulhosa e exultante pelas realizações da mãe, entretanto, não corroboram com as emoções de Fátima, nem com a forma como ela se sente em relação ao papel de mãe. Andréa Lobo (2021) argumenta que “o filho sentir-se abandonado é um risco que assombra mães apartadas de sua prole.” (p. 939). É parte dos imperativos morais de nossa sociedade a ideia de uma mãe sempre presente ou muito presente. Assim como a adesão a emoções que suscitam culpa, as noções de maternidade assimiladas por trabalhadoras sexuais não se distanciam das noções de outras mulheres. Fátima fala de suas aflições noutros momentos, “eu tenho a total consciência da mãe ausente que fui. A necessidade de batalhar foi a grande causa disso. [...] Não ver pequenas evoluções nos filhos crescendo é uma perda que não tem volta. Eu estava sempre observando à distância, mas não é a mesma coisa.” (Medeiros, 2024, p. 92). E ela se aflige, ainda que as filhas a tenham liberado de tal sentimento: “As duas já me disseram que não têm mágoa nenhuma da minha ausência.” (Medeiros, 2024, p. 93). As emoções de Fátima, que são diferentes das de Carol, compõem uma mesma trama de tessitura familiar. Sugiro que as diferenças de geração e de experiências culturais e sociais de mãe e filha e, também, a própria educação libertária que Carol recebeu da mãe e da avó, são elementos que integram a produção de tal distinção diante dos mesmos fatos. Quero destacar, portanto, a prevalência da culpa materna, associada, especialmente, à ausência para batalhar e prover o sustento.

Há, portanto, outros contextos em que a culpa se elabora:

O que me deixa me sentindo muito culpada como mãe é que se descobrisse [uma condição de saúde rara da filha] na infância, na adolescência, teria mais chance de ter qualidade de vida, ou quem sabe fazer uma cirurgia. A gente só descobriu na vida adulta. Então eu fico pensando: onde é que eu estava, que os médicos não viram e que eu também não percebi? Não percebi também a ansiedade, a taquicardia. Tudo da minha mãe era espiritismo. Aí, quando ela ficava com falta de ar, minha mãe

queria levar no centro espírita. E eu trabalhando o tempo todo, passei minha vida no trabalho sexual, trabalhava em casa de massagem, e tal. Não fui bem orientada na vida, né? Porque se eu tivesse sido bem orientada aos 20 anos, ao 20 e poucos anos, eu teria ido terminar os estudos logo, para fazer concurso, para estar hoje numa vida diferente. Aí hoje, aquela culpa, de que foi negligenciada, é horrível, sabe? Me destrói a cada dia. (Maria Mariana⁶⁴, caderno de campo, 2024).

No caso de Maria Mariana, a ausência também é lamentada e justificada pelo trabalho que tomava a maior parte de seu tempo. Há, portanto, outros elementos. Maria Mariana se classifica como negligente e interpreta sua pouca presença como um dos motivos para o diagnóstico tardio da filha. Mas não só. Ela menciona a possibilidade perdida de ter estudado e se dedicado a outro tipo de trabalho. Partindo do pressuposto que qualquer trabalho demanda tempo fora de casa, e que o problema de saúde da filha também poderia passar despercebido e não diagnosticado em outras circunstâncias, sugiro que, ainda que não mencionado, o trabalho sexual e o estigma intrínseco integram a elaboração da culpa de Maria Mariana.

Outro aspecto que cabe ser explorado é como a aderência a sentidos não apenas da maternidade, mas, também, da família são negociados. Para tanto, trago a experiência de Maria da Fé, que exerce o trabalho sexual desde os 18 anos de idade. À época de nossa interlocução, estava com pouco mais de 30 anos e cuidava da filha pequena, com ajuda da família extensa. O pai era desconhecido. Segundo a mãe, a menina “dá muito trabalho”. Em nossas conversas, reclamava da inquietude da criança, do nível de agitação, da alta necessidade de atenção. Em dado momento, Maria da Fé me anunciou que estava grávida. Baseada em minha crença particular de que se tratava de uma mulher absolutamente bem resolvida com as questões reprodutivas e levando em conta suas demandas com a filha ainda pequena, por algum momento, pensei convictamente que ela optaria por um aborto. Qual foi minha surpresa quando Maria da Fé reagiu a minha indagação, dizendo “Jamais teria coragem de fazer isso! Tirar um filho? Nunca! E de mais a mais, tenho esperança de que o pai dessa criança a assuma e que eu possa, enfim, ter a minha família.” (caderno de campo, 2023).

A despeito da obviedade do fato de Maria da Fé e seu filho constituírem uma família, para ela, a noção de família que fazia sentido implicava a presença de um homem-pai, junto do qual ela pudesse, enfim, “formar um casal, montar uma casinha e

⁶⁴ Maria Mariana é um nome fictício para uma ativista conhecida e popular. Mas o assunto tratado nesse relato do caderno de campo me foi confidenciado em situação privada e foi solicitado segredo.

cuidar dos filhos” (caderno de campo, 2023). A experiência da maternidade não era suficiente para que aquele formato de relação fosse percebido por Marida da Fé como família. Além do mais, ela trazia consigo um desejo, um projeto de família conformado à norma, à ideia hegemônica de família legítima.

Abro um parêntese nas questões da maternidade para falar de uma situação em que a culpa se manifestou de maneira distinta das aqui apresentadas. Maria Otávia é uma mulher solteira e que não tem filhos. Trabalha viajando e mantém perfis ativos em sites de anúncios de serviços sexuais. A mãe e o pai faleceram quando ela era mais jovem e os vínculos familiares que ela valoriza são com irmãs e irmãos. O exercício do trabalho sexual se dava em segredo. Nos encontrávamos casualmente, às vezes em uma das zonas em que ela trabalhava, em outras circulando por uma mesma cidade em que costumávamos estar.

Certa vez, Maria Otávia me informou um novo número de contato, pois havia aberto mão do antigo e contou que precisou apagar seus perfis nos sites de anúncio. Me mostrei surpresa e antes que pudesse fazer alguma pergunta ela disse: “Um cunhado meu me descobriu!”. Indaguei o porquê da descoberta do cunhado ser motivo para que ela trocasse de telefone e recuasse dos anúncios. Em tese, Maria Otávia não devia satisfações a ninguém – não tinha mais os pais, não tinha filhos e nem vivia uma relação de compromisso com outra pessoa. Além disso, era dona do próprio nariz, do próprio dinheiro e estava construindo uma casa em sua cidade natal, para ter um patrimônio. Entretanto, ela disse que ficaria muito envergonhada caso as irmãs e os irmãos descobrissem sobre o trabalho dela. A situação me chamou a atenção especialmente porque Maria Otávia não cogitou inverter a situação no que tange ao juízo moral, usando em seu favor o fato do cunhado estar, no mínimo, visitando sites de serviço de acompanhante, caso ele a expusesse para a família. Além de tê-la identificado, ele enviou mensagens via *WhatsApp*. Maria Otávia tinha prova material das atitudes do cunhado, a qual poderia ser interpretada pela irmã e pela família como desvio, transgressão ou, até mesmo, como traição.

O caso de Maria Otávia é produtivo para refletir sobre diferentes situações nas quais o trabalho sexual pode ser utilizado enquanto uma categoria de acusação, que por sua vez produz sentimentos de vergonha e a culpa, ainda que um potencial acusador também tivesse assumido o risco de ser acusado. Trata-se de uma disputa na qual a mulher que é lida socialmente como desviante, e que, em alguma medida, incorporava

tal olhar sobre si mesma, presumia, de antemão, que em caso de exposição, a corda arrebentaria para o lado mais fraco – o dela: a mulher, a puta.

Outro ponto de reflexão se refere ao uso do trabalho sexual enquanto em lugar de acusação, transformando-o em *locus* de violência simbólica, verbal, moral, material. Isso reforça meu argumento quanto à pertinência de considerar o trabalho sexual como um marcador social da dominação, posto que a partir dele operam acusações, violências, silenciamentos e não ditos.

Trabalhadoras sexuais, uma vez inseridas em uma sociedade que, de praxe, não as tolera, têm suas experiências atravessadas por negociações particulares, íntimas e muitas vezes silenciosas. O estigma impõe a essas mulheres o desafio da autoaceitação ou da negação de si mesmas, da publicização ou do silêncio, da resignação ou do enfrentamento. Entretanto, quero reforçar que nem mesmo o trânsito na vida pública e o empoderamento implicam em reconciliação plena com o trabalho sexual, com a família e com a maternidade, como demonstrado por meio das experiências de Gabriela Leite, Amanda Smell, Fátima Medeiros. E permanecem algumas perguntas. E se essas mulheres, especialmente as mães, exercessem outras profissões? Se culpariam da mesma maneira que se culpam em função de serem trabalhadoras sexuais? Sugiro que não, ou não necessariamente na mesma medida em que o fazem. Mas penso que o mais importante aqui é evidenciar a complexidade de como emoções operam em experiências sobre as quais a sociedade pouco se interessa e a respeito das quais essa mesma sociedade se sente muito autorizada a fazer afirmações.

Neste sentido, penso que seja produtivo considerar que no que tange ao trabalho sexual, valores negativos de conotação moral, salientando emoções decorrentes como nojo e repulsa, na prática, decorrem em acusação, exclusão, preconceito e seus múltiplos e possíveis desdobramentos. A grande disputa reside na moralidade *versus* os cotidianos. As imagens de controle e o senso comum sobre essas mulheres, não apenas obliteram as experiências, mas, também, as dissimulam e, em algumas situações, as capturam, inundando-as de sentimentos como culpa e vergonha.

Vozes dissidentes num dia das mães

No ano de 2023, o dia das mães foi celebrado em 14 de maio. À época eu estava no início de meu trabalho de campo e dediquei parte do domingo a acompanhar perfis

de acesso público pertencentes a trabalhadoras sexuais e a associações/coletivos em redes sociais, como *Instagram* e *Facebook*⁶⁵. Selecionei algumas manifestações encontradas na data supracitada.

Tomada 1:

Meu nome é Adriana, sou prostituta, sou educadora da APROSPB. Eu tenho três filhos, mas criei mais dois. O total é cinco. Mas de sangue é três. Sempre trabalhei na zona e escolhi a profissão de prostituta pra criar meus filhos. E eles não são diferentes dos filhos de qualquer uma pessoa. Sempre estudaram. Hoje eles são educados. Consegui formar duas irmãs minhas. Tudo formada, tudo estudada. Que nem filho de qualquer outra pessoa. E a minha profissão ainda continua a ser prostituta. É a profissão que eu carrego. Se eu nascer de novo, quero ser prostituta de novo. Tenho orgulho de ter meus filhos e tenho orgulho da mãe que eu sou. Como a sociedade diz: “filho da puta”. Eu sei que eles são filhos da puta! A todas guerreiras, feliz dia das mães. Nós, guerreiras, prostitutas. Mulheres que amamos muito e que fomos muito amadas. E que desses amores nasceram nossos filhos. O fruto. Parabéns a todas! (Adriana, 2023, em vídeo publicado no *Instagram*, disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CsOLsEBPhpl/?igsh=MTZjb3Y1ZnBmdDBvaw==>).

Sou Luza, sou mãe, avó e prostituta. Tenho 4 filhos e eu parabenizo a todas as mulheres, mães, prostitutas, que criam seus filhos, que batalham, com toda a dificuldade que a gente enfrenta, como toda profissão tem dificuldade. Mas a gente luta e cria nossos filhos, educa. Minha filha mais velha vai se formar esse ano, arquiteta. Os outros dois já se formaram em administração e a outra mais nova não se formou ainda, mas tá estudando. E eu me formei. Consegui criar filho e ainda pagar um curso pra mim. Me formei em ciências contábeis. No dia que eu me formei, se formou eu e meu filho. Nós dois colamos grau juntos. Foi dupla emoção. E como a companheira Lourdes Barreto costuma dizer: os nossos filhos são o maior palavão da sociedade, que são os filhos da puta. E a gente tem eles nas nossas vidas, cuidados e criados com todo carinho. E é bom que a gente faz isso. A gente trabalha é pra isso. Feliz dia das mães. Parabéns a todas as mulheres prostitutas, mães. (Luza, 2023, em vídeo publicado no *Instagram*, disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CsOLsEBPhpl/?igsh=MTZjb3Y1ZnBmdDBvaw==>).

⁶⁵ Parte das fontes do material que coletei seguem disponíveis. Entretanto, desde já, é importante informar que perfis de algumas dessas mulheres estão sempre sob o risco de serem derrubados pelas plataformas, em função de denúncias de usuários descontentes com o fio condutor do conteúdo: o trabalho sexual. É bastante comum que ativistas e trabalhadoras com boa visibilidade tenham uma ou mais contas reservas, para garantir a manutenção desses espaços virtuais, os quais ajudam a divulgar e manter o ritmo de trabalho.

As falas acima são de Adriana e Luza, ambas trabalhadoras sexuais que atuam em zonas e se autorreferenciam como prostitutas. Elas são vinculadas à Associação das Profissionais do Sexo da Paraíba (APROSPB). Em ocasião do dia das mães, a associação produziu o referido vídeo que, além de compartilhar experiências de maternidade dessas duas trabalhadoras, felicitava a todas as mães pela data.

14 de maio de 2023 – dia das mães. Tomada 2:

Já parou para pensar quantas vezes escutamos o termo filho da puta em um estádio de futebol? Eu já! A palavra de quatro letras é quase sempre usada para se referir às profissionais do sexo, como eu. Mas você já notou que, de modo geral, toda vez que alguém pretende diminuir ou ofender alguma mulher, essa palavra entra na jogada? Além de acompanhante, eu também sou mãe. E sei de inúmeras colegas de profissão que batalham diariamente para dar as melhores condições possíveis para seus filhos. O filho, cuja mãe trabalha como acompanhante, é na verdade um filho da luta. Pois lutamos todos os dias contra o preconceito, a hipocrisia e o machismo da nossa sociedade. Aproveitando que hoje é o dia das mães, Fatal Model e Esporte Clube Vitória propõem um desafio à torcida do Leão e a todas as outras torcidas do país. Vamos acabar com essa expressão? A nossa profissão é reconhecida pelo ministério do trabalho e gera sustento para mais de um milhão e quatrocentas mil famílias em todo o Brasil. É uma profissão que deve ser respeitada como todas as outras. Vamos juntos nessa? E nesse quatorze de maio, independente das profissões, um feliz dia para todas as mães. (Nina Sag, 2023, em vídeo publicado no *Instagram* da Fatal Model).

Nina Sag é o principal rosto de divulgação da Fatal Model, que é uma plataforma de anúncios pagos destinada a pessoas que exercem o trabalho sexual – cisgênero ou transgênero – as quais são classificadas pela própria empresa como “acompanhantes”. Cabe contextualizar que a empresa passou a patrocinar o Vitória Esporte Clube da Bahia no ano de 2023. A repercussão pública sobre o fato se desdobrou em comentários de ódio em redes sociais, tanto do site quanto do clube patrocinado. Na televisão aberta, o apresentador de um noticiário local⁶⁶ fez falas preconceituosas e discriminatórias ao criticar o patrocínio, além de ter usado um chicote para simular que estaria chicoteando prostitutas para puni-las e disciplina-las. Imediatamente, em repúdio às atitudes do apresentador e em defesa da categoria das

⁶⁶ A empresa entrou com um processo contra o referido apresentador. Ver: <https://www.metropoles.com/entretenimento/televisao/apresentador-da-band-e-processado-por-site-de-acompanhantes> acesso em mar. 2025.

trabalhadoras sexuais, a empresa divulgou um vídeo, no qual, logo no início, Nina se apresentava como filha e como mãe.

Tomada 3:

Durante muitos anos se acreditou que a mulher era pecadora por nascença, essa crença persistiu durante anos. A partir da revolução industrial, passou a se conceber as mulheres em duas classes: as libertinas ou meretrizes, e as moças de família, dadas como as mulheres para casar. Essas então, passaram a ser consideradas imaculadas, o “anjo da casa” quase santas. A partir disso, até o inconsciente dos dias atuais, passou-se a acreditar na mãe como um ser que não erra, mas isso não é real. O fato é que antes de ser mãe, somos mulheres e humanas. Mãe sente frio, fome, mãe sente t3sã0. A mãe é o primeiro “relacionamento” que temos, e ela pode influenciar diretamente na forma como observamos o mundo. Tentar classificar as mães como boas ou más, pode levar a um julgamento que não traga benefícios a ninguém. Precisamos honrá-las e aceitá-las em nossos corações, libertar da obrigação de ser perfeita, e só assim seguir o fluxo da vida, com amor e gratidão! Feliz Dia das Mães, gatas! (Amanda Smell, 2023, extraído de perfil no *Instagram*).

Amanda Smell é uma trabalhadora sexual que atua no mercado adulto, com atendimentos e produção de conteúdo. Ela e o marido são adeptos ao amor livre e trabalham tanto separados quanto juntos, iniciando casais. A mensagem acima legendava uma foto num perfil extinto de Amanda em que estavam ela, o esposo e os dois filhos adolescentes dentro de um carro. Havia, também, a seguinte frase no corpo da foto: “Mãe, eu te liberto da obrigação de ser perfeita! Feliz dia das mães!”.

As tomadas apresentadas trazem mulheres que atuam em diferentes contextos de trabalho sexual. Na primeira, há duas prostitutas que atuam em zonas, são ligadas ao ativismo e pertencem às camadas populares, considerada a perspectiva socioeconômica. O papel da mãe é delimitado enquanto provedora, cuidadora e educadora. A mãe é aquela que é capaz de proporcionar aos filhos, a si mesma e até mesmo a outros membros da família o acesso aos estudos e, assim, criar a possibilidade de inserção e ascensão social. Tratam-se de mães que, apesar da consciência do preconceito e do estigma, se orgulham do trabalho que exercem e definem que têm nele a segurança necessária para serem esteio de suas famílias.

Na segunda tomada temos uma situação peculiar, na qual uma acompanhante dá rosto, corpo e voz a uma empresa vinculada ao trabalho sexual, por meio de um vídeo comercial que celebra o dia das mães. O fato de se tratar de um vídeo institucional não dirime o papel e a experiência de Nina, que coloca sua imagem para jogo e dá sua cara a

tapa. Nina também é mãe e a exposição de sua profissão a coloca sob o escrutínio público, assim como acontece com qualquer outra trabalhadora sexual que se assume abertamente. Diferentemente da Luza e Adriana, Nina pertence ao que se classifica como classe média brasileira.

A tomada três nos apresenta Amanda – uma mãe trabalhadora sexual, que posa para a foto junto aos dois filhos e ao marido. Não apenas a Amanda-mãe está sendo exposta, mas a família também está implicada e colocada sob as vistas da sociedade em uma rede social de alcance mundial. A referida família também está inserida na classe média brasileira. Amanda flerta brevemente com a situação da mulher em momentos históricos específicos, exalta uma pretensa primazia do vínculo materno, chama a atenção para o fato de as mães serem humanas e estarem, também, sujeitas a sentimentos como o tédio – este, especificamente, muitas vezes sublimado ou negado, posto que não condiz com certa sacralidade que sutilmente, ou não, orbita a maternidade de maneira geral. A clássica oposição entre mulheres boas e más⁶⁷ também é colocada por Amanda, não necessariamente vinculada ao trabalho sexual: desta vez ela aparece na classificação das mães. Toda essa elaboração se conecta com a experiência de vida de Amanda, que foi abandonada pela mãe ainda quando criança. Apesar da situação que pode ser sugerida como traumática, Amanda afirma não guardar mágoas e se mostra empática com a escolha da mãe, especialmente ao escrever que as mães precisam ser libertas da obrigação de serem perfeitas.

*

Luza e Adriana evidenciam dificuldades presentes em todas as profissões, falam da luta para se criar os filhos, exaltam o trabalho sexual enquanto meio que viabiliza a superação das dificuldades, chamam a atenção ao amor e ao carinho presentes em suas relações familiares. Em outras palavras, se esforçam para demonstrar que suas experiências maternas não são tão diferentes das experiências de outras mulheres.

Já Nina/Fatal chamam a atenção para as maternidades a partir do uso do termo “filho da puta” em estádios de futebol. A partir disso, denunciam preconceito, hipocrisia e advogam pela dignidade e pelo respeito às acompanhantes. Nina se apresenta como mãe, menciona que o trabalho sexual não é ilegal e arrisca dizer que um determinado

⁶⁷ Após longa digressão histórica a respeito das prostitutas, Nickie Roberts pondera que: “Apesar disso, o estigma da prostituta e a divisão das mulheres em boas garotas/más garotas permaneceram inquestionados – na verdade, o freudianismo proporcionou mais um meio “científico” de se racionalizar o “desvio” das prostitutas. E as leis e os sistemas repressivos que se desenvolveram a partir da pureza social permaneceram intactos, apesar do aspecto atraente do liberalismo (Roberts, 1998, p. 322).

número⁶⁸ de famílias brasileiras se sustenta financeiramente por meio do trabalho sexual. Importante pautar, também, que quando a Fatal Model classifica trabalhadoras sexuais como “acompanhantes”, o entendimento é que tal forma de nomear busca amenizar o estigma e a conotação depreciativa de termos como prostituta ou puta, como indicado na própria fala de Nina, quando convoca quem a escuta a “acabar com essa expressão [filho da puta]”. Entretanto, em espaços privados, eu pude testemunhar Nina se autorreferenciar como prostituta. Ademais, como já mencionado, termos utilizados como autorreferenciamento ou para nomear trabalhadoras sexuais estão em constante disputa, tanto entre as trabalhadoras quanto na sociedade.

Ao colocar sua família visualmente na cena, Amanda rompe com certo imaginário acerca da impossibilidade de uma trabalhadora sexual experienciar, para além da maternidade, um matrimônio. Resguardadas as especificidades dos acordos matrimoniais entre Amanda e seu cônjuge, as quais escapam do modelo conservador e monogâmico de casamento, a trabalhadora sexual que ali se impõe está afirmando seu papel de mãe e, também, de esposa. Trata-se de uma família nuclear, com mãe, pai e prole, mas que não se conforma com a hegemonia dos afetos nem das relações sexuais socialmente prescritas para esse tipo de configuração de conjugalidade.

Jeff Goodwin e James Jasper (2006) afirmam que diversos tipos de emoções permeiam a ação política. Ainda que apenas Luza e Adriana se identifiquem como ativistas e conectadas a um movimento social propriamente dito, Nina e Amanda também fazem uso político de suas vozes e experiências com a maternidade ao exporem publicamente a identidade de trabalhadoras sexuais. Apesar das distinções de classe e forma de atuação entre as trabalhadoras sexuais de cada tomada, as três situações trazem algo em comum: o acionamento da maternidade enquanto ferramenta política. A principal mensagem das manifestações é de que essas mulheres também querem ser reconhecidas e, respectivamente, se sentir inclusas e felicitadas no dia das mães, junto de outras mães.

⁶⁸ No encontro da ANPROSEX em Natal, no ano de 2024, ouvi Nina falar sobre esse número em uma palestra. Ao final, perguntei se ela poderia compartilhar a fonte do dado, que era algo que me interessava e eu não conseguia encontrar em nenhum tipo de consulta, nem mesmo de órgãos oficiais. Posteriormente, ela compartilhou uma página na internet comigo, mas que não constava a informação. De fato, em minhas pesquisas, não consegui me deparar com nenhuma informação que corrobore com esse número.

“Não aguento mais essa vida. Tô aqui só por causa da minha filha!” - justificativas não solicitadas

Volto um pouco no tempo, em uma das primeiras incursões no que viria a ser meu campo de pesquisa. Foi no ano de 2022, em uma zona do chamado baixo meretrício, numa cidade interiorana de Minas Gerais. Eu já conhecia o estabelecimento. Havia um salão bem iluminado que permitia ver nitidamente os rostos das pessoas, mesas e cadeiras de plástico espalhadas pelo ambiente, um balcão de bar onde se vendiam bebidas baratas, uma caixa de músicas, dois banheiros ao canto – o feminino com uma luz intermitente e uma descarga das bem antigas, daquelas que se aciona puxando uma corda de barbante. Assim que adentrei, me sentei em uma das cadeiras. Uma mulher se sentou ao meu lado. Ela se diferenciava das demais que circulavam no ambiente pela maneira como estava vestida: jeans, moletom largo e tênis; enquanto as outras usavam roupas sensuais e performavam trejeitos, caras e bocas, com finalidade de atrair clientes. Sem que eu perguntasse nada, a moça de moletom se dirigiu a mim, dizendo: “Não aguento mais essa vida. Tô aqui só por causa da minha filha”. Logo em seguida, me mostrou em seu celular a foto de uma criança de cerca onze meses. Eu disse a ela que não era necessário se justificar. Uma vez manifestada a insatisfação com aquele trabalho, perguntei se valeria a pena procurar por outro, com carteira assinada, ao que respondeu que só se fosse para ganhar mais de dois salários mínimos e todos os benefícios que recebe uma pessoa com a carteira assinada.

A cena foi bastante inusitada. Eu era uma mera desconhecida. Apesar de num ambiente de zona toda mulher assumir a possibilidade de ser lida como trabalhadora sexual, da parte das mulheres da casa, a distinção entre nós estava bastante clara. Em pesquisa sobre a produção de identidades entre patroas e empregadas, Sueli Kofes argumenta que: “o jogo aguçado e constante da possível identidade combinada às diferenças e desigualdades, e a uma possível igualdade, faz das falas dos gestos, do espaço e da corporalidade uma constante expressão de ‘quem é quem’.” (Kofes, 2001, p. 390). Apesar de a autora se referir a um contexto diferente daquele de minha pesquisa, o jogo de relações entre mulheres de pertencimentos distintos também se fazia presente naquele momento, principalmente no que dizia respeito à corporalidade. Fiquei encabulada, portanto, com o porquê daquela moça sentir a necessidade de dar satisfações a mim.

A situação me conduziu a reflexões incipientes. Desde já, eu deveria permanecer atenta para não romantizar o trabalho sexual, tampouco as maternidades experienciadas em tal universo. Era importante, também, levar a sério que para a moça de moletom, assim como para outras mulheres, aquele labor era uma escolha, uma vez que o trabalho sexual, segundo o julgamento dela, poderia possibilitar melhor remuneração do que outros trabalhos que estariam disponíveis. É válido mencionar, novamente, Federici (2019), que ao se abster elementos morais e ao rejeitar juízos de valores hegemônicos, argumenta que o trabalho sexual é apenas mais um dentre tantos outros trabalhos precários na produção social capitalista, sem desconsiderar, obviamente, suas especificidades.

Entretanto, o que posso extrair de mais significativo da situação deste *survey* é a apresentação espontânea, colocando a maternidade em destaque – não apenas por meio da afirmação de que ela era mãe, mas, também, pelo fato de mostrar a foto da filha. Essa experiência me levou a pensar pela primeira vez que esse tipo de atitude, mesmo que involuntária, servia para justificar a opção por aquele trabalho mal visto pela sociedade e, também, para buscar empatia. Naquele caso, a empatia de uma pessoa desconhecida.

*

Já em campo, no ano de 2023, houve uma situação singular, que considero pertinente narrar. Maria Emília é uma mulher na casa dos 50 anos de idade, mãe e avó, que atua de maneira autônoma e capta clientes no cotidiano de trabalho em seu estabelecimento comercial, o qual não está vinculado ao mercado do sexo. Apesar de não se identificar publicamente como trabalhadora sexual, sua principal fonte de renda é assunto no local onde vive, de maneira que não é, necessariamente, um segredo. Fui formalmente apresentada a Maria Emília por uma amiga em comum, que informou de cara que eu estava fazendo uma pesquisa sobre maternidade e trabalho sexual, e por isso seria bom que conversássemos.

Nossa relação de interlocução foi devidamente negociada e consentida, apesar de curta. Em dado momento, ela parou de retornar as minhas mensagens, impedindo a continuidade de um processo que penso que poderia ter sido mais produtivo, analiticamente falando, caso se estendesse um pouco. São daquelas situações em campo que chegam a nos desencorajar. Identificada, porém, com experiências de pesquisa permeadas por alguns dissabores, como as vividas por Guilermo Sanabria, Natânia Lopes, Stephania Klujsza, José Miguel Nieto Olivar e outras pessoas, apresentadas na coletânea “E quando a limonada antropológica azeda?” (Toniol; Fleischer, 2023),

negocieei minha frustração e segui. Com um pouco de amargor na boca e um lamento por algo que deixou um gostinho de “quero mais”.

Houve, entretanto, um momento que não vale a pena abandonar. Em um de nossos primeiros encontros, estávamos conversando em sua loja de itens importados, quando ela sacou o telefone, mostrou uma foto do neto e soltou aquela frase de elogio à posteridade: “Olha aqui o meu neto! Olha que lindo que ele é! Meu filho é ótimo pai!”. Eu ainda não havia perguntado absolutamente nada. Na sequência, ela falou da filha e também mostrou fotografias guardadas no celular. Disse com orgulho que a moça era muito bem empregada e já cuidava sozinha da própria vida. Coincidentemente, o telefone tocou. Era a filha. Trocaram algumas palavras, quando Maria Emília disse: “conversa com Débora, uma pessoa gente fina!”, e me entregou o celular. Eu fiquei bastante perdida na situação, mas, claro, conversei brevemente com a filha, da maneira que foi possível, frente à excentricidade da situação.

O que importa, pois, é refletir a respeito de possíveis fatores que mobilizaram as atitudes de Maria Emília naquela cena. Vou me valer do implícito, do simbólico e das entrelinhas daquilo que não foi reivindicado como justificativa, mas que iluminou e evidenciou os papéis de mãe e avó. Não se trata de um não dito, mas das entrelinhas mesmo. Explico: logo no início da conversa, foi quase imediata a exibição do neto. Mais do que mostrar a prole da prole, a frase “meu filho é ótimo pai” traz consigo o sucesso da mãe, aquela que apesar de ser conhecida como puta, criou um homem capaz de ser um bom pai. Criou, também, uma filha que sabe se virar sozinha e que não escolheu o mesmo caminho que a mãe, posto que foi classificada como “muito bem empregada”. Noutras palavras, Maria Emília deixava registrado ali que a criação dos filhos deu certo, mesmo sendo ela uma trabalhadora sexual, sempre apontada e questionada pela sociedade. Aliás, em outras conversas, pontuou que havia sido por meio dos ganhos atendendo aos clientes que ela conseguiu ter casa própria, estudar os filhos, sustentar os próprios gostos e cuidar da própria vida.

Maternidade enquanto ferramenta política – instrumentalização de espaços e situações públicas para amplificar vozes e impor a vida real

“Nós existimos, nos alimentamos, cuidamos das pessoas queridas, trocamos suas fraldas, alimentamos as crianças e as encaminhamos para a escola, amparamos e cuidamos de nossos

velhos. Sonhamos. Gostamos do cheiro da grama molhada e do barulho das ondas. Os sorrisos de nossas crianças quando vamos busca-las no fim do dia são exatamente iguais aos sorrisos das crianças de vocês, das pessoas que não exercem o trabalho sexual. Compartilhamos as mesmas angústias, a violência urbana, a desigualdade crescente, os icebergs gigantes que se desprendem dos polos, os atentados terroristas, a fúria dos neonazistas. Pouca coisa nos separa umas das outras. Somos humanas. Eu sou como você. Considere parar e ouvir o que uma trabalhadora sexual diz, como se estivesse ouvindo qualquer outra pessoa. Ninguém perde com isso. Ao contrário, ganhamos todas!” (Prada, 2018, p. 102-103).

Como já mencionado anteriormente, em ocasião do 8 de março – dia Internacional da Mulher – no ano de 2023, a trabalhadora sexual e putativista Monique Prada, então coordenadora geral da ANPROSEX, realizou uma *live* em seu perfil no *Instagram*, da qual também participaram Fátima Medeiros, Frida Carla⁶⁹ e Lua⁷⁰. A transmissão foi mais um esforço para chamar a atenção para suas existências, dentre vários realizados por lideranças categoria, além de um apelo público visando inclusão de pautas da categoria naquela data de tamanha importância política. O conteúdo do bate-papo entre as quatro mulheres, transmitido ao vivo, foi permeado por partilhas de experiências individuais e coletivas. Importa mencionar, novamente, que o título da tese – “Não somos sozinhas no mundo. Temos filhos, temos família”, foi uma fala de Monique Prada, ao denunciar a maneira repulsiva por meio da qual a sociedade concebe as trabalhadoras sexuais.

O formato de *live* transmitida pelo *Instagram* permite a participação de quatro pessoas, que precisam se conectar via celular. Na ocasião, cada uma falava de sua casa. A conexão de Fátima, que estava em Salvador/BA e usava seu clássico batom vermelho – tido como um dos símbolos do trabalho sexual – não estava muito boa, de maneira que sua fala chegava às expectadoras com um *delay* significativo. Posteriormente, fiz a transcrição da *live*, com alguma dificuldade em função dessa questão técnica. Mas foi possível registrar na escrita falas sensíveis e aguerridas, material que compartilhei com o grupo.

Algo dito por Lua, liderança jovem e membro da coordenação do coletivo Filhas da Luta do Rio Grande do Norte, me chamou especialmente a atenção. Ao recordar

⁶⁹ Advogada, trabalhadora sexual, putativista, embaixadora do portal de anúncio de acompanhantes Fatal Model.

⁷⁰ Trabalhadora sexual, putativista, coordenadora do coletivo Filhas da Luta do Rio Grande do Norte, fundado e composto por filhas de trabalhadoras sexuais.

algumas experiências da época em que estudava no ensino fundamental, Lua contou que alguns colegas a interpelavam: “Mas você é filha da puta?”. Ao que respondia: “E o que é que tem? É puta mesmo!”. No tempo presente, ao refletir sobre a situação vivenciada na infância, complementou:

E foi aquela puta que me sustentou e hoje ajuda muitas mulheres. E eu tenho o maior orgulho! [...] E hoje eu tenho o maior orgulho de ser também puta. É uma frase que eu sempre falo: eu sou irmã da puta, filha da puta, amiga da puta e sou puta também! Isso para mim é maravilhoso. Sustento meu filho com a prostituição. Para mim isso é a melhor coisa. (Lua, março de 2023, em transcrição livre.).

Monique Prada entrevistou: “O fruto nunca cai longe do pé, né?! A Lua é filha da Diana Soares. E acredito que ela passou boa parte da vida ouvindo sobre o nosso ativismo”. Lua também é mãe e, à época, seu filho mais velho estava com três anos de idade. Ela contou um pouco da trajetória do Coletivo Filhas da Luta:

Quando a gente começou, foi uma brincadeira “ah, somos filhas da luta”. Aí, fomos nos envolvendo, nos envolvendo e agora o coletivo está para ser registrado. E agora, a cada dia mais a gente está lutando. A gente se sente muito bem quando a gente entra dentro dos cabarés e as meninas falam do dia a dia delas. Elas até se empolgam. Às vezes elas até vêm até a nossa sede para conversar mais com a gente. Porque como elas dizem, elas se sentem acolhidas. E aí, a gente percebe muito isso, porque o que a gente viu aqui no Rio Grande do Norte é que não tinha esse acolhimento, ainda mais com as meninas jovens. Então, quando elas viram esse coletivo se formando, elas foram cada vez mais chegando. Muita gente fala assim: “só tem puta?”. Não! Tem mulheres que tem seus maridos e também estão junto com a gente, porque gostam da nossa luta, veem a nossa luta, veem a gente buscando, indo atrás de nossos direitos, então, estão aqui para somar com a gente. Então, esse coletivo chegou na melhor hora. Eu não esperava que iria alcançar isso tudo. Eu me emociono muito quando é pra falar sobre esse coletivo, porque eu não imaginava que eu ia chegar até onde eu tô chegando. Não eu sozinha – eu e minhas colegas de trabalho. (Lua, março de 2023, em transcrição livre.).

A presença de mulheres que não atuam no trabalho sexual junto ao coletivo permite constatar que a mobilização de afetos, ainda que ocorra paulatinamente e em situações pontuais, se constitui em uma estratégia eficaz de atuação do movimento. E a ideia de “somar” traduz a importância de que a sociedade não apenas respeite a categoria, mas se una a ela na empreitada de combate ao estigma e luta por dignidade.

Em dado momento, uma expectadora enviou uma pergunta que foi repassada a todas – “Como tem sido para as mulheres mais novas conciliar o trabalho sexual e a maternidade? Quais as dificuldades enfrentadas?”. Frida e Fátima responderam:

Atualmente, eu acho que a dificuldade maior é a de se sustentar um filho hoje, com essa crise econômica que o país vem enfrentando, e que ainda não tem nem uma sombra de luz, porque ainda continuamos numa crise. Então, acho que a principal dificuldade é econômica. Não é nem moral, é econômica mesmo. (Frida, março de 2023, em transcrição livre.).

Eu também acho que tem uma outra coisa muito ruim, que é quando seu filho sofre *bullying* na escola pelo simples fato da gente ser trabalhadora sexual; quando você perde a guarda do seu filho, sabendo que você tem direito de criar seu filho, porque não tem nenhuma coisa que implique... [...] mas muitas vezes, o delegado ou a delegada que esteja levando o caso, ele tira direito de criarmos nosso filho só pelo fato de sermos trabalhadoras sexuais. (Fátima, março de 2023, em transcrição livre.).

As respostas de Frida e Fátima remetem a diferentes trajetórias e experiências de vida, mas ambas atravessadas pela prostituição. Frida, além de trabalhadora sexual, é advogada. Assumiu sua faceta ativista e pública recentemente e é mãe de um filho já adulto. Fátima está engajada no ativismo há algumas décadas, de maneira que passou por enfrentamentos bastante específicos, como ter sua filha caçula retirada e entregue ao pai, sob o argumento de negligência em função do trabalho sexual, tendo sido recomendada pela juíza da causa a arrumar outro emprego⁷¹. A suposição da negligência atrelada ao exercício do trabalho sexual não é uma realidade isolada. E isso não se reduz ao senso comum, especialmente quando juízes, como no caso de Fátima, se orientam por esse tipo de moralidade no exercício de suas funções.

Outra situação comum e comentada pelas participantes da *live* é o questionamento recorrente a respeito da possibilidade de filhos e filhas também exercerem o trabalho sexual. Uma das tônicas do questionamento é desafiar os discursos que argumentam pela legitimidade do trabalho e, também, tentar constranger as mães a pensarem nas filhas e filhos ocupando o mesmo labor que elas. Mas as respostas são sagazes:

Eu tenho um filho de 23 anos, que vai fazer, semana que vem, 24 anos. Monique, se eu pudesse, meu filho não trabalhava era com nada, para ficar crescendo patrimônio de apenas três ou quatro famílias burguesas nesse país e que vivem às custas de

⁷¹ Essa experiência de Fátima será melhor explorada adiante.

nós, proletárias. Então, se eu pudesse, meu filho não trabalhava era com nada. Ele ia estudar e viver a vida dele plenamente, mas, enfim... infelizmente a gente está nesse país, nessa sociedade capitalista. (Frida, março de 2023, em transcrição livre.).

E se sua filha for [trabalhadora sexual]? Se minha filha for, ela vá! Eu sempre disse pra minha filha – se você tem 18 anos e estudou – a única coisa que eu quero é que ela brinque, estude. Eu disse para minha filha: “se um dia você quiser seguir o meu caminho, não seja puta burra. Pelo menos, estude”. E ela estudou, se formou. E se ela quiser, a vida é dela. Filho não é meu patrimônio. Filho é patrimônio do mundo. Eu não quero é que seja preconceituoso, que seja fascista, eu não quero essas coisas. Eu quero que ele respeite a liberdade dos outros. (Fátima, março de 2023, em transcrição livre.).

O coletivo Filhas da Luta é um dos mais novos coletivos do Brasil, que é formado por filhas de prostitutas e que se tornaram também trabalhadoras sexuais. Esse é um grande tabu dentro do feminismo. As pessoas nos atacam dizendo “mas você gostaria que sua filha fosse uma trabalhadora sexual?”. Olha, não sou eu quem decido. Minha mãe não decidiu nada por mim, né?! Mas se minha filha for, ou se sua filha for, ela estará num mundo melhor para fazer isso, porque eu estou lutando por direitos. (Monique, março de 2023, em transcrição livre.).

A fala de Monique remete a outra questão – a ideia latente de que filhas de prostitutas, prostitutas serão. É interessante pensar que o mesmo não ocorre em outros contextos laborais – certa associação automática de que todo filho ou filha de funcionário público seja funcionário público, que toda ou filho de professora siga a mesma carreira, que toda filha ou filho de balconista será balconista etc. Ao se distanciar do contexto do mundo do trabalho e levar em conta especificamente o elemento da moral sexual, outras situações em que se atribui ao futuro dos filhos condições similares às dos pais podem ser percebidas, por exemplo, em casos de parentalidades exercidas fora da heteronormatividade. Em pesquisa junto a pais gays, Maria Cristina Amazonas, Hugo Veríssimo e Gilclécia Lourenço (2013) destacam a presença de preocupação dos pais quanto à possibilidade de os filhos serem vistos a partir de “estereótipos negativos”, em função de serem crianças educadas por pais homoafetivos. Claudiene Santos e Maria Bruns (2006) também refletem a respeito de experiências de parentalidades homoafetivas marcadas por tensões e questionamento acerca da educação das crianças, destacando pânico morais atrelados a tais contextos, a exemplo do temor da sociedade de que tais crianças sejam ensinadas a ser

homossexuais. As autoras concluem, portanto, a improcedência dos “argumentos” que fomentam tais medos, bem como seu caráter discriminatório e preconceituoso.

Monique, entretanto, exprime seu anseio de que ainda que filhas e filhos de trabalhadoras sexuais queiram seguir o trabalho das mães, que seja num contexto menos adverso do que aquele no qual se encontram atualmente. E que assim seja, também, para as crianças criadas por pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ e que aquelas que tenham orientação sexual fora da hetero e da cisnormatividade possam viver em um mundo mais acolhedor.

Na mesma linha de raciocínio da fala supracitada de Frida, que diz da precariedade de trabalhos – no plural – menciono, mais uma vez, Silvia Federici (2019), que afirma que a prostituição é apenas um, dentre muitos outros trabalhos precários. Ao reivindicar a legitimidade do trabalho sexual, a intenção é chamar a atenção às existências e experiências de um grande contingente de trabalhadores, majoritariamente composto por mulheres. A afirmação quanto a haver um grande número de pessoas nesse universo é feita com base empírica, uma vez que há lacunas de informações oficiais⁷² a respeito da categoria. Para além do reconhecimento muito recente por parte do Ministério do Trabalho, também desde uma dimensão empírica, apura-se que um percentual considerável das pessoas que atuam no mercado do sexo o faz às sombras, sem assumir publicamente a atividade exercida.

De volta ao conteúdo da *live*, encerro esse tópico com outra fala de Fátima, que ao reivindicar respeito, coloca em relevo, mais uma vez, os filhos e a importância de que sejam respeitados:

Ninguém precisa gostar [de nós], tem só que nos respeitar. Eu não romantizo [a prostituição], não faço apologia, porque cada uma sabe da sua vida. Mas tudo o que a gente quer é que dê uma melhorada nisso tudo. Porque do jeito que tá não dá. Acabar com essa historinha de que tudo que não presta é nosso filho. Eu sempre falo que enquanto houver essas piadinhas, nossos direitos estão sendo passados para trás. A gente não avança, porque a gente é piada na boca de muita gente. Chamar um Bolsonaro de filho da puta. Aquela coisa lá é filho de chocadeira. Aquilo não é nosso filho não. Aquilo ali é o vômito do dragão de comodo. Aquilo não é gente. Então, as pessoas têm

⁷² Em encontros que tenho acompanhado e diálogos que tenho tido com algumas interlocutoras que atuam como lideranças regionais de trabalhadoras sexuais, tem sido denunciado o desinteresse do Estado em tomar para si a tarefa de lidar com a categoria. Tem sido mencionada, também, a necessidade de se tentar realizar um censo, ainda que de forma autônoma. Há algumas sugestões de tal esforço ser empreendido pelos coletivos regionais ou estaduais. Entretanto, as dificuldades práticas, logísticas e, principalmente, a demanda financeira para se empreender tal tipo de ação produz uma série de entraves.

que nos respeitar, têm que parar de nos apontar, têm que respeitar nossos filhos na escola. (Fátima, março de 2023, em transcrição livre.).

*

“Na internet, nada se escreve a lápis!” – ouvi essa frase de Amanda Smell em uma entrevista que realizei com ela em 30 de agosto de 2023. Nossa conversa foi transmitida no formato de *live* em um de seus perfis no *Instagram*. Amanda já foi mencionada neste capítulo, em ocasião do dia das mães de 2023. Entretanto, comecei a acompanhá-la pelas redes sociais no final de 2022, quando Monique Prada compartilhou no *Instagram* uma ação solidária de natal, coordenada por Amanda e seu esposo. Eles estavam arrecadando material escolar para distribuir a crianças e adolescentes.

Como já relatado, Amanda e o companheiro atuam no mercado adulto, com atendimento presencial e na produção de conteúdo. O casal também compartilha com seu público dimensões da vida familiar e da intimidade, para além do trabalho sexual. Os dois filhos adolescentes costumam estar presentes em algumas publicações. Desde meu primeiro acesso ao universo de Amanda, me chamou a atenção a centralidade e importância que ela dava de forma pública à família.

Enviei uma mensagem, me identificando, falando da pesquisa e propondo uma entrevista. Amanda foi muito receptiva desde o primeiro momento e me surpreendeu com uma proposta diferente de tudo que eu já havia ouvido falar no âmbito da etnografia e, principalmente, do que eu já havia experimentado em campo. À época de meu contato, em agosto de 2023, em um dos perfis que mantinha no *Instagram*, ela realizava entrevistas semanais, a respeito de diversos assuntos. E me propôs que nossa conversa fosse uma entrevista às avessas, uma vez que em lugar de entrevistadora, ela seria entrevistada por mim, já na semana seguinte ao meu pedido. Com um detalhe: seria transmitido ao vivo.

Eu fui surpreendida pela proposta. Não sabia se havia algum limite metodológico ou ético para aquele modelo de produção de dados de pesquisa. Conversei com algumas pessoas, inclusive minha orientadora, que me encorajou a aceitar os termos da interlocutora. Precisei, também, lidar com minhas limitações. Como já mencionado, no âmbito do trabalho sexual, o universo digital é um meio de circulação de informações, um território que viabiliza muitos trabalhos, enfim, um ambiente propício para atuar. Mas há, também, o outro lado da moeda. O ódio e o estigma

também encontram um terreno fértil para operarem, especialmente nos perfis abertos em redes sociais. Como também já mencionado, trabalhadoras sexuais são permanentemente expostas a um sem fim de mensagens ofensivas e violentas. De uma forma ou de outra, pessoas aliadas ou simpatizantes às pautas da categoria, acabam ficando expostas a ataques, de uma maneira ou de outra, ainda que de formas significativamente menos intensas. Para mim, particularmente, não é um lugar confortável para estar. Mas enfrentei o desafio.

Fiquei bastante ansiosa ao longo de todo aquele dia. Para além de minhas particularidades, pela primeira vez eu trataria desse tema, tão delicado, em condições de total exposição. Ademais, conversar publicamente sobre a vida privada de uma interlocutora, poderia implicar, por exemplo, em algum tipo de constrangimento. Tratava-se de colocar em jogo, em larga medida, vulnerabilidades e riscos.

Fiz um pequeno roteiro para minha fala, mas sem perguntas. Eu supus que as coisas fluiriam em uma conversa leve e tranquila, na medida do possível. Fiz o meu dever de casa: revisei todo o perfil de Amanda, assisti a alguns vídeos novamente, reli algumas de suas publicações. Minutos antes de entrarmos ao vivo pelo *Instagram*, nos falamos pelo *WhatsApp*. Confessei meu nervosismo, mas, também, partilhei minha alegria com a situação. Amanda me mandou uma foto, dizendo que já estava pronta. Importa informar que esta sessão apresentará longos trechos de fala de Amanda, às vezes, sem muitas análises a elas atreladas. A ideia é retomar, de alguma maneira, o exercício realizado no capítulo 1, deixando a narrativa da própria interlocutora um pouco mais em evidência.

Live iniciada, Amanda me apresentou de uma maneira muito generosa. Ela estava impecavelmente maquiada, com um rabo de cavalo, uma blusa listrada, acomodada no que parecia ser um escritório. A iluminação valorizava a imagem de Amanda. Ela é profissional em tudo o que faz e a familiaridade à frente da câmera era nítida. Iniciei agradecendo e li um trecho do livro *Putafeminista*, de Monique Prada, que também nos assistia. Amanda estava com um exemplar em mãos. Ao longo da *live* vi muitas pessoas conhecidas presentes. Recebemos várias mensagens e reações ao longo da conversa. As pessoas pareciam interessadas no assunto. Amanda partilhou muitas coisas da intimidade. Logo no início ela colocou a família sob prisma:

Tu sabe que eu comecei a trabalhar, e eu não vou ser hipócrita contigo, o grande motivador, claro que foi a possibilidade de proporcionar uma estabilidade financeira para minha família, que na época, dando aula feito louca, eu não conseguia. Então

eu nunca me esqueço que eu cheguei em casa e eu fiquei pensando em quantas horas aula eu tinha que dar para eu ganhar o que minha amiga tinha me dito que ganhava em uma hora [de programa]. E aí eu fiquei pensando naquilo. (Amanda, 30 de agosto de 2023, em transcrição livre).

Antes de iniciar a trajetória no trabalho sexual, Amanda era professora de dança do ventre. A partir do contato com alguém que já atuava no mercado sexual, começou a cogitar a possibilidade de mudar de área. O cálculo realizado no primeiro momento não dizia respeito a seus anseios individuais, mas à possibilidade de atender as necessidades econômicas da família de maneira mais efetiva. E o acionamento da família, especialmente dos filhos, foi bastante evidenciado:

Eu hoje tô num momento que eu dou graças a deus porque eu tenho esse trabalho, entende? Porque com o pouco valor que a arte tem, principalmente o meu estado, a dificuldade que a gente tem de trabalhar com arte aqui, eu não sei o que seria da minha família. Então assim, ao invés de ter autopiedade, eu dou graças a deus, entende? Eu sou mãe de dois meninos. Cara, como seria a vida desses moleques se eu não tivesse tido primeiro a coragem. Tem que ter coragem. Isso não é uma coisa que se fala quando se fala de mulheres de vida fácil. Será que é fácil um trabalho que não tem estágio? Que não tem mentor? O teu único incentivo é a água na bunda. A água bate na bunda e tu tem que ir lá e resolver. Então, assim, será que isso realmente é uma vida fácil? Eu dou graças a deus porque eu penso que eu teria outras opções. Então, não foi uma falta de opção minha. Eu optei por fazer isso. (Amanda, agosto de 2023, em transcrição livre).

Para além do principal motivo usado como justificativa – a família, Amanda delimita sua autonomia para escolher o trabalho sexual. Ao refletir sobre a maneira como ela colocou a situação, me recordei da experiência em campo com a moça do moletom, na zona de baixo meretrício. Ambos os casos desafiam discursos e imaginários que situam trabalhadoras sexuais como mulheres sem opção e vítimas de algo compulsório. Isso não implica que não haja tensões ou custos pessoais quanto à escolha desta atividade laboral. A moça do moletom afirmou que não aguentava mais o trabalho, mas o fazia por causa da filha. Disse nas entrelinhas, porém, que a prostituição era, pelo menos naquele momento, a melhor opção dentre outras possibilidades de trabalho, visto que uma troca só compensaria diante de ganhos melhores. Amanda exalta a própria coragem de mudar de vida e destaca o fato da arte ser pouco valorizada, de maneira que compreende ter feito a melhor escolha, optando pelo trabalho sexual.

Ao passo que Amanda é bem sucedida no trabalho, a família é beneficiada, com destaque para os filhos:

[...] a primeira vez que eu peguei um cachê, eu fui no supermercado. E aí eu sempre dizia pros meus filhos assim, que eles podiam pegar bolacha ou iogurte. Nesse dia eu cheguei no supermercado rica. Eu cheguei e disse pro meu filho assim “cara... pode pegar bolacha e iogurte!”. O pequeno olhou pra mim assim: “bolacha e iogurte?”. E eu falei: sim! Então, isso virou uma piada interna nossa que quando a gente fecha um contrato legal, quando a gente tá fazendo um trabalho legal, eu sempre olho pra ele e... “hoje vai ter bolacha e iogurte”! eles já dão risada porque sabem que as coisas estão legais pra nós, entendeu? Então assim... e isso ninguém fala. Isso ninguém mostra. Isso ninguém tem ideia, né? Se tem a ideia de que ah... “as ditas mulheres de vida fácil”. Tá!... qual é o problema de eu ter tido a coragem de mudar o estilo de vida da minha família? Entende? (Amanda, agosto de 2023, em transcrição livre).

A piada interna sinaliza que as coisas têm dado certo. E os filhos sabem por quais meios a renda da família é composta. Quando Amanda me disse que “na internet, nada se escreve a lápis!”, foi em resposta à minha pergunta a respeito da exposição na internet associada às dificuldades que mães, pais e responsáveis têm de controlar as formas como os filhos lidam com o mundo digital. Noutras palavras, questionei sobre a possibilidade de os filhos, em algum momento, se depararem com algum conteúdo produzido por ela. Com o apoio terapêutico, Amanda optou por abrir o jogo com os meninos a respeito do trabalho, especialmente em função de ter elaborado a convicção de que podia confiar na educação que havia dado a eles:

Eu fiz terapia muitos anos, tenho alta da minha terapia, mas a minha terapeuta é maravilhosa e toda vez que eu tenho um pepino eu chamo ela e falo – amiga, eu preciso conversar contigo agora. Eu chamei ela e falei assim – agora, quê que eu faço? Socorro! Aí, ela olhou pra mim e falou assim – tu confia na criação que tu deu pros seus filhos? Aí eu falei – Sim! Aí ela falou – ótimo! Seja honesta com eles. Eu desliguei aquela chamada e fiquei me remoendo. Isso foi em março. Eu fui contar pra eles e mostrar o rosto em outubro. Então, por todo esse período eu fiquei tendo muitas conversas comigo mesma, com a minha terapeuta e com eles. Até um dia que eu cheguei pra eles e falei assim. Guris, olha só... vocês viram que as coisas aqui em casa, elas deram uma melhorada, né? Vocês viram que a gente não tá comendo só arroz e frango, tá aparecendo umas pizzas... tá aparecendo uns passeios. Pois então, tá acontecendo isso aqui ó – pá! (Amanda, agosto de 2023, em transcrição livre).

O acesso à terapia pode ser considerado um privilégio para uma trabalhadora sexual. Amanda pertence à classe média, mas maioria das mulheres com quem pesquisei pertencem a camadas socioeconômicas populares e o sistema público de saúde não as contempla nesse sentido. Porém, quero chamar a atenção, novamente, para o fato de que há enfrentamento do processo de autoaceitação, independentemente do estrato social e das diferentes estratégias que podem ser acionadas.

O caso de Amanda também se constitui em exceção em função do apoio e da participação do marido no trabalho:

Então, o meu marido, assim... ele é a terceira pessoa mais importante da minha vida – eu tenho dois filhos. Então, eles são os homens da minha vida. Só que eu não podia ser egoísta ao ponto de ver a minha situação do jeito que estava e não reagir. Então, assim... isso que a gente vive hoje foi uma construção muito doída, sabe? Então, quando eu venho aqui e me exponho, exponho o meu marido, porque ele também topou se expor, ele também topou ser julgado, ele também topou a gente chegar nos lugares e as pessoas cochicharem que eu sou a meretriz e ele é meu marido, entende? Só que eu acho que a gente tá num momento assim, de relação, a gente tá num momento de maturidade, de alinhar o propósito, de saber o que é importante pra nós, aonde a gente quer chegar, aonde a gente se imagina daqui a dez anos. Que esse momento, isso que a gente tá vivendo, isso que a gente tá construindo, é importante para os nossos eus do futuro. Tanto dos nossos filhos – ele também tem dois filhos, quanto a nossa família. (Amanda, agosto de 2023, em transcrição livre).

O seio familiar de Amanda, com a anuência e participação do companheiro no trabalho e com a consciência plena dos filhos no que tange à fonte de renda que os proporciona uma vida boa, pode ser lido como um lugar confortável para ela estar. Mas quando essa realidade é projetada para fora da esfera doméstica, posto se tratem de pessoas públicas, nenhum deles sai ileso ao preconceito e ao estigma. Amanda e o companheiro estão sempre expostos, em uma simples ida ao mercado, por exemplo. Os filhos, igualmente, principalmente no ambiente escolar. A maneira como lidam com o que vem da sociedade perpassa o diálogo e a cumplicidade entre os membros da família. Trata-se de um processo constante de negociação. E Amanda, consciente disso, é estratégica em sua retórica, humanizando-se primeiro, estimulando que suas colegas e trabalho façam o mesmo e, principalmente, chamando sempre a atenção dos outros, dos de fora, para que façam o mesmo:

Tu sabe, Débora, que um dos maiores motivos que me encorajou de eu estar aqui conversando contigo, de eu ter tomado essa

dimensão tão grande de exposição, como tu mesma disse, boto família, boto um ensaio sensual, boto o marido... primeiro, para que as pessoas consigam me ver como um ser humano. Eu não tô aqui só vendendo, não é esse meu interesse. Eu quero que as pessoas também enxerguem o ser humano por trás do profissional. Mas que também as minhas colegas de trabalho consigam ver que é possível sim, tu ter uma relação de respeito, de amor, de companheirismo, que é possível sim tu postar uma foto com teu filho, se tu tá num momento que te orgulha, de estar com teus filhos. E que isso não pode ser feio. Não pode ser feio. Não é! (Amanda, agosto de 2023, em transcrição livre).

*

Em maio de 2024 fui convidada pela Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais e pela Coordenadoria Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres para ser facilitadora em uma aula do segundo curso de Defensoras Populares⁷³ promovido pela instituição. Ao meu lado estaria outra facilitadora, a trabalhadora sexual/prostituta Santuzza Souza – ativista do Coletivo Rebu, de Belo Horizonte, e que foi vice-presidenta da Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS) de 2021 a 2022. Minha dissertação de mestrado (Teodoro, 2019) foi dedicada a ela e seus três filhos. À época tínhamos uma relação não necessariamente de pesquisa, posto que Santuzza não era minha interlocutora. Entretanto, ela foi uma pessoa muito importante na seara de trabalhar minha sensibilidade em relação a especificidades da vida de uma mulher que é, ao mesmo tempo, trabalhadora sexual e mãe. Por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens, mantínhamos trocas importantes sobre nossos cotidianos de maternidade e obrigações outras. Nos encontramos pessoalmente algumas vezes, mas eu não havia tido a oportunidade, ainda, de conhecer sua família.

Na data marcada, cheguei ao auditório principal da Defensoria, em Belo Horizonte, cerca de vinte minutos antes do início da aula. Era um espaço amplo e climatizado, com cadeiras estofadas bastante confortáveis para o público se sentar, um palco à frente com uma mesa comprida e diversas poltronas, ao fundo do salão havia uma cabine de controle de som e imagem, câmeras e telas de transmissão ao longo do ambiente. No ambiente, poucas alunas, mas Santuzza já estava lá, preparando seu

⁷³ O curso de “Defensoras Populares” que tem como objetivo a formação e a articulação de mulheres que se destacam como lideranças populares, para que busquem soluções para as demandas mais comuns de suas comunidades, notadamente, na defesa das mulheres vítimas de violência. O “Defensoras Populares” possibilita que as mulheres alunas contribuam para mudanças sociais, a partir dos núcleos nos quais estão inseridas, tornando-se disseminadoras e multiplicadoras do conhecimento em relação aos direitos das mulheres, na luta contra o machismo, o preconceito e a violência”. (extraído de <https://defensoria.mg.def.br/programas/defensoras-populares/>)

material sobre a mesa. Cumprimentei-a e ela estava agitada e sorridente. Perguntou se eu queria falar primeiro, ao que respondi negativamente, pois aquele espaço deveria ser preenchido pelo protagonismo dela. Perguntei como estavam as crianças e ela me disse, bastante empolgada, que estariam ali logo mais, com exceção do filho do meio, que estudava em escola integral e não conseguiria chegar à tempo.

Iniciados os trabalhos, Santuzza se apresentou:

Eu sou Santuzza, sou trabalhadora sexual, eu exerci o trabalho sexual por mais de 20 anos. Hoje eu não exerço mais, mas se for preciso, eu volto. Como dizia a moça do estabelecimento que eu trabalhava falava: acabou o arroz na lata vocês volta, né? Vocês estão aqui porque acabou o arroz na lata. Mas não me envergonho de me intitular prostituta. Foi esse trabalho que me deu condições de criar meus filhos muito bem criados, de sustentar minha casa, de não precisar me manter num relacionamento abusivo por uma situação financeira. (Fala de Santuzza, maio de 2024, em transcrição livre.).

Na sequência, Santuzza exibiu um trecho de vídeo, cuja gravação foi feita na sala de estar de sua casa. Ela estava sentada sobre um sofá marrom, com o celular na mão. Ao lado dela, a filha caçula, segurando uma manete de vídeo game. Os outros dois filhos estavam sentados em outro sofá. A cena muda rapidamente. Dessa vez, Santuzza estava de pé, encostada em uma parede, ao lado dos dois filhos e com a filha caçula à sua frente. Todos estão abraçados. Ela diz:

Nós que somos trabalhadoras sexuais e que somos mães, a gente já é desabonada, já é desacreditada e deslegitimada no quesito mãe. Porque as pessoas acham que se você exerce o trabalho sexual, você é uma péssima mãe, você é uma mãe negligente, que seus filhos vão ser mal cuidados, que automaticamente seus filhos já vão se tornar marginais. E não é isso! Pelo contrário. A maioria de nós tem um cuidado sim e um amor pelos filhos muito grandes. (Fala de Santuzza em 21 de maio de 2024, em transcrição livre).

Desde o início de seu momento de fala Santuzza delimitou claramente que daria relevo à dimensão da maternidade, compartilhando sua própria experiência de vida. Mas não só, ela se posicionava ali como ativista e liderança, que falava por si, mas também reverberava suas companheiras: “e a maioria [das trabalhadoras sexuais] passou a exercer o trabalho sexual pra ter condições de cuidar dos filhos dignamente, dar o mínimo de conforto pros seus filhos”. (Santuzza, maio de 2024, em transcrição livre).

Noutro instante, tocou em questões mais amplas inerentes ao trabalho sexual, como a demanda por regulamentação e a situação do complexo de hotéis da região da

Guaicurus⁷⁴ em Belo Horizonte. Em dado momento, discorreu sobre o estigma e disse que, ainda que não estivesse exercendo a prostituição naquele momento, não existe ex-puta, de maneira que ela sente os efeitos do estigma, principalmente como mãe. De repente, Santuzza rompe com o assunto da aula e diz: “Ah, gente, chegou minha família, aqueles que vocês viram no vídeo. Meu filho, minha nora, minha caçula, minha “entineteta”. Tá vendo? Isso tudo aí é filho de puta. São filhos da puta”. E após anunciar a chegada da família na plateia do auditório, emendou uma crítica:

Mas as pessoas acham um absurdo [...] elas acham ruim a gente cobrar dos homens aquilo que eles acham que têm que ter de graça. Porque o sexo ele é visto como sagrado, como uma bênção e a mulher tem que oferecer aquilo ali por amor. Aí, quando a gente ousa cobrar isso, o valor e fazer do jeito que a gente quer [...] quando a gente ousa fazer isso, há uma tentativa de nos calar. De nos inviabilizar. Não. Você não pode porque você é suja, porque você é desonesta. Essa ligação da prostituição e essa ideia que a mulher, se ela é prostituta ela é drogada, ela é bêbada, ela vive na rua, ela não sabe se comportar, ela dá em cima de todo mundo... gente, isso é uma ideia tão surreal, mas tão surreal [...] Eu trabalhei por muitos anos ali na Guaicurus com mulheres nuas e semi nuas em corredores enormes. E depois que a gente coloca o pé pra fora, é outra realidade. Nós somos ali dentro, um personagem. [...] Lá dentro, nós somos um personagem, da porta pra fora nós somos outras pessoas. Da porta pra fora nós temos famílias, nós temos pai, nós temos mãe, nós temos filhos, nós temos netos, nós temos irmãos e a gente precisa de respeito. Principalmente respeito às nossas famílias, porque o estigma recai sobre eles também. Muitas de nós deixam de assumir por muito tempo o trabalho sexual ou nem assume. Eu tenho amigas que trabalharam ali durante trinta anos e nunca tiveram coragem, ó... e sustentou é muito filho. Pagou faculdade de uma renca, e não podia contar que aquele dinheiro que pagou aquele feijão, que pagou aquele tênis, que pagou a mensalidade daquela faculdade, veio da prostituição. Porque o estigma, ele é tão forte que o medo do sentimento de repulsa do filho é muito grande. E a sociedade, ela usa disso. ‘vamos fazer ela se sentir no pior lugar do mundo, para que ela não volte mais’. (Santuzza, maio de 2024, em transcrição livre).

⁷⁴ O espaço urbano conhecido como Guaicurus, Belo Horizonte/MG, é um complexo de hotéis situados no hipercentro, nos quais ocorre intenso comércio sexual. Mulheres cis e trans pagam diárias aos donos de hotéis e fazem atendimentos considerados curtos (cerca de 20 minutos) em relação a outras modalidades de programas. “Sobe e desce” é uma maneira popular de se referir a esses hotéis, uma vez que se localizam em prédios antigos, cujo térreo abriga estabelecimentos comerciais diversos, como lojas e lanchonetes, e o acesso à recepção e aos quartos conta com entradas que dão para escadas que levam aos andares superiores, onde as mulheres se exibem em corredoras à espera dos clientes.

No cerne de sua crítica, um desabafo pessoal e público, que revelava o desconforto com quanto à forma como a sociedade busca defini-la. Em termos analíticos, tratava-se de uma forma de assimilar as imagens de controle que alimentam os imaginários sociais. E, apesar de ter acionado papéis familiares de maneira recorrente até aquele momento, Santuzza anunciou que seria o momento de falar sobre maternidade. E fez uma pausa no conteúdo da aula:

Vem cá, Açucena! vem cá, gente! Deixa eu mostrar, deixa eu ser coruja um pouquinho? Porque o próximo tópico que a gente vai falar agora é justamente sobre maternidade e prostituição. Ei, meu amorzinho! [abraça a enteada do filho mais velho] Gente, essa aqui é minha “entineta”, tá? Essa é Açucena, minha caçula. Essa é minha nora, gente! E esse é o João Vitor, meu filho mais velho. E aí, quando eu falo de maternidade, o que leva a gente a lutar por uma condição melhor, é isso aqui, ó [aponta para as pessoas da família, que estão de pé à frente do público]. Isso aqui que nos motiva. A gente tá junto, a gente tá feliz. O João hoje não está mais comigo, essa aqui é a responsável [aponta para a nora], mas olha aqui o que eu ganhei [aponta para a “enteneta”]. (Santuzza, maio de 2024, em transcrição livre).

A família de Santuzza estava posicionada à frente da plateia, à frente das câmeras, em uma transmissão ao vivo, de domínio público, que ficaria disponível em plataformas digitais de amplo acesso. João Victor com sua companheira e sua enteada – o filho da puta que hoje é pai de família. Açucena, uma adolescente simpática e sorridente e que possui um vínculo de amor explícito com a mãe. A família estava ali, sendo exibida ao público, sem vergonha e sem amarras, cada um tendo seu nome citado. No seio de uma sociedade que, no limite, nega a legitimidade daquele conjunto de pessoas unidas por sangue e afinidade, se dar a conhecer a um contingente desconhecido e ilimitado de pessoas é um ato de coragem.

Mas não somente. Em pesquisa junto ao Movimento dos Sem Terra (MST), Cristine Chaves (2002), ao analisar formas de atuação pública, chama a atenção para aquilo que classifica como “fatos políticos”, que são “atos criativos em sentido pleno: forjam os atores, a cena e o público; desencadeiam fatos novos, sem antecipar, como dramas sociais que são, os seus variados resultados.” (p. 138). Transpondo a perspectiva da autora para o contexto de minha pesquisa, posturas públicas como a de Santuzza, e de outras trabalhadoras sexuais conectadas ao ativismo, podem ser pensadas a partir da ideia dessa produção de fatos políticos. Sugiro que tais fatos também sejam pensados desde a perspectiva de Maria Cláudia Coelho e Ceres VÍctora (2019), quando chamam a

atenção para a capacidade micropolítica das emoções que, por sua vez, podem reforçar ou modificar as relações de poder.

A despeito de todo apelo de Santuzza à dimensão familiar das vidas das trabalhadoras sexuais, quando foi aberto o momento para perguntas, algumas pessoas pareciam muito mais interessadas em detalhes do exercício do trabalho sexual, da rotina de uma prostituta, dos pedidos inusitados dos clientes etc. Isso me leva a reforçar o entendimento de que há perduração e cristalização não apenas de moralidades quanto ao trabalho sexual mas, também, de tabus a respeito da sexualidade, estando essas duas variáveis entrelaçadas. De modo que encontrar uma prostituta que fala abertamente sobre si e sobre seu trabalho, estimula pessoas a se sentirem à vontade para fazer perguntas que não fariam em outras circunstâncias e, muito menos a outras pessoas.

A exposição de si mesma e de seus filhos, nora e “entineta”, a partilha de sua história de vida em sua dimensão mais íntima e particular, é mais que um esforço para mobilizar emoções e produzir empatia, é fazer uso da força política do corpo, da voz e da imagem real de uma família posta às margens, para desafiar uma estrutura – social e institucional – que os desampara, negligencia, renega.

*

Ao refletir sobre a politização dos afetos, Waleska Aureliano (2025) defende a ideia de se pensar o amor materno, de maneira bem específica, como política. Em trajetória de pesquisa junto a mães de pessoas com deficiência, e sendo uma mãe atípica, a autora lança mão da antropologia das emoções e argumenta que a mobilização de sentimentos está implicada no ativismo por direitos. Trata-se de um campo de investigação distinto do que aqui se apresenta, mas desde a perspectiva das hierarquias reprodutivas, não apenas mães com deficiência, mas, também, mães atípicas, se encontram em limbos sociais e de reivindicação de direitos, dadas as múltiplas ausências, negligências, sobrecarga e, principalmente, estigmas que constituem suas experiências. Aureliano (2025) defende que o amor materno “pode ser mobilizado para a exigência de direitos” (p. 203).

Inspirada por Waleska Aureliano reforço que os dados que apresento demonstram que o acionamento da maternidade por trabalhadoras sexuais se dá tanto para justificar a opção pelo trabalho, quanto como ferramenta política muito mobilizada, posto que compreendida como potencialmente capaz de provocar a empatia das pessoas, mas, principalmente, para questionar a destituição social e simbólica do direito de serem mães, a qual se dá a despeito de suas experiências.

CAPÍTULO 4 - NEM PERFEITAS, NEM TÃO DIFERENTES DAS OUTRAS: FAMÍLIAS QUE EXISTEM

O “*trottoir*”⁷⁵ é a exposição da mercadoria antes de aluga-las ao consumidor, mas, comerciante de carne humana, o verdadeiro responsável pela presença dessas mulheres na rua fica invisível, graças às gorjetas, à chantagem, à tolice ou à ignorância. Entretanto, essas infelizes poderiam ser nossas filhas, nossas irmãs, pois elas também têm ou tiveram pai, mãe, irmãos, irmãs... Mas, quando uma desgraça dessas aparece numa família, logo se estabelece uma verdadeira conspiração do silêncio. Ninguém terá a coragem de dizer “minha filha, minha irmã é prostituta”. Pior: ninguém terá a coragem de ajuda-la, de estender-lhe a mão da qual, mais do que nunca, tem necessidade. Pois há tantos preconceitos a este respeito, que a maior parte das pessoas imagina que elas “caíram na vida” por sua própria culpa, podendo, pois, sair dela quando quiserem, e que, por isso, não adianta fazer nada por elas. É para mostrar que isso é falso, que é possível fazer muita coisa, e como fazê-lo, que estas páginas foram escritas. (Lagenest, 1960, p. 10).

O livro “Lenocínio e prostituição no Brasil”, acima referenciado, apresenta alguns estudos de caso em diferentes localidades do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte e, também, análises e recomendações feitas por seu autor – o frade Jean Pierre Barruel de Lagenest. Nele, as prostitutas são concebidas como vítimas absolutas, ignorantes e incapazes, que precisam ser salvas da situação em que se encontram. Já seus algozes, nos termos do autor – cáftens [cafetões] e proxenetas – deveriam ser punidos na forma da Lei para que o lenocínio fosse devidamente combatido. De saída, pontuo que se trata de uma perspectiva abolicionista da prostituição, fortemente atravessada por valores judaico-cristãos imbricados ao sacerdócio do frade, mas que também dialoga com moralidades da época.

Para a reflexão que aqui proponho, me aterei a algumas poucas partes do livro. O sexto capítulo, intitulado “As causas da prostituição”, se inicia com a seguinte frase:

Todos os trabalhos [apresentados em capítulos anteriores do livro] que tratam da prostituição apontam as mesmas causas: família desunida, falta de amparo e de carinho, pais indignos, salários insuficientes, convites de amigas, afastamento da família, namoro ou casamento sem preparação suficiente, analfabetismo, debilidade mental, falta de emprêgo, bailes e

⁷⁵ Expressão na língua francesa alusiva à prostituição de rua, quando mulheres circulam no espaço público para arranjar clientes.

cinema, livros e revistas imorais, preguiça, sedução de uma vida aparentemente fácil etc... (p. 91).

Para algumas das causas elencadas, há subcapítulos, dentre os quais destaco:

A família indigna ou desunida

Entre as causas da prostituição, uma que parece ser das mais comuns é a deficiência da família. A família é o ambiente no qual normalmente a moça deve tomar consciência de sua personalidade, ao mesmo tempo que de sua dignidade. Quando a família, ou algum membro da família não somente não facilita essa tomada de consciência, mais ainda promova a corrupção, pode ser esperado o pior [...] (p. 91-92).

A promiscuidade

Uma das grandes causas da prostituição é a promiscuidade. Duas, três, ou mais famílias num cômodo só. Rapazes e moças dormindo juntos, não só no mesmo aposento, mas até na mesma cama. Nenhuma discrição, nem o mínimo pudor, mesmo para gestos mais íntimos para os cuidados mais necessários. (p. 100).

A ênfase em certo tipo de família enquanto possível *locus* causal da prostituição aparece tanto nas categorizações de indigna e desunida, quanto na ideia de promiscuidade inerente a situações de coabitação de famílias desabastadas – fenômeno social relacionado ao êxodo rural. A carga moral das descrições é bastante explícita e se sobrepõe a uma análise mais aprofundada quanto à produção de desigualdades sociais. Neste sentido, ainda que implicitamente, a pobreza aparece como atrelada a certa inconformidade com um modelo familiar ideal, constituído por marido provedor, esposa dedicada e prole em habitação unifamiliar.

Já ao fim do livro, o autor propõe um conjunto de medidas de curto e longo prazo para mitigar o lenocínio e a prostituição. Lagenest reconhece a impossibilidade de se acabar com a prostituição, mas acredita na eficácia de suas recomendações para reduzir o número de exploradores e vítimas [as prostitutas]. E, por fim, afirma na conclusão que um “trabalho de readaptação das prostitutas à vida social está se iniciando no Brasil” (p. 153), por meio de casas classificadas como “casas de recuperação”. Importante chamar a atenção ao fato de o autor negar àquelas mulheres uma vida social em seus próprios termos, uma vez que intentava reintegrá-las. Dentre outras coisas sugere, também, internação compulsória⁷⁶ em casas especializadas para prostitutas com “personalidades psicopáticas que provocam desordens na rua” (p. 147), sempre sob o argumento do decoro e da ordem pública.

⁷⁶ No livro *O holocausto Brasileiro*, Daniela Arbex (2013) menciona que prostitutas e mulheres consideradas livres eram compulsoriamente internadas no manicômio da cidade de Barbacena/MG, o que indica que a prática sugerida por Lagenest não era algo incomum.

A breve digressão acerca da publicação de Lagenest (1960) tem algumas intencionalidades. Em meu livro *Memórias do Beco* (2024), me debrucei sobre as duas últimas décadas (1950-60) de existência de um reduto de meretrício na cidade de Diamantina/MG – mais ou menos o mesmo período tratado por Lagenest. Minha pesquisa se desenvolveu a partir do incômodo com a exaltação contemporânea de um espaço outrora boêmio, com ênfase nos seus frequentadores e apagamento quase total das meretrizes. Com o objetivo de dar relevo às mulheres, produzi dados a partir do método da história oral e me atentei a conteúdos de um jornal local, os quais se alternavam entre denúncias, críticas, chacotas e certa pedagogia moral a respeito da prostituição. Ao fim, a proposta foi de pensar as diferentes fontes históricas, ora a partir de suas contradições, ora a partir de complementações – destacando as mulheres e, em função das surpresas em campo, a maternidade⁷⁷ ganhou relevante destaque.

Na referida pesquisa, encontrei intersecções com alguns aspectos presentes no trabalho de Lagenest, como idealização de certo modelo familiar, com a diferença de que em meus dados de pesquisa isso aparecia de maneira explícita, prescritiva e quase sempre colocando em oposição mulheres adequadas e inadequadas, estas últimas representadas majoritariamente pelas prostitutas. Outro exemplo de intersecção foram circunstâncias por meio das quais pessoas adentravam ao meretrício. Nas interlocuções da pesquisa me vi diante de dois casos peculiares. Num deles, uma mulher, junto ao filho que tinha por volta de três ou quatro anos de idade, fugiu da vida sujeitada ao marido violento num ambiente rural. Sem instrução ou rede de apoio na cidade para onde conseguiu partir sem deixar rastros, seu destino foi a prostituição. Noutro, uma moça, ainda virgem, foi estuprada pelo patrão rico do pai. A família morava na propriedade do almoz e o pai, ao saber da situação, expulsou a filha de casa. Sem rumo e sem qualificação, também chegou onde o destino a levou e começou a trabalhar como prostituta.

Nesse mote, diferentemente de Lagenest, que estava empenhado em denunciar causas e mazelas, além de encontrar meios para extirpar a prostituição, eu estava interessada na agência das mulheres frente ao estigma e no que se referia às estratégias atreladas ao amor, principalmente para manterem seus vínculos com os filhos – não tratando-as, portanto, como vítimas absolutas. Isto não implica em fechar os olhos para

⁷⁷ Num primeiro momento da pesquisa de mestrado, não havia intenção de adentrar na seara das relações de maternidade entre as prostitutas. Mas em função de elementos presentes em interlocuções e do próprio conteúdo dos jornais, isto se tornou um foco de interesse. Desde então, venho me dedicando a compreender tais relações. Agora, porém, na contemporaneidade.

situações de entrada compulsória na prostituição, nem de negar que diante de condições econômicas precárias, o referido trabalho se tornava uma alternativa em relação a outros trabalhos igualmente ou mais precários⁷⁸. Neste ponto, contudo, já há uma distinção entre a abordagem de Lagenest e a minha: apesar da entrada compulsória na prostituição, compreendo que aquelas mulheres não eram totalmente destituídas de autonomia e, menos ainda, alijadas de relações sociais e familiares, como em alguns momentos Lagenest parecia supor, especialmente ao propor reintegrá-las à sociedade e readaptá-las a uma vida “normal”. Ao contrário do autor, tentei relatar formas por meio das quais as mulheres retomavam as rédeas das próprias vidas para poderem seguir.

Colocando a contemporaneidade em perspectiva frente a abordagem do livro de Lagenest, é importante pontuar, novamente, a permanência de algumas moralidades⁷⁹ e retomar aspectos já discutidos, como o imaginário social que não incorpora à identidade de trabalhadoras sexuais aqueles papéis familiares, especialmente o de mãe. Neste sentido, o mesmo estigma e preconceito que obliteram suas relações sociais comuns, também deslegitimam as respectivas maternidades. No limite, isso interfere legalmente nas relações familiares. Mas, de uma maneira ou de outra, a subtração social (e às vezes familiar) da validade das relações legítimas demanda estratégias relacionadas a emoções e sentimentos, mas, também, a circulação de pessoas e remessas, para manter ou dissolver vínculos.

*

Meu pai morre, eu tinha 11 anos de idade. No dia do meu aniversário que morre. Naquele dia eu perdi a inocência. Por três, quatro dias, não tinha uma comida em casa. E a minha mãe volta para onde? Para a prostituição. Na década de 80 isso, né? Eu, dos meus 11 anos de idade aos meus 17 anos, eu sofro *bullying* na escola, porque minha mãe era prostituta. A rua inteira sabia que minha mãe era prostituta. E não falo isso por coitadismo não, com autovitimização, nada disso. Muito pelo

⁷⁸ Quando falo da precariedade me refiro ao aspecto da remuneração e da deslegitimação social, uma vez que minha abordagem analítica não adere ao ajuizamento moral hegemônico no que tange às trocas sexuais mediadas por trocas econômicas, qualquer que seja sua configuração.

⁷⁹ Outro ponto de reflexão importante a partir das ideias de Lagenest são permanências de moralidades ao longo do tempo. Da perspectiva de fatos recentes do campo político, por exemplo, o autor soa bastante atual. No dia 7 de março de 2025, ironicamente às vésperas do dia internacional da mulher, um deputado do campo ideológico de direita protocolou o projeto de Lei 778/2025 que prevê classificar a prostituição exercida em vias públicas como contravenção penal, com penas previstas de prisão ou multa. Dentre algumas justificativas, destaca-se o argumento de que em metrópoles brasileiras “é comum que bairros residenciais sejam tomados pelo exercício da prostituição em plena via pública, muitas vezes em frente a residências familiares”. A despeito de constar no PL que a prostituição, além de não ser crime, é trabalho reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o autor afirma, dentre outras coisas, que “O propósito é, sim, adequá-la [a prostituição] aos ditames legais, proibindo sua prática em vias públicas e garantindo a ordem e a segurança da coletividade que fica refém e vulnerável”.

contrário, a minha mãe é a pessoa que eu mais amo nessa vida. Eu dormia na sala. Era muito pobre a minha família e minha mãe fazia programa em casa. Então, ela entrava e saía com homens de casa, e tal e eu lá. E eu coloquei na minha cabeça que eu tinha que superar essa condição [de pobreza]. Eu estudei sozinho e, enfim, entrei na USP. Na USP eu entrei primeiro em Direito, não cursei, evidentemente. Depois, eu chutei pra lá e “vou fazer o que eu quero, que é Geografia”. Então, eu fiz então Geografia na USP. Aí quando entrei na USP, a Folha de São Paulo tinha os aprovados da USP, né? Aí eu peguei uns 10, comprei uns 10 e cortava o jornal, eu grifava meu nome e eu colacava na porta da casa das pessoas. “O filho da puta, da prostituta, entrou na USP. E o teu?”.

(Declaração do professor Elias Jabbour⁸⁰, em entrevista disponível em:

<https://www.instagram.com/reel/DHREnFOxgue/?igsh=MTVibTF5bWVtMzV6cQ==>. Acesso em: 10 maio 2025).

Como demonstrado até aqui, o acionamento da família e dos papéis familiares é um elemento muito presente, de maneira recorrente e enfática, tanto em diálogos privados quanto quando observadas formas de atuação pública de trabalhadoras sexuais. Reforço a plausibilidade de atrelar esse tipo de atitude a um conjunto de formas e estratégias para reagir ao estigma – ou ao preconceito, para usar um termo mais popular. No limite, o que tais atitudes tencionam é a reivindicar legitimidade social, contrapondo-se a uma noção hegemônica de maternidade inadequada, especialmente quando se coloca a seguinte questão: que outra categoria de mulheres ou trabalhadoras apelam ao fato de terem família/filhos para não se sentirem desumanizadas?

Como largamente discutido aqui e em outros estudos dedicados à temática, o estigma é uma variável intrínseca ao trabalho sexual. Nesse sentido, as feitura familiares nos contextos e experiências das interlocutoras desta pesquisa incorrem em especificidades, com muitas possibilidades de análise.

Neste capítulo explorarei dois aspectos que considero relevantes e que são bastante demarcados pelo estigma. Primeiro, argumentarei que o sustento provido por trabalhadoras sexuais é uma prática de cuidado legítima, que confere sentido às relações e papéis familiares e, também, desafia a ideia estigmatizada da inabilidade maternal dessas mulheres. Apesar da força que esses sentidos possuem para as trabalhadoras sexuais, família e relações de maternidade são terrenos de larga disputa. Se por um lado o sustento é uma forma concreta de cuidado, por outro, a poluição moral que orbita esse

⁸⁰ Geógrafo, marxista, intelectual e escritor brasileiro, reconhecido especialmente por seus estudos recentes sobre o desenvolvimento econômico da China. Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

sustento faz com que agentes diversos – a exemplo de família e Estado – empenhem esforços para o esfacelamento e ruptura de laços. Destaco o Conselho Tutelar como uma das esferas do Estado bastante mencionada nas experiências das interlocutoras. Para demonstrar o que afirmo, apresentarei experiências que revelam como o trabalho sexual pode ser mobilizado enquanto argumento para separação de mães e prole, como as mães lidam com tais situações e de que maneira isso impacta em suas vidas.

O sustento como prática de cuidado

No universo de minhas interlocutoras, o cuidado não se restringe às ações cotidianas das práticas, mas implica na produção de redes diversas e muitas vezes complexas de relações, negociações, circulação de pessoas – tanto mulheres quanto crianças – e, especialmente, é materializado pelo envio de remessas e pelo sustento, em sentido amplo – tudo mobilizado pelo amor que essas mulheres sentem pelas crias. (Teodoro, 2023, p. 13-14).

Logo no início de minha investigação em campo aventei a possibilidade de pensar o sustento como uma prática de cuidado legítima e que confere sentido às relações familiares entre trabalhadoras sexuais, principalmente àquelas entre mães e filhos (Teodoro, 2023). Tratou-se de um *insight* bastante incipiente, mas que acabou por se confirmar no transcorrer da pesquisa. Dessa maneira, considero produtivo seguir na linha dos argumentos iniciais, dando mais corpo e aprimorando-os por meio da etnografia.

Antes de adentrar aos dados, porém, convém arrolar algumas perspectivas contemporâneas em debate acerca do cuidado. De saída, cabe reconhecer que se trata de um conceito em larga disputa, não apenas quanto aos sentidos, mas, também, no que tange a termos utilizados em diferentes lugares e que remetem ao cuidado, ou ao termo anglófono *care*, que é também bastante genérico e, por vezes, não traduzido em textos convertidos para a língua portuguesa. Mesmo sendo genérico, o termo *care* não necessariamente dá conta de transitar culturalmente, como pode ser observado no artigo de Tajana Thelen (2015) a respeito do *care* enquanto uma forma de organização social capaz de criar, manter e dissolver relações significantes. A autora chama a atenção para outros países, como os de língua alemã, por exemplo, que utilizam termos distintos para situações que na tradição anglófona seriam contempladas pelos usos do termo *care*.

Para além dos termos estritos *care* ou cuidado há, também, possibilidades de explorar outros, percebidos como implicados no prisma daquilo que se pode compreender como cuidado, mas que desafiam as possibilidades de tradução. A exemplo de Andréa Lobo e André Justino (2025), que exploram de maneira inovadora e robusta o termo “aguentar”, amparados em dados produzidos ao longo de anos de intensa investigação sobre dinâmicas familiares cabo-verdianas. O termo dá conta de informar não apenas a respeito de sentidos de cuidado, mas, também, sobre lógicas próprias de como esse cuidado se realiza.

Já sobre a realidade brasileira, em artigo que reflete a respeito do termo *care* e suas traduções, Mayara Freitas e Sabrina Finamori (2024) chamam a atenção para a existência de um debate “marcado por intensivas tentativas de explorar suas múltiplas acepções [...] o termo [cuidado], em português, não comportaria a mesma multiplicidade de sentidos do que o termo *care* em inglês” (p. 3). Neste sentido, a literatura disponível em língua portuguesa, produzida internamente ou traduzida, pode apresentar ambos os termos – cuidado ou *care* – sempre acompanhados do que querem dizer contextualmente. Seguirei, pois, utilizando o termo cuidado.

Erdmute Alber e Heike Drotbohm (2015), em introdução a uma coletânea de artigos que exploram etnograficamente dimensões do cuidado, dizem que vêm observando “não apenas a expansão de seu significado conceitual [do cuidado], mas também uma crescente inexatidão e imprecisão no uso do termo” (p. 1, tradução minha). Corroborando em alguma medida com as autoras, Maria Puig de la Bellacasa (2023) propõe algumas ponderações:

Mas o que é o cuidado? É um afeto? Uma obrigação moral? Trabalho? Um fardo? Uma alegria? Algo que podemos aprender ou praticar? Algo que simplesmente fazemos? Cuidado significa todas essas coisas e coisas diferentes para pessoas diferentes, em situações diferentes. Assim, embora as formas de cuidado possam ser identificadas, pesquisadas e compreendidas concreta e empiricamente, o cuidado permanece ambivalente em seu significado e ontologia. (Puig de la Bellacasa, 2023, p. 109).

Portanto, a perspectiva de Puig de la Bellacasa encoraja produções e investigações etnográficas que possam evidenciar o caráter disruptivo do termo. À luz da autora, é possível sugerir que a inexatidão e imprecisão apontadas por Alber e Drotbohm (2015) podem ser pensadas a partir de um viés positivo. Após elencar um

grande conjunto de domínios do saber que exploram o cuidado e suas respectivas autorias⁸¹, Puig de la Bellacasa afirma que:

Todos esses engajamentos com o cuidado trazem contribuições específicas para a sua compreensão e os seus significados revelando como o termo envolve diferentes relacionamentos, questões e práticas em diferentes contextos. Essas investigações podem não estar totalmente de acordo umas com as outras – nem deveriam – acerca do que o cuidado significou envolve. No entanto, investigações específicas sobre atualizações do cuidado também contribuíram e coexistem com uma discussão teórica do cuidado como um ato “genérico” de significado ontológico, como uma “atividade de espécie” com implicações éticas, sociais, políticas e culturais. (Puig de la Bellacasa, 2023, p. 110).

Diante das disputas, perspectivas teóricas e possibilidades analíticas acerca do cuidado, me ancoro especialmente na proposta de Puig de la Bellacasa, uma vez que compreendo que os argumentos da autora dão margem à pertinência de explorar sentidos de cuidado que se constroem em feitura familiares entre as interlocutoras de minha investigação. Desta maneira, apesar da amplitude do conceito, cabe escolher alguns nortes⁸².

⁸¹ Com ou além da ética do cuidado, práticas e princípios do cuidado têm sido explorados criticamente nos domínios da psicologia crítica (Noddings 1984), teoria política (Tronto 1993), justiça (Engster 2009), cidadania (Kershaw 2005; Sevenhuijsen 1998), migração e estudos trabalhistas (Boris e Rhacel 2010), cuidado na ética empresarial e economia (Gatzia 2011), decisões científicas para o desenvolvimento (Nair 2001), sociologias e antropologias do trabalho em saúde e das ciências da saúde (Latimer 2000; Mol 2008; Mol, Moser, e Pols 2010; Lappé, no prelo), no ativismo e estudos sobre deficiência (Sánchez Criado, Rodríguez-Giralt e Mencaroni, 2016), cuidados nos procedimentos de responsabilização (Jerak-Zuiderent 2015), políticas alimentares (Abbots, Lavis e Attala 2015), assim como na ética para os direitos dos animais (Donovan e Adams 2010) e nas práticas agrícolas (Singleton e Law 2013) – para não falar de pesquisas ancoradas nos ativismos de base (Precarias a la Deriva 2004; Barbagallo e Federici 2012), no trabalho social e sanitário e na política (Hankivsky 2004). Mais próximo das trajetórias específicas deste livro, o cuidado também é explorado como uma noção significativa para apreciar as dimensões afetivas e ético-políticas nas práticas do conhecimento e do trabalho científico (Rose 1983, 1994; Despret 2004; Muller 2012; Suzuki 2015; Perez-Bustos 2014) e como uma política em tecnociência (Martin, Myers e Viseu 2015) com um significado vital para a ecologia (Curtin 1993) e para as relações humanas e não-humanas em mundos naturais-culturais (Haraway 2011; Van Dooren 2014; Kirksey, 2015). (Bellacasa, 2023, p. 110).

⁸² Da perspectiva do cuidado em sua ampla possibilidade de significação e sentidos, é válido mencionar que há noções de cuidado atreladas diretamente as práticas laborais das trabalhadoras sexuais, mas que não estão no foco das discussões dessa tese. Ao explorar o cuidado em múltiplas dimensões, Drotbohm (2022) insere o trabalho sexual no contexto daqueles cuidados vinculados ao trabalho íntimo – assim como “os serviços de acompanhantes e cuidados corporais (como massagem, depilação ou serviços de manicure)” (p. 2). Ao dar relevo ao debate feminista acerca da concentração das responsabilidades com o cuidado no cotidiano das mulheres, Drotbohm inclui as trabalhadoras do sexo nessa perspectiva de sobrecarga feminina. Quanto ao trabalho sexual ser ou não um trabalho de cuidado, trata-se de um debate permeado por disputas, inclusive entre as próprias trabalhadoras sexuais. Enquanto algumas reivindicam o caráter de cuidadoras no âmbito do atendimento a pessoas que demandam mais que sexo – escuta, carinho, conselhos, atendimentos específicos (como no caso de clientes com deficiência) e, até mesmo, a

De maneira a dar continuidade a *insights* incipientes dessa investigação, explorarei dimensões do cuidado pela via do sustento. Trata-se de um debate que já está em curso, mas que ganha contornos peculiares em se tratando do contexto do trabalho sexual. O estigma que paira sobre o trabalho sexual complexifica os sentidos envolvidos. O dinheiro que garante o sustento tem sua origem num trabalho que, apesar de legalmente respaldado pelo ordenamento jurídico brasileiro, é socialmente lido como inadequado. Simbolicamente, trata-se de um dinheiro sujo, poluído, que se implica nas relações familiares no âmbito das obrigações, mas também dos afetos.

Escolho cuidado enquanto categoria analítica, mas cabe esclarecer que é uma categoria que aparece com frequência nas falas das interlocutoras da pesquisa. Também utilizo a categoria analítica sustento. Já entre as interlocutoras, o termo sustento aparece ocasionalmente. Outros como “pagar as contas”, “mandar dinheiro”, “comprar” e “ajudar” carregam o mesmo sentido ou sentidos similares daquilo que classifico como sustento.

A ideia de cuidado vinculado ao sustento emerge, por exemplo, na extensa e minuciosa investigação de Andréa Lobo (2014, 2020, 2021) junto a mães cabo-verdianas que migram para trabalhar na Europa, ainda que o envio de remessas não apareça explicitado como cuidado propriamente dito. Lobo perscruta experiências familiares nas quais a mobilidade transnacional das mães para fins de trabalho é um valor moral, o qual se vincula à noção de “boa mãe”. Essas experiências se constroem em torno de redes complexas de negociações e de solidariedade entre mulheres, as quais permitem que maternidades subsistam, apesar da ausência e da distância geográfica entre mães e crias. Essa dimensão de cuidado que busco extrair do trabalho de Lobo é postulada por Alber e Drotbohm (2015), que ao analisarem situações de mulheres que migram transnacionalmente, afirmam que “elas deixam seus familiares para trás, a fim de fornecer cuidados adequados, muitas vezes por meio do envio de remessas.” (p. 3, tradução minha). As autoras qualificam claramente o envio de remessas como cuidado. É um cuidado adequado. O distanciamento da família também aponta para o que Sarti (2008) compreende como família em rede, e não em núcleo, de maneira que é necessário considerar “a rede de relações na qual se movem os sujeitos em família e que provê os recursos materiais e afetivos com que contam” (Sarti, 2008, p. 38). Cabe

mera companhia – outras rejeitam o rótulo do cuidado, por entenderem-no como sobrecarga, em alguma medida.

salientar que pensar nas famílias em rede significa pensar, também, em modos de dispersão de pessoas, bem como em reordenação da responsabilidade do cuidar.

Ancorada na proposição de Alber e Drotbohm, mas dando relevo às tensões inerentes às maternidades entre trabalhadoras sexuais, me ocorrem novas perguntas. Nos casos colocados pelas autoras, ainda que haja tensões relacionadas às ausências, não há questionamentos quanto à legitimidade das relações maternas. Fica exposta e evidenciada a reorganização que se faz necessária quando da partida da mãe, mas sem que seu papel seja colocado em xeque. Neste sentido, será possível tratar o envio de remessas – ou sustento – como cuidado adequado, quando o que está em questão são experiências familiares e, especialmente, experiências de maternidade, *a priori* inadequadas socialmente? Tentarei demonstrar que sim, por meio de dados etnográficos.

De antemão, argumentei que na realidade das trabalhadoras sexuais, “em diversas situações, o exercício do labor profissional não se concilia com a possibilidade de as mães estarem presentes no dia a dia das crias” (Teodoro, 2023, p. 3). Noutras palavras, o sustento provido por trabalhadoras sexuais muitas vezes é viabilizado por ausências temporárias ou longas, o que insere um novo elemento no cálculo do cuidado, a saber, a mobilidade que muitas vezes é intrínseca aos fluxos do trabalho sexual.

Para avançar nas reflexões, entretanto, é necessário dar relevo, novamente, ao elemento que atravessa toda a discussão da pesquisa – o estigma. O estigma que pesa sobre o trabalho sexual e tudo que o envolve – pessoas, lugares, relações, imaginários etc. – ganha novos contornos e permite novas camadas de análise quando entra em jogo o sustento. Trata-se de um sustento provido por mulheres deslegitimadas socialmente, o qual é viabilizado pela realização de um trabalho também deslegitimado socialmente, como já exposto. Tomo, portanto, o sustento enquanto uma categoria analítica que se atrela à capacidade e/ou obrigação de cuidar.

Ostentação e consumo cotidiano

Maria Silvia tem cerca de trinta e cinco anos, trabalha à noite em uma boate, exceto aos domingos e terças – os dias fixos que escolheu para tirar folga. Como não há vínculo empregatício e a boate é considerada flexível nas relações de trabalho, eventualmente se ausenta em outros dias, na medida de suas demandas particulares. Ela tem dois filhos e se enquadra na classificação sócio econômica das chamadas camadas

populares. O filho mais velho, já adolescente, vive com o pai e a mãe manda um dinheiro a título de pensão todos os meses, mas num acordo informal entre as partes. O mais novo tem oito anos e mora com Maria Silvia, responsável pelas despesas e pela lida diária com a criança. O pai do segundo filho, que nas palavras da mãe “não ajuda com as despesas”, mora em outra cidade, mas exerce certa vigilância sobre o cotidiano da criança por meio de informantes. Maria Silvia se defende como pode, inclusive por meio de suas redes sociais, como quem deseja mandar recados.

Se não é a mamãe aqui, ‘que não presta’, quem que vai ser, né?! Porque falar merda é fácil, difícil é cuidar. E eu sei que é isso! Aos meus amigos que ainda não são genitores, olha, não seja assim, hein! Ostentar na rua e não dar apoio aos filhos (Maria Silvia em publicação no *Instagram*, 2023).

Descrição da foto: um carrinho de supermercado com vários tipos de chips (Ruffles, Cheetos, Doritos, Fandangos), vários tipos de iogurtes, presunto e muçarela fatiados, morangos naturais, bebidas lácteas com caixinhas de personagens infantis.

Ostentação pra mim é não deixar nada faltar pro meu filho (Maria Silvia em publicação no *Instagram*, 2023).

Descrição da foto: Duas prateleiras de armário de cozinha com um pote grande de Nutella, batata Pringles, sucos de caixinha, caixas de Toddyinho, embalagens de *cookies* e vários outros tipos de biscoito.

Importa a descrição dos produtos contidos nas duas fotos e as respectivas marcas para dimensionar a materialidade do que Maria Silvia quer dizer com ostentação. Para além da quantidade, os produtos escolhidos, mais caros que similares disponíveis no mercado, revelam a intenção da mãe em exibir sua liberdade de escolha quando se vê diante da prateleira do supermercado. Além de todo mês mandar um dinheiro para o filho mais velho, ela se gaba daquilo que pode comprar para o filho mais novo.

Em artigo sobre escolhas alimentares entre mulheres de camadas populares, Maria Elisa Venegas, Érika Cardoso-Oliveira e Manoel dos Santos (2024) argumentam que a escolha por determinados alimentos “pode significar o consumo de um símbolo que denota ascensão social para alguns, como é o caso da predileção por certos gêneros alimentícios de acordo com a visão de mundo de cada classe social” (p. 5). Neste sentido, é válido chamar a atenção para o fato de que no contexto socioeconômico ao qual pertence Maria Silvia, o consumo de itens de determinadas marcas é pouco acessível. Exibir o acesso a esse tipo de consumo, num primeiro momento, diz respeito à possibilidade de satisfazer os gostos das crianças, mas, principalmente, é uma forma de

demonstrar socialmente que se possui, ainda que momentaneamente, meios materiais para tal.

Para além da capacidade financeira para ostentar, Maria Silvia também situa sua atitude de sustentar no signo do cuidado, apresentando-se como quem não deixa nada faltar. Mas não só. Ela também se defende de maneira irônica, demonstrando que a mãe que é lida socialmente como a “mamãe que não presta”, está fazendo muito – e sozinha – pelo filho que mora com ela.

Quem vai comprar as fraldas?

Fui convidada para uma confraternização de fim de ano que aconteceu num pátio, aos fundos de uma zona. O evento foi num domingo, fora do horário de expediente. Era uma cena bastante diferente da que eu estava habituada a ver durante as noites e madrugadas em campo. Em lugar de mulheres desfilando em seus saltos, batons e roupas extremamente sensuais e de clientes distribuídos entre bar, mesa de sinuca, pista de dança e flertes, sob a luz vermelha intensa e luzes coloridas reluzindo um pouco mais timidamente, estavam algumas daquelas mesmas mulheres, mas com roupas e calçados mais confortáveis, além de um clima mais descontraído. Além delas, outros funcionários da casa, algumas crianças – inclusive meu filho mais novo. Havia uma piscina de plástico para as crianças, mesas e cadeiras distribuídas pelo espaço, carne na churrasqueira, panelas enormes de arroz, farofa e vinagrete, isopor com cerveja à vontade, algumas garrafas de *whisky* sobre uma das mesas. As crianças corriam de um lado para o outro, se distraíam com alguns gatos que também habitam o local, fazendo com que o som do funk e do sertanejo não fosse o único a chegar aos ouvidos. O banheiro à disposição ficava no mesmo corredor em que se distribuía os quartos em que algumas trabalhadoras moravam e, também, faziam os seus programas durante as temporadas⁸³ que passam na cidade.

Poucas noites antes da confraternização, eu estava na boate da zona quando, de repente, vi Maria Vitória deitada num pequeno sofá, num canto mais reservado. Não era uma cena comum. Me aproximei, perguntei se estava tudo bem e ela me dispensou, com certa hostilidade, dizendo que não me preocupasse. Semanas antes eu soubera que

⁸³ A sazonalidade da permanência nos lugares é uma das características da prostituição, principalmente em contextos de interior. Essa circulação de mulheres garante a novidade constante, que ajuda a sustentar o mercado e, respectivamente, o faturamento das trabalhadoras.

aquela mulher estava grávida de aproximadamente sete meses. Apesar da gravidez avançada, a alta estatura e as roupas escolhidas por ela ajudavam a disfarçar a barriga.

De volta à festa, Maria Vitória estava em uma mesa, sozinha com seu computador, sempre petiscando pedaços de carne ou porções de arroz com vinagrete. Cumprimentei-a de longe e de maneira discreta, avaliando que seria a maneira mais respeitosa de me dirigir a ela, considerando nossa última interação. Entretanto, num dos momentos em que eu corria atrás do meu filho para tentar colocar freio em suas travessuras recorrentes, Maria Vitória me abordou. “Seu menino é lindo. Qual o nome dele?”. Começamos, então, a conversar. Ela me contou que esperava uma menina, sua primeira filha, cujo nome já havia sido escolhido. A escolha do nome era carregada de sentidos e significados que remetiam à criação cristã que havia recebido da mãe. Num dado momento, comentei sobre a maneira como ela havia me tratado em nosso encontro anterior, na boate e Maria Vitória disse que temia que os clientes percebessem que estava grávida e desistissem de contratá-la. Diante da resposta percebi, então, que havia um dilema entre a gravidez e o trabalho, e perguntei se em algum momento ela havia pensado em abortar. “De jeito nenhum! Eu quero demais essa criança!” – me respondeu firme e enfaticamente.

A partir dessa cena é válido considerar alguns desdobramentos e consequências de meu lugar de “pesquisadora-mãe” (Dell’Aglio, 2023). Eu já havia tentado me aproximar de Maria Vitória, mas sem sucesso. A ocasião da confraternização modificou significativamente algumas das relações que eu vinha construindo. Meu aceite ao convite, que foi estendido ao meu filho, viabilizou novas interlocuções. Por mais que as mulheres com quem eu vinha dialogando soubessem que eu era mãe, a presença do meu filho foi mediadora de uma leitura diferente delas em relação a mim. Ademais, ainda que estivéssemos do lado de fora da boate, aquele território, como um todo, é cercado de tabus e interdições. A atmosfera da inadequação não se dissipa, independentemente de ser ou não horário de expediente ou não estarmos do lado de dentro da zona. Estar ali com minha criança e minha criança estar correndo e brincando com as crianças de trabalhadoras sexuais redimensionava a minha presença. As fronteiras entre “elas” e “eu”, definitivamente ficaram mais flexíveis, atenuadas, porosas.

Passados cerca de quatro meses retornei à boate durante a noite. Avistei de relance Maria Vitória trabalhando. Outra mulher da casa me abordou, dizendo: “Viu quem está ali? Trabalhou quase até ganhar. A neném mal nasceu e ela já voltou pra pista!”. Não rendi o assunto. Mas em uma dimensão implícita, a crítica à colega recém-

mãe revela a reprodução de certo espectro de moralidade a respeito de um imaginário hegemônico, o qual informa onde deveria estar e o que deveria estar fazendo uma mulher que tem um bebê de poucos meses. Não se trata de uma moral sexual, mas de uma moral acerca da maternidade em si. Noutras palavras, alguns ideários e imaginários são incorporados e reproduzidos, também, por trabalhadoras sexuais, indicando que tais mulheres, por mais que sejam lidas como diametralmente opostas às outras, não necessariamente correspondem ao que se projeta socialmente.

Um pouco mais tarde, de mãos dadas com um cliente para se dirigir ao quarto, Maria Vitória se aproximou de mim e disse baixinho, com um sorriso iluminado no rosto: “Nega, minha neném nasceu!”. Igualmente em volume baixo, para o que o cliente não nos ouvisse, perguntei se estava tudo bem com ela e a bebê. Ao que respondeu: “Ela está com minha mãe. Se eu não trabalhar, quem vai comprar as fraldas?”.

Maria Vitória foi uma das poucas trabalhadoras sexuais em período gestacional com quem estive em campo e a única que seguiu trabalhando até a chegada do parto. Desde a resposta energicamente negativa à minha pergunta a respeito da possibilidade de abortar aquela criança, para mim ficou nítida a opção firme e inegociável pela maternidade. Há, portanto, questões sensíveis no que tange a uma profissional do sexo que trabalha nessa condição. Quando compreendi que Maria Vitória escondia dos clientes o fato de estar grávida, segundo ela, para não perder o programa, fui tomada por certo estranhamento, especialmente porque já havia ouvido de outras mulheres que se ganhava muito dinheiro trabalhando durante a gravidez⁸⁴, pois chamavam mais a atenção dos homens. Isso não significa que haja um consenso em tal percepção, vide o receio de Maria Vitória em ser identificada como uma mulher grávida. Ela poderia estar tentando prever a reação dos clientes a partir de seus próprios valores, mediados por uma educação cristã que, por sua vez, sacraliza a maternidade e que poderia tornar moralmente inapropriado contratar os serviços de uma prostituta que espera um filho.

O processo gestacional de uma trabalhadora sexual possui especificidades, também, no que tange à dimensão econômica. A despeito de serem resguardadas legalmente quanto a possibilidade de acessar o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) na categoria ocupacional de profissional do sexo, há uma baixíssima adesão a esse direito. Há, também, uma desinformação muito grande, além da mediação sempre

⁸⁴ Apesar de especificidades acerca de práticas sexuais não estarem no escopo da pesquisa, é válido mencionar, por exemplo, que a gravidez figura como um fetiche no mercado audiovisual do sexo, o que corrobora, em alguma medida, com o fato de mulheres relatarem aumento de faturamento ao trabalharem grávidas.

presente do estigma, cujos desdobramentos não se dão apenas na esfera individual. No âmbito coletivo ele obsta, por exemplo, que profissionais do sexo se compreendam legitimamente como trabalhadoras.

A partir do recolhimento de tributo previdenciário, as profissionais do sexo passam a ter um conjunto de direitos garantidos, como aposentadoria, salário-maternidade, pensão por morte, benefício por incapacidade temporária (auxílio-doença), auxílio-acidente etc., assim como todas as outras pessoas trabalhadoras contribuintes. São garantias que possibilitam uma melhor organização e gestão da vida. Ante o exposto, importa reter que no caso de Maria Vitória, a responsabilidade unilateral pelo sustento e o direito laboral não acessado a impeliram a retornar ao trabalho tão logo quanto possível, após o nascimento da criança. Ademais, a resposta “se eu não trabalhar, quem vai comprar as fraldas?” reverbera outras realidades. A deslegitimação social não apenas coloca em disputa o direito de ser mãe, mas, também, obsta o acesso a direitos. Esse óbice se dá em diferentes níveis. Muitas dessas mulheres, ainda que reivindicuem a necessidade de “trabalhar”, às vezes não concebem a atividade que exercem como trabalho de fato. Noutras vezes, ainda que tenham conhecimento de se tratar de trabalho com direitos garantidos, não se sentem à vontade para se assumirem formalmente como trabalhadoras sexuais, seja em função de trabalharem em segredo, seja em função de não estarem dispostas a lidar com uma exposição mais deliberada, como inserir no registro laboral a categorização de profissional do sexo.

Para além do não acesso a direitos, outro elemento que insurge a partir do silêncio e de não ditos na experiência de Maria Vitória em tornar-se mãe é a figura [ausente] do pai. Em momento algum o progenitor da criança foi mencionado. Nem quando das conversas sobre a gravidez, nem posteriormente, quando do nascimento da criança. Sem poder recorrer à seguridade social, sem partilha parental de responsabilidades quanto ao sustento, cabe exclusivamente à mãe “trabalhar para comprar as fraldas”.

Chamo a atenção para o fato de que nas experiências de maternidade entre trabalhadoras sexuais a ausência paterna se torna aceitável, posto que não é culpabilizada socialmente. É como se no espectro de uma maternidade ilegítima, a não paternidade ganhasse contornos de legitimidade, recrudescendo as culpas imputadas às mães e sobrecarregando-as de responsabilidades.

“Tenho dois filhos. Mando dinheiro para eles todo mês!”

Conheci Maria Rúbia na zona. Do norte do Brasil, decidi circular pelo país migrando entre boates, sempre por indicação de outras colegas. Uma mulher bem alta, com cerca de 30 anos. Investe no visual. Cabelos impecáveis, com apliques compridos e coloridos, unhas de gel com a manutenção em dia e cílios alongados. Na primeira vez em que a vi, estava com uma maquiagem marcando bem os olhos, batom escuro. Vestia um sutiã vermelho todo transparente, saia de onça e salto alto. Nas mãos, uma taça de plástico com vinho doce. “De amarga, basta a vida” – ela me disse.

Apesar de o corpo estar explicitamente para jogo na pista do mercado do sexo, Maria Rúbia mantém sua intimidade resguardada. Nas conversas que mantivemos, nomes de pessoas e cidades, por exemplo, jamais eram mencionados. Ainda que partilhasse um pouco de sua história, havia sempre uma atmosfera de segredo, deixando clara a intenção de preservar as pessoas sobre quem falava. Ela também questionou se em minha pesquisa eu precisaria de fotos ou vídeos, uma vez que a família imaginava, mas não tinha certeza de que ela era puta.

Maria Rúbia se definia como uma “garota de programa que trabalhava muito”. “Tenho dois filhos. Mando dinheiro para eles todo mês!”. A segunda frase veio a reboque da primeira, quase numa dinâmica de complementariedade, confirmando uma prática observada e já mencionada, que é de acionar a maternidade e o sustento de filhos diante de pessoas até então desconhecidas como algum tipo de justificativa ou motivo para se estar no trabalho sexual.

Circular entre zonas sem periodicidade fixa e trabalhar na medida em que o mercado está favorável, inviabiliza que as crianças a acompanhem. Quando nos conhecemos, ela estava mais de mil quilômetros distante de casa. O pai dos filhos, com quem foi casada por quinze anos, é egresso do sistema carcerário. O longo tempo de relacionamento permitiu que fosse construída uma boa relação com a ex-sogra, que é quem ficava com os meninos e contava com o auxílio de uma babá, paga com o dinheiro enviado pela mãe todo mês. Segundo Maria Rúbia, a avó paterna ama as crianças e cuida delas com muito carinho, de maneira que esse vínculo é tranquilizador para a mãe. Para “não perder a infância das crianças”, fazia chamadas de vídeo regulares, para “diminuir a saudade”. Essas chamadas também eram realizadas em qualquer momento em que fosse acionada pela sogra ou pela babá, quando alguma das crianças porventura precisasse ser chamada a atenção de maneira mais severa: “não é

muito bom, porque eu já tô longe e ainda apareço no telefone pra xingar ou brigar. Mas tem que ser assim, né?” (Maria Rúbia, caderno de campo, 2023). O envio de remessas e a tecnologia permitiam, portanto, que Maria Rúbia se sentisse cumpridora de seu papel – fosse cuidando por meio do sustento ou do uso de sua autoridade materna e, também, se fazendo presente no cotidiano e buscando amenizar a própria saudade. Ademais, Albert e Drothbohm (2015), ao considerarem estratégias de cuidado desenvolvidas por pessoas que migram, apontam que “práticas sociais estabelecidas, como telefonar, enviar presentes e cartões, e visitas regulares, constituem e reafirmam laços sociais que, de outra forma, poderiam ser prejudicados pela experiência da separação” (p. 6, tradução minha).

A maternidade, entretanto, não era a única questão familiar que a atravessava. Maria Rúbia também trabalhava muito para “ajudar” a mãe, mas estava se cansando. A mãe vivia um relacionamento abusivo e sofria muitas violências. O companheiro, além de “beber o dinheirinho dela todo”, a humilhava verbalmente e, de vez em quando, batia. Comentei com Maria Rúbia sobre o caso de uma conhecida minha que havia passado por uma situação delicada de violência doméstica⁸⁵. Fiz menção ao quanto é difícil para algumas mulheres perceberem e, principalmente, saírem dos ciclos de violência. Mas Maria Rúbia disse que já estava mesmo desistindo de ajudar a mãe, tanto financeiramente quanto por meio de conselhos. Se mostrava realmente cansada. Contou, por fim, que havia sido estuprada pelo padrasto quando tinha treze anos de idade – o mesmo cara que estava com a mãe até então. A mãe nunca acreditou nela. E cerca de vinte anos depois, Maria Rúbia ainda não havia desistido da mãe. “Hoje eu consigo falar disso sem chorar. Eu já sofri muito com isso. Já chorei demais. Hoje eu tô forte. Eu sou uma mulher forte” (caderno de campo, 2023), se justificou.

Apesar de se colocar como uma mulher forte, Maria Rúbia vive cotidianamente o dilema entre a dor de ter sido desacreditada pela mãe e daquilo que entende como obrigação de filha – não desistir de ajudar a essa mãe, emocional e financeiramente – apesar do cansaço e da espoliação por parte do homem que a estuprou. A distância dos filhos também é um aspecto que tornam evidentes as angústias de Maria Rúbia, o que reverbera a afirmação de Lobo (2014) quanto aos filhos serem, ao mesmo tempo, motivo e dificuldade nas tomadas de decisão de mães que se ausentam para trabalhar, resguardadas as distinções de contexto desta investigação e da investigação de Lobo.

⁸⁵ Narrei e analisei a referida situação em um artigo publicado na revista *Antropolítica* (Teodoro, 2024b).

A negociação e a manutenção dos papéis de mãe e filha na vida de Maria Rúbia abarcam, portanto, lidar com mágoas e traumas, estar disponível para dar conselhos e mandar dinheiro para a mãe, viver a própria saúde, se fazer presente com mediação de tecnologias, impor sua autoridade materna, prover o sustento dos filhos etc. Em todos esses aspectos emerge uma organização complexa daquilo que entendo como pertinente para se pensar nas formas de cuidado possíveis a mulheres como Maria Rúbia. Estão envolvidas questões materiais simbólicas, em uma dinâmica de fazer família em que a distância é um elemento sempre presente, seja ela física ou emocional, mas que não implica em dissolução de laços.

“Eu te amo desde quando você estava dentro da barriga de sua mãe”

Maria Beatriz trabalha circulando entre quatro cidades, fazendo temporadas em zonas que também oferecem hospedagem. Tem cerca de trinta e cinco anos e está no trabalho sexual desde os dezenove, com algumas interrupções. Ficou casada por alguns meses, quando aderiu à religião evangélica, por exemplo. Se define como uma mulher que não vai sempre à igreja, mas que guarda sua fé, independentemente de ser puta – maneira como se autorreferencia, em função de ser a maneira como a sociedade a chama. Noutros momentos, tentou se adaptar a outros trabalhos, “com carteira assinada e tudo”, mas a falta de gestão sobre o próprio tempo e os ganhos inferiores aos da zona acabam estimulando-a a retornar.

Uma das grandes paixões de Maria Beatriz é o sobrinho, cujo nome foi tatuado em um dos braços assim que a irmã, quando grávida, descobriu o sexo do bebê. Além da tatuagem, ela carrega o orgulho de ter comprado o enxoval do garoto quase todo, porque estava em uma maré boa de trabalho quando ele estava para nascer. “Eu te amo desde quando você estava dentro da barriga da sua mãe” é a declaração de amor da tia postada em uma de suas redes sociais, num dos aniversários do menino.

Quando ouvi sobre o sobrinho pela primeira vez, perguntei à Maria Beatriz se ela tinha vontade de ser mãe. Seu semblante ficou sisudo. Comecei a recuar, mas ela respondeu – ríspida e breve, como quem não desejasse render o assunto. Teve um filho que faleceu ainda na primeira infância, por problemas de saúde, os quais ela sequer mencionou. Não houve um suspiro ou uma lágrima. Apenas a testa franzida e o olhar fixo para um ponto qualquer e, na sequência, “mas deixa eu te falar do meu sobrinho...”.

Apesar do afeto e da assistência material dedicada ao sobrinho, Maria Beatriz possui relações voláteis com a irmã, que faz uso de substâncias. Certa feita, Maria Beatriz me acionou, pedindo um dinheiro emprestado, porque estava sem trabalhar havia uns dias. A irmã havia tentado se matar por meio da ingestão de doses significativas de medicamentos, bebida alcóolica e cocaína. Maria Beatriz saiu às pressas para a cidade onde a irmã residia, para acompanhá-la no hospital. Diante das circunstâncias, se viu obrigada a ficar por perto o tempo todo, temendo outra tentativa de suicídio. Segundo ela, dentre as outras pessoas da família ninguém tinha disponibilidade, pois todos trabalhavam e já estavam cansados das atitudes da irmã. Via-se obrigada a assumir aquele papel de cuidadora, pois se tratava “de sangue do sangue dela”.

No exercício do que considerava obrigação familiar, passou por diversas situações delicadas. Era o tempo todo questionada pela irmã quanto a estar ali, sem ser convidada e sem que seu auxílio fosse solicitado. Cozinhou, lavava, arrumava a casa, vigiava a irmã, cuidava do sobrinho e pagava as contas que chegavam, recorrendo a venda de fotos sensuais ou a empréstimos de clientes, os quais quitaria posteriormente por meio de serviços sexuais. Nos diálogos que mantivemos, sempre reclamava, chorava, se mostrava angustiada.

Certo dia, disse que não aguentava mais. Disse que a irmã havia surtado e a agredido fisicamente. Perguntou se podíamos conversar por uma chamada de vídeo. Assim que a câmera abriu, a percebi desolada. Enquanto fumava um cigarro de maconha, ficava com o olhar perdido. Suspirava, fungava. Estava claramente segurando as lágrimas. “Minha irmã acordou igual um demônio me xingando mandando eu ir embora, entendeu? Voou no meu pescoço, arrebitou o meu cordão, entendeu? Jogou um pouco de coisa minha fora pela janela, lá no barranco, chutou minhas pernas. (Maria Beatriz, 2023, caderno de campo).

Em meio a tanta instabilidade, o pai do sobrinho de Maria Beatriz tomou conhecimento do que estava ocorrendo e buscou o menino na escola, sem avisar à mãe e decidiu que não o entregaria sem intervenção da justiça. O menino, de fato, estava presenciando as investidas da mãe contra si mesma e contra a tia. Apesar da lida com a irmã adoecida e de sua própria exaustão emocional, Maria Beatriz ficou muito revoltada com a situação.

Diante da partida do sobrinho, das tensões e de altos e baixos no dia a dia, começou a se automedicar. Cumprindo a obrigação de cuidar, imposta a si mesma, se

colocou em último plano. Vez ou outra, ela e a irmã recebiam uma visita da mãe, que tinha pressão alta e sempre passava mal ao ver como estavam as coisas: “minha mãe implorou para eu continuar aqui, chorou. Tava nos olhos dela o cansaço. Ela não aguenta mais tanto problema, tadinha. Ela tá sofrendo demais, também tá com depressão aguentando tudo isso. Ela é muito sofrida. Sempre foi.” (Maria Beatriz, 2023, caderno de campo).

Noutra ocasião, me enviou um vídeo. Era a filmagem de um quarto. A irmã de estava jogada na cama. Enquanto perguntava sobre o que havia tentado fazer, Maria Beatriz filmava a varanda e mostrava a altura do prédio. Perguntou a irmã o porquê de uma cadeira estar ao lado do guarda corpo e o porquê dela ter tentado pular. A moça mal conseguia balbuciar algumas poucas palavras. Maria Beatriz insistia – “por que você fez isso? Você não tem dó da sua família? Não tem dó de mim? Que estou aqui por sua conta e não posso nem ir ali fazer as coisas que preciso fazer na cozinha? Que estou quase enfartando?” A irmã não respondia. Maria Beatriz perguntou o que ela guardava no bolso e foi logo metendo a mão. Pegou um blister de comprimidos que estava vazio. A irmã havia acabado de tomar uma cartela inteira de clonazepan.

Maria Beatriz também havia enviado o vídeo para os pais que, por fim, buscaram a irmã e levaram-na para casa deles. Frente à ausência da irmã, sugeri a Maria Beatriz que tentasse descansar, dormir, para tentar se recuperar um pouco.

Eu tenho conta pra pagar, eu preciso trabalhar. Eu tô esgotada demais da conta! Minha mãe também falou que eu preciso descansar. Agora eu vou ter um final de semana de paz pra descansar e colocar minha cabeça no lugar, porque eu tô ridícula, minha mãe falou. Minha cara tá muito feia. (Maria Beatriz, 2023, caderno de campo).

Ser chamada de ridícula pela mãe me soou algo cruel. Mais cruel ainda se consideradas as circunstâncias. Maria Beatriz estava cumprindo – sozinha – uma função de cuidado e dedicação total à irmã. Tentei lembra-la do quanto ela era bonita e que ela apenas precisava descansar para se recuperar um pouco. “Pois é. Deus te ouça. Eu recebo em nome de Jesus. Paz. Paz. Sempre paz.” – me respondeu. A beleza é um atributo muito valorizado por alguns clientes. Eu sabia que o fato de se sentir feia ia muito além do mero bem estar. Os muitos dias parada para cuidar da irmã não apenas deixaram Maria Beatriz cansada física e emocionalmente. Também impediram que ela trabalhasse. Ela precisava, portanto, ficar bem, se sentir bonita o suficiente para retornar à batalha.

Maria Beatriz deu uma pausa na própria vida, se colocou de lado e largou o trabalho para poder estar perto da irmã. Mesmo impedida de sair de casa no exercício de um cuidado intenso e vigilante, como exigiam as circunstâncias, o trabalho sexual, seja pela negociação de fotos ou por pagamentos prévios por serviços sexuais, foi o que proveu o sustento naquele período. Foi um esforço duplo – de cuidar sustentando e cuidar no exercício do cotidiano. Importante lembrar de quando ela contou que decidiu fazer a tatuagem com o nome do sobrinho, e se gabou ao dizer que “gastava dois mil reais facilmente em uma loja” para comprar coisas para o menino que iria nascer. Sugiro, pois, que essas práticas de cuidado, especialmente da perspectiva do sustento, cumprem a função de legitimar papéis das trabalhadoras sexuais dentro de suas famílias, para além exclusivamente da questão da relação de mães e filhos. Além da maternidade, a sociedade também deslegitima a camada familiar da existência dessas pessoas. Elas não são concebidas enquanto pessoas que pertencem a uma família. Essa deslegitimação pode acabar sendo incorporada por essas mulheres, por essas trabalhadoras, de maneira que o sustento, por meio do trabalho sexual, se torna uma ferramenta para se afirmar enquanto alguém que pode prover algo valioso às pessoas pertencentes aos laços familiares. E isso se dá independentemente das tensões, das ofensas familiares, do preconceito dentro do ciclo familiar. Maria Beatriz vinha sendo ofendida, desqualificada, dispensada pela irmã, mas estava ali, cuidando na medida em que incorporava tal atitude como uma obrigação inescusável.

A relação de interlocução com Maria Beatriz teve uma carga de intensidade bastante específica, emocionalmente falando. Em alguns momentos eu me sentia quase que obrigada a prestar alguma assistência a ela, fosse recebendo chamadas de vídeo em momentos inesperados, fosse perguntando com frequência como as coisas estavam. De vez em quando via uma ou outra foto de Maria Beatriz se declarando para a mãe, a irmã e o sobrinho, nos *status* do *WhatsApp*. Eu interagia, geralmente me mostrando contente por as coisas estarem bem. As respostas sempre giravam em torno de um amor dedicado unilateralmente. “A gente ajuda, mas se o outro não quiser não tem como né? Tô acostumada a sofrer levar na cara rs. Ih, menina! É assim q sou pra ela. Lixo. Me trata bem só de fingidade.” (Maria Beatriz, 2023, em mensagem via *Whatsapp*).

Em alguma medida, as relações familiares de Maria Beatriz se constroem por meio de aproximações e rupturas, sobrecarga de cuidado, abuso financeiro, declarações de amor e humilhações, o que corrobora de maneira significativa com os postulados de Carsten (2014) sobre os aspectos negativos do parentesco e, também, com os

argumentos de Sahlins (2011a, 2011b) quanto à mutualidade do ser, especialmente ao se observar que Maria Beatriz abandona a própria vida para viver a vida da irmã, demonstrando que para ela, de alguma maneira, as duas estão intrinsecamente ligadas.

O trabalho que exerce não é necessariamente um segredo, mas também não é um assunto bem-vindo ao seio da família. As ajudas financeiras e o suporte presencial em momentos de tensão e quando ninguém se dispõe proporcionados por Maria Beatriz operam, portanto, para que a puta seja tolerada pela família.

O cuidado na autobiografia de Lourdes Barreto

Todos os dias eu atravessava a rua para amamentar minha filha. Era a mesma luta. Ficava olhando pra um lado e pro outro, ver se não vinham os policiais. E em uma dessas vezes atravessando a General Gurjão pra Padre Prudêncio, na parte da manhã, para amamentar ela, que tinha de dois ou três meses, fui presa. Quando cheguei lá na delegacia, o delegado de polícia era amante de uma das cafetinas de onde eu já tinha morado. A Long Beach. Quando me viu foi logo falando com o investigador que me levou presa: “Eu já disse pra tu fazer de conta que não tá vendo ela na porta? Porque senão eu não vou fazer mais nada, vou só ficar prendendo puta! Não traz a porra dessa mulher mais presa! Essa mulher não faz bronca! Essa mulher é legal!”. Assim mesmo fiquei lá o dia todinho sentada num banco, não me botaram na cela, o peito escorrendo leite. (Barreto, 2023, p. 82-83). [experiência vivida no contexto da Ditadura Civil-Militar no Brasil – 1964-1985]

“Tenho o papel de cuidar”, afirma Lourdes Barreto (2023) na página 169 de seu livro – Putabiografia – no capítulo intitulado “Meu maior patrimônio” e que é dedicado à família. Mas o sentido de “cuidar”, para ela, vai para além da família: “o meu instinto é de cuidar – cuidar dos filhos, dos netos e dos bisnetos, e cuidar da sociedade. É meu papel enquanto ser humano, enquanto faço parte desta sociedade, meu papel é justamente cuidar das pessoas.” (p. 169). Por conhecer a trajetória de Lourdes, compreendo que a ampliação do papel de cuidar se conecta à sua figura pública, militante política e ativista pelos direitos das trabalhadoras sexuais, estendendo o que entende como cuidado a uma esfera mais coletiva e pública.

Batizada Maria de Lourdes e nascida em uma família com boas condições econômicas, afirma que optou pela prostituição porque queria “viver os dois lados da moeda dentro das concepções de valores de uma sociedade” (p. 33). Mas não só:

Eu me vi uma mulher que saiu para trabalhar, ir atrás, criar e educar os filhos. Tive o prazer de gozar a maternidade e assumir a maternidade a paternidade sozinha. Por outro lado, vi uma mulher nordestina, forte, corajosa, determinada, que também sonhava com a maternidade. Eu sou mãe de quatro filhos, avó de dez netos e bisavó de oito bisnetos. (Barreto, 2023, p. 33).

A enunciação da posteridade vem logo no início da autobiografia. Atuante desde os primórdios do movimento social das trabalhadoras sexuais brasileiras, Lourdes sempre envolveu a família em seu ativismo e atividades públicas. Na mesma medida, nunca se furtou de assumir o trabalho sexual diante da família, especialmente dos filhos, mesmo antes de se tornar uma referência no movimento organizado:

Eu nunca escondi dos meus filhos de onde eu levava o dinheiro. Desde cedo eu contava. Não com 2 ou 4 anos porque não iam entender. Mas depois, eu deixava bem claro de onde levava o dinheiro. Porque ninguém chega com dinheiro em casa no dia que sai pra trabalhar. E a puta faz isso. Todo dia chega com dinheiro em casa. (Barreto, 2023, p. 51)

Resguardadas as especificidades do que Lourdes classifica como cuidado num sentido mais amplo, no que tange à esfera familiar, a conciliação das demandas da maternidade com o exercício do trabalho sexual revelam dinâmicas comuns a experiências de outras trabalhadoras sexuais. Lourdes conta que foi uma das primeiras prostitutas que entrou no garimpo de Serra Pelada para trabalhar: “tinha deixado meus filhos com a família. Vim deixar dinheiro e resolvi voltar. [...] Porque onde tem homem, grandes projetos, a primeira coisa que começa a crescer é a prostituição.” (Barreto, 2023, p. 51). Entra em jogo o cuidado implicado na conjunção de mobilidade, sustento e reorganização das tarefas cotidianas com os filhos. Nesse caso, a rede acionada foi a familiar. Mas Lourdes vivenciou diferentes fluxos de trabalho sexual. Nem sempre esteve tão longe de casa, como quando passava temporadas em Serra Pelada. Noutras situações, contava com pessoas de fora da família:

Quando fechou aqui a zona e fui morar no subúrbio, às vezes passava um vizinho meu: “ah, vizinho, tá tudo bem lá com meus filhos? Logo mais já estou indo. Estou acabando de fazer meus programas e estou indo!”. Eu nunca neguei, nem pra vizinho, nem pra ninguém, que eu era puta. Para mim era um trabalho como outro qualquer, me via uma mulher trabalhando pra pagar

minhas contas, manter meus filhos na escola e fazer meu trabalho sexual (Barreto, 2023, p. 73).

Naquela época [contexto da Ditadura Civil-Militar] as prostitutas mais antigas, que não estavam trabalhando, passavam a cuidar dos filhos das prostitutas mais novas. Tomavam conta dos nossos filhos e a gente pagava. A minha filha não podia ficar na zona comigo, morava numa casa que a prostituta mais velha mantinha nos arredores da zona, uma casa que tinha lá desalugada. A Dona Selma, que era ex-prostituta, tomava conta dos filhos das mulheres e passou a tomar conta da Leila. (Barreto, 2023, p. 82).

Fosse por meio da camaradagem da vizinhança ou remunerando uma antiga colega de batalha, sem esconder o que fazia e dando conta sozinha de todo o sustento familiar, Lourdes deixava os filhos sob cuidados e vigilância para poder trabalhar. E a responsabilidade exclusiva pelo sustento se justificava, em certa medida, por desdobramentos da incorporação do estigma: “naquele tempo, cinquenta e tantos anos atrás, como é que eu ia cobrar paternidade de um filho? Ninguém queria assumir filho de puta. A primeira coisa que ia dizer era: ‘ah, filho de puta não tem pai’ [...] A sociedade até hoje diz isso.” (Barreto, 2023, p. 204). Retomo, portanto, a ideia de que nas experiências de maternidades entre trabalhadoras sexuais, a ausência paterna ganha contornos de legitimidade. O trânsito temporal de Lourdes também é pertinente para refletir acerca da permanência de uma moralidade ambígua, que ao mesmo tempo em que coloca em xeque essas mães, absolve os pais.

A parentalidade unilateral, para além da responsabilidade total pelo sustento, também suscitava outras responsabilidades que Lourdes considerava fundamentais na criação dos filhos, como transmitir valores e impor autoridade:

Eu sempre ensinei pros meus filhos que a principal coisa do ser humano é caráter, e o caráter é construído no processo de educação, da família. [...] Não fui a melhor mãe do mundo, nem nunca seria, mas também não fui a pior mãe do mundo. Fui aquela mãe que sempre procurei estar presente, procurei ver. Na hora de ser brava, eu era também, na hora de botar moral, aqui eu mando. Acho que quem manda mais aqui sou eu. De onde é que veio a comida? Veio lá da zona, trabalhando lá, fazendo programa com os homens pra trazer o dinheiro. (Barreto, 2023, p. 204-205).

Octogenária, Lourdes segue sendo uma mulher que cuida de si, da família, do ativismo e da sociedade, nos termos dela mesma. E agora, além de tudo, também inspira enredo de escola de samba⁸⁶.

Sustento como via de legitimação da feitura familiar – alguns sentidos e desafios

É fato que a dimensão econômica atravessa toda nossa vida, inclusive as organizações familiares – e todas elas. Afinal, como pontuado por Zelizer (2009), “há mercados por toda parte.” (p. 141). Porém, no caso das interlocutoras de minha pesquisa, o elemento sexo impõe questões sensíveis. Não apenas no que tange ao trabalho em si, mas, também, quanto ao sustento que por ele é viabilizado. No bojo da deslegitimação social de suas existências para além do sexo pago, a capacidade de prover o sustento, bem como a respectiva noção de cuidado a ele intrínseca, confere sentido às experiências familiares de trabalhadoras sexuais, especialmente às experiências de maternidade. A produção desse sentido perpassa o direcionamento de um dinheiro lido socialmente como sujo para o cumprimento de obrigações familiares e manutenção de afetos e vínculos. Ao pesquisar o trabalho sexual exercido por homens em Portugal, Guilherme Passamani (2024) acompanhou os fluxos do dinheiro quando do retorno de alguns interlocutores para o Brasil. A decisão de fazer investimentos diversos, especialmente no mercado imobiliário, incluindo-se muitas vezes comprar casas para mães e/ou pais, objetivavam atribuir sentidos de legitimidade a um dinheiro ganho por meio de um trabalho abjeto. Passamani classificou essa ressignificação como “lavagem moral do dinheiro”, e a elucida da seguinte maneira:

Esse processo de supostamente “limpar” o dinheiro “sujo” é parte, em minha ótica, de uma economia moral. Há um ordenamento de regularidades e regras para empreender esse movimento. Ele é pensado. Ele é articulado. Ele é minuciosamente operacionalizado. Os discursos são controlados. As ações são estrategicamente negociadas entre pessoas de confiança e levadas a cabo em setores distanciados do “negócio do desejo”. Há o suposto das brechas, por onde isso escapa e

⁸⁶ Em 2022 Lourdes Barreto foi homenageada no enredo do Grêmio Recreativo Escola de Samba Piratas da Batucada, intitulado “Um *rendez-vous* de grandes mulheres”. A homenagem diz respeito à importância histórica e cultural de Lourdes como boêmia, prostituta e ativista de Belém do Pará (Para mais informações, ver Barreto, 2023). Em abril de 2025 a escola de samba carioca Porto da Pedra anunciou que o enredo de 2026 será em homenagem às profissionais do sexo. Rapidamente a notícia circulou entre as ativistas e eu soube por meio de grupos de *Whatsapp* que tanto Lourdes quanto Monique Prada haviam sido procuradas pelo carnavalesco Mauro Quintães para falarem de seus livros. No mês de maio Lourdes, sua filha Leila Barreto e outras trabalhadoras sexuais foram ao barracão da escola de samba e participaram de rodas de conversa com a agremiação.

onde, em tese, alguma ponta desse novelo fugiria ao controle dos interlocutores. No entanto, as táticas e as estratégias, ainda que não intencionais por ventura, parecem ser estabelecidas a partir de uma economia moral que é também social e política ao mesmo tempo. (Passamani, 2024, p. 273).

[...] a estratégia de “lavagem moral do dinheiro do trabalho sexual”, metamorfoseado – por exemplo – na casa própria, configura-se como um elemento de economia moral no sentido que a parte da batalha no trabalho sexual é ressignificada, ocultada, ou apenas encoberta – em alguns casos – na forma de bençãos de Deus que fizeram determinado interlocutor um vencedor. (Passamani, 2024, p. 275).

Compreendo que a noção de lavagem moral do dinheiro também se aplica a meu contexto de pesquisa, mas distintamente. Enquanto para os trabalhadores do sexo brasileiros em Portugal a ressignificação do dinheiro implica, dentre outras coisas, na tentativa de se provar uma empreitada de trabalho internacional bem sucedida, para as mulheres com quem pesquisei essa ressignificação perpassa, principalmente, a validação de seus papéis familiares. Se o ganho advindo do trabalho sexual, via de regra, é questionável e potencialmente sujo, para as mulheres que se comprometem com o envio de remessas para proles e/ou outras pessoas da família, a transformação do sustento em cuidado é um caminho para legitimar não apenas o dinheiro, mas, também, as relações.

Ao argumentar que o sustento é uma prática de cuidado, não me ocorre impô-lo como preferencial, nem mesmo pensar em hierarquias de cuidado nas feitura familiares entre as trabalhadoras sexuais; mas de explorar e demonstrar que se trata de algo valoroso para elas, para muito além da dimensão material. A díade sustento/cuidado se manifesta, por exemplo, na ostentação alimentar por meio do carrinho de supermercado cheio, no poder de compra que permite consumir produtos que não são acessíveis a todas as pessoas, como no caso de Maria Silvia. Se manifesta, também, mas de maneira diferente, no caso de Maria Vitória, que deixa a bebê recém nascida em casa para retornar ao trabalho na zona, porque cabia unicamente a ela a obrigação de manter a filha. Entretanto, mais do que poder comprar coisas, poder sustentar é impor a verdade, que para alguns é bastante indigesta, de que a mãe que é apedrejada simbolicamente pela sociedade é a mesma mãe que coloca comida na mesa e que compra as fraldas da filha que ainda mama no peito.

Em algumas experiências, as variáveis sustento, cuidado e mobilidade aparecem entrelaçadas, como no caso de Lourdes, e nos casos de Fátima Medeiros e Maria

Mariana, mencionadas em momentos anteriores. Alber e Drotbohm (2015) argumentam que “em qualquer tipo de migração, mesmo dentro de um determinado Estado-nação, a ausência daqueles que partiram por motivos relacionados ao trabalho acaba criando vazios no local de origem, onde o cuidado agora precisa ser reorganizado.” (2015, p. 3, tradução minha). Mas no caso das trabalhadoras sexuais, a ausência parece dirimir a dimensão do cuidado, o que compõe algo maior – a deslegitimação social do papel de mãe. É válido reter, também, que a mobilidade se atrela tanto às dinâmicas e fluxos de circulação de mulheres em territórios de prostituição, quanto a maiores possibilidades de manter a profissão em segredo, como no caso de mulheres que não se assumem diante da família e de relações próximas.

No caso das mães que trabalham longe de seus filhos, revelam-se práticas de cuidado simultâneas, não excludentes, logo complementares – o cuidado exercido por quem fica, por meio das práticas e da atenção cotidiana; e o cuidado de quem parte, que se materializa por meio do sustento. Trata-se da mobilização de redes que envolvem dinheiro, disponibilidade, afetos, obrigações etc. e que implica, muitas vezes, em experiências familiares e de maternidades fortemente atravessadas por ausências – longas ou curtas, esporádicas ou com maior constância.

Sustento e cuidado também podem ser observados fora de experiências maternas. No caso de Maria Beatriz, por exemplo, nota-se o cuidado por meio da capacidade de prover o enxoval do sobrinho. Patrocinar o enxoval também pode ser considerado um esforço para nutrir laços com a irmã e para impor a própria existência diante do restante da família. A tatuagem também apresenta uma dimensão simbólica de pertencimento e de amor – tratou-se de eternizar na própria pele o nome de alguém que ainda não havia nascido. É nítida, também, a ideia de que o cuidado é uma obrigação familiar, quando da evocação do sangue para justificar a tolerância diante dos maus tratos e agressões da irmã.

Ainda que o sustento possa ser compreendido como uma prática de cuidado que opera fortemente no universo simbólico e na produção material de relações familiares entre trabalhadoras sexuais, ele pode não ser suficiente e nem possuir a mesma força legitimadora diante da sociedade. Especialmente quando o que está em questão são as relações entre mães e proles. É o que tentarei elucidar a seguir.

O trabalho sexual enquanto “argumento” para separação de mães e filhos

Quando eu estava para concluir a minha tese, eu dediquei a uma prostituta da Praça Onze. Uma mulher que veio da cidade de Campos, para ser empregada doméstica no Rio de Janeiro. Teve um filho com baiano mecânico. Depois ele se afasta dela, ela vai para Comandante Mauriti e ela era chamada de Sônia da Mauriti. Ela arrumava o filho bonitinho aos domingos, trazia na comunidade, e dizer para uma amiga dela, baiana, né: “da Bahia, esse é o meu bebê!”. Aí, a da Bahia respondia pra ela assim: “ele é inteligente, ele é esperto”. Ela então dizia para amiga: “Ele vai ser Doutor!”. Com oito anos de idade essa criança foi raptada pela polícia, da mão dela, e foi colocada no SAM⁸⁷, posteriormente FUNABEM⁸⁸. Ele nunca mais viu a mãe. Com 14 anos ele sai de Quintino, num domingo, para assistir um jogo do Flamengo. Ele descobre, então, que a mãe dele morreu. A versão oficial que ele ouviu é que ela se suicidou. Na fase adulta ele descobre que não foi isso que aconteceu. Ele descobre que na verdade, ela foi assassinada por um policial da Invernada de Olaria. Essa mulher era minha mãe. Esse é meu lugar de fala. (Disponível em:

<https://www.instagram.com/reel/DIWwWk0JXmo/?igsh=MWV4OTUydm1kajZ6>. Acesso em 10 de jun. de 2025)⁸⁹.

Ao longo da investigação doutoral, fui acionada em alguns momentos por interlocutoras de pesquisa para participar de alguns eventos. Uma dessas ocasiões consistiu em fazer uma fala em seminário promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção Rio de Janeiro, ao lado de Diana Soares e Monique Prada. O evento⁹⁰, intitulado “Seminário violência de gênero e o impacto para crianças e adolescentes nos processos judiciais”, aconteceu no dia 9 de outubro de 2023. Nossa participação foi remota e fizemos a composição de uma mesa com o subtítulo “O Direito das Mães Trabalhadoras Sexuais e de seus filhos”. Para além da honra da convocação de minhas interlocutoras e amigas e

⁸⁷ Sigla para Serviço de Assistência ao Menor, órgão predecessor da FUNABEM.

⁸⁸ Sigla para Fundação Nacional do Bem Estar do Menor. A FUNABEM foi criada pela Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964, e tinha como principal finalidade substituir o Serviço de Assistência a Menores (SAM) e implementar uma política nacional para o bem-estar do menor. A fundação era responsável por elaborar diretrizes políticas e técnicas para a proteção da infância e adolescência, além de coordenar as ações das entidades estaduais de assistência social. (informação de domínio público e de fácil acesso em sites de busca na internet).

⁸⁹ Esse relato é de Ivanir Santos, professor de História Comparada na Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi feito na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em ocasião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos incêndios, quando da discussão a respeito da interdição da Vila Mimososa, território popular e conhecido em função de seus fluxos de prostituição. Mais informações em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/prostitutas-vila-mimososa-protesto-alerj/>. (Acesso em 16 de jun. de 2025).

⁹⁰ Tal circunstância foi explorada mais detalhadamente no interlúdio com a história de Diana.

respectivo convite da OAB-RJ, me vi diante de uma oportunidade de levar um diálogo de base etnográfica e antropológica para o campo do Direito. Para a ocasião, minha ideia foi demonstrar como as moralidades sociais podem ser reproduzidas no exercício do Direito, causando impactos nas vidas das trabalhadoras sexuais. Escolhi apresentar três situações de campo, com alguma distância temporal entre si, sendo que em duas houve separação entre mães e crianças e, na outra, uma mãe enfrentava um processo de tentativa de reversão de guarda. Segue uma versão adaptada.

A primeira situação apresentada já foi brevemente mencionada neste capítulo e diz respeito à mãe que, junto a seu filho pequeno, saiu de uma zona rural fugindo do marido (Teodoro, 2024). Tive acesso a essa história por meio da referida criança, que na ocasião da interlocução era um senhor, já idoso. As memórias de infância de José⁹¹ transitavam entre as lembranças da mãe, das colegas que com ela trabalhavam, dos afetos experimentados e dos cuidados recebidos num contexto em que as meretrizes ajudavam umas às outras, formando redes de solidariedade em torno de algumas poucas crianças que viviam na área de zona boêmia. Mas José também presenciou muitos conflitos e cenas de violência. Resguardadas a importância de não se romantizar a presença de crianças num reduto de meretrício, chamo a atenção para o fato de que o meio prostitucional é um meio adulto – e isso não se discute – mas viver ali com a mãe era a única maneira possível de existência.

A narrativa de vida de José conta sobre uma mãe que fugiu de agressões extremamente violentas, por parte do companheiro e pai do filho, em uma área rural. Sem formação e num contexto social de designação compulsória da mulher à esfera doméstica, a prostituição foi o meio possível para recomeçar a vida. Vida difícil, antes e depois, inclusive – o que sepulta o senso comum de se tratam de “mulheres de vida fácil”.

José nunca mais viu o pai depois que a mãe o tomou pela mão para tentar uma nova forma de vida para si mesma e o filho. Mas no que tange ao direito de viver e assumir sua maternidade, nem sempre o algoz de uma trabalhadora sexual é o pai de suas crias. A história de José é atravessada por esforços conjuntos de esfera jurídica, poder público, igreja católica e sociedade civil para a retirada compulsória das crianças de suas mães prostitutas. Uma vez destituídas das mães, eram colocadas em asilos e alocadas em trabalhos braçais, como capina de rua e manutenção de mobiliário de

⁹¹ Publicamos um artigo especialmente dedicado às memórias de José (Teodoro; Carvalho, 2019)

repartições públicas. Aos olhos da sociedade, aquelas crianças – de seis, sete, oito, nove anos de idade – recebiam a oportunidade de começar a construir seus futuros, dignificadas pela benesse de aprender a trabalhar. Entretanto, nenhum pai e nenhuma mãe participantes daquela sociedade desejariam ver seus filhos e filhas sendo agraciados por tamanha “bondade”.

Para além do trabalho forçado, da exploração de mão-de-obra infantil, além de ter sido separado da mãe em diferentes ocasiões, José experienciou preconceito e estigma em muitos momentos. Estudante da mesma escola pública que os filhos das outras pessoas, além de ouvir chacotas em função do trabalho da mãe, era frequentemente isolado pelas outras crianças, as quais recebiam a recomendação de não se aproximarem dele. Além disso, costumava ouvir piadinhas a respeito da própria mãe, que o conduzia apenas até ruas próximas da escola, para evitar que fossem vistos juntos e o filho fosse atacado por outras crianças.

Em uma das situações em que foi separado da mãe, José foi enviado a um asilo, numa cidade que ficava vinte e cinco quilômetros distante de seu local de origem. José conta que houve um episódio de envenenamento das crianças, por meio de leite contaminado. Ao revisitar suas memórias, lembrava das dores que sentiu e da estadia em um hospital, mas sem conseguir precisar por quantos dias ficou internado. Durante a referida pesquisa, tentei acessar o arquivo público do hospital em questão, mas fui frustrada na tentativa. Também busquei informações com outro interlocutor, da área médica, que afirmava não se recordar de tal circunstância.

*

A segunda situação que apresentei foi a respeito de Fátima Medeiros. Poucos dias antes do evento da OAB o Portal Uol⁹² havia publicado uma matéria intitulada “Elas são mães e prostitutas”, com participação de algumas trabalhadoras sexuais, inclusive Fátima. Para a ocasião, escolhi transcrever um trecho que sintetizava a experiência de destituição da guarda da filha mais nova:

Fátima Medeiros, que viveu 30 dos seus 57 anos na prostituição. Ela diz ter perdido a guarda da filha caçula por causa disso. Fátima afirma que sempre gostou de trabalhar com sexo, pois lhe permitia horários flexíveis, uma fonte de renda rápida e mais lucrativa do que o salário que recebia na indústria têxtil. Assim conseguiu sustentar as duas filhas, hoje uma designer de sobancelhas de 39 anos e uma engenheira civil de 29, ambas

⁹² Matéria na íntegra disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/elas-sao-maes-e-prostitutas/>. Acesso em: 25 abril 2025.

frutos de relacionamento com antigos namorados. Mas, por sete anos, ela teve de visitar a caçula sob supervisão de assistentes sociais. Até os 8 anos da menina, ela dividia a guarda com o ex-companheiro. Fátima não quis mais que a criança ficasse com o pai ao saber que a madrasta sofria violência. O pai então entrou com uma ação afirmando que Fátima não era adequada para criar a filha devido à profissão. E ele ganhou na Justiça. O Conselho Tutelar entregou a criança ao pai durante o processo, para investigar possíveis riscos. Fátima só podia vê-la sob vigilância. (Trecho de matéria com Fátima Medeiros, disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/elas-sao-maes-e-prostitutas/>. Acesso em: 25 abril 2025.)

Esse processo data do início dos anos 2000. E, para além da síntese, a entrevista destacou uma fala de Fátima: “A juíza ainda sugeriu que eu mudasse de profissão. Isso foi devastador. Tanto que minha filha foi diagnosticada com transtorno bipolar. E, quando completou 18 anos, o próprio pai a entregou para mim, porque não aguentava vê-la chorando.”. Não bastasse a separação da filha, Fátima ainda foi exposta ao preconceito da juíza, que a recomendou mudar de trabalho, a despeito da prostituição não ser criminalizada, segundo o código penal. O que revela que instâncias do Estado, por meio de seus agentes, também aderem a moralidades e perspectivas que estigmatizam o trabalho sexual.

*

Para falar da terceira situação de pesquisa, chego ao ano de 2023. Uma interlocutora da atual pesquisa estava vivendo um processo de tentativa de destituição de guarda, por parte do pai da filha. Maria Teresa havia vivido uma união estável com o pai da filha mais nova. O núcleo familiar era formado por ela, o companheiro, o filho mais velho (de outro relacionamento) e a filha mais nova. Entretanto, diante de violências patrimonial, verbal, moral e física, decidiu tomar as rédeas da vida sem ele. Encontrou no trabalho sexual uma alternativa que considerou viável para se manter e manter as crianças. O filho mais velho morava com a família materna extensa, que não sabia que Maria Teresa era trabalhadora sexual, e a caçula morava com a mãe. Conheci a mais nova – uma menina saudável, ativa, bem cuidada. Estudava em escola particular e tinha uma babá, o que viabilizava o trabalho noturno da mãe, sem que a menina ficasse desassistida.

O pai não contribuía com a educação da criança – nem da perspectiva material, nem afetiva, nem presencial. Esse pai havia entrado com um processo de reversão da guarda, quando soube que Maria Teresa estava trabalhando em uma zona. A mãe

recebeu visitas de assistentes sociais e de representantes do Conselho Tutelar⁹³, como manda o protocolo nesses casos. Ao mesmo tempo em que precisava se organizar emocionalmente para lidar com acusações de negligência e maus tratos, recebia ameaças do pai da filha. Ela compartilhou comigo alguns áudios recebidos, alertando se tratarem dos mais “leves”. Seguem alguns trechos:

Porque o que cê tá fazendo com minha filha, tá fazendo ela sujeitar... ela tinha um pai que deu muito pra ela, pra sujeitar a qualquer um ficar te comendo, ô sua filha da puta, tá bom? [...]

Cê não quer me dar minha filha porque vai ficar com os outros, sendo que eu que sou homem. Agora, os outros, homem vai ficar com minha filha aí? Filha da puta que gosta de puta vai pôr a mão na minha filha, rapaz? [...]

Eu vou te matar, sua desgraça, só que antes disso, sua filha da puta, eu vou fazer você sofrer demais, sua desgraça. Primeiro eu vou por a sola do meu pé dentro da sua boca. Cê entendeu? Pode jogar isso tudo pra sua advogada aí, ó. [...]

Só que eu já tenho o suficiente, sabe pra quê? Não é só pra tirar minha filha de você não, sua vagabunda! É pra chegar aí e pôr a mão em você. [...]

Você virou uma puta e eu vou te matar, sua desgraça. Eu vou meter o pé nesse dente seu, nem que eu vou pra cadeia. A minha filha vem pra minha mãe. [...]

Esse cara tá com você só pra te comer, porque você é gostosa, né? Eu vou quebrar os seus dentes. Passa isso pra sua advogada, sua desgraça. (Pai da filha de Maria Teresa, 2023).

*

Os três casos me suscitavam questionamentos e reflexões que compartilhei com o público e que reforço neste texto, quais sejam: quais eram, de fato, as disputas apresentadas? O bem estar das crianças era colocado verdadeiramente como prioridade? Tratavam-se de três situações temporalmente distantes, mas que apresentavam algumas interseções, a exemplo das moralidades implicadas nas histórias de José, de Fátima e de Maria Teresa. Moralidades essas que separaram José da mãe e o colocaram, ainda

⁹³ “Lembremos que o Conselho Tutelar é um dos dispositivos criados na esteira de uma série de reconfigurações no campo das políticas públicas de proteção da infância decorrentes da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990 no Brasil. Para que se compreenda a abrangência das atribuições do CT, é importante recuperar sua definição normativa (art. 131 ECA): o CT é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Trata-se de um órgão público sob a responsabilidade do Poder Executivo Municipal e que administrativamente está subordinado às prefeituras o que, segundo Ribeiro (2009), explica a diversidade da sua atuação. Ele foi concebido para agilizar e prestar atendimento não jurisdicional à população infanto-juvenil, possibilitando uma intervenção social que retira da alçada da justiça e da polícia os casos de luta por direito e de assistência às famílias, crianças e adolescentes, sendo um dispositivo gerido por representantes da sociedade civil (Scheinvar, 2012, pp. 48).” (Rifiotis e Rifiotis, 2019, p. 241).

criança, para trabalhar pelas ruas da cidade; que designaram a guarda de filha de Fátima ao pai e que impeliram a juíza a recomendá-la a procura por outro trabalho; que faziam com que o pai da filha de Maria Teresa, apesar de múltiplas ausências, se sentisse blindado, de alguma maneira, ao ameaçar a mãe da filha não apenas da destituição da guarda, mas também de morte.

Tais moralidades eram governadas por um fator comum: tratavam-se de mães que também eram putas-prostitutas-trabalhadoras sexuais. Indaguei à época e sigo indagando a respeito de quais as mudanças e permanências podem ser observadas, em se tratando de moralidades e práticas, ao longo de quase 70 anos, desde o primeiro exemplo até os dias de hoje. Outra questão que busquei evidenciar dizia respeito à maneira como moralidades, valores e convicções pessoais atravessam as práticas burocráticas do Estado⁹⁴ (Baptista, 2013; Malta, Nicácio, 2021; Teodoro, 2024). Práticas essas que, em tese, deveriam primar pela neutralidade.

Para além das situações de pesquisa apresentadas, eu estava ao lado de Monique e Diana – ambas mães, avós, filhas. Ambas, mulheres que viabilizam o sustento de si mesmas e dos seus por meio do trabalho sexual. Monique e Diana representavam ali suas famílias que, como todas as outras, pagam impostos, fomentam a economia, desejam, sonham, criam relações de afeto, vivem dramas e problemas cotidianos. Tratam-se de cotidianos que se impõem à sociedade. Sociedade esta que, nas palavras de Monique (2018), as alimenta, mas não as quer sentadas à mesa.

Trago essa experiência, primeiro, para dar relevo a mais um aspecto peculiar e desafiador do campo desta investigação, viabilizado pelas relações de pesquisa, que nesse caso consistiu na oportunidade de estar ao lado de interlocutoras num espaço público e de, junto a elas, reivindicar o direito ao respeito e ao reconhecimento social de seus papéis familiares e trabalho, dentre outras coisas. Apresentarei a seguir, por meio de pequenos relatos, outras situações em que mulheres tiveram seus papéis de mãe questionados por alguma instância do Estado.

O caso de Maria Alice

Maria Alice está na faixa dos 40 anos. É uma mulher oriunda da classe média, tem curso superior e faz atendimentos presenciais com agendamento prévio por

⁹⁴ Essa questão será melhor desenvolvida adiante.

telefone. A primeira vez que a abordei foi pelas redes sociais. Por um acaso do destino, em uma de minhas incursões em campo, soube que estaríamos no mesmo estado, na mesma cidade. Propus um encontro, ao que Maria Alice atendeu prontamente. Combinamos de almoçar juntas.

Já havíamos conversado um pouco por chats em redes sociais, que era por onde eu também já acompanhava um pouco do cotidiano que ela compartilhava. Apesar de não ser uma ativista, Maria Alice não é uma pessoa anônima no mercado do trabalho sexual, uma vez que seus perfis, apesar de discretos, são de livre acesso aos usuários. Ela já havia me dito que costumava ser muito abordada por pesquisadoras, por motivos diversos, mas eu era a primeira interessada em seu papel de mãe – do qual tomei conhecimento por meio de uma de suas publicações.

Nos encontramos, como combinado. O momento de conhecer pessoalmente as interlocutoras é sempre interessante e, daquela vez, não foi diferente. Algo que sempre costumo informar previamente é que também sou mãe. Acredito que isso, somado ao meu interesse por um aspecto que não costuma interessar às outras pessoas, produz alguma identificação e as aproximações se tornam menos tortuosas. Pedimos algo para beber e ela foi logo contando sua história, sem que eu fizesse alguma pergunta específica.

A filha já é uma mulher adulta. Maria Alice foi mãe bastante jovem, se casou com o pai da filha, mas, a certa altura, a relação parou de dar certo. Ela se orgulha de, apesar de ter sido mãe e se casado muito nova, não abriu mão de estudar. Apesar disso, quando se separou, encontrava muita dificuldade para conciliar a rotina de trabalho em dois empregos diferentes com a função de mãe e dona de casa. O pai ficava com a filha apenas em finais de semanas alternados e a mãe se sentia sobrecarregada.

Sua entrada no mercado sexual é atribuída a um conjunto de situações, desencadeadas pela sobrecarga doméstica e o pouco dinheiro que entrava em relação à quantidade de horas trabalhadas diariamente. O segundo ponto é o fato de gostar de sexo e ter a convicção de que é uma mulher que sabe fazer as coisas na cama. Ela fala disso com orgulho. Desprendida de moralidades que orbitam a sexualidade feminina e que são incorporadas por muitas mulheres, Maria Alice arriscou um primeiro programa. A conta material que não fechava, enfim, fechou. O cálculo entre o ganho financeiro e o tempo dispendido com o cliente, junto da disponibilidade física e emocional para aquele trabalho, a inseriu, de vez, na prostituição.

Entretanto, o pai da filha acabou por descobrir a nova atividade de Maria Alice. Inconformado, decidiu reivindicar a guarda da filha, que à época estava com 10 anos de idade. As coisas não foram conduzidas de maneira amigável e, um dia, bateram à porta da casa da mãe. Era polícia que, junto a um oficial de justiça, tinham ido até lá para levar a menina. Mais tarde, Maria Alice soube que o ex-marido aguardava pela criança na portaria do prédio. Mãe e filha estavam sozinhas em casa.

Enquanto relatava a situação, como se precisasse se justificar, Maria Alice enfatizou que nunca havia atendido nenhum cliente em ocasião que a filha estivesse em casa, pois dividia bem os seus horários e não misturava o trabalho com suas funções práticas de mãe. Mas nada daquilo importava à polícia e ao oficial de justiça. Levaram a menina.

Maria Alice narra que foi uma ruptura brusca, violenta, injustificada, não explicada. A filha sofreu muito e a mãe, mais ainda. Ela era nova no trabalho, não sabia de seus direitos e se viu amedrontada diante das ameaças do pai da filha, que argumentava pela impossibilidade dela ficar com a criança em função de ter se tornado “puta”. Nesses termos. Logo ele, um homem esclarecido e profissional prestigiado da área de engenharia.

Apesar de a filha ter ido para a casa do pai e ter passado a conviver com a nova família que ele havia constituído, quando ficava com a mãe, a menina se queixava, chorava e dizia que não queria estar lá. Num dado momento, o pai levou a filha para passar uma temporada na casa da avó, em outro estado. Naquele período, Maria Alice ficou completamente cerceada do direito de estar com a filha.

Findada a temporada na casa da avó paterna, de volta à rotina de estada com a filha em finais de semana alternados, Maria Alice, orientada por sua advogada, decidiu solicitar a visita de uma psicóloga e uma assistente social. As profissionais entenderam que não havia risco algum para a criança em função de estar em companhia da mãe. A advogada fez a comunicação ao pai a esse respeito e ele desistiu do processo, segundo Maria Alice, diante da iminência de perder a guarda da filha.

A mãe interpreta todo o processo vivido como violento, como descolado dos interesses da criança e orientado pela raiva do pai da filha em relação ao trabalho que ela passou a exercer. Ela também diz que as atitudes dele nada mais eram que um esforço para punir e controlar seu corpo e sua sexualidade.

O caso de Maria Flor

E eu quero falar sobre isso da maternidade, porque eu já fui ameaçada de ter meus filhos tirados de mim, já fui ameaçada de ser botada fora de casa. E pela pressão, eu já quase arrumei minhas malas e fui embora. E aí ia configurar abandono, ia ser pior para mim. (Maria Flor, outubro de 2023).

A primeira experiência de Maria Flor com o trabalho sexual foi antes dos 20 anos de idade. Curiosa com a vida das “quengas” decidiu comemorar um de seus aniversários num cabaré. Se encantou pela liberdade das mulheres, pelas roupas, pelas luzes, pela música, pela atmosfera do lugar. Ela vinha de um contexto conservador, de família religiosa e tinha experimentado uma educação bastante atrelada a noções de sexo enquanto pecado e culpa. O cabaré foi a possibilidade de uma virada subjetiva e experimentação de tudo o que lhe havia sido negado até então.

No interstício de algumas poucas experiências com clientes conquistados na zona, conheceu um gringo, que se tornou namorado e com quem viveu um tempo fora do Brasil. De volta ao país, voltou a frequentar uma igreja e se casou com um antigo namorado. Teve duas filhas e um filho. Após o nascimento das crianças o casamento não durou muito. Maria Flor insistia em uma relação em que ela não acreditava muito, em função da falta de carinho do companheiro. A postura do marido a fez questionar muitas coisas, como a situação de ter se tornado esposa e, inclusive, a própria maternidade.

Eu sou uma criatura livre. Eu não pensava em ter filhos. Eu gostava de viajar. Antes de casar, eu fui para a Europa, para os Estados Unidos. E eu voltei, tudo por uma questão emocional, porque eu sou filha única. Então a minha mãe falava, se você tiver filho aí na Europa, eu não vou. (Maria Flor, outubro de 2023).

Fato é que Maria Flor sentiu falta daquele passado não muito distante. A saudade da liberdade bateu e ela abandonou a relação conjugal para retornar à prostituição. Além da vida livre, Maria Flor também sentia falta de sua relação com o álcool, que ela mesma classifica como vício. Mobilizada pelas paixões particulares, deixou os filhos com a avó materna e passou a migrar pelo Brasil para trabalhar em boates. As reponsabilidades materiais com a prole, entretanto, eram seu principal compromisso. Enviava remessas à mãe para despesas com alimentação, transporte para

a escola e babá das crianças. Entretanto, foi a própria mãe junto do ex-marido que a ameaçaram quanto à perda da guarda dos filhos:

Trabalho sexual dá um dinheiro e dá a possibilidade, muitas vezes, de viajar. E eu gosto disso, de viajar. Então eu mandava dinheiro, estava tudo de boa, mas a minha presença não estava. Aí minha mãe começou a usar isso. A ponto de chamar o conselho tutelar para ver que eu era uma mãe... ela queria provar que eu era uma mãe displicente, isso negligente. Mas na verdade eu não era. Porque meus filhos não estavam sem um adulto supervisionando. Eles sempre estiveram um adulto, a casa sempre limpa. Então, quando o conselho tutelar veio, ela é que foi acusada de alienação parental, pra você ter uma ideia. Então, foi muito vergonhoso para ela. Ela e o pai, porque tem várias questões. As crianças sempre tinham supervisão, estavam na escola, o ambiente de casa sempre limpo, alimentado. Tudo isso é contado como cuidado. (Maria Flor, outubro de 2023).

Não houve destituição da guarda das crianças de Maria Flor. Ela entendeu que a intervenção do Conselho Tutelar não foi necessariamente ruim, especialmente pela maneira como apreciaram e se posicionaram diante da postura da avó das crianças. Mas esta não foi a única questão positiva de um processo que, segundo Maria Flor, poderia ter sido trágico para ela:

Mas é lógico que a parte afetiva, a presença da mãe tem que ter. Nesse ponto foi bom porque me deu uma trava aí. Porque o conselho tutelar falou que afetividade também é importante e eu não podia ser totalmente ausente e tal. Mas tinha questão das drogas, né? Porque na verdade eu fazia de tudo para fugir para eles não me verem na situação de drogada, né? Porque eu usava muito na época. (Maria Flor, outubro de 2023).

O vício assumido não implica em que Maria Flor estivesse completamente dominada por ele, especialmente porque ela se tornou adepta a práticas incentivadas por políticas de redução de danos⁹⁵. As negociações consigo mesma, com seus próprios prazeres, com o trabalho que escolheu exercer e com a maternidade pousavam sobre uma balança que Maria Flor se esforçava para equilibrar. Ueslei Solaterrar e Laura Lowenkron (2025), ao analisar duas interlocutoras de pesquisa lidas socialmente como loucas, concluem que para elas, “cada uma a seu modo e por caminhos diferentes, a

⁹⁵ As práticas de redução de danos são implementadas em territórios de consumo de substâncias, como política pública ou por grupos voluntários, a exemplo das Tulipas do Cerrado que atuam junto à população em situação de rua em Brasília-DF. Tais ações implicam em conjuntos de estratégias que visam reduzir efeitos negativos do referido consumo, sem que ocorra abstinência. Medidas simples como consumo de água, atenção à alimentação e à higiene bucal compõem um conjunto de práticas voltadas ao bem estar das pessoas usuárias, respeitando sua dignidade, seus direitos e sua cidadania. Cabe pontuar que no universo do trabalho sexual, assim como em diversos outros nichos laborais/sociais, o uso de substâncias não é algo incomum.

função mãe foi fator de estabilização psíquica para ambas” (p. 16). A seu modo e segundo seu caminho, a reflexão sobre o exercício da maternidade também ajudou Maria Flor a se estabilizar. O alerta do Conselho quanto à importância da afetividade implicaram em uma nova virada de chave. Maria Flor escolheu reduzir significativamente o uso de substâncias e abriu mão da mobilidade permitida pelas viagens para se fixar junto às crianças. Continuou contando com o auxílio da mãe, não sem tensões ou conflitos. Desta maneira, conseguiu estabelecer uma nova rotina na qual passou a conciliar aquilo que determinou para si enquanto obrigações familiares e maternas, o trabalho e seus “momentos de lazer”.

O caso de Santuzza e alguns ecos do ativismo

Santuzza já foi apresentada no capítulo anterior. Mas guardei um momento específico de sua aula no curso de Defensoras Populares para esta parte do texto. Naquele dia, no auditório da Defensoria Pública de Minas Gerais, apenas seu filho do meio não estava presente. Entretanto, o garoto teve uma pequena parte de sua história trazida a público, num momento sensível, quando Santuzza falava a respeito de enfrentamentos bastante comuns à realidade de trabalhadoras sexuais que são mães. Mais especificamente, no que tange a ameaças de retirada de guarda de filhos e retiradas de guarda consumadas:

Eu já tive problema. Tive tentativa de retirada de guarda do meu filho e a justificativa do trabalho sexual foi usada. E assim, vocês não têm noção da dor que é você ter um filho teu tirado e ficar longe de você. Nem a morte dos meus pais foi tão dolorida pra mim. Meu filho ficou 26 dias longe de mim. 26 dias. E no dia da audiência o promotor falou – “essa audiência aqui não faz sentido, porque foi baseada em denúncia anônima”. O Conselho Tutelar foi completamente, assim, fora do protocolo, porque eu tinha parentes próximos e levaram meu filho pro parente que ele nem conhecia. Parente que não tinha nem o nome do pai dele na certidão, para começar. E aí colocaram visita e eu tinha que visitar. E depois, a desgraçada da tia dele colocou a mãe dela para vigiar as visitas. Ai, que ódio que me deu daquele povo. Eu tinha vontade de voar no pescoço daquela velha. Vigiano a visita do meu filho. [...] E ele pequenininho, tadinho, perguntando “mãe, eu vou embora hoje?”. E aí, eu tinha que inventar “não, a mamãe tá de castigo. A juíza colocou a mamãe de castigo, mas a gente vai sair”. Mas, enfim, como eu sempre fui mãe e me orgulho muito disso, naquela audiência mesmo

devolveram meu filho, viram que aquilo ali não fazia sentido. (Santuzza, maio de 2024, em transcrição livre).

Além da narração dos fatos, Santuzza disse que nessa situação ela sentiu a maior dor da vida dela. Por si mesma e pelo filho. A ruptura brutal e injustificada do vínculo da mãe com o filho pequeno, sem que em momento algum ela tivesse a oportunidade de ter averiguada a qualidade da relação entre os dois precisa ser devidamente nomeada – violência. E violência operada pelo estado sob o argumento da mãe ser prostituta. Ao que Santuzza fez um apelo, em nome dela e das suas companheiras. Se dirigiu diretamente ao público de alunas e disse:

E aí, vocês, enquanto futuras Defensoras populares, eu aqui, como trabalhadora sexual, peço a vocês que levem em consideração o que a gente está falando aqui hoje quando vocês estiverem de frente com casos de trabalhadoras sexuais. Não se ceguem pelo preconceito. Vai conhecer essa mulher, escutem essa mulher, vê qual que é a realidade dela, conheçam os filhos dela, para vocês entenderem que não é o trabalho estigmatizado que vai fazer dela uma péssima mãe ou uma pessoa mau caráter. Essa é a grande importância aqui hoje da gente estar falando [...]. (Santuzza, maio de 2024, em transcrição livre).

Como ativista e trabalhadora sexual habituada a utilizar espaços públicos de fala, Santuzza se valeu de sua experiência pessoal para chamar a atenção para uma questão coletiva, para ecoar outras vozes e, também, para denunciar dentro de um espaço institucional uma prática que não é incomum ao universo familiar das trabalhadoras sexuais. E esta não é uma postura incomum na atuação das ativistas.

Meses antes de partilhar aquele espaço com Santuzza, eu havia presenciado uma situação tensa, mas produtiva. Em outubro de 2023 fui convidada a estar presente em uma ação nomeada “Outubro Rosa para todas as mulheres”, promovida pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do município de Contagem-MG, em parceria com o Coletivo Clã das Lobas, formado por trabalhadoras sexuais de Belo Horizonte - MG. Havia várias esferas do poder público municipal representadas, especialmente da área da saúde e da segurança.

Jade, fundadora do Clã e liderança importante no estado de Minas Gerais, foi uma das protagonistas do encontro. Em dado momento, tomou a palavra e dirigiu falas provocativas a algumas pessoas que haviam se apresentado previamente. E falou o seguinte para a representante do Conselho Tutelar: “Vocês são o apavoramento de toda mãe. As trabalhadoras sexuais têm medo de vocês. Muitas de nós somos apenas mães querendo levar dinheiro pra casa. A trabalhadora é uma mãe que precisa levar dinheiro

para dentro de casa.” (Jade, outubro de 2023). Na sequência se dirigiu a representante de outra área e seguiu com outras reivindicações.

Todas as pessoas a quem Jade havia questionado puderam falar ou dar respostas. A representante do Conselho Tutelar assumiu que tudo o que Jade dizia, fazia sentido. Mas, ao mesmo tempo, defendeu veementemente a função do Conselho como órgão de proteção e fiscalização, logo, não sendo instância decisória no que tange a retirada de guarda. Entretanto, como eu e Jade havíamos cochichado entre nós, é via Conselho Tutelar que se abrem as portas para as decisões judiciais definitivas.

*

Caminhos reflexivos

Não está entre as pretensões deste trabalho analisar o Conselho Tutelar, nem outras instâncias representativas do Estado. O que interessa, num primeiro momento, é enfatizar em que medida algumas interlocutoras de pesquisa se sentiram deslegitimadas como mães frente a alguma intervenção do referido órgão. Cabe, portanto, elucidar alguns pontos à luz de pesquisadores que se dedicaram a analisar questões mais minuciosas a respeito do Conselho Tutelar. Fernanda Rifiotis e Theophilus Rifiotis (2019) ponderam que:

Ao longo de quase três décadas de existência, o CT vem se transformando num dispositivo que atravessa a complexidade da dinâmica das relações familiares, sobretudo nas camadas pobres da população brasileira, e se tornou um vetor fundamental das políticas sociais para a infância e adolescência no Brasil. Por essa razão, ele tem sido objeto de preocupação e de estudos quanto a sua efetividade e alcance social. [...] As pesquisas têm demonstrado de modo contundente que o CT atua como uma importante instância de cuidado, mas também no registro do controle social. De um modo geral, a literatura especializada parece oscilar criticamente, por vezes pendularmente, entre a identificação de uma impotência do Conselho Tutelar em garantir os direitos das crianças e adolescentes e a crítica às modalidades de controle que ele exerce sobre a organização das famílias nas quais ele intervém. (p. 241).

Os autores também dimensionam o caráter de política pública e tecnologia de governo do Conselho Tutelar, que pode funcionar tanto da perspectiva da proteção, quanto do controle. Primando as perspectivas das interlocutoras da pesquisa, talvez a questão mais pungente acerca do Conselho tutelar seja o fato de que ele atravessa as experiências dos sujeitos e famílias sobre os quais intervém. Ainda que aquilo que

algumas interlocutoras interpretem como esfera de sua atuação, não o seja, de fato. Como no caso de Santuzza, que disse que o Conselho Tutelar foi “fora de protocolo” e “entregou o filho” a parentes com os quais o menino sequer tinha contato⁹⁶. Como ocorre na realidade e como esclarecido pela representante do órgão no evento em Contagem, o Conselho não é instância decisória, ainda que possa, num primeiro momento, ter encaminhado a criança aos cuidados de outras pessoas que não a mãe. Mas, também, como comentado por mim e Jade, e reverberando perspectivas de outras trabalhadoras sexuais, é ele quem abre as portas para as demais instâncias do Estado; em outras palavras, a perda da guarda ou sua possibilidade se torna real a partir da atuação do Conselho Tutelar, o que pode ser corroborado pela menção ao órgão também nos processos de judicialização vividos por Maria Teresa e Maria Flor. Resguardadas as questões protocolares no que tange às práticas do Estado de maneira geral, a imagem que trabalhadoras sexuais têm do Conselho Tutelar, *a priori*, é punitiva. Porém, há exceções.

No caso de Maria Flor, lidar com o Conselho Tutelar a levou a reconsiderar a própria situação e, apesar de não ter tido sua maternidade automaticamente questionada ou deslegitimada pelo órgão, por meio dos diálogos com os agentes chegou à conclusão de que seria bom para as crianças que ela passasse a estar mais próxima. Desistiu, portanto, de viver viajando para trabalhar. A atuação dos agentes, neste caso, foi sensível e propositiva em relação à mãe.

É válido, entretanto, retomar uma reflexão que propus no evento da OAB-RJ, quando questionei se o direito não vinha sendo operado a partir da reprodução do senso julgador e punitivista, muito permeado pela intolerância hegemônica às trabalhadoras sexuais. Noutras palavras e reformulando, sigo chamando a atenção quanto à importância de se ponderar que moralidades e convicções pessoais de agentes do Estado atravessam práticas jurídicas e administrativas (no caso do Conselho Tutelar). Pensando nos aparatos do Estado – sejam jurídicos ou conectados a políticas públicas – desde uma perspectiva burocrática, é fundamental assumir que as pessoas que atuam como agentes são atravessadas por moralidades, emoções, valores e fazem escolhas, ainda que no cumprimento de funções regulamentadas (Teodoro, 2024). E no caso do Conselho, penso se tratar de situação ainda mais complexa, uma vez que ele pode ser pensado como uma ponta do fio que conduz aos processos de retirada de guarda e, também, se

⁹⁶ Pondero que a análise proposta se limita às questões colocadas pelas interlocutoras da pesquisa, uma vez que não é parte desta investigação a análise de documentos relativos ao caso relatado.

considerado que quem nele atua são pessoas da sociedade civil, eleitas comunitariamente, não havendo, portanto, um caráter necessariamente técnico no desempenho das funções.

Em sua tese de doutorado, Camila Fernandes (2017) explora as creches em dois morros do Rio de Janeiro enquanto “pontas” do Estado, uma vez que é nesses locais que se dá a interação entre agentes desse Estado e mães, crianças e famílias beneficiárias de políticas públicas. A respeito das pessoas que trabalham nas creches, a autora ressalta que:

Estas são profissionais que se encontram “na ponta” da gestão estatal e devem administrar os pedidos que chegam à recepção, as “histórias tristes” que são contadas e que abundam nas franjas da instituição, a realidade do entorno que bate à porta de maneira insistente, mesmo diante das regras blindadas do “sistema”. No fundo, são vistas como aquelas que, de uma forma ou de outra, podem e devem “dar um jeito” (Fernandes, 2019, p. 381-382).

Considero pertinente traçar um paralelo entre funcionárias das creches e agentes do Conselho tutelar. É válido ponderar que se tratam de situações nas quais cabe a pessoas comuns administrar a complexidade da vida real. São pontas nas quais os agentes envolvidos devem atuar, na prática, com particularidades do cotidiano por meio de regras instituídas para abarcar generalidades. Mas não só, como já colocado recorrentemente há, também, a implicação de valores pessoais, moralidades, emoções, escolhas etc.

Fato é que em todo o tempo há disputa de poder, narrativas e perspectivas quando da intervenção de distintas instâncias do Estado nas relações de maternidade de trabalhadoras sexuais. Cabe rememorar o caso de Fátima, em que a juíza, além de entregar a guarda de sua filha caçula para o pai, recomendou à mãe conseguir outro trabalho. Ao analisar dilemas e paradoxos no que tange ao princípio da imparcialidade judicial, Bárbara Baptista (2013) argumenta que:

para além dos autos do processo, existe um enorme mundo orientado por moralidades e subjetividades que não necessariamente aparecem no processo, mas interferem em seu resultado, porque constituem a personalidade do julgador e conformam a sua visão de mundo e a sua percepção sobre categorias como “verdade”, “justiça” e “direito”. (Baptista, 2013, p. 302).

É pertinente considerar, portanto, que condutas de agentes do Estado e da justiça, não raro, se imiscuem nos processos, apesar de não se fazerem presentes materialmente em documentos e autos, como argumenta a autora.

Seguindo o mote da discussão, convém citar Bruna Angotti (2021), que ao falar sobre julgamentos de casos em que mães tentaram matar ou mataram seus recém-nascidos, chama a atenção para o fato de que as moralidades dos sujeitos que atuam no sistema de justiça orientam e interferem nos resultados dos processos e na tipificação dos delitos. Angotti também pontua que:

Apesar de a parcialidade dos personagens judiciais não ser particular aos casos de mulheres acusadas da morte de seus/suas recém-nascidos/as [...], o tipo penal e as suas peculiaridades permitem que visões arraigadas sobre a maternidade, o feminino, o dever ser materno e o corpo feminino levem a interpretações tão diversas quanto o são as moralidades dos sujeitos envolvidos nos casos. (Angotti, 2021, p. 131).

Para além da contribuição da autora para as reflexões a respeito dos atravessamentos morais nas práticas jurídicas, a ênfase dada às visões arraigadas sobre maternidades e questões do feminino também ilustra como tais noções se fazem sempre presentes em questões judicializadas que envolvam mulheres mães. Não se trata de sugerir que as atuações dos agentes deponham, necessariamente, contra as mulheres, mas que, de fato, comportem perspectivas diversas, a exemplo da seguinte ponderação: “as moralidades dos personagens processuais têm peso considerável nos rumos tomados nos autos, sendo a mulher acusada de matar seu/sua recém-nascido/a considerada mais ou menos cruel dependendo das lentes com as quais a história é vista e narrada” (Angotti, 2021, p. 111-112).

A partir da visão da história por meio de lentes, citada por Angotti (2021), e retomando a discussão para o campo do trabalho sexual, contribui significativamente para o debate recorrer à tese de Janaína Gomes (2022), na qual explora a noção de cuidado em casos de destituição do poder familiar no estado de São Paulo. Me atarei a algumas situações em que a despeito de mulheres afirmarem não serem trabalhadoras sexuais e diante da ausência de provas, tal aspecto era acionado como argumento para desqualificação de suas maternidades:

Nos processos analisados, ainda, dados como prostituição, uso de drogas, quantidade de casamentos anteriores, relações pessoais conflituosas com outros familiares são expostas e reiteradas em laudos, relatórios e petições, de modo que, a proteção e o sigilo parecem ser em face daqueles que estão de

fora nos processos. A afirmação de que uma mulher se prostituía, por exemplo, é usada contra ela ao longo do processo sem, sequer, haver provas de que ela efetivamente se prostituía. A palavra de vizinhas sobre o assunto era suficiente, ainda que a defesa afirmasse o contrário. (Gomes, 2022, p. 76)

Em um dos casos, a todo momento em que se referia à mãe das crianças, afirmava-se que ela se prostituía. A Defensoria Pública juntou inúmeros atestados que comprovavam que ela não se prostituía, que conseguira um trabalho, tinha carteira assinada como faxineira. No entanto, a cada manifestação, o Ministério Público referia-se a ela como mulher que abandonara os filhos para prostituir-se. O elemento da prostituição, mesmo que não me agrida como pessoa ou pesquisadora, me afetava à medida em que, ao longo de 300 páginas de processo, a mulher era chamada de prostituta de maneira humilhante, pois que envolvida com uma conduta incompatível com a maternidade. (Gomes, 2022, p. 88).

O pedido de destituição fala em conduta desregrada, uso de drogas e refere-se o tempo todo ao trabalho de Mariângela como sendo de prostituição, o que é negado constantemente pela defesa, inclusive juntando documentos. (Gomes, 2022, p. 259).

Apesar de não se tratar de uma pesquisa com trabalhadoras sexuais, as cenas em que o elemento prostituição aparece chamam a atenção. Para além das análises da própria autora, os dados, minuciosamente apurados dentro das práticas disciplinares do Direito, são pertinentes a algumas reflexões aqui propostas, além de corroborarem com o argumento da mediação de moralidades e valores particulares na operação da burocracia estatal, dando relevo a especificidades quando aventado ou confirmado o elemento trabalho sexual/prostituição.

A questão principal que quero destacar é uma suposta condição de trabalhadora sexual ser utilizada no conjunto de argumentos utilizados para se desqualificar uma mãe. Para além disso, tensões entre Defensoria Pública e Ministério Público apontam uma disputa burocrática quanto a ser fato ou não que uma mulher se prostituía. Não aparece, entretanto, a ponderação de que ainda que se prostituísse, este elemento não deveria, em tese, sequer ser mencionado, se levado em consideração o fato de não se tratar de crime segundo o Código Penal brasileiro, além de a atividade integrar, como também já mencionado, a CBO-MTE. A própria pesquisadora informa de seu mal estar diante da maneira como a prostituição era humilhantemente acionada, atribuindo à mãe colocada em xeque uma “conduta incompatível com a maternidade”. O que quero pontuar aqui é o *locus* da moralidade na atuação da Defensoria Pública, em detrimento

da dimensão legítima do trabalho de prostituta, fosse ele ou não exercido pela/s mãe/s em questão. Neste caso, moralidades circunscritas pela moral sexual obliteraram aspectos legais inegáveis. O que não é algo incomum.

Em análise sobre disputas entre moralidades e técnicas na atuação de agentes da justiça, Rafaella Malta e Camila Nicácio (2021) colocam sob prisma a Lei de Alienação Parental. As autoras tratam as famílias envolvidas como atores protagonistas e os agentes da justiça como atores coadjuvantes. O resultado evidencia como a atuação dos atores coadjuvantes impacta na promoção ou tentativa de acesso à justiça. Mas uma afirmação me chamou especialmente a atenção:

Seja com uma visão patológica ou situacional sobre a alienação parental, as dinâmicas de interação dos agentes da justiça visam à ‘conscientização’ dos genitores a fim de normalizar suas paternagens e maternagens. **Para isso, eles calibram o uso do discurso jurídico e lançam mão de moralidades diversas, não raro, afastando-se da estrita legalidade para fazer valer o que entendem por ‘justo’.** (Malta; Nicácio, 2021, p. 231, grifos meus).

As autoras ponderam que não é raro que o afastamento da legalidade estrita que dê lugar a noções particulares daquilo que é justo ou não. Isso corrobora com minha ideia de obliteração da licitude inequívoca do trabalho sexual naqueles casos em que o mesmo é mobilizado na intenção de deslegitimar a maternidade de algumas mulheres. Reforço, portanto, que a lente moral que opera em instâncias decisórias carrega especificidades quando o fator trabalho sexual está implicado. É válido, pois, recuperar a proposta de tratar o trabalho sexual enquanto um marcador social da dominação, uma vez que este que pode obstaculizar e, no limite, obstar o acesso de um grande contingente de mulheres e suas crias a direitos que não seriam colocados em questão caso as mães exercessem outro trabalho – inclusive o direito de estarem juntos, em família. Cabe, também, retomar algumas situações.

No caso de Fátima, o motivo da retirada da guarda de sua filha caçula foi o fato de sua trajetória no trabalhado sexual. Importa lembrar, também, que a juíza, além de entregar a guarda da criança para o pai e a madrasta, recomendou à mãe conseguir outro trabalho.

A narrativa de Maria Alice revela que ela se sentiu intimidada pela polícia e pelo oficial de justiça que bateram à porta de sua casa para levar sua filha e entregar ao pai. Não ciente de seus direitos e temerosa quanto ao sistema judicial, amargou a perda da guarda da filha e a convivência restrita, tendo que lidar com os impactos emocionais

não apenas de si mesma, mas da criança também. Posteriormente, entretanto, orientada por sua advogada e melhor informada, tratou de provar que não oferecia risco à menina em função de ser trabalhadora sexual, fazendo com que o pai desistisse da guarda unilateral.

O trabalho sexual foi argumento mobilizado pelo o pai da filha de Maria Teresa, para tentar destituir a mãe da guarda da filha. Ainda que não tenham acontecido intervenções judiciais de fato, as dimensões simbólicas que envolvem o comportamento deste homem têm muito a dizer e ultrapassa a história de Maria Teresa. O que está em questão, para além do fato dele se sentir autorizado a ameaça-la violentamente, é o entendimento de que o trabalho sexual seria um elemento suficiente para atingir seu objetivo e referendar seu comportamento.

Maria Flor soube pelo Conselho Tutelar da possibilidade de perda da guarda dos filhos. Entretanto, os agentes do órgão não aderiram à narrativa da avó e do pai, que tentaram imputar à mãe a inadequação à maternidade em função ao trabalho sexual. Neste caso, especificamente, a mãe foi ouvida e o conjunto de suas práticas e atitudes enquanto mãe foram reconhecidas.

Retomando algumas reflexões da primeira parte desse capítulo, chamo a atenção para algo em comum em todas as experiências aqui apresentadas - o dinheiro ganho pela trabalhadora sexual não é suficiente para legitimar socialmente o sustento e as formas de cuidado por ele viabilizadas. Os sentidos de cuidado atrelados ao sustento, que pode ser pensado de acordo com aquilo que Passamani (2025) categoriza como lavagem moral do dinheiro, nem sempre opera para além da perspectiva das próprias trabalhadoras sexuais. Isso se confirma, especialmente, quando levada em conta a não adesão de pessoas da família ou agentes do Estado a esses modos de pensar na relação entre sustento e cuidado. Ao contrário, o trabalho que se configura como um meio provedor é, muitas vezes, acionado como elemento acusatório. Ademais, algumas dinâmicas de provimento, especialmente aquelas que implicam em ausências regulares ou esporádicas, além de serem acionadas como variável definidora em empreitadas de destituição de guarda, relegam trabalhadoras sexuais a noções hegemônicas quanto um exercício errante e inadequado da maternidade.

Reverbero, novamente, um dos apelos de Santuzza às alunas do curso de Defensoras Populares, no que diz respeito a possíveis situações de atuação de agentes do Estado diante de mães trabalhadoras sexuais, e proponho que possa ser estendido a toda sociedade: “vai conhecer essa mulher, escutem essa mulher, vê qual que é a

realidade dela, conheçam os filhos dela, para vocês entenderem que não é o trabalho estigmatizado que vai fazer dela uma péssima mãe ou uma pessoa mau caráter.” (Santuzza, maio de 2024, em livre transcrição).

CONSIDERAÇÕES PARA O MOMENTO

Vilarejo (Marisa Monte)

*Há um vilarejo ali
Onde areja um vento bom
Na varanda, quem descansa
Vê o horizonte deitar no chão
Pra acalmar o coração
Lá o mundo tem razão
Terra de heróis, lares de mãe
Paraíso se mudou para lá
Por cima das casas, cal
Frutos em qualquer quintal
Peitos fartos, filhos fortes
Sonho semeando o mundo real
Toda gente cabe lá
Palestina, Shangri-lá
Vem andar e voa
Vem andar e voa
Vem andar e voa*

*Lá o tempo espera
Lá é primavera
Portas e janelas ficam sempre abertas
Pra sorte entrar
Em todas as mesas, pão
Flores enfeitando
Os caminhos, os vestidos, os destinos
E essa canção
Tem um verdadeiro amor
Para quando você for*

Assim que cheguei à antropologia fui duramente interpelada e repreendida publicamente por uma antropóloga, em uma ocasião na qual recorri à palavra “humanidade” para questionar os limites da ética e a postura de um determinado fotógrafo de guerra. Além de quase ter desistido de seguir nos estudos em função do ocorrido, desde então, eu vinha tendo grande dificuldade em utilizar o referido termo, bem como outros que dele derivam. Quando isso ocorreu, eu ainda não conhecia Lila Abu-Lughod. Infelizmente.

Ao defender a escrita contra a cultura, a autora (2018) apresenta sua ideia do que seria um humanismo tático. Abu-Lughod elucida que, apesar de desacreditado nos círculos pós-estruturalistas e pós-modernos, além de ser um conceito limitado, ele

continua sendo no Ocidente uma linguagem da igualdade humana carregada de força moral, não podendo ser, portanto, abandonado. O humanismo tático, politicamente necessário, seria um recurso de linguagem capaz de surtir efeito sobre as pessoas.

Recorro à autora, para me juntar a ela quando afirmo que as interlocutoras desta pesquisa experimentam duros processos de desumanização. Diversas das experiências e situações que apresentei ao longo desta tese podem corroborar e confirmar tal afirmação. Destaco a produção social do estigma, por exemplo, que integra e atua nesses processos de desumanização das pessoas imiscuídas no universo do trabalho sexual, assim como as imagens de controle e os próprios imaginários sociais, que relegam às mulheres com quem pesquisei a condição de *outsiders*. Reforço o entendimento de que o espraiamento do estigma alcança diversos aspectos de suas vidas, especialmente da maternidade e das feituradas familiares, além de operar para além das próprias trabalhadoras sexuais, se estendendo às pessoas de suas famílias e relações mais próximas.

A respeito de alguns dilemas e sentidos implicados no acionamento da maternidade e dos papéis familiares, retomo alguns pontos. Há de se admitir que a condição de *outsider* cumpre a função de definir trabalhadoras sexuais a partir de estereótipos, destitui-las da legitimação social no âmbito da maternidade e da família, conforma-las em noções imaginadas e suscita o estigma por meio de emoções como nojo (e correlatos como repulsa e desprezo). Diante disso, reforço a compreensão de que o acionamento dos papéis familiares nas falas dessas mulheres, seja no âmbito público ou privado, desempenha, num primeiro momento, o papel de produzir um deslocamento subjetivo quanto àquilo que lhes é imposto socialmente. Noutras palavras, mobilizar a maternidade pode ser apreendido como um recurso de autoafirmação para dotar de sentido a própria escolha, como se fosse o caso de dizer as si mesma: sou mãe, ou sou boa mãe. Se trata de um processo individual, permeado por negociações particulares quanto à autoaceitação.

No que tange ao acionamento da maternidade na arena pública especificamente, ao partilharem suas experiências com a maternidade e a família, trabalhadoras sexuais desafiam de maneira mais ampla aquelas ideias que buscam conformar não apenas seus corpos, mas também as relações que elas constroem. Logo, fazer uso do corpo, da voz, da palavra enquanto instrumentos políticos que mobilizam afetos é agir informada e intencionalmente para tentar ultrapassar fronteiras, especialmente aquelas morais que as desqualificam enquanto mulheres de família e, também, alimentam o estigma.

A partir de um conjunto de exemplos a respeito dos fluxos que envolvem a circulação das trabalhadoras sexuais, bem como do direcionamento que elas dão ao dinheiro e recursos materiais que são fruto do labor, busquei demonstrar que o sustento é uma prática de cuidado *sui generis*. Pensar o cuidado nesta perspectiva exige que se leve em conta algumas especificidades, a exemplo de ambiguidades, conflitos, acusações, segredos, cobranças, abdições, dentre outras coisas, que se imbricam nas feitura dessas famílias. Outro ponto importante são as ausências, muito presentes nas experiências das interlocutoras, as quais costumam ser calculadas e negociadas de maneira diversa, acabando por compor, também, as dinâmicas do cuidado. Ademais, reforço a pertinência de se pensar que a “lavagem moral do dinheiro” (Passamani, 2025) também é um aspecto que confere singularidade a essas noções de cuidado.

Quanto à mobilização do trabalho sexual em ações com finalidade de separar mães e crias, reitero o argumento de que a moralidade hegemônica bastante específica e carregada de estigma que orbita as maternidades de trabalhadoras sexuais também opera nesses contextos, sendo capaz de interferir pragmaticamente em suas experiências. Chamo a atenção para o nível de espraiamento dessa hegemonia, uma vez que pode ser observada em diferentes situações e instâncias em que a variável do trabalho sexual é acionada, mobilizada, mencionada na intenção de deslegitimar mães trabalhadoras sexuais. Isso pode ocorrer tanto na esfera doméstica, a partir de familiares ou genitores, quanto na esfera do Estado, via agentes. Nesse sentido, é fato que a perda da guarda dos filhos em função do trabalho sexual é um fantasma que assombra muitas mães. Outro aspecto expressivo é que essa hegemonia moral não se vincula ao estrato social da mãe, diferentemente daquilo que se pode observar em trabalhos como o de Janaína Gomes (2022) e Camila Fernandes (2017, 2019), em que pobreza e vulnerabilidade social são fatores relevantes para se colocar maternidades sob o escrutínio legal ou social. Noutras palavras – “filho de puta é filho de puta, ainda que ele estude na melhor escola particular da cidade” (Paula Assunção, 2024, caderno de campo).

Os processos sociais vividos pelas interlocutoras desta pesquisa sobre os quais escolhi me debruçar são fortemente atravessados por violências. Mas não se trata daquele tipo de violência que o senso comum reproduz de maneira desinformada e, quase sempre, equivocada. Perdi a conta de quantas vezes fui abordada por pessoas que, ao tomarem ciência de meu campo de pesquisa, afirmavam coisas do tipo: “nossa... deve ser difícil, não é? Elas sofrem tanta violência!”. Partindo de situações imaginadas, essas pessoas se referiam a violências físicas perpetradas por clientes. Não que esse tipo

de violência não aconteça nos territórios do trabalho sexual. Mas confesso que trata-se de algo que nunca apareceu nos relatos das minhas interlocutoras. Os processos de violência aos quais me refiro são de outra ordem, especialmente moral e simbólica, os quais emergem nos círculos sociais, instâncias institucionais e, também, na família. Tratam-se de violências que por meio do estigma, da exclusão, do preconceito, do desrespeito, da abjeção etc. incorrem na desumanização, o que me fazem reforçar a proposição de que o trabalho sexual deve ser pensado como um marcador social da dominação.

Entretanto, essa atmosfera de violência não anula outros aspectos da vida. Todo o empenho analítico presente nesta tese somente foi possível em função da alegria, no prazer e no gozo de muitos encontros; de um permitir afetar e ser afetada em campo (Favret-Saada, 2005); da generosa partilha de experiências e histórias de vida das trabalhadoras sexuais que me abriram as portas de seus quartos, suas casas, seus espaços de circulação, seus corações; das muitas relações que não se encerram no âmbito da pesquisa, mas se estendem para a vida, convertendo-se em relações de amizade; das alianças e de uma luta coletiva. Certa vez ouvi Silvia Federici dizer em uma palestra que a luta não pode ser mais um objeto de nossa alienação. Na luta, inclusive na luta por direitos, a gente deve se permitir a alegria.

À guisa de concluir, cabe uma paráfrase de Monique Prada, quando ela diz que a gente deve lutar para construir mundos melhores para as crias que o futuro vai nos confiar. E, por fim, retomo as inspirações em Lila Abu-Lughod, reforçando meu desejo de que esse empreendimento etnográfico possa contribuir para que as trabalhadoras sexuais sejam percebidas como menos outras, me somando a um conjunto de esforços que se dedicam a um tipo de produção de conhecimento comprometido com a possibilidade de tornar suas existências mais dignas. E, especialmente em meu caso, na esperança de que sejam um pouco mais leves suas maternidades e seus processos de feitura de família.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, pp. 451-470, 2012.
- ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra a cultura. **Equatorial**, v. 5, n. 8, p. 193-226, 2018.
- ABU-LUGHOD, Lila. **A escrita dos mundos de mulheres**: histórias beduínas. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2020.
- ALBER, Erdmute; DROTBOHM, Heike. **Anthropological perspectives on care**: work, kinship, and the life-course. Palgrave Macmillan: Nova Iorque, 2015.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015.
- ALMEIDA, Manoel Carlos Gonçalves de (autor). **Laços de família**. Rio de Janeiro: TV Globo, 2000. [Novela televisiva].
- AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; VERÍSSIMO, Hugo Vasconcelos; LOURENÇO, Gilclécia Oliveira. Adoção de crianças por gays. **Psicologia e Sociedade**, Recife, v. 25, n. 3, p. 631-641, 2013.
- ANGOTTI, Bruna. Moralidades em jogo no julgamento de mulheres acusadas da morte ou tentativa de morte de seus/suas recém-nascidos/as. **Antropolítica**, Niterói, n. 51, p. 111-136, 2021.
- ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- ASSIS, Machado. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- AURELIANO, Waleska. (Sobre) Viver nas engrenagens do “sistema”: maternidade, deficiência e politização dos afetos. In: BRANDÃO, Eliane Reis; LOWENKRON, Laura; CARNEIRO, Rosamaria Giatti. **Justiça reprodutiva**: desafios interseccionais na saúde coletiva. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025.
- AZEVEDO, Ana Carolina Braga. **Atravessamentos abolicionistas**: “a mulher em situação de prostituição tem o direito de sonhar. 2024. 238f. Dissertação (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.
- BACELAR, Jeferson Afonso. **A família da prostituta**. São Paulo: Ática, 1982.
- BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. “A minha verdade é minha justiça”: dilemas e paradoxos sobre o princípio da imparcialidade judicial. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 22, n. 22, p. 301-314, 2013.

BARCELLOS, Débora. **Memórias do Beco**: maternidade e prostituição. Campinas: Ofícios Terrestres, 2024.

BARCELLOS, Débora. **Putá-movimento**: uma homenagem. Campinas: Ofícios Terrestres, 2025.

BARRETO, Lourdes. **Putá autobiografia**. São Paulo: Claraboia, 2023.

BHABHA, Homi Kharshedji. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEZERRA, Natália de Almeida. **Mães “na medida”**: meninas, maternidades e uma unidade de internação socioeducativa. 2025. 294f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

BONOMI, Carolina. **“Mulher da vida, é preciso falar”**: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. 2019. 192f. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

BRAGA, Gilberto; GODINHO, Ricardo Linhares. **Paraíso Tropical**. Rio de Janeiro: TV Globo, 2007. [Novela televisiva].

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. **Diário Oficial da União**, Brasília, ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art2. Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 15 dez. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113536.htm. Acesso em 17 set. 2025.

BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. Para além da identidade. **Antropolítica**, Niterói, n. 45, p. 266-324, 2018.

CAMINHAS, Lorena. Reconhecimento em *dirty works*: a gestão do estigma no trabalho sexual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 2, p. 1-30, 2025.

CARNEIRO, Rosamaira Giatti. Afinal, a má mãe existe? Antropologias, narrativas geracionais e desvios. **Revista Mundaú**, Maceió, n. 15, p. 20–39, 2024.

CARPES, Pâmela Billing Mello; STANISCUASKI, Fernanda; OLIVEIRA, Letícia de; SOLETTI, Rossana. Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 31, p. 1-7, 2022.

CARSTEN, Janet. A Matéria do Parentesco. **R@U**, São Carlos, v. 6, n. 2. p. 103-118, 2014.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

CHAVES, Cristine Alencar. A Marcha Nacional dos Sem-terra: estudo de um ritual político. In: PEIRANO, Mariza. (Org.) **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CLARINDO, Adriely de Oliveira. **Putas narrativas**: territórios da prostituição e putafeminismo. 2020. 139f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2020.

CLARINDO, Adriely de Oliveira; ZAMBONI, Jésio; MARTINS, Rafaela Werneck Arenari. Andando entre cabarés: conhecendo os saberes da putaria. **Cadernos Pagu**, Campinas, vol. 65, p. 1-13, 2022.

CLARINDO-CATTANI, Adriely de Oliveira. **“Putá não tem amiga”?** Afetos, conflitos e o imperativo de inimizade nas políticas da prostituição feminina. 2025. 412f. Tese. (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2025.

CLÍMACO, Júlia Campos. “Análise das construções possíveis de maternidades nos estudos feministas e da deficiência”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-17, 2020.

COELHO, Maria Claudia. Olhando para a própria mão: apresentação à edição brasileira. In: ABU-LUGHOD, Lila. **A escrita dos mundos de mulheres**: histórias beduínas. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

COELHO, Maria Claudia. **Amigos e interlocutores**: emoção, trabalho intelectual e produção de conhecimento científico. Rio e Janeiro: Papéis Selvagens, 2024.

CORRÊA, Sônia; OLIVAR, José Miguel Nieto. A política da prostituição no Brasil: entre a “neutralidade do Estado” e os “problemas feministas”. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 22, n. 59-1, p. 296-334, dezembro, 2021.

COSTA, Ana Carolina Oliveira. **Putas mulheres**: compartilhando saberes, construindo cuidados. 2018. 216f. Dissertação. (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias da Saúde, Universidade de Brasília, Ceilândia, 2018.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

DELL’AGLILO, Daniela Dalbosco. “Pesquisadora-mãe”: articulações e practicalidades em uma pesquisa sobre cuidado. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 48, n. 1, p.189-204, jan./abr. 2023.

DEPRET, Davi; RAFAEL, Ricardo de Mattos Russo; ACIOLI, Sonia; NETO, Mercedes; VELASQUE, Luciane de Souza; KNUPP, Virginia Maria Azevedo de Oliveira. Relação entre violências sofridas na infância e violência autoprovocada entre travestis e mulheres transexuais do estado do Rio de Janeiro 2019-2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 33, p. 1-14, 2024.

DESPENTES, Virginia. **Teoria king kong**. São Paulo: n1-edições, 2016.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. O gênero da humilhação: afetos, relações e complexos emocionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 54, p. 51-78, mai./ago., 2019.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; GADELHA, Kaciano; RANGEL, Everton. Apresentação: Nojo, humilhação e desprezo: uma antropologia das emoções hostis e hierarquia social. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 46, n. 3, p. 9-29, set./dez. 2021.

DONINI, Angela; MURRAY, Laura; MARITZA, Naara; LOPES, Natânia; ROSA, Patrícia. (orgs.). **Putá livro**. Rio de Janeiro: Editora da autora, 2022.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**: ensaio sobre a noção de poluição e tabu. Lisboa: edições 70, 1991.

DROTBOHM, Heike. O cuidado além do reparo. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 1-23, 2022.

DRUMMOND, Roberto. **Hilda Furacão**. São Paulo: Siciliano, 1991.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo Nilota. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Camila. **Figuras da causação**: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. 2017. 250f. Tese. (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

FERNANDES, Camila. Figuras do constrangimento: As instituições de estado e as Políticas de acusação sexual. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 365-390, 2019.

FERRAÇA, Mirielly. **Prostituição**: vozes que ecoam, sereias que (en)cantam. 2013. 165f. Dissertação. (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Pará, Cascavel, 2013.

FERRAZ, Cláudia Pereira. A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia para estudos em redes on-line. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 46-69, jun./set., 2019.

FONSECA, Cláudia. **A dupla carreira da mulher prostituta**. Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 4, n. 1, p. 7-33, 1996.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 2002.

FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 39–53, 2007.

FONSECA, Cláudia. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 769-783, 2008.

FONSECA, Cláudia. Feminismos e estudos feministas: com as trabalhadoras sexuais na mira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, p. 1-17, 2016.

FONSECA, Cláudia; MARRE, Diana; RIFIOTIS, Fernanda. Governança reprodutiva: um assunto de suma relevância política. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, n. 61, p. 7-46, 2021.

FRANÇA, Marina. **A vida pessoal de trabalhadoras do sexo**: dilemas de mulheres de classes populares. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 134-155, 2017.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005.

- GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de programa**: prostituição em Copacabana e identidade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOMES, Janaína Dantas Germano. **O cuidado em julgamento**: um olhar sobre processos de destituição do poder familiar no estado de São Paulo. 2022. 284f. Tese. (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2022.
- GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.
- GOODWIN, Jeff; JASPER, James. *Emotions and social movements*. In: STETS, Jan; TURNER, Jonathan. (Eds.) *Handbook of the sociology of emotions*. Nova Iorque, Springer, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, **Campinas**, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HILL COLLINS, Patricia. *Black women and motherhood*. In: HARDY, Sara; WIEDMER, Caroline. *Motherhood and space: configurations of maternal through politics, home and the body*. New York: Palgrave MacMillan, 2005.
- HOLANDA, Chico Buarque de. “Folhetim”. Chico Buarque. [Compositor]. In: Ópera do Malandro. Polygram. São Paulo: Polygram, 1979a. 1 LP (ca 55 min).
- HOLANDA, Chico Buarque de. “Geni e o Zepelin”. Chico Buarque. [Compositor]. In: Ópera do Malandro. Polygram. São Paulo: Polygram, 1979b. 1 LP (ca 55 min).
- HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.
- IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista**: psicanálise e políticas da reprodução. Rio de Janeiro, Zahar, 2023.
- JOSÉ, Odair. “Eu vou tirar você desse lugar”. Odair José. [Compositor]. In: Assim sou eu. Polydor. São Paulo: Polydor, 1972. 1 LP (ca 42 min).
- JULIANO, Dolores. Cultura y exclusión: polémica teórica. *Quaderns de l’Institut Català d’Antropologia*, Barcelona, n. 19, p. 55-67, 2003.

- JULIANO, Dolores. El trabajo sexual em la mira: polémicas y estereotipos. **Cadernos Pagu**, Unicamp, vol. 25, p. 79-106, jul. /dez. 2005.
- KLUJSZA, Stephania; FERREIRA, Jaqueline. Antropólogas e violência obstétrica: uma relação incômoda. *In*: TONIOL, Rodrigo; FLEISCHER, Soraya. (Org). **E quando a limonada antropológica azeda?** Porto Alegre: Zouk, 2023.
- KOFES, Sueli. **Mulher, mulheres**: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. São Paulo: Ed. Unicamp, 2001.
- LA VITA È BELLA (A vida é bela). Direação de Roberto Benigni. Itália: Cecchi Gori Group, 1997. 1 DVD (116 min), color.
- LEITE, Gabriela. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva: 2009.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papirus Editora, 2005.
- LOBO, Andréa. **Tão longe, tão perto**: famílias e “movimentos” na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde. Brasília, Aba Publicações, 2014.
- LOBO, Andréa. Entre a casa e o mundo. Pertencimentos e mobilidade na sociedade cabo-verdiana. **Revista Lusotopie**, Leiden, vol. 19, n. 2, p. 285-313, 2020.
- LOBO, Andrea de Souza. “É uma vida de sacrifício... faço pelos meus filhos”: crianças e trajetórias migratórias em Cabo Verde. **Zero-a-seis**, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 915-948, 2021.
- LOBO, Andréa. Elas por elas: nexos de cultivo em redes femininas de afeto ou, uma singela homenagem. **Civitas**, Porto Alegre, n. 24, p. 1-12, jan./dez., 2024.
- LOBO, Andréa; CARDOSO, Maria Eduarda. “Em nome da família brasileira”: sobre políticas de governo, (re)produção de elites e disputas narrativas. **Antropolítica**, Niterói, n. 53, p. 53-82, set./dez. 2021.
- LOBO, Andréa de Souza; JUSTINO, André Omissilê. “Eu já aguentei muita gente nessa vida”: sobre cuidados, gênero e geração em famílias cabo-verdianas. **Etnográfica**, Lisboa, v. 29, n. 1, p. 189-210, 2025.
- LOBO, Bárbara Natália Lages. **Sexo, trabalho, direito e reconhecimento**: a igualdade de existência das mulheres trabalhadoras sexuais. 2017. 357f. Tese. (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- LOPES, Natânia Pinheiro de Oliveira. **Experimento em etnografia ou sobre o que nos diz Giovana**: um estudo sobre a prostituição de luxo feminina no Rio de Janeiro. 2016.

156f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

LOPES, Natânia. Da borda ao fundo: política epistemológica entre pânicos morais e antropologias que não o são. *In*: TONIOL, Rodrigo; FLEISCHER, Soraya. (Org.) **E quando a limonada antropológica azeda?** Porto Alegre: Zouk, 2023.

LOWENKRON, Laura. Consentimento e vulnerabilidade: alguns cruzamentos entre o abuso sexual infantil e o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 45, p. 225-258, jul,-dez., 2015.

MACEDO, Carolina; VIEIRA, Maria Aparecida; KALIL, Pedro. (Org.). **Guaicurus: a voz das putas**. Belo Horizonte, Aprosmig: 2018.

MADEIRA, Carla. **Tudo é rio**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MALTA, Rafaella Rodrigues; NICÁCIO, Camila Silva. Do acesso ao segredo ao (des)acesso à justiça: alienação parental entre moralidades e técnicas em disputa. **Antropolítica**, Niterói, n. 51, p. 212-238, 2021.

MARCUS, George. *Ethnography in/on the world system: the emergence of multi-sited ethnography*. **Annual Reviews of Anthropology**, Stanford, n. 24, p. 95-117, 1995.

MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício dos direitos humanos das mulheres. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.16, n.40, p.107-119, jan./mar. 2012.

MEDEIROS, Fátima. **Putá história**. Campinas: Oficinas Terrestres, 2024.

MILLER, William Ian. **A anatomia do nojo**. Barueri: Darkside Books, 2024.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo, 2016.

MONTE, Marisa. “Vilarejo”. Marisa Monte, Carlinhos Brown, Arnaldo Antunes, Pedro Baby. [compositores]. *In*: Infinito Particular. Phonomotor Records. Rio de Janeiro: Phonomotor Records, 2006. 1 CD.

MONTEIRO, Ana Lúcia; VILELA, Wilza Vieira. A criação do Programa Nacional de DST e Aids como marco para inclusão da idéia de direitos cidadãos na agenda governamental brasileira. **Psicologia Política**, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 25-45, jan./jun. 2009.

MORAES, Aparecida Fonseca. Trabalho sexual, cuidado e risco na pandemia de covid-19 e na epidemia da aids. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 1-25, 2024.

MORAES, Carolina Resende. **Governança da prostituição no Brasil**: um mapeamento da disputa discursiva contemporânea. 2021. 195f. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

NASCIMENTO, Milton. “Maria, Maria”. Milton Nascimento; Fernando Brant. [Compositores]. *In*: Clube da Esquina 2. EMI. Rio de Janeiro: EMI, 1978. 1 LP (ca 80 min).

OLIVAR, José Miguel Nieto. Banquete de homens: sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 89-101, 2011.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Prostituição feminina e direitos sexuais... Diálogos possíveis? **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 88-121, 2012.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta**: políticas da prostituição nas experiências de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

OLIVAR, José Miguel Nieto. À beira da antropologia: trabalhar com mulheres indígenas (e outras) hoje. *In*: TONIOL, Rodrigo; FLEISCHER, Soraya. (Org). **E quando a limonada antropológica azeda?** Porto Alegre: Zouk, 2023.

ORELLANO, Georgina. **Putas feministas**: historias de una trabajadora sexual. Buenos Aires: Sudamericana, 2022.

ORTNER, Sherry. Subjetividade e crítica cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez. 2007.

ORTNER, Sherry. **Antropología y teoría social**: cultura, poder y agencia. San Martín, UNSAM EDITA, 2016.

PASINI, Elisiane. **Corpos em evidência**, pontos em rua, mundos em pontos: a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo. 2000. 168f. Dissertação. (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

PASINI, Elisiano. **Os homens da vila**: um estudo sobre relações de gênero num universo de prostituição feminina. 2005. 272f. Tese. (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. **Escorts**: uma etnografia com homens brasileiros que fazem trabalho sexual em Portugal. 2024. 361f. Tese. (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2024.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 2, p. 1-11, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 25, p. 7-23. 2005.

PISCITELLI, Adriana. Prostituição e trabalho. In: COSTA, Albertina; SOARES, Vera Lúcia et al. (Org.). **Transformando a relação trabalho e cidadania**: produção, reprodução e sexualidade. São Paulo: CUT, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

PISCITELLI, Adriana. Feminismos e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. **Cadernos de Antropologia Social**, Buenos Aires, n. 36, p. 11-31, dez. 2012.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos**: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PISCITELLI, Adriana. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas—novas questões conceituais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.47, 2016.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRADA, Monique. **O pior palavrão do mundo**. Mídia Ninja, Rio de Janeiro, 11 mai. 2017. Disponível em <<http://midianinja.org/moniqueprada/o-pior-palavrao-do-mundo/?repeat=w3tc>>. Acesso em: 04 abr. 2025.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

PRECHET, Beatriz do Nascimento. **Enegrecendo o meretrício**: experiências da prostituição feminina no Rio de Janeiro (1871-1909). 2019. 124f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2019.

PRETTY WOMAN (Uma linda mulher). Direção de Garry Marshall. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, 1990. 1 DVD (119 min), color.

PUIG DE LA BELLACASA, Maria. O pensamento disruptivo do cuidado. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 108-133, jan./abr. 2023.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquistas – Brasil (1890-193). São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAMOS, Diana Helene. **“Preta, pobre e puta”**: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itinga. 2015. 339f. Tese. (Doutorado em Planejamento Urbano e

Regional) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RIBEIRO, Alessandra Santos. **Maternidade no currículo Lattes**: textualidades sobre gênero, carreira acadêmica e científica no Brasil e a emergência do projeto *Parent in Science*. 2020. 115f. Dissertação. (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

RIFIOTIS, Fernanda Cruz; RIFIOTIS, Theophilus. Conselho Tutelar como tecnologia de governo: relações agonísticas entre proteção e vigilância. **Runa**, Buenos Aires, vol. 40, n. 2, p. 239-256, nov./abr. 2019.

RINALDI, Alessandra de Andrade; COITINHO FILHO, Ricardo Andrade; SOUZA, Juliana Borges de; SOUZA, Camila Cristina Dias de. Experiências maternais de Geni: a trajetória de uma mulher transexual e sua relação com a Justiça da Infância e Juventude. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 27, n. 61, p. 351-377, set./dez. 2021.

RINALDI, Alessandra de Andrade; RIFIOTIS, Fernanda Cruz; MARRE, Diana. A família é mais que “uma palavra”: considerações sobre arranjos contemporâneos de convivência. **Civitas**, Porto Alegre, n. 24, p. 1-13, jan./dez. 2024.

RIOS, Ariane Goim. **O fio de Ariadne**: sobre os labirintos de vida de mulheres grávidas usuárias de álcool e outras drogas. 2017. 227 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na História**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

RUBIN, Gayle. *Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality*. In: PARKER, Richard; AGGLETON, Peter. (Eds.). **Culture, society and sexuality: a reader**. London: UCL Press, 1999.

SAHLINS, Marshall. *What kinship is... and is not (part one)*. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, Londres, n. 17, p. 2-19, 2011a.

SAHLINS, Marshall. *What kinship is... and is not (part two)*. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, Londres, n. 17, p. 227-242, 2011b.

SANABRIA, Guillermo Vega. De ideias encantadas sobre a pesquisa em antropologia. In: TONIOL, Rodrigo; FLEISCHER, Soraya. (Org). **E quando a limonada antropológica azeda?** Porto Alegre: Zouk, 2023.

SANTOS, Claudiene; BRUNS, Maria Alves de Toledo. A homoparentalidade em questão: a voz de gays e lésbicas com filhos. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, Goiania, v. 12, n. 2, p. 89-108, 2006.

SARMENTO, Caroline Silveira. **“Por que não podemos ser mães?”**: tecnologias de governo, maternidade e mulheres com trajetória de rua. 2020. 171f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SARTI, Cyntia Andersen. Famílias enredadas. *In*: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faler. (Org.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as Ciências Sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001.

SEIXAS, Raul. “Ave Maria da rua”. Raul Seixas; Paulo Coelho [Compositores]. *In*: Há 10 mil anos atrás. Philips Records. Rio de Janeiro: Philips Records, 1976. 1 LP (ca 39 min).

SILVA, Fernanda Priscila Alves da. **Fazer o corre e ter o pão de cada dia**: participação política, dinâmicas de socialização e educação em famílias de putas. 2021. 259f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, 2021.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Vila Mimosa**: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói: EdUFF, 2010.

SOARES, Elza; PITTY. “Na pele”. Pitty [Compositora]. *In*: Há 10 mil anos atrás. Deckdisc. Rio de Janeiro: Deckdisc, 2017. Single (ca 5’ 52’’).

SOLATERRAR, Ueslei; LOWENKRON, Laura. “Preciso estar bem para cuidar do meu filho”: (des) encontros entre raça, maternidade e loucura. **Antropolítica**, Niterói, v. 57, n. 1, p. 1-26, jan./abr., 2025.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

SURFISTINHA, Bruna. **O doce veneno do escorpião**: o diário de uma garota de programa. São Paulo: Panda Books, 2005.

TEIXEIRA, Carla Costa. **Etnografia de uma instituição**: entre pessoas e documentos. Rio de Janeiro, ABA Publicações; AFIPEA, 2020.

TENÓRIO, Léo. **Transando com Léo**: experiências no sexo e na prostituição de um homem com boceta. Uberlândia: O sexo da palavra, 2024.

TEODORO, Débora Antonieta Silva Barcellos. **Memórias marginais do Beco do Mota**: mulheres e crianças no cenário da prostituição. 2019. 154f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências

Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG, 2019.

TEODORO, Débora Antonieta Silva Barcellos. Boemia romantizada, perspectivas silenciadas. **Resgate**, Campinas, v. 29, pp. 1-33, 2021.

TEODORO, Débora Antonieta Silva Barcellos. Filha, mãe, avó e puta: Gabriela Leite, uma mulher de família(s). In: 33 Reunião Brasileira de Antropologia – RBA, 2022, Curitiba. **Anais...** Curitiba: set. 2022, 16p.

TEODORO, Débora Antonieta Silva Barcellos. Eu te passo o que eu tenho, se você tiver estômago pra ler: reflexões sobre continuidades e disputas entre relatos e autos em um caso de violência doméstica. **Antropolítica**, Niterói, v. 56, n. 1, p. 1-20, jan./abr., 2024.

TEODORO, Débora Antonieta Silva Barcellos; CARVALHO, Keila Auxiliadora. “Menino do Beco”: memórias de uma infância vivida numa zona de meretrício em Diamantina/MG (1950-1968). **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 74-94, jul./dez. 2019.

TEODORO, Débora Antonieta Silva Barcellos; VALE, Teresa Cristina de Souza Cardoso. A importância do reconhecimento da organização de profissionais do sexo como um legítimo movimento social. In: XX REDOR – Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, Salvador, BA. **Anais...** p. 1-14, 2018.

THELEN, Tajana. *Care as social organization: creating, maintaining and dissolving significant relations*. **Anthropological Theory**, Londres, v. 15, n. 4, p. 497-515, 2015.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9-28, 2002.

TONIOL, Rodrigo; FLEISCHER, Soraya. (Org). **E quando a limonada antropológica azeda?** Porto Alegre: Zouk, 2023.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1998.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. Afirmando-se a vida, constrói-se o tempo: experiência, emoções e ativismo político contra a AIDS. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 77-105, 2017.

VENÂNCIO, Vinícius. **Nu bem djobi vida li:** mobilidades, pertencimentos e tensões da antinegitude na vida de mulheres da África continental residentes na capital caboverdiana. 2024. 424f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2024.

VENEGAS, Maria Elisa do Carmo; OLIVEIRA-CARDOSO, Érika Arantes; SANTOS, Manoel Antônio dos. Insegurança alimentar, saúde e produção da vida: uma aproximação às práticas de mulheres de camadas populares à luz da antropologia da alimentação. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 1-14, 2024.

VÍCTORA, Ceres; COELHO, Maria Cláudia. A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 25, n. 54, p. 7-21, maio/ago. 2019.

WESTON, Kath. *Families we choose: lesbians, gays, kinship*. New York: Columbia University Press, 1997.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. Brasília: Editora Brasiliense, 1994.

ZANOTTA, Lia. Feminismos brasileiros na relação com o Estado: contextos e incertezas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, p. 1-36, 2016.

ZELIZER, Viviana. Dinheiro, poder e sexo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 32, p.135-157, jan./jun. 2009.